ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 155 Brasília - DF, terça-feira, 17 de agosto de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Cidadania 5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 5
Ministério das Comunicações 6
Ministério da Defesa 8
Ministério do Desenvolvimento Regional 9
Ministério da Economia 9
Ministério da Educação 17
Ministério da Infraestrutura 19
Ministério da Justiça e Segurança Pública 20
Ministério de Minas e Energia 30
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 37
Ministério das Relações Exteriores 37
Ministério da Saúde 37
Ministério do Trabalho e Previdência 93
Ministério do Turismo 93
Conselho Nacional do Ministério Público 95
Ministério Público da União 95
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 99

..... Esta edição completa do DOU é composta de 100 páginas .....

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.769, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a Qualificação de Empreendimento Público Federal referente aos serviços de recolhimento, guarda e desfazimento de veículos apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal - PRF, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, para fins de elaboração de estudos de viabilidade e de alternativas de parceria com a iniciativa privada.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso I, e no artigo 4º, inciso II, ambos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica qualificado, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, o empreendimento público federal referente aos serviços de recolhimento, guarda e desfazimento de veículos apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal - PRF para fins de elaboração de estudos de viabilidade e de alternativas de parceria com a iniciativa privada visando a modernização, eficiência e melhoria no atendimento ao usuário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de agosto de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

Presidência da República

SECRETARIA-GERAL
COMITÊ DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Governança Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República

O COMITÊ DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria SG nº 99, de 3 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê de Governança Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA

ANEXO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Comitê de Governança Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República tem a finalidade de atuar na condução da política de governança a que se refere o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, e tem seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º Ao Comitê compete:

I - auxiliar a alta administração da Secretaria-Geral da Presidência da República na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes de governança previstos no Decreto nº 9.203, de 2017;

II - incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;

III - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança;

IV - emitir orientações e deliberar sobre temas estratégicos de governança;

V - promover e acompanhar medidas de simplificação administrativa, modernização da gestão pública e melhoria da prestação dos serviços públicos;

VI - aprovar planos, políticas, planejamentos e projetos no contexto de ações de governança e de segurança da informação;

VII - promover a implementação, execução e monitoramento das ações do Programa de Integridade;

VIII - promover a integração de iniciativas de governança e o aperfeiçoamento dos fluxos transversais de comunicação;

IX - promover boas práticas que garantam a observância dos princípios da governança pública;

X - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança;

XI - estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de suas unidades; e

XII - aprovar estudos técnicos sobre temas de sua competência.

§ 1º O Comitê observará as diretrizes do Comitê Integrado de Governança da Presidência da República e do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República e acompanhará as iniciativas relacionadas à governança e à segurança da informação no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 2º Os limites previstos no inciso XI do **caput** serão estabelecidos nos termos da Instrução Normativa Conjunta CGU/MPOG nº 1, de 10 de maio de 2016.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Comitê é composto pelos seguintes membros:

I - Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordenará;

II - Secretário-Executivo;

III - Secretário Especial de Modernização do Estado;

IV - Secretário Especial de Administração;

V - Secretário de Controle Interno;

VI - Subchefe para Assuntos Jurídicos; e

VII - Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

Parágrafo único. Os membros de que tratam os incisos do **caput** serão representados, em suas ausências e impedimentos, por seus substitutos no cargo em comissão ou função de confiança que ocupam.

Das atribuições dos Membros do Comitê

Art. 4º São atribuições do Coordenador do Comitê:

I - convocar e coordenar as reuniões;

II - aprovar a pauta das reuniões, antes do envio aos demais membros;

III - estabelecer a dinâmica das reuniões, organizando os debates e a ordem de apreciação das matérias;

IV - submeter à votação as matérias a serem deliberadas, apurando os votos e proclamando os resultados;

V - decidir as questões de ordem relativas à aplicação deste Regimento Interno;

VI - decidir, *ad referendum* do Comitê, sobre matérias que exijam solução urgente;

VII - assinar as portarias e as resoluções;

VIII - propor as datas para realização das reuniões ordinárias; e

IX - deliberar sobre as indicações dos participantes para os grupos de trabalho, designando-os em ato específico.

Art. 5º São atribuições dos membros do Comitê:

I - propor item de pauta, por escrito, ao Coordenador do Comitê, com antecedência mínima de dez dias úteis da data da reunião;

II - propor, em caso de urgência ou relevância, alteração da pauta da reunião;

III - debater e votar a matéria em discussão;

IV - propor a convocação de reuniões extraordinárias;

V - apresentar questão de ordem relativa à aplicação deste Regimento Interno;

VI - assinar as atas de reunião;

VII - indicar servidores, autoridades públicas e especialistas que possam contribuir para esclarecimentos das matérias a serem apreciadas pelo Comitê;

VIII - indicar participantes para os grupos de trabalho;

IX - apreciar as decisões do Coordenador tomadas *ad referendum* em questões de urgência e relevância;

X - disseminar as proposições e as decisões do Comitê em suas respectivas unidades; e

XI - propor alterações a este Regimento Interno.

CAPÍTULO IV
DAS REUNIÕES E DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º O Comitê se reunirá em caráter ordinário, quadrimestralmente e, em caráter extraordinário, por convocação do seu coordenador.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o coordenador do Comitê terá o voto de qualidade.

Art. 7º As reuniões do Comitê serão convocadas, e as pautas encaminhadas, com antecedência mínima de:

I - cinco dias úteis para as reuniões ordinárias; e

II - dois dias úteis para as extraordinárias.

Art. 8º O Coordenador poderá convidar servidores, autoridades públicas e especialistas para participar das reuniões do Comitê, sem direito a voto.

Parágrafo único. A participação dos convidados prevista no **caput** ficará restrita ao tempo necessário para tratar dos temas a eles direcionados**.**

Art. 9º O Comitê poderá instituir grupos de trabalho com o objetivo de auxiliar as deliberações sobre temas relacionados com a sua área de atuação.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho de que trata o **caput**:

I - serão compostos na forma de ato do Comitê;

II - não poderão ter mais de sete membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estão limitados a três operando simultaneamente.

Art. 10. A participação no Comitê e em seus grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO V
DA SECRETARIA E DO APOIO LOGÍSTICO

Art. 11. A Secretaria-Executiva do Comitê será exercida pela Diretoria de Governança da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, a qual compete prestar apoio técnico-administrativo e providenciar os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O presente Regimento Interno somente poderá ser alterado por maioria absoluta dos membros do Comitê.

Art. 13. O Comitê publicará suas atas, portarias e resoluções no sítio eletrônico https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/comite-de-governanca-institucional-da-secretaria-geral-cgi-sg, ressalvado o conteúdo sujeito a sigilo.

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN), no uso da atribuição que lhe foi conferida por meio do art. 18 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999 (DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999); e com base no disposto, especialmente, no art. 91, §1º, da Constituição de 1988; na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979; e no Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, resolve:

Nº 109 - Dar assentimento prévio a ARLINDO OSMAR ABREU para pesquisar argila e água mineral em uma área de 105,75ha, no município de Marechal Cândido Rondon, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48069.826158/2021-87, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 18.936/2021/GEPM/ANM, de 16 de junho de 2021, recebido em 23 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 180/2021-RF.

Nº 110 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Morro São Pedro, localizado no município de Corumbá, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.069679/2019-15, o Parecer nº 82/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 11 de junho de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.016/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 11 de junho de 2021, com instrução complementar concluída em 4 de agosto de 2021, e a Nota - AP nº 181/2021-RF.

Nº 111 - Dar assentimento prévio a ALMERIA ROCHA DALOIA para pesquisar minério de ouro em uma área de 353,99ha, no município de São Gabriel da Cachoeira, na faixa de fronteira do estado do Amazonas; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48063.880256/2020-39, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 17.561/2021/GEPM/ANM, de 9 de junho de 2021, recebido em 16 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 182/2021-RF.

Nº 112 - Dar assentimento prévio à empresa ALTO ALEGRE MINERAIS S/A., CNPJ nº 37.109.227/0001-80, com sede na Rua XV de Novembro, nº 1.231, Ap. 03, Quadra 0083, Lote 0105, Bairro Princesa Izabel, no município de Cacoal, estado de Rondônia, para estabelecer-se na faixa de fronteira do referido estado, bem como para a AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM proceder à averbação do Instrumento Particular de Cessão Total de Direitos Minerários, de 9 de julho de 2020, celebrado entre as empresas Mineração Tarauacá Indústria e Comércio S/A. (cedente), CNPJ nº 86.902.061/0001-60, e a Alto Alegre Minerais S/A. (cessionária), atinente aos Alvarás de Pesquisa nºs 1.845 e 10.248, datados de 6 de fevereiro de 2001 e 19 de novembro de 2001, publicados no DOU de 8 de fevereiro de 2001 e de 23 de novembro de 2001, respectivamente, que autorizou a cedente a pesquisar minério de cobre e ouro em 2 (duas) áreas distintas de 3.525,66ha e 1.153,92ha, totalizando 4.679,58ha, no município de Alto Alegre dos Parecis, na faixa de fronteira do estado de Rondônia; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48400.002031/2000-27, 27208.886019/1995-58, 27208.886126/2000-02 e 48075.986351/2020-14, e Processos PR nºs 00043.000211/2021-89, 00043.000212/2021-23 e 00043.000213/2021-78, a conclusão da ANM, por meio do Ofício nº 18.100/2021/GAB-DG/ANM, de 10 de junho de 2021, recebido em 23 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 183/2021-RF.

Nº 113 - Dar assentimento prévio à empresa MINERAÇÃO ORO-YTE LTDA., CNPJ nº 01.576.503/0001-72, para pesquisar minério de cobre em 5 (cinco) áreas distintas de 993,87ha, 1.000,00ha, 994,72ha, 999,48ha e 997,76ha, totalizando 4.985,83ha, no município de Bela Vista, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48400.900048/1986-32 e 48079.868114/2020-24, que fazem referência aos Processos ANM nºs 48079.868115/2020-79, 48079.868116/2020-13, 48079.868117/2020-68 e 48079.868118/2020-11, e Processo SEI nº 00001.004748/2021-12, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 18.149/2021/GEPM/ANM, de 11 de junho de 2021, recebido no dia 17 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 184/2021-RF.

Nº 114 - Dar assentimento prévio a NILTON WEILER para pesquisar água mineral em uma área de 48,29ha, no município de Realeza, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48069.826049/2021-60, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 17.513/2021/GEPM/ANM, de 9 de junho de 2021, recebido em 15 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 190/2021-RF.

Nº 115 - Dar assentimento prévio a JESSÉ MARQUES FRANCISCO para pesquisar ardósia, granito, mármore, quartzo, quartzito e grafita em 6 (seis) áreas distintas de 918,34ha, 405,51ha, 75,90ha, 585,97ha, 856,72ha e 119,47ha, totalizando 2.928,91ha, nos municípios de Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Ponta Porã e Porto Murtinho, todos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48079.868054/2021-21, que faz referência aos Processos ANM nºs 48079.868055/2021-75, 48079.868056/2021-10 e 48079.868057/2021-64, e do Processo ANM nº 48079.868211/2020-17, que também se refere ao Processo ANM nº 48079.868215/2020-03, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 17.611 /2021/GEPM/ANM, de 9 de junho de 2021, recebido em 16 de junho de 2021, e Ofício nº 20.602/2021/GEPM/ANM, 2 de julho de 2021, recebido em 9 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 191/2021-RF.

Nº 116 - Dar assentimento prévio à empresa GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA., CNPJ nº 48.141.592/0001-98, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Alteração de Contrato Social, de 21 de agosto de 2017, complementada pelo Acordo de Sócios, de 8 de novembro de 2019, que visa: (i) mudar o endereço da sede da sociedade; (ii) consolidar o Contrato Social da empresa; bem como pesquisar minério de níquel em uma área de 5.809,89ha, no município de Comodoro, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48412.866027/2017-07 e 48400.850210/1976-92, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 17.497/2021/GEPM/ANM, de 4 de junho de 2021, recebido no dia 16 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 192/2021-RF.

Nº 117 - Dar assentimento prévio à empresa MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA., CNPJ nº 03.632.438/0001-80, para pesquisar basalto em três áreas distintas de 29,18ha, 1.000,00ha e 1.000,00ha, totalizando 2.029,18ha, nos municípios de Caarapó, Itaquiraí e Naviraí, todos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48400.001101/2001-19 e 48079.868029/2020-66, que fazem referência aos Processos ANM nºs 48079.868064/2020-85 e 48079.868065/2020-20, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 17.020/2021/GEPM/ANM, de 4 de junho de 2021, recebido em 17 de junho de 2021, e a Nota-AP nº 193/2021-RF.

Nº 118 - Dar assentimento prévio à empresa INTTERPLAN EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 31.137.375/0001-21, para arquivar, na Junta Comercial competente, o Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 1º de fevereiro de 2020, que versa sobre alteração do objeto social; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48400.000524/2008-80 e 48079.968339/2020-80, e PR nº 00043.000219/2021-45, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 17.268/2021/GEPM/ANM, de 4 de junho de 2021, recebido em 17 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 194/2021-RF.

Nº 119 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Aero Agrícola Céu Azul, localizado no município de Vilhena, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, de interesse da empresa Aero Agrícola Céu Azul Ltda. - ME., CNPJ nº 26.234.289/0001-05, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.032318/2020-57, o Parecer nº 87/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 18 de junho de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.040/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 21 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 195/2021-RF.

Nº 120 - Dar assentimento prévio a CRISTIANO BONETTI para pesquisar cobre, ametista e água mineral em uma área de 140,36ha, no município de Pato Branco, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48069.826288/2020-39, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 19.675/2021/GEPM/ANM, de 23 de junho de 2021, recebido em 29 de junho de 2021, e a Nota-AP nº 196/2021-RF.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Nº 121 - Dar assentimento prévio a ANTÔNIO DE MAGALHÃES PAULINO para pesquisar minério de ouro em uma área de 5.252,01ha, nos municípios de Cáceres e Poconé, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48068.867017/2020-43, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 19.671/2021/GEPM/ANM, de 23 de junho de 2021, recebido em 29 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 197/2021-RF.

Nº 122 - Dar assentimento prévio a RICARDO OLAECHEA GADRET para pesquisar água mineral em uma área de 49,90ha, no município de Quaraí, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48052.810018/2020-95, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 19.598/2021/GEPM/ANM, de 23 de junho de 2021, recebido em 29 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 198/2021-RF.

Nº 123 - Dar assentimento prévio a DENYS CARLOS ARAGÃO DE MORAIS para pesquisar minério de ouro em uma área de 2.712,33ha, nos municípios de Conquista D'Oeste e Pontes e Lacerda, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48068.866814/2019-70, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 19.636/2021/GEPM/ANM, de 23 de junho de 2021, recebido em 29 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 199/2021-RF.

Nº 124 - Dar assentimento prévio à empresa GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA., CNPJ nº 00.264.528/0001-78, para pesquisar mármore em uma área de 941,53ha, no município de Bodoquena, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48076.996507/2020-57, 48076.996765/2020-33, 48420.996034/1996-40 e 48423.868060/2018-15, e PR nºs 00043.000221/2021-14 e 00043.000223/2021-11, a conclusão da ANM, por meio Ofício nº 19.511/2021/GEPM/ANM, de 23 de junho de 2021, recebido em 29 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 200/2021-RF.

Nº 125 - Dar assentimento prévio a FERNANDO MONDINI para pesquisar minério de ouro em uma área de 215,16ha, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, ambos na faixa de fronteira do estado do Amazonas; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48063.880022/2021-72, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 19.797/2021/GEPM/ANM, de 28 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 201/2021-RF.

Nº 126 - Dar assentimento prévio à empresa DESTACA ENGENHARIA DE FUNDAÇÕES E INFRA ESTRUTURA LTDA., CNPJ nº 61.505.095/0001-90, com sede na Rua Soldado Reginaldo, nº 1.360, Centro, no município de Sertãozinho/SP, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, bem como pesquisar granito em uma área de 10,88ha, no município de Capão do Leão, na faixa de fronteira do referido estado; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48402.920344/2015-25 e 48401.811013/2016-96, e PR nºs 00043.000238/2021-71 e 00043.000237/2021-27, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 19.914/2021/GEPM/ANM, de 28 de junho de 2021, recebido em 5 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 202/2021-RF.

Nº 127 - Dar assentimento prévio a BRUNO GIODA MARTINS para pesquisar granito em uma área de 171,25ha, no município de Canguçu, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48401.810835/2018-11, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 20.253/2021/GEPM/ANM, de 30 de junho de 2021, recebido em 5 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 203/2021-RF.

Nº 128 - Dar assentimento prévio a MARLEI ALVES DA SILVA CASAL para pesquisar água mineral em uma área de 46,38ha, no município de Gramado dos Loureiros, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48401.810821/2018-06 e PR nº 00043.000233/2021-49, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 20.265/2021/GEPM/ANM, de 30 de junho de 2021, recebido em 5 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 204/2021-RF.

Nº 129 - Dar assentimento prévio à RÁDIO PROGRESSO DE DESCANSO LTDA., CNPJ nº 75.369.488/0001-28, com sede na Avenida Martin Piaseski, nº 25, Centro, no município de Descanso, no estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão de sons, no município de Descanso, na faixa de fronteira do referido estado, considerando o teor da Décima Quinta Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 14 de maio de 2021; de acordo com a instrução do Processo MCOM nº 53115.001151/2020-14; a Nota Técnica nº 7.964/2021/SEI-MCOM, de 1º de julho de 2021; o Ofício nº 14.187/2021/MCOM, de 2 de julho de 2021, recebido em 7 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 205/2021-RF.

Nº 130 - Dar assentimento prévio à RÁDIO PORTAL DO SUL LTDA., CNPJ nº 01.910.276/0001-70, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Terceira Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 25 de setembro de 2017, que versa sobre: i) a alteração do endereço da sede; ii) a retirada da sócia Geovane Teresina Sampaio de Oliveira, que cede e transfere a totalidade de suas quotas para o sócio ingressante Eduardo Colussi; e iii) a designação do sócio Eduardo Colussi, como sócio administrador; de acordo com a instrução do Processo MCOM nº 01250.061468/2017-48; a Nota Técnica nº 7.463/2021/SEI-MCOM, de 21 de junho de 2021; o Ofício nº 13.425/2021/MCOM, de 2 de julho de 2021, recebido em 7 de julho de 2021, e a Nota-AP nº 206/2021-RF.

Nº 131 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Baú, localizado no município de Cáceres, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de interesse de Sérgio Eduardo Rocha, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.045165/2020-16, o Parecer nº 105/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 5 de julho de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.141/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 5 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 207/2021-RF.

Nº 132 - Dar assentimento prévio à empresa BORDER PROSPECÇÕES MINERAIS LTDA., CNPJ nº 06.095.235/0001-90, para pesquisar minério de ouro em uma área de 418,06ha, no município de Lavras do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48401.810897/2016-61 e 48400.001470/2005-27, e PR nºs 00043.000241/2021-95 e 00043.000242/2021-30, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 19.785/2021/GEPM/ANM, de 28 de junho de 2021, recebido em 7 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 208/2021-RF.

Nº 133 - Dar Assentimento Prévio à EMPRESA S F PAIM - ME., CNPJ nº 22.871.754/0001-50, com sede na Avenida Pau Brasil, nº 799, Sala 02, Areial, no município de São Gabriel da Cachoeira/AM, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Amazonas, bem como pesquisar minério de ouro em uma área de 1.110,23ha, no município de São Gabriel da Cachoeira, na faixa de fronteira do referido estado; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48408.980407/2015-42 e 48408.880014/2016-11, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 20.629/2021/GEPM/ANM, de 2 de julho de 2021, recebido em 9 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 209/2021-RF.

Nº 134 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à alienação da área total de 10.671,3734ha do Projeto de Assentamento São Luizão, localizado no município de São João da Baliza, na faixa de fronteira do estado de Roraima, registrado em nome do INCRA sob a matrícula nº 2.809, junto ao Cartório de São Luiz/RR; de acordo com a conclusão dos Processos INCRA nº 54000.045612/2021-93 e PR nº 00001.005207/2021-01, o Parecer Técnico nº 10.422/2021/SR(25)RR-D3/SR(25)RR-D/SR(25)RR/INCRA, de 21 de maio de 2021, o Parecer Jurídico nº 00005/2021/GAB/PFE-INCRA-RR/PGF/AGU, de 26 de maio de 2021, o Ofício nº 41.818/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 7 de julho de 2021, e a Nota-AP nº 210/2021-RF.

Nº 135 - Dar assentimento prévio à empresa MOACIR KWITKO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 93.286.060/0001-01, para lavrar água mineral em uma área de 47,52ha, no município de Bagé, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48401.810053/2008-19 e 48401.910436/2013-45, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 17.227/2021/SRM-ANM/ANM, de 10 de junho de 2021, recebido em 16 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 211/2021-RF.

Nº 136 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à alienação da área total de 3.330,1600ha do Projeto de Assentamento Serra Talhada, localizado no município de Caroebe, na faixa de fronteira do estado de Roraima, registrado em nome do INCRA, sob a matrícula nº 2.777, junto ao Cartório de São Luiz/RR; de acordo com a conclusão dos Processos INCRA nº 54000.042453/2021-75 e PR nº 00001.005245/2021-56, o Parecer Técnico nº 9.686/2021/SR(25)RR-D3/SR(25)RR-D/SR(25)RR/INCRA, de 14 de maio de 2021, o Parecer Jurídico nº 00003/2021/GAB/PFE-INCRA-RR/PGF/AGU, de 17 de maio de 2021, o Ofício nº 42.973/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 9 de julho de 2021, e a Nota-AP nº 212/2021-RF.

Nº 137 - Dar assentimento prévio à empresa JORGE ALBERTO SAENGER SALVANY ME., CNPJ nº 02.849.623/0001-69, com sede na Rua Gil Prates, nº 138, Centro, no município de Cacequi/RS, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, bem como pesquisar fosfato em uma área de 998,66ha, no município de Lavras do Sul, na faixa de fronteira do referido estado, de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48401.910670/2012-91 e 48401.810340/2018-92, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 20.566/2021/GEPM/ANM, de 2 de julho de 2021, recebido em 5 de julho de 2021, e a Nota-AP nº 213/2021-RF.

Nº 138 - Dar assentimento prévio a RODRIGO MEIRA FALEIROS para pesquisar fosfato, calcário e calcário dolomítico em uma área de 1.105,16ha, no município de Bela Vista, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48079.868219/2020-83, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 21.518/2021/GEPM/ANM, de 8 de julho de 2021, recebido em 13 de julho de 2021, e a Nota-AP nº 214/2021-RF.

Nº 139 - Dar anuência prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para acesso ao patrimônio genético no município de Oiapoque, no estado do Amapá, referente ao "Estudo da epidemiologia da malária e seu controle no município do Oiapoque", de interesse da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com as instituições estrangeiras *The Pasteur Institute of French Guiana* e *The Andrée Rosemon Hospital* (Pasteur), vedado o acesso em área do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; de acordo com o Cadastro SisGen/MMA nº AAA082C, a instrução do Processo PR nº 00043.000076/2021-71, e a Nota-AP nº 215/2021-RF.

Nº 140 - Dar assentimento prévio à empresa MULTI MINERAÇÃO EIRELI, CNPJ nº 34.331.615/0001-12, com sede na Rodovia BR 070, s/nº, Bairro Campo Alegre, Fazenda Pirâmide II, no município de Nossa Senhora do Livramento/MT, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, considerando o teor da Segunda Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 17 de maio de 2021; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48068.966731/2020-13, a conclusão da Agência Nacional de Mineração por meio do Ofício nº 18.094/2021/GAB-DG/ANM, de 10 de junho de 2021, retificado pelo Ofício nº 22.155/2021/SRG-ANM/ANM, de 14 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 216/2021-RF.

Nº 141 - Dar assentimento prévio a ROMULO ALVES SIQUEIRA CAMPOS para pesquisar minérios de ouro e cobre em uma área de 9.432,97ha, no município de São José dos Quatro Marcos, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48068.866269/2019-11 e PR nº 00043.000232/2021-02, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 19.868/2021/GEPM/ANM, de 28 de junho de 2021, recebido em 5 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 217/2021-RF.

Nº 142 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM para proceder à averbação do Contrato de Cessão de Transferência de Direitos Minerários, de 1º de outubro de 2020, celebrado entre as empresas Mineração Apoena S.A., CNPJ nº 10.302.599/0001-71 (cedente), e Euromáquinas Mineração Ltda., CNPJ nº 19.882.154/0001-82 (cessionária), atinente ao Alvará de Pesquisa nº 1.866, de 29 de fevereiro de 2016, publicado no DOU nº 41, de 2 de março de 2016, que autorizou a cedente a pesquisar minério de ouro em uma área de 571,01ha, no município de Pontes e Lacerda, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48400.001106/2009-91, 48412.966652/2016-69, 48412.866379/2000-14, 27212.866379/2000-92, e PR nºs 00043.000262/2021-19 e 00001.004922/2021-19, a conclusão da ANM, por meio do Ofício nº 19.432/2021/GEPM/ANM, de 23 de junho de 2021, recebido em 1º de julho de 2021, e a Nota - AP nº 218/2021-RF.

Nº 143 - Dar assentimento prévio a GLAWBER ROBERTO ABE TOSINI para pesquisar minério de ouro em 2 (duas) áreas distintas de 9.999,84ha e 9.999,43ha, totalizando 19.999,27ha, no município de Pimenteiras do Oeste, na faixa de fronteira do estado de Rondônia; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48075.886002/2020-95 e 48419.886228/2018-33, e PR nº 00043.000233/2021-49, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio dos Ofícios nºs 20.289 e 21.695/GEPM/ANM, de 2 de julho de 2021 e 9 de julho de 2011, recebidos em 5 de julho de 2021 e 19 de julho de 2021, respectivamente, e a Nota - AP nº 219/2021-RF.

Nº 144 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à alienação da área total de 49.010,5638ha do Projeto de Assentamento Samaúma, localizado no município de Mucajaí, na faixa de fronteira do estado do Roraima, registrado em nome do INCRA, sob a matrícula nº 2.622, Livro 2 do Registro Geral, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mucajaí/RR; de acordo com a conclusão do Processo INCRA nº 54000.042456/2021-17, o Parecer nº 9.424/2021/SR(25)RR-D3/SR(25)RR-D/SR(25)RR/INCRA, de 13 de maio de 2021, o Parecer nº 00004/2021/GAB/PFE-INCRA-RR/PGF/AGU, de 18 de maio de 2021, o Ofício nº 43.092/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 9 de julho de 2021, e a Nota-AP nº 220/2021-RF.

Nº 145 - Dar assentimento prévio a DÉCIO JOSÉ WEIS para pesquisar minério de ouro em 2 (duas) áreas distintas de 1.535,75ha e 1.555,40ha, totalizando 3.091,15ha, no município de Japurá, na faixa de fronteira do estado do Amazonas; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48063.880019/2020-78, que faz referência ao Processo ANM nº 48063.880020/2020-01, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 19.657/2021/GEPM/ANM, de 12 de julho de 2021, recebido em 15 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 221/2021-RF.

Nº 146 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à alienação da área total de 8.733,7098ha do Projeto de Assentamento Nossa Senhora Auxiliadora, localizado no município de Iguatemi, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, registrado em nome do INCRA sob a matrícula nº 7.418, do Livro 2, do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Protesto de Títulos Cambiais, Registro de Títulos e Documentos e Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Iguatemi/MS; de acordo com a conclusão do Processo INCRA nº 54000.010029/2021-61 e PR nºs 00001.004393/2021-53 e 00001.005640/2021-39, o Parecer nº 9.273/2021/SR(16)MS-D3/SR(16)MS-D/SR(16)MS/INCRA, de 11 de maio de 2021, o Parecer Técnico nº 4.233/2021/SR(16)MS-D3/SR(16)MS-D/SR(16)MS/INCRA, de 1º de julho de 2021, o Parecer Jurídico nº 00023/2021/APO/PFE-INCRA-MS/PGF/AGU, de 11 de maio de 2021, os Ofícios nºs 33.544/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 2 de junho de 2021 e 46.621/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 23 de julho de 2021, e a Nota-AP nº 222/2021-RF.

Nº 147 - Dar assentimento prévio a ALEYZE MADY NASCIMENTO para pesquisar minério ouro em uma área de 9.119,86ha, no município de Amajari, na faixa de fronteira do estado de Roraima; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48080.884016/2020-03, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 22.334/2021/GEPM/ANM, de 16 de julho de 2021, recebido em 27 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 223/2021-RF.

Nº 148 - Dar anuência prévia ao COMANDO DA MARINHA para autorizar a investigação científica em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) pelo Instituto de Pesquisa para Desenvolvimento - IRD, patrocinado pela República da França, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Universidade Federal do Pará, empregando o Navio de Pesquisa Oceanográfico "ANTEA", de bandeira francesa, referente ao cruzeiro "AMAZOMIX 21", no litoral norte do Brasil e foz do Rio Amazonas, no período de 28 de agosto a 28 de setembro de 2021; de acordo com a documentação remetida por meio do Ofício nº 10-92/EMA-MB, de 9 de junho de 2021, recebido em 15 de junho de 2021, do Parecer nº 10-12/2021, de 6 de julho de 2021, com instrução complementar concluída em 5 de agosto de 2021, e a Nota - AP nº 224/2021-RF.

Nº 149 - Dar anuência prévia ao COMANDO DA MARINHA para autorizar a investigação científica em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) pela *Stazione Zoologica Anton Dohrn*, instituição italiana, e 35 (trinta e cinco) outras entidades nacionais e estrangeiras, no âmbito do projeto intitulado "Tara Microbiones", financiado pela União Europeia, empregando o navio "TARA", de propriedade da *Fondation Tara Ocean*, instituição francesa, na margem continental e talude, no período de 13 de agosto a 1º de dezembro de 2021; de acordo com a documentação remetida por meio do Ofício nº 10-93/EMA-MB, de 10 de junho de 2021, o Parecer nº 10-7/2021, de 17 de maio de 2021, e o Parecer nº 10-11/2021, de 1º de julho de 2021, com instrução processual concluída no dia 5 de agosto de 2021, e a Nota - AP nº 225/2021-RF.

Nº 150 - Dar assentimento prévio à empresa ÁGUIA FERTILIZANTES S.A., CNPJ nº 15.110.334/0001-95, para pesquisar minério de cobre em 10 (dez) áreas distintas de 1.691,16ha, 1.757,99ha, 1.772,12ha, 1.846,31ha, 1.621,89ha, 1.775,59ha, 920,43ha, 1.013,12ha, 1.815,09ha e 1.691,11ha, totalizando 15.904,81ha, nos municípios de Bagé, Caçapava do Sul e Lavras do Sul, bem como pesquisar fosfato em uma área de 730,26ha, no município de Caçapava do Sul, todos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48403.932647/2012-38 e 48401.810187/2018-01, que faz referência aos Processos ANM nºs 48052.810749/2019-05, 48052.810750/2019-21, 48052.810751/2019-76, 48052.810752/2019-11, 48052.810753/2019-65, 48052.810754/2019-18, 48052.810755/2019-54, 48052.810756/2019-07, 48052.810757/2019-43 e 48052.810758/2019-98, e Processo nº 00043.000256/2021-53, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 20.439/2021/GEPM/ANM, de 2 de julho de 2021, recebido no dia 9 de julho de 2021, e a Nota - AP nº 226/2021-RF.

Nº 151 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Aldeia Apalai Bona, localizado no município de Almeirim, na faixa de fronteira do estado do Pará, de interesse da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, CNPJ nº 00.059.311/0001-26, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.063573/2019-16, o Parecer nº 97/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 24 de junho de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.092/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 25 de junho de 2021, com instrução complementar concluída em 9 de agosto de 2021, e a Nota - AP nº 228/2021-RF.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SE Nº 885, de 7 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 8 de abril de 2020, seção 1, página 4, no art. 1º, em razão de erro material,

Onde se lê: Art. 1º Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão do Serviço Florestal Brasileiro - CogedesFlorestal, para acompanhar e avaliar o alcance dos resultados e o desempenho do SFB, pactuados no Contrato de Gestão e de Desempenho de 27/12/2019, com vigência de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Leia-se: Art. 1º Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão do Serviço Florestal Brasileiro - CogedesFlorestal, para acompanhar e avaliar o alcance dos resultados e o desempenho do SFB, pactuados no Contrato de Gestão e de Desempenho de 27/12/2019, com vigência de 01/01/2020 a 31/12/2023.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 176, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 262 e 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicada no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria nº 1.393/18, de 21/08/2018, publicada no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2º da Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e o constante dos autos do processo 21042.010206/2021-64, resolve:

Habilitar, o(a) Médico(a) Veterinário(a) PAULO ROBERTO SILVA BORGES, CRMV-RS 05602, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado, desde que haja parecer favorável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 184, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 262 e 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicada no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria nº 1.393/18, de 21/08/2018, publicada no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2º da Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e o constante dos autos do processo 21042.011500/2021-93, resolve:

Habilitar, o(a) Médico(a) Veterinário(a) RAPHAEL SANCHES, CRMV-RS 14223, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado, desde que haja parecer favorável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 84, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a) o ARQUIVAMENTO do pedido de proteção da cultivar de SOJA (*Glycine max* (L.) Merr.), denominada UFVS80B10, protocolo nº 21806.000205/2018-27, com base no disposto no § 5º do art. 18, da Lei nº 9.456, de 1997.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

DECISÃO Nº 85, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a) o DEFERIMENTO dos pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO	PROTOCOLO Nº
Solanum lycopersicum L.	BRAVENCE	21806.000211/2019
Glycine max (L.) Merr.	SYN7740IPRO	21806.000139/2020
Glycine max (L.) Merr.	97Y91IPRO	21806.000145/2020
Eucalyptus spp	IPB29	21806.000196/2020
Eucalyptus spp	IPB62	21806.000200/2020
Glycine max (L.) Merr.	CG Speed IPRO	21806.000251/2020
Chrysanthemum × morifolium Ramat.	DLFARIS1	21806.000304/2020
Avena sativa L.	GMX Invernia	21806.000327/2020
Vitis L.	Sheegene 25	21806.000021/2021
Malus domestica Borkh.	SCS443 Isadora	21806.000046/2021

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta decisão.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO

CONSELHO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA NACIONAL DE BIOINSUMOS

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 5 DE AGOSTO DE 2021

Institui Grupo de Trabalho do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a finalidade de propor o marco regulatório especifico para bioinsumo

O CONSELHO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA NACIONAL DE BIOINSUMOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 10, caput, do Decreto nº 10.375, de 26 de maio de 2020, e tendo em vista o disposto no Processo nº 04028.000006/2020-81, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho - GT do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a finalidade de propor o marco regulatório específico para bioinsumos.

Art. 2º Ao GT do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos compete:

I - analisar a legislação correlata a bioinsumos;

II - indicar os conflitos normativos e seus impactos; e

III - apresentar a proposta do marco regulatório.

Art. 3º O GT do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos é composto por um representante dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - SDI/MAPA, que o coordenará;

II - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA;

III - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

IV - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI;

V - Câmara Temática da Agricultura Orgânica - CTAO; e

VI - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

§ 1º Cada membro do GT terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os membros do GT e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos ou entidades que representam e designados em ato do Secretário da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - SDI/MAPA.

Art. 4º O GT do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos se reunirá, em caráter ordinário, mensalmente e em caráter extraordinário, mediante convocação do membro representante da SDI/MAPA por meio de mensagem eletrônica.

§ 1º O quórum de reunião do GT é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Coordenador do GT do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos terá o voto de qualidade.

§ 3º Os membros do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos serão considerados convidados permanentes para as reuniões do GT, sem direito a voto.

§ 4º O Coordenador do GT poderá convidar especialistas e representantes de outras unidades administrativas do MAPA, de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 5º A Secretaria-Executiva do GT do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos será exercida pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - SDI/MAPA.

Art. 6º A participação no GT do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º O GT do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos terá duração de cento e vinte dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução, permitida, no máximo, uma prorrogação por quarenta e cinco dias, desde que comprovada a necessidade.

Parágrafo único. O relatório final das atividades com a proposta de marco regulatório especifico para bioinsumos será encaminhado ao Presidente do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor em 01 de setembro de 2021.

ALESSANDRO CRUVINEL FIDELIS
Presidente do Conselho

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA SR-26/Nº 017/2001 de 21/08/2001, publicada no D.O.U. Nº 766-E, de 29/08/01, Seção 1, pág. 760, que criou o Projeto de Assentamento CACHOEIRINHA, Código SIPRA TO0276000, no município de Pequizeiro/TO, onde se lê: "... 677,6000 ha, (seiscentos e setenta e sete hectares e sessenta ares)", leia-se: "... 665,7658 ha (seiscentos e sessenta e cinco hectares, setenta e seis ares e cinquenta e oito centiares)", onde se lê: "... 14 (quatorze) unidades agrícolas familiares"; leia-se: "... 16 (dezesseis) unidades agrícolas familiares";

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 97, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 32/2021/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.005135/2019-28, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.005135/2019-28.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 194/2019, art. 2º, item 5, de 27 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 30 de setembro de 2019, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social requerida pela entidade INSTITUTO DE CEGOS DO BRASIL CENTRAL, CNPJ 25.440.512/0001-08, com validade de cinco anos, de 31 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2024, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 194/2019, art. 2º, item 5, de 27 de setembro de 2019, publicada no DOU, de 30 de setembro de 2019.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 5.109, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2021 a 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e considerando o disposto no art. 26-A da Lei nº 13.844, de 2019, e na Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Definir as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações para o período compreendido entre os anos de 2021 a 2023, a fim de alinhar a atuação ministerial ao Plano Plurianual - PPA 2020-2023 e alcançar os objetivos e metas estabelecidos nos programas finalísticos estabelecidos nesse plano.

§ 1º A definição de prioridades tem como objetivos:

I - contribuir para a alavancagem em setores com maiores potencialidades para a aceleração do desenvolvimento econômico e social do país;

II - promover o alinhamento institucional de todos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério, com intuito de obter sinergia entre eles para melhorar a alocação de recursos orçamentários e financeiros, humanos, de logística e de infraestrutura; e

III - racionalizar o uso dos recursos orçamentários e financeiros, conforme a programação inicial do PPA 2020-2023.

§ 2º As prioridades definidas nessa Portaria devem ser observadas pelos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, órgãos específicos singulares, unidades de pesquisa, órgãos colegiados, entidades vinculadas e unidades descentralizadas, previstos no art. 2º do Anexo I do Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Estabelecer como prioritários os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações voltados para as áreas de Tecnologias:

I - Estratégicas;

II - Habilitadoras;

III - de Produção;

IV - para Desenvolvimento Sustentável;

V - para Qualidade de Vida; e

VI - para Promoção, Popularização e Divulgação da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Parágrafo único. São também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa básica, educação empreendedora, ciências humanas e sociais aplicadas que contribuam para o desenvolvimento das áreas definidas nos incisos I a VI do caput.

Art. 3º A área de Tecnologias Estratégicas contempla os seguintes setores:

I - Espacial;

II - Nuclear;

III - Cibernética; e

IV - Segurança Pública e de Fronteira.

Parágrafo único. A área referida no caput envolve aspectos de soberania nacional e tem como objetivos a redução de dependência tecnológica externa e a ampliação crescente e contínua da:

I - capacidade de defesa do território nacional; e

II - participação da indústria nacional relacionada à cadeia produtiva dos setores contemplados.

Art. 4º A área de Tecnologias Habilitadoras contempla os seguintes setores:

I - Inteligência Artificial;

II - Internet das Coisas;

III - Materiais Avançados;

IV - Biotecnologia; e

V - Nanotecnologia.

Parágrafo único. A área referida no caput tem como objetivo contribuir para a base de inovação em produtos intensivos em conhecimento científico e tecnológico.

Art. 5º A área de Tecnologias de Produção contempla os seguintes setores:

I - Indústria;

II - Agronegócio;

III - Comunicações;

IV - Infraestrutura; e

V - Serviços.

Parágrafo único. A área referida no caput tem como objetivo contribuir para o aumento da competitividade e produtividade nos setores voltados diretamente à produção de riquezas para o país.

Art. 6º A área de Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável contempla os seguintes setores:

I - Cidades Inteligentes e Sustentáveis;

II - Energias Renováveis;

III - Bioeconomia;

IV - Tratamento e Reciclagem de Resíduos Sólidos;

V - Tratamento de Poluição;

VI - Monitoramento, prevenção e recuperação de desastres naturais e ambientais; e

VII - Preservação Ambiental.

Parágrafo único. A área referida no caput tem como objetivo contribuir para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e preservação ambiental.

Art. 7º A área de Tecnologias para Qualidade de Vida contempla os seguintes setores:

I - Saúde;

II - Saneamento Básico;

III - Segurança Hídrica; e

IV - Tecnologias Assistivas.

Parágrafo único. A área referida no caput tem como objetivo contribuir para a melhoria da oferta de produtos e serviços essenciais para uma parcela significativa da população brasileira.

Art. 8º A área de Tecnologias para Promoção, Popularização e Divulgação da Ciência, Tecnologia e Inovação contempla os seguintes setores:

I - Ensino de Ciências;

II - Educação Empreendedora; e

III - Comunicação Social.

Parágrafo único. A área referida no caput tem como objetivo contribuir para a melhoria da promoção do ensino e da educação científica, formal e informal, da popularização e da divulgação da ciência e do empreendedorismo em todos os níveis de ensino no País.

Art. 9º As prioridades definidas nesta Portaria têm caráter orientativo aos órgãos deste Ministério referidos no § 2º do art. 1º, que devem:

I - internalizar as prioridades estabelecidas nesta Portaria, no que couber, mediante ajustes em normativos, planos, programas e projetos;

II - detalhar as ações destinadas a atender as prioridades estabelecidas nesta Portaria e definir as formas de implementação, a fim de contemplá-las nos instrumentos e termos de parceria celebrados com atores internos e externos a este Ministério; e

III - promover a interlocução com atores das demais políticas públicas que apresentam interface com as ações de ciência, tecnologia e inovações nos setores das áreas definidas como prioritárias nos arts. 3º a 8º, no intuito de alinhamento de prioridades, estratégias e ações, com vista ao fortalecimento da governança pública.

§ 1º A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq deverão promover, no que couber, ajustes e adequações necessários nas respectivas linhas de financiamento e de fomento, para incorporar, em seus programas e ações, as prioridades estabelecidas na presente Portaria.

§ 2º A Subsecretaria de Unidades Vinculadas adotará, no que couber, as medidas cabíveis para incorporar as prioridades estabelecidas nesta Portaria aos Termos de Compromisso de Gestão - TCG, celebrados ou a serem celebrados com as Unidades de Pesquisa, e aos Contratos de Gestão celebrados ou a serem celebrados com as Organizações Sociais.

Art. 10º O disposto nesta Portaria não se aplica às ações em andamento ou que tenham sido iniciadas até a data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020; e

II - a Portaria nº 1.329, de 27 de março de 2020.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 149/SEI-INT, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Portaria nº 141, de 21 de julho de 2021, que define a data de retorno gradual e seguro ao trabalho de modo presencial dos servidores e colaboradores no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia - INT.

A DIRETORA DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pela Portaria MCT nº 407, de 29.06.2006, publicada no D.O.U. de 30.06.2006 e, pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria 3.472, de 10.09.2020, publicada no DOU de 11.09.2020, ambas assinadas pelo Exmº Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovações, e tendo como base o §2º do art. 3º da Portaria MCTI nº 4.709, de 03.05.2021, publicada no DOU de 05.05.2021, resolve:

Art. 1º Manter o trabalho remoto para todos os servidores, empregados públicos e estagiários, nos moldes da Portaria nº 4.709/2021/SEI-MCTI, de 03 de maio de 2021, salvo para aqueles que desenvolvem atividades essenciais.

Art. 2º Estabelecer a data de retorno às atividades presenciais, de forma gradual e segura, a partir de 04 de outubro de 2021.

Art. 3º A qualquer tempo, de acordo com a necessidade de serviço, os servidores e empregados públicos em trabalho remoto poderão ser solicitados a retornar ao trabalho presencial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

IEDA MARIA VIEIRA CAMINHA

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS OUTORGA

DESPACHO Nº 233, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.008897/2021-21, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 9708/2021/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 06 de abril de 2021, da frequência 660 KHz, outorgada à Radio da Grande Serra Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Araripina, no estado de Pernambuco.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 2 DE AGOSTO DE 2021

Nº 250 - Processo nº 53500.026651/2018-92
Recorrente/Interessado: ALGAR TELECOM S.A. CNPJ nº 71.208.516/0001-74

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 83/2021/EC (SEI nº 6990097), integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos da decisão recorrida.

Nº 251 - Processo nº 53560.003147/2011-33
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 90/2021/EC (SEI nº 7075117), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para afastar o caráter sistêmico das infrações aos arts. 48, § 3º, e 49 do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RSTFC) e para alterar a gravidade da infração ao art. 70, inciso II, "a", do RSTFC, de grave para média; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor da sanção de multa de R$ 584.661,66 (quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos) para R$ 49.259,03 (quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e nove reais e três centavos) pelas infrações ao art. 6º, § 2º, do Regulamento sobre áreas locais para o STFC, aprovado pela Resolução nº 373/2004, e aos arts. 46, caput e § 1º; 46, § 3º; 46, § 7º; 49; 70, II, "a"; 70, § 3º; e 95 da Resolução nº 426/2005, a fim de se considerar:

b.1) a utilização da metodologia para cálculo de multas de Descumprimento de Obrigações Contratuais, para o recálculo das sanções de multa pelas infrações aos arts. 48, § 3º, e 49 do RSTFC;

b.2) a descaracterização da infração ao art. 74, § 3º, do RSTFC; e,

b.3) a absorção da infração ao § 1º do art. 46 do RSTFC, pelo caput do mesmo dispositivo.

Nº 252 - Processo nº 53572.000312/2010-85
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0011-40

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 82/2021/EC (SEI nº 6986996), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para reconhecer a incidência de circunstância atenuante do art. 20, III, do RASA, para as infrações do art. 11, caput, do PGMU II, exceto quanto às localidades de Assentamento Sede e Batalha e Assentamento Monte das Oliveiras (Município de Sítio Novo), em que deve ser aplicada atenuante do art. 20, II; e atenuante prevista no art. 20, III, para as infrações referentes ao art. 4º, I, do PGMU II; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor da sanção de multa de R$ 4.945.509,05 (quatro milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e nove reais e cinco centavos) para R$ 3.993.205,86 (três milhões, novecentos e noventa e três mil, duzentos e cinco reais e oitenta e seis centavos), em razão da aplicação de atenuante do art. 20, III, do RASA, para as infrações do art. 8º, caput, do PGMU II; aplicação de agravante no importe de 10% (dez por cento) para a infração ao art. 4º, I, do PGMU II, referente às localidades de Paulica e Assentamento 16 de Abril, com fundamento no art. 19, III, do RASA, c/c o art. 9º, § 3º, V e VII, do mesmo Regulamento; revisão do agravamento da infração ao art. 11, caput, do PGMU II, referente a todas as localidades, de 20% como agravado em 1ª instância para 10%, a fim de se considerar apenas a hipótese prevista no inciso V do art. 9º, § 3º, do RASA, excluindo-se a hipótese prevista no inciso III; e exclusão do valor da multa referente à infração ao art. 4º, na localidade de Novo Tempo.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 3 DE AGOSTO DE 2021

Nº 253 - Processo nº 53500.209194/2015-27
Recorrente/Interessado: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S.A. CNPJ nº 40.281.347/0001-74

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 88/2021/EC (SEI nº 7056174), integrante deste acórdão, conhecer Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 254 - Processo nº 53500.017718/2009-15
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0007-64

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 81/2021/MM (SEI nº 6983639), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão expressa no Despacho Decisório nº 196/2021/COUN/SCO (SEI nº 6967171), em que o Superintendente de Controle de Obrigações retratou-se parcialmente da decisão recorrida.

Nº 255 - Processo nº 53532.001744/2010-80
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0015-74

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 87/2021/MM (SEI nº 7080918), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor da sanção aplicada de R$ 550.697,49 (quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e nove centavos) para R$ 831.136,27 (oitocentos e trinta e um mil, cento e trinta e seis reais e vinte e sete centavos).

Nº 256 - Processo nº 53516.005450/2010-25
Recorrente/Interessado: SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES. CNPJ nº 01.371.416/0001-89

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 86/2021/MM (SEI nº 7073711), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar a sanção aplicada de R$ 77.773,62 (setenta e sete mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e dois centavos) para R$ 15.774,26 (quinze mil, setecentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

Nº 257 - Processo nº 53563.000809/2012-74
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000118/0016-55

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 89/2021/MM (SEI nº 7114643), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, o Despacho Decisório para corrigir o enquadramento das infrações e alterar o valor de multa para R$ 630.156,85 (seiscentos e trinta mil, cento e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), pelas infrações aos arts. 4º, inciso II, 6º, inciso II, e 9º, parágrafo único, do Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003 (PGMU II).

Nº 258 - Processo nº 53504.004540/2020-18
Recorrente/Interessado: EMISSORA CENTRO-OESTE LTDA. CNPJ nº 89.996.839/0001-35

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 85/2021/MM (SEI nº 7054520), integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Revisão interposto, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 65 da Lei de Processo Administrativo (LPA) e no art. 90 do Regimento Interno da Anatel para, no mérito, dar-lhe provimento no sentido de afastar a sanção de advertência anteriormente aplicada nos termos do Acórdão nº 170, de 20 de abril de 2020 (SEI nº 5467358).

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 4 DE AGOSTO DE 2021

Nº 259 - Processo nº 53500.037886/2021-13
Recorrente/Interessado: IP TELECOM LTDA - CNPJ nº 04.575.727/0001-58

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 95/2021/MM (SEI nº 7170492), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 260 - Processo nº 53500.027229/2013-40
Recorrente/Interessado: MEGGANET SERVIÇOS DE INTERNET E INFORMÁTICA LTDA. CNPJ nº 09.015.773/0001-16

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 59/2021/CB (SEI nº 7078412), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 261 - Processo nº 53520.000037/2010-13
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0322-66

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 61/2021/CB (SEI nº 7090008), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) confirmar a retratação parcial e a sanção de multa no valor de R$ 255.332,72 (duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos).

Nº 262 - Processo nº 53566.001391/2010-21
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0010-60

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 63/2021/CB (SEI nº 7114149), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, com vistas a aplicar a hipótese de atenuação de pena prevista no art. 20, inciso III, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA/2012), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012, para todas as infrações do Pado; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor da sanção aplicada de R$ 548.260,15 (quinhentos e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta reais e quinze centavos) para R$ 539.199,37 (quinhentos e trinta e nove mil, cento e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), a fim de considerar:

b.1) a aplicação de agravante no importe de 30% (trinta por cento) para a infração ao art. 8º, caput, do PGMU II, com fundamento no art. 19, I, do RASA/2012; e,

b.2) a aplicação de agravante no importe de 10% (dez por cento) para a infração ao art. 11, caput, do PGMU II, com fundamento no art. 19, III, c/c o art. 9º, § 3º, V e VII, ambos do RASA/2012.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 280, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 01217.004809/2021-71
Recorrente/Interessado: CIDADÃO

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 72/2021/CB (SEI nº 7258686), integrante deste acórdão, conhecer do pedido (SEI nº 7235306) para, no mérito, negar-lhe provimento.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 6 DE AGOSTO DE 2021

Nº 5.888 - Expedir autorização a Charles Hofman Petrillo, CPF nº ***.138.966-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.899 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à Anglogold Ashanti Corrego do Sitio Mineração S.A., CNPJ 18.565.382/0001-66, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.902 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, CPF ***.333.586-**, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.908 - Expedir autorização a Arthur Faria de Paula, CPF nº ***.940.436-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.909 - Expedir autorização a Ceres Investimento e Consultoria Ltda, CNPJ nº 34.250.750/0001-33, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.910 - Expedir autorização a Guilherme Oliveira Alves, CPF nº ***.877.086-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Nº 5.990 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à EAO - Empreendimentos Agropecuários e Obras S.A., CNPJ 00.141.269/0007-83, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.993 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à Condomínio Operacional do Shopping So Marcas Outlet, CNPJ 12.429.281/0001-81, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 5.232, DE 12 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53504.004364/2021-97.
Expedir autorização ao Felipe Cipriano Bellaguarda de Castro, CPF nº ***.255.848-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 5.235, DE 12 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53504.004351/2021-18.
Expedir autorização ao Marcelo da Silva, CPF nº ***.633.728-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 5.292, DE 14 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53504.004519/2021-95.
Expede autorização ao Ricardo Chiavelli, CPF nº ***.983.338-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 6.078, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Expedir autorização à Cleilson Jose Lopes de Vasconcelos, CPF/CNPJ nº ***.998.293-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 6 DE AGOSTO DE 2021

Nº 5887 - Processo nº 53542.001169/2021-59.
Expede autorização a AGNALDO SOUSA RESENDE, CPF nº ***.747.061-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5892 - Processo nº 53542.001150/2021-11.
Expede autorização a LL AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 27.363.623/0001-85, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 5.947, DE 9 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53542.001183/2021-52.
Expede autorização a ROBSON RIBEIRO DE FARIA, CPF nº ***.447.391-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 5.973, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53542.001184/2021-05.
Expede autorização a SELVA SEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 41.596.738/0001-40, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO 6.117, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Expedir autorização a FLÁVIO HENRIQUE DE FREITAS CRISPIM, CPF: XXX.813.164-XX, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 6.126, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Expede autorização à Art Navegação Fluvial Ltda, CNPJ nº 33.155.636/0001-61, para explorar serviços de telecomunicações de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.002264/2021-62.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 11 DE AGOSTO DE 2021

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.016 - Processo nº 53569.003841/2021-42 - Câmara Municipal dos Vereadores de Parauapebas, CNPJ nº 22938658000181.

Nº 6.019 - Processo nº 53569.003842/2021-97, Genesisagro S/A., CNPJ nº 18604440000202.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 6.141, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53569.002847/2021-01.
Expede autorização à Universidade Federal do Oeste do Para, CNPJ nº 11118393000159, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 24 DE MAIO DE 2021

Nº 3.662 - Processo nº 53500.047871/2020-74.
Transfere integralmente, de forma onerosa, a autorização para exploração dos Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito expedida a VELOMAX TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 13.406.873/0001-40, para a SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 07.714.104/0001-07, e Consolida, sem ônus, as outorgas do Serviço de Comunicação Multimídia e do Serviço de Acesso Condicionado originalmente autorizadas às empresas.

Nº 3.665 - Processo nº 53500.047871/2020-74.
Transfere integralmente, de forma onerosa, a autorização para exploração dos Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito de titularidade da VIATEC SERVIÇOS E COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 09.199.730/0001-38, para a SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 07.714.104/0001-07, e Consolida, sem ônus, as outorgas do Serviço de Comunicação Multimídia originalmente autorizadas às empresas.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 5.065, DE 6 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53500.037046/2021-42.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PRINTSCOM RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 06.054.792/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Curitiba/PR.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 5.317, DE 15 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53500.046347/2021-67.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO EXECUTIVA LTDA, CNPJ 02.531.283/0001-23, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Goiânia/GO.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 22 DE JULHO DE 2021

Nº 5.498 - Processo nº 53500.050011/2021-07.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL MANGABEIRAS, CNPJ 03.800.278/0001-31, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Belo Horizonte/MG.

Nº 5.499 - Processo nº 53500.039401/2021-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO TREZE DE MAIO LTDA, CNPJ 03.989.007/0001-76, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Treze de Maio/SC.

Nº 5.500 - Processo nº 53500.040080/2021-02.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUB DE PALMAS LTDA, CNPJ 75.661.751/0001-58, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Palmas/PR.

Nº 5.502 - Processo nº 53500.046197/2021-91.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santana/BA.

Nº 5.503 - Processo nº 53500.046205/2021-08.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Paratinga/BA.

Nº 5.504 - Processo nº 53500.046211/2021-57.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FM MANIA LTDA, CNPJ 04.385.024/0001-67, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Uberlândia/MG.

Nº 5.505 - Processo nº 53500.046469/2021-53.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Riacho de Santana/BA.

Nº 5.506 - Processo nº 53500.047795/2021-88.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO COMUNITARIA E EDUCATIVA DE PARACATU, CNPJ 03.645.847/0001-11, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Paracatu/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 5.567, DE 23 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53500.050929/2021-48.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à R & C PRODUCOES LTDA, CNPJ 02.196.207/0001-09, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Brasília/DF.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 24 DE JULHO DE 2021

Nº 5.587 - Processo nº 53500.049485/2021-06.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO INTEGRACAO DE CARMO DO PARANAIBA LTDA ME, CNPJ 20.258.372/0001-20, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Carmo do Paranaíba/MG.

Nº 5.588 - Processo nº 53500.050708/2021-70.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ABAIS DE ESTANCIA LTDA, CNPJ 13.361.738/0001-26, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Estância/SE.

Nº 5.589 - Processo nº 53500.050809/2021-41.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LINEA SAT COMUNICACAO LTDA, CNPJ 03.852.438/0001-96, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Assis/SP.

Nº 5.590 - Processo nº 53500.050810/2021-75.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LINEA SAT COMUNICACAO LTDA, CNPJ 03.852.438/0001-96, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Criciúma/SC.

Nº 5.591 - Processo nº 53500.050811/2021-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LINEA SAT COMUNICACAO LTDA, CNPJ 03.852.438/0001-96, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Joinville/SC.

Nº 5.592 - Processo nº 53500.050813/2021-17.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LINEA SAT COMUNICACAO LTDA, CNPJ 03.852.438/0001-96, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Blumenau/SC.

Nº 5.593 - Processo nº 53500.050820/2021-19.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SAMPAIO & MARTINS LTDA, CNPJ 04.418.641/0001-11, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cavalcante/GO.

Nº 5.594 - Processo nº 53500.050822/2021-08.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SAMPAIO & MARTINS LTDA, CNPJ 04.418.641/0001-11, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santa Helena de Goiás/GO.

Nº 5.595 - Processo nº 53500.050891/2021-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAIBA, CNPJ 18.602.045/0001-00, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rio Paranaíba/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.062 - Processo nº 53500.053501/2021-57.
Expede autorização à Netgames Servicos de Comunicacao Multimidia Scm Ltda, CNPJ/MF nº 22.882.573/0001-29, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.063 - Processo nº 53500.054255/2021-51.
Expede autorização à Torre Net Telecom Ltda, CNPJ/MF nº 40.959.429/0001-25, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.064 - Processo nº 53500.055216/2021-71.
Expede autorização à G W Mandu dos Santos Eireli, CNPJ/MF nº 40.184.742/0001-39, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.065 - Processo nº 53500.056054/2021-98.
Expede autorização à WM INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 34.187.007/0001-86, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.066 - Processo nº 53500.056615/2021-59.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 11/08/2021, a autorização outorgada a VOANET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ/MF nº 10.766.182/0001-60, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.151, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53500.047615/2021-68.
Expede autorização à G2 Servicos de Internet Ltda, CNPJ/MF nº 37.924.328/0001-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 878/GC4, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e o disposto no art. 1º da Portaria Normativa nº 20/MD, de 17 de março de 2016, e de acordo com o que consta do Processo nº 67292.002324/2021-58, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa COMETA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.966.438/0001-80, nos termos do art. 6º da Lei nº 12.846/2013, a multa de R$ 6.000,00 (seis mil Reais), pelas razões constantes do Relatório Final do Processo referenciado no preâmbulo, em especial por haver incorrido na conduta tipificada na alínea "d" do inciso IV do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, combinado com os art. 90 e 93 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (vigente à época dos fatos apurados), uma vez que se utilizou de documento adulterado com o objetivo de ser habilitada no Pregão Eletrônico nº 73/GAP-MN/2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA MB/MD Nº 25, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Aprova o Regulamento para a Concessão da Medalha Mérito Riachuelo.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, consoante ao que prescreve o art. 3º do Decreto nº 10.541, de 12 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento para Concessão da Medalha Mérito Riachuelo, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 20 de agosto de 2021.

ALMIR GARNIER SANTOS

ANEXO

==========

GABINETE DO COMANDANTE DA MARINHA
REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DA "MEDALHA MÉRITO RIACHUELO"

Art. 1º A Medalha Mérito Riachuelo, criada pelo Decreto nº 10.541, de 12 de novembro de 2020, é destinada a agraciar praças e servidores civis assemelhados, integrantes da Marinha do Brasil, em reconhecimento público pelos bons serviços prestados, pela dedicação, pelo interesse no aprimoramento profissional e pelo amor à Pátria. A referida medalha poderá ser concedida, por indicação do Comando da Marinha, às praças e aos servidores civis assemelhados do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira que tenham prestado bons serviços e se destacado no relacionamento profissional com a Marinha do Brasil.

Art. 2º A Medalha possui a forma de uma ancora tridimensional, com a ilustração da Fragata Amazonas em alto-relevo, simbolizando o horizonte em formato côncavo e parte de sua tripulação celebrando a vitória na Batalha Naval do Riachuelo, circundado a inscrição "MEDALHA MÉRITO RIACHUELO", ladeado por duas estrelas também em alto-relevo envolvida a parte circular da medalha por uma corda naval em alto-relevo. Em seu reverso constam as batalhas na qual houve a participação da Marinha do Brasil: INDEPENDÊNCIA, CISPLATINA, TONELERO, RIACHUELO, HUMAITÁ, DNOG, BATALHA DO ATLÂNTICO, em alto-relevo, sendo circundado pela inscrição "MARINHA DO BRASIL" e sete estrelas em alto-relevo representando as batalhas. A medalha é suspensa por uma fita de gorgorão chamalotada nas cores azul, branco e vermelho.

Parágrafo único. A medalha é usada do lado esquerdo do peito, na posição preceituada no Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil.

Art. 3º A concessão da Medalha Mérito Riachuelo será feita por ato do Comandante da Marinha.

Art. 4º As propostas de concessão serão apresentadas ao Conselho da Ordem do Mérito Naval, tendo como origem o Comando da Marinha, o Estado-Maior da Armada e os Órgãos de Direção Setorial, que indicarão militares e servidores civis pertencentes às respectivas cadeias hierárquicas obedecendo a distribuição quantitativa divulgada pela Secretaria da Ordem do Mérito Naval.

Art. 5º São requisitos obrigatórios para a concessão da Medalha Mérito Riachuelo:

I - Não possuir informações desabonadoras;

II - No caso de militares, ter reconhecido destaque nos seguintes aspectos profissionais:

a) atitude militar;

b) qualidade do trabalho; e

c) conhecimento e habilidade técnico-profissional.

III - Que os bons serviços prestados sejam, notadamente, decorrentes da dedicação, esforço ou aprimoramento do militar ou servidor civil.

Art. 6º As propostas deverão dar entrada no Gabinete do Comandante da Marinha até o dia 15 de janeiro de cada ano, conforme modelo e conjunto de informações necessárias estabelecidas pela Secretaria da Ordem do Mérito Naval.

Art. 7º A apreciação por parte do Conselho será feita, normalmente, nas reuniões convocadas para a análise dos processos para a Ordem do Mérito Naval e para a Medalha Mérito Tamandaré. Em casos excepcionais, a critério do seu Chanceler, poderá o Conselho ser convocado, com esta finalidade, a qualquer data.

Art. 8º Após a assinatura do ato de concessão da Medalha, o Comandante da Marinha mandará expedir o respectivo diploma, assinado pelo Chefe do Gabinete do Comandante da Marinha.

Art. 9º A entrega da medalha será feita pelo titular da Organização Militar onde servir o agraciado, em solenidade militar prevista no Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito (RCont).

§ 1º Os Comandantes dos Distritos Navais, o Comandante em Chefe da Esquadra e o Comandante da Força dos Fuzileiros da Esquadra poderão realizar solenidade única para entrega das medalhas aos militares e civis que servem nas Organizações Militares sob suas respectivas jurisdições; e

§ 2º A entrega da medalha será realizada, preferencialmente, nas cerimônias internas alusivas ao Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

Art. 10 A Secretaria do Conselho da Ordem do Mérito Naval manterá, devidamente atualizado, o almanaque dos agraciados.

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.676, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Altera o artigo 1° da Portaria n. 318, de 24 de fevereiro de 2021, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Jaboatão dos Guararapes-PE, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° O art. 1° da Portaria n. 318, 24 de fevereiro de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Jaboatão dos Guararapes-PE, no valor de R$ 417.639,55 (quatrocentos e dezessete mil seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59000.022234/2019-79."

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.678, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 326, de 19 de fevereiro de 2020, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Cláudia - MT, para ações de Defesa Civil, para até 13/02/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

PORTARIA Nº 158, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, publicado no DOU de 30/06/2014 e alterações, bem como a Portaria/MDR nº 429, de 08/09/2020, publicada no DOU de 09/09/2020, resolve:

Art. 1º Delegar à Diretoria de Administração, bem como ao seu respectivo substituto, devidamente constituído, durante os afastamentos e impedimentos legais do titular, a competência para, observada a legislação vigente, praticar os seguintes atos:

- autorizar abertura de procedimento licitatório, adjudicar, homologar, revogar e anular licitações;
- designar pregoeiro e equipe de apoio, bem como designar comissão de licitação;
- designar gestor e fiscal de contratos administrativos;
- aprovar projeto básico, termo de referência e estudos técnicos preliminares no âmbito das contratações desta SUDAM;
- aprovar edital de licitação;
- praticar os demais atos relacionados ao procedimento licitatório;
- ratificar os atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação;
- gerenciar e controlar os registros de preços;
- autorizar a restituição de garantias contratuais;
- constituir comissões de recebimento de materiais e serviços;
- emitir atestados de capacidade técnica, no âmbito da sua UG, nos termos do § 1º do art. 30 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 19
- firmar e rescindir contratos administrativos e suas alterações, após a aprovação da Diretoria Colegiada;
- autorizar a concessão de suprimento de fundos e manifestar-se sobre a respectiva prestação de contas;
- instaurar Tomada de Contas Especial de convênios e outros instrumentos congêneres;
- aprovar e enviar ao Ministério da Economia o Planejamento e Gerenciamento de Contratações-PGC;
- aprovar edital de seleção de estágio;
- firmar e rescindir convênios para concessão de bolsa de estágio a estudantes, após a aprovação da Diretoria Colegiada;
- assinar Termo de Compromisso de estagiário e respectivo aditivo;
- autorizar a interrupção de férias dos servidores da Sudam;
- conceder abono permanência;
- conceder e revisar aposentadorias e pensões;
- conceder licença prêmio por assiduidade-LPA;
- conceder progressão funcional;
- emitir atos de lotação, de remoção e de colaboração de servidor, após deliberação do (a) superintendente;
- designar membros de comissões e grupos de trabalho, bem como gerenciar, avaliar e aprovar os trabalhos e/ou estudos que vierem a apresentar;
- designar substitutos eventuais;
- aprovar e enviar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas-PDP;
- conceder e interromper os afastamentos para participação em ações de desenvolvimento de que trata o art. 18 do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019;
- aprovar a participação de servidor em ação de capacitação, inclusive, em casos de exceção quando implicar despesa com diárias e passagens conforme trata o parágrafo único do art. 17 do Decreto nº. 9.991, de 2019;
- promover a avaliação de que trata o § 2º do art. 20 do Decreto nº 9.991, de 2019; e
- analisar e autorizar a dispensa de pagamento de valor excedente na utilização dos serviços de telefonia móvel.

Art. 2° Fica revogada a Portaria n° 320, de 28/12/2020, publicada no DOU nº 247, seção 1, pág. 21.

LOUISE CAROLINE CAMPOS LOW

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÃO

Na alínea "b", do inciso II, do art. 2º da Portaria SECEX nº 106, de 13 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2021, Seção 1, página 20.

Onde se lê:

"b) a quantidade remanescente de 450 toneladas, correspondente a 10% (dez por cento) da cota global de cada período de concessão, amparará importações de empresas não contempladas na alínea "a", bem como as empresas contempladas que tenham esgotado a parcela a elas originalmente distribuída, podendo constituir, ainda, reserva técnica para atender a situações não previstas; e"

Leia-se:

"b) a quantidade remanescente de 75 toneladas, correspondente a 5% (cinco por cento) da cota global de cada período de concessão, amparará importações de empresas não contempladas na alínea "a", bem como as empresas contempladas que tenham esgotado a parcela a elas originalmente distribuída, podendo constituir, ainda, reserva técnica para atender a situações não previstas; e"

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA SEST/SEDDM/ME Nº 9.932, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Aprova o quantitativo de pessoal próprio do conglomerado Banco do Brasil S.A.- BB

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 1º do Decreto nº 3.735, de 24.1.2001, por delegação da Portaria nº 250, de 23.8.2005 e Anexo I, art. 98, inciso VI, letra g, do Decreto nº 9.745, de 8.4.2019, resolve:

Art. 1º Fixar o limite para o quadro de pessoal próprio do conglomerado Banco do Brasil S.A.- BB - em 94.955 vagas.

Parágrafo Único: Ficam contabilizados também, os empregados disponibilizados para as subsidiárias BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM; BB Seguridade Participações S.A. - BB Seguridade; BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A - BB Corretora; BB Seguros Participações S.A - BB Seguros; BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. - BB Cartões; BB Administradora de Consórcios S.A. - BB Consórcios; BB Elo Cartões Participações S.A - BB Elo Cartões; BB Banco de Investimento S.A. - BB BI; BB Leasing S.A - Arrendamento Mercantil - BB Leasing S.A, e; BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S. A. - Bescval.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas são considerados:

I. os empregados efetivos admitidos por concurso público;

II. os empregados efetivos admitidos sem concurso público antes de 5.10.1988;

III. os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas;

IV. os empregados que estão cedidos ou disponibilizados para outros órgãos ou entidades;

V. os empregados cedidos ou requeridos de outros órgãos ou entidades;

VI. os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994;

VII. os empregados readmitidos e reintegrados;

VIII. os empregados contratados por prazo determinado (temporários);

IX. os empregados ou servidores movimentados para compor força de trabalho conforme disposto no art. 93, § 7º, da Lei nº 8.112/90; e

X. os empregados com contrato de trabalho interrompido ou suspenso, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

Art. 3º Compete ao Banco do Brasil S.A gerenciar o seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para contratar ou desligar empregados, desde que observado o limite estabelecido no Art. 1º, as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica revogado o quadro de pessoal do conglomerado Banco do Brasil S.A.- BB aprovado por meio da Portaria nº 23.352, de 10 de novembro de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/SEDDM/ME Nº 9.825, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 15, inciso XIII, da Lei n° 13.465, de 11 de julho de 2017, no art. 18-A, §1º, do Decreto-Lei 9760, de 5 de setembro de 1946, e no art. 17, inciso I, alínea f da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o Processo nº 10154.141933/2019-74 e a deliberação pelo Grupo Especial de Destinação Supervisionada - GE-DESUP 3, por meio da Ata de Reunião de 10 de agosto de 2021 (Processo SEI nº 19739.123873/2021-26), resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão sob regime de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito Resolúvel, ao Município de Paranaguá, do imóvel urbano da União, classificado como ilha marítima costeira, inscrito sob Registro Imobiliário Patrimonial - RIP 7745010126620, com área de 4.513.221,51 m², localizado na Baía de Paranaguá, Município de Paranaguá, Estado do Paraná, registrado no Registro de Imóveis de Paranaguá sob a Matrícula nº 58.315.

Art. 2º A Cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação do projeto de Regularização Fundiária da Ilha dos Valadares, que prevê a regularização fundiária em benefício de até 5.000 famílias de baixa renda.

§ 1º O prazo para a Cessão aos beneficiários finais é indeterminado.

§ 2º O prazo para a conclusão do projeto de Regularização Fundiária da Ilha dos Valadares é de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, contado da assinatura do respectivo contrato.

§ 3º Os beneficiários finais do projeto de regularização fundiária ao qual se destina o imóvel não poderão alienar o bem por um período de 5 (cinco) anos à partir da assinatura do contrato de Cessão.

Art. 3º Fica o Cessionário obrigado a:

I - administrar, guardar, zelar, fiscalizar e controlar o imóvel cedido, devendo conservá-lo, tomando as providências administrativas e judiciais para tal fim;

II - assegurar que ao imóvel não seja dada destinação diversa da finalidade social que motiva a cessão, nos termos do art. 2º desta Portaria;

III - transferir gratuitamente o direito real de uso e as obrigações relativas às parcelas do imóvel descrito e caracterizado no art. 1º desta Portaria aos beneficiários do projeto, desde que atendam aos requisitos expressos no art. 31,§5º, da Lei 9636, de 15 de maio de 1998, possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos e não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural;

IV - as titulações deverão ser, preferencialmente, em nome da mulher, em obediência ao art. 10, inciso XI, da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;

V - proceder ao registro da presente Cessão, na matrícula dos imóveis, no cartório competente, nos termos da Lei nº 6.015/1973;

VI - após as transferências do direito real de uso, ficarão sujeitas à averbação no cartório competente, por parte dos adquirentes, e entregues à SPU-PR no prazo de sessenta dias, a partir de sua efetivação;

VII - permitir que a União tenha livre acesso ao imóvel para que realize fiscalizações periódicas;

VIII - proceder o parcelamento do solo, nos termos da lei, registrando-os junto ao Cartório do Registro de Imóveis competente;

IX - pagar todos os encargos financeiros, tais como impostos, taxas, contribuições e emolumentos que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel;

X - obedecer às diretrizes dos órgãos públicos, especialmente a legislação municipal de uso e ocupação do solo no que concerne à utilização do imóvel objeto deste contrato.

XI - expedir e registrar a Certidão de Regularização Fundiária perante o Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá, em observância ao disposto no art. 28, incisos VI e VII, da lei 13.465, de 11 de julho de 2017.

XII - promover a titulação onerosa quando se tratar de famílias que não atendam aos requisitos do art. 31, § 5º, da Lei nº 9.636/1998, observada a legislação sobre os procedimentos licitatórios. Nestes casos, o produto da venda do direito real deve ser destinado à instalação de infraestrutura, equipamentos básicos ou de melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto de regularização fundiária.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA MAGALHÃES ALMEIDA RODOPOULOS

PORTARIA SPU/SEDDM/ME Nº 9.692, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o Processo nº 04977.003093/2013-71, e a deliberação pelo Grupo Especial de Destinação Supervisionada - GE-DESUP 1, por meio da Ata de Reunião de 10 de agosto de 2021 (Processo SEI nº 19739.122240/2021-09),resolve:

Art. 1º Autorizar a Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel Gratuito, ao Município de Santos, Estado de São Paulo, do imóvel da União, classificado como próprio nacional, localizado na Rua do Comércio, 79/71, esquina da atual Gonçalves Dias, Centro, município de Santos, Estado de São Paulo, com área de terreno de 462,15 m² e 2.839,92 m² de benfeitorias, inscrito sob o RIP 7071.00803.500-5, e registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Santos, sob a Transcrição nº 12.149

Art. 2º A concessão a que se refere o art. 1º se destina à implantação de projeto de provisão habitacional, através de Retrofit, para a construção de 36 (trinta e seis) unidades habitacionais, que beneficiarão famílias de baixa renda.

§ 1º O prazo para a Concessão aos beneficiários finais é indeterminado.

§ 2º O prazo para a conclusão das obras e para a respectiva titulação dos beneficiários finais dos projetos de provisão habitacional é de 24 (sessenta) meses, prorrogável, por mais 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.

Art. 3º Fica o concessionário obrigado a:

I - a administrar, guardar, zelar, fiscalizar e controlar o imóvel cedido devendo conservá-lo, tomando as providências administrativas e judiciais para tal fim;

II - assegurar que ao imóvel não seja dada destinação diversa da finalidade social que motiva a cessão, nos termos da cláusula segunda;

III - transferir gratuitamente o direito real de uso e as obrigações relativas às parcelas do imóvel descrito e caracterizado no art. 1º aos beneficiários do projeto de provisão habitacional, os quais devem atender aos seguintes requisitos exigidos no art. 31, § 5°, da Lei n° 9.636/1998: possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos e não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural;

IV - proceder ao registro da presente Cessão, na matrícula do imóvel, no cartório competente, nos termos da Lei nº 6.015/1973;

V - após as transferências do direito real de uso, ficarão sujeitas à averbação no cartório competente, por parte dos adquirentes, e entregues à SPU-SP no prazo de sessenta dias, a partir de sua efetivação;

VI - permitir que a União tenha livre acesso ao imóvel para que realize fiscalizações periódicas;

VII - inserir cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos, conforme estabelece o art. 31, § 4°, inciso II, da Lei nº 9.636/1998;

VIII - manter cadastro municipal atualizado da área supramencionada.

Parágrafo único. As transferências de que tratam o inciso III do caput deste artigo deverão ser feitas preferencialmente em nome da mulher, conforme o disposto no art. 10, XI, da Lei 13.465/2017.

Art. 4º A concessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito do cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido nos arts. 2º e 3º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 5º A presente concessão não exime o concessionário de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 6º Responderá o concessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 7º O Município de Santos, na qualidade de concessionário do Direito Real de Uso Resolúvel obriga-se, ao término das obras, a transmitir o direito real ao(s) órgão(s) ou entidade(s) Financiador(es), as unidades habitacionais devidamente averbadas junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, com matrículas individualizadas, de modo a possibilitar a sua transferência às famílias beneficiárias, mediante instrumento jurídico de contrato de financiamento com garantia de Alienação Fiduciária.

Art. 8º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA MAGALHÃES ALMEIDA RODOPOULOS

SUPERINTENDÊNCIA NO ACRE

PORTARIA SPU/AC/ME Nº 9.940, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15, inc. VI, da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, c/c o art. 44 do Anexo da Portaria nº 335, de 02 de outubro de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 19739.115949/2021-40, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE (CNPJ **.*31.258/0001-**), a realizar a execução de obras, referente à Ponte sobre o Rio Iaco, no Município de Sena Madureira/AC, visando efetuar a ligação da Rua Antônio Nicácio Teixeira (área central da cidade), do Mercado Público Municipal/Mercado do Peixe, com a Estrada Mário Lobão (Segundo Distrito), em área de uso comum do povo, na forma dos elementos constantes do processo nº 19739.115949/2021-40;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º encontra-se em uma área de 2.672,00 m²;

Art. 3º - O prazo de execução da obra é de 18 (dezoito) meses a contar da emissão ordem de serviço, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pelo Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE.

Art. 4º - Caso a obra seja interrompida e venha a trazer danos não passíveis de reversão ao meio ambiente, o Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE responderá criminalmente pelos danos causados.

Art. 5º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente. Em especial, deverá ser dada atenção aos artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651, de 2012, que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação;

Art. 6º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de 01 (uma) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000 com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União";

Art. 7º - Responderá o Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, judicial ou extrajudicialmente, em decorrência das obras das quais trata esta portaria.

Art. 8º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso às áreas de uso comum do povo e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, urbanísticas, sanitárias e ambientais, emitidas pelos órgãos competentes, assim como às aprovações de projetos, aos pagamentos de taxas e alvarás dos órgãos pertinentes, conforme legislação vigente, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra, durante todo o período de execução da obra;

Art. 9º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica transferência de posse ou constituição de direitos ou domínio sobre a área, ou qualquer tipo de indenizações sobre benfeitorias;

Art. 10º - A responsabilidade pela demolição da obra também é do interessado quando:

a) representar risco à segurança das pessoas e do meio ambiente;

b) não cumprir mais a sua finalidade social, nos termos da Portaria autorizativa; ou

c) na hipótese de retomada do imóvel em decorrência de obrigação legal imposta à União.

Art. 11º - A manutenção das estruturas construídas com base na presente Portaria será de responsabilidade do autorizatário.

Art. 12º - A Superintendência do Patrimônio da União no Acre fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo em epígrafe;

Art. 13º - A autorização de obras, a que se refere esta Portaria, poderá ser revogável a qualquer tempo.

Art. 14º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANGELO ROSSANO DE SOUZA

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 9.937, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 33.510.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020, alterada pela Portaria ME nº 2.158, de 24 de fevereiro de 2021, e tendo em vista a autorização constante do art. 4º, § 8º, da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021), em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 33.510.000,00 (trinta e três milhões, quinhentos e dez mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotação orçamentária conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO FUNCHAL

ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1040	Governança Fundiária							33.510.000
		Atividades							
21 631	1040 211A	Consolidação de Assentamentos Rurais							33.510.000
21 631	1040 211A 0001	Consolidação de Assentamentos Rurais - Nacional							33.510.000
			F	4	9	90	0	144	33.510.000
TOTAL - FISCAL									33.510.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.510.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1040		Governança Fundiária							33.510.000
		Atividades							
21 631	1040 211A	Consolidação de Assentamentos Rurais							33.510.000
21 631	1040 211A 0001	Consolidação de Assentamentos Rurais - Nacional							33.510.000
			F	3	9	90	0	144	33.510.000
TOTAL - FISCAL									33.510.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.510.000

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 18, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Ratifica o Convênio ICMS nº 124/21, aprovado na 335ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 23.07.2021 e publicado no DOU em 30.07.2021.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5º e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o Convênio ICMS a seguir identificado, celebrado na 335ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 23 de julho de 2021:

Convênio ICMS nº 124/21 - Altera o Convênio AE nº 9/72, que disciplina o procedimento para exame e concessão de regimes especiais para a emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive por meio de processamento eletrônico de dados.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 51, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 05/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS nº 03/18.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3º da cláusula nona do Convênio ICMS nº 3, de 16 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de Sergipe, no dia 09 de agosto de 2021, na forma do inciso I do § 3º da cláusula nona do Convênio ICMS nº 03/18, registrada no Processo SEI nº 12004.100012/2020-34, torna público:

Art. 1º O item 9 fica acrescido no campo referente ao Estado de Sergipe do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 5, de 10 de janeiro de 2020, com a seguinte redação:

Unidade Federada: SERGIPE				
ITEM	UF	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
9	SE	04.033.958/0013-73	27.176.539-9	EXXONMOBIL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 52, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula primeira-B do Convênio ICMS nº 75, de 05 de dezembro de 1991,

CONSIDERANDO a relação encaminhada pelo Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa por meio do Ofício nº 57/CDI-SE/834, de 26 de março de 2020, registrada no processo SEI nº 12004.100942/2019-54; e

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo no dia 09 de agosto de 2021, registrada no processo SEI nº 12004.100942/2019-54, torna público:

Art. 1º O item 597 fica incluído no Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 67, de 03 de dezembro de 2019, no campo referente ao Estado de São Paulo, com a seguinte redação:

SÃO PAULO	
597.	VOA TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA CNPJ: 28.977.952/0001-89 IE: 645.875.359.114

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 57, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS nº 15, de 04 de abril de 2008, comunica que a Secretaria-Executiva do CONFAZ recebeu do órgão técnico credenciado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS - o seguinte laudo de análise funcional da empresa desenvolvedora de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificada:

I - Não constatada "não conformidade":

a) Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SGBR Sistemas Eireli Rua dr.Maruri, Sala 402, 990, Centro Concórdia/SC CEP: 89.700-168	17.089.484/0001-90	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO3862021 Nome: SG MASTERPDV Versão: X6 Código MD5: 6D9F1CAAEAABFD97A20966F95BF55E2B Data do término da análise: 10/08/2021

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

DESPACHO

Certifico que a Entidade Social Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família - Banco da Família, inscrita no CNPJ sob o n. 02.559.046/0001-70, encontra-se cadastrada no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, para fins do disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 13.636 de 20 de março de 2018 e nos termos da Portaria nº 5.823, de 18 de maio de 2021.

Esta Certidão tem validade de 360 dias, contados a partir da data da sua emissão. Processo SEI/ME nº 14021.152383/2021-08.

DANIEL DE SOUZA GALVÃO
Secretário
Substituto

DESPACHO

Certifico que a Entidade Social Instituição Comunitária de Crédito Portosol, inscrita no CNPJ sob o n. 00.997.885/0001-45, encontra-se cadastrada no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, para fins do disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 13.636 de 20 de março de 2018 e nos termos da Portaria nº 5.823, de 18 de maio de 2021.

Esta Certidão tem validade de 360 dias, contados a partir da data da sua emissão. Processo SEI/ME nº 19967.100260/2021-27.

DANIEL DE SOUZA GALVÃO
Secretário
Substituto

DESPACHO

Certifico que a Instituição OMNI BANCO S.A., inscrita no CNPJ sob o n. 60.850.229/0001-47, encontra-se cadastrada no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, para fins do disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 13.636 de 20 de março de 2018 e nos termos da Portaria nº 5.823, de 18 de maio de 2021.

Esta Certidão tem validade de 360 dias, contados a partir da data da sua emissão. Processo SEI/ME nº 19964.108972/2021-14.

DANIEL DE SOUZA GALVÃO
Secretário
Substituto

DESPACHO

Certifico que a Entidade Social Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento - CEADE, inscrita no CNPJ sob o n° CNPJ n° 13.420.476/0001-23, encontra-se cadastrada no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, para fins do disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 13.636 de 20 de março de 2018 e nos termos da Portaria nº 5.823, de 18 de maio de 2021.

Esta Certidão tem validade de 360 dias, contados a partir da data da sua emissão. Processo SEI/ME nº 14022.105296/2021-43.

DANIEL DE SOUZA GALVÃO
Secretário
Substituto

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA RFB Nº 56, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Subdelega competência ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas, aos Superintendentes e aos Delegados da Receita Federal do Brasil.

O SUBSECRETÁRIO-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo parágrafo único do art. 54 da Portaria do Ministério da Economia nº 406, de 8 de dezembro de 2020 e pela Portaria da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil nº 224, de 7 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas para praticar atos de designação e dispensa de titulares e de substitutos eventuais de FG pertencentes às Unidades Centrais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e suas subunidades, vedada subdelegação.

Art. 2º Subdelegar competência aos Delegados de Julgamento da Receita Federal do Brasil para, no âmbito de sua jurisdição, vedada subdelegação:

I - praticar atos de nomeação e exoneração de titulares dos cargos em comissão, código DAS 101, nível 1, e de designação e dispensa das funções de confiança FCPE de mesmo nível e FG.

II - praticar atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão, código DAS 101, nível 1, das funções de confiança FCPE de mesmo nível e FG.

Parágrafo único. A subdelegação de que trata este artigo não se aplica quando se tratar de atos de designação e dispensa de Presidente de Turma.

Art. 3º Subdelegar competência aos Superintendentes da Receita Federal do Brasil para, no âmbito de sua jurisdição, vedada subdelegação:

I - praticar atos de nomeação e exoneração de titulares dos cargos em comissão, códigos DAS 101 e DAS 102, níveis 1 e 2, e de designação e dispensa das funções de confiança FCPE de mesmo nível e FG.

II - praticar atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão, código DAS 101, níveis 1 e 2, das funções de confiança FCPE de mesmo nível e FG.

Parágrafo único. A subdelegação de que trata este artigo não se aplica quando se tratar de atos de nomeação, exoneração, designação e dispensa de titulares de unidades de lotação da RFB código DAS 101, níveis 1 e 2, e FCPE de mesmo nível.

Art. 4º Subdelegar competência aos Delegados das Alfândegas, das Delegacias e das Delegacias Especiais da Receita Federal do Brasil para, no âmbito de sua jurisdição, vedada subdelegação:

I - praticar atos de nomeação e exoneração de titulares dos cargos em comissão, códigos DAS 101 e DAS 102, níveis 1 e 2, e de designação e dispensa das funções de confiança FCPE de mesmo nível e FG.

II - praticar atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão, código DAS 101, níveis 1 e 2, e das funções de confiança FCPE de mesmo nível e FG.

Parágrafo único. A subdelegação a que se refere o caput não se aplica quando se tratar de atos de designação e dispensa de Delegados-Adjuntos.

Art. 5º As subdelegações de competência de que tratam os arts. 1º a 4º não se aplicam nas hipóteses de nomeação, exoneração, designação ou dispensa que impliquem remoção ou alteração de exercício e município do servidor.

Art. 6º O servidor que estiver cumprindo estágio probatório somente poderá ser nomeado para cargo em comissão ou designado para função gratificada nas hipóteses em que a nomeação ou a designação não implique em mudança de lotação.

Art. 7º Os substitutos eventuais deverão ser designados por ato específico.

Art. 8º Subdelegar competência ao Chefe de Gabinete da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas, aos Superintendentes da Receita Federal do Brasil e aos Delegados de Julgamento da Receita Federal do Brasil para declarar a necessidade de serviço e autorizar a interrupção de férias de servidores, de acordo com o disposto no art. 80 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º A competência do Chefe de Gabinete da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil compreende a interrupção de férias do Secretário Especial Adjunto da Receita Federal do Brasil, do Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil, dos Subsecretários da Receita Federal do Brasil, de servidores em exercício no Gabinete da RFB, do Corregedor-Geral, dos Coordenadores-Gerais, dos Coordenadores Especiais, dos Chefes das Assessorias e de seus servidores, do Ouvidor, dos Superintendentes da Receita Federal do Brasil e dos Delegados de Julgamento da Receita Federal do Brasil.

§ 2º A competência do Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas fica circunscrita aos demais servidores em exercício nas Unidades Centrais e, a dos Superintendentes da Receita Federal do Brasil e dos Delegados de Julgamento da Receita Federal do Brasil, aos servidores em exercício nas suas respectivas jurisdições.

Art. 9º Revogar a Portaria RFB/SG nº 314, de 13 de fevereiro de 2019.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DECIO RUI PIALARISSI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.021 - SRRF04/DISIT, DE 5 DE JULHO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda da Pessoa Física

IRPF. SALÁRIO-MATERNIDADE. AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-ACIDENTE. TESOURO MUNICIPAL. PAGAMENTO DIRETO. ISENTO.

O auxílio-doença e o auxílio-acidente pagos pelo Tesouro Municipal ou qualquer outra fonte pagadora que não a previdência oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou entidade de previdência privada não se enquadra nos critérios estabelecidos no art. 48 da Lei nº 8.541, de dezembro de 1992, para a isenção do IRPF, estando, dessa forma, sujeitos à incidência tributária.

O salário-maternidade não está ao abrigo da isenção do IRPF concedida pelo art. 48 da Lei nº 8.541, de 1992.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 137 - COSIT, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Dispositivos Legais: art. 48 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992; § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional (EC) nº 103, de 12 de novembro de 2019; art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e art. 196 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.022 - SRRF04/DISIT, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Ementa: IMUNIDADE. DUPLO TETO OU DOBRA PREVIDENCIÁRIA. APOSENTADO OU PENSIONISTA BENEFICIÁRIO PORTADOR DE DOENÇA INCAPACITANTE. REVOGAÇÃO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 2019 (REFORMA DA PREVIDÊNCIA). VIGÊNCIA. EFICÁCIA. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL.

No âmbito do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, o novo patamar da contribuição devida por beneficiário de aposentadoria ou pensão que, na forma da lei, seja portador de doença incapacitante, relativo aos proventos que superem o limite máximo fixado para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos, em razão da revogação do § 21 do art. 40 da Constituição Federal, tem vigência a partir de 13 de novembro de 2019, por força de expressa previsão do art. 36, III, da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 176, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, art. 40, "caput", § 1º, inciso I, e §§ 18 e 21, e art. 201; Emenda Constitucional nº 103, de 2019, arts. 1º, 35, inciso I, alínea "a", e 36, inciso III.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQOEA/ALF-BHE Nº 19, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento 8852, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como AGENTE DE CARGA, a empresa NELSON HEUSI LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.211.360/0001-07.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MG Nº 272, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.628588/2021-88, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica DAIA DANTA AGROPECUARIA E INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.424.354/0001-78, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/08/2021 a 29/07/2024, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.1196549/2021.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GVS/MG Nº 25, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador nº 06103/0159, concedido ao estabelecimento da empresa CATUABA CRISTAL LTDA, CNPJ 19.595.545/0001-16 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 04 de 17/12/1999, publicado no Diário Oficial da União de 27/12/1999, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463393/2020-03.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 04 de 17/12/1999.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GVS/MG Nº 26, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador nº 06103/0003, concedido ao estabelecimento da empresa DISABUL DISTRIBUIDORA DE ALCOÓL E BEBIDAS UNIVERSAL LTDA, CNPJ 20.618.708/0001-18 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 31 de 10/08/2000, publicado no Diário Oficial da União de 14/08/2000, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463395/2020-94.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 31 de 10/08/2000.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GVS/MG Nº 27, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor/Engarrafador nº 06103/0187, concedido ao estabelecimento da empresa FERNANDO VIEIRA COUTINHO JUNIOR, CNPJ 38.477.311/0001-19 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 16 de 11/03/2004, publicado no Diário Oficial da União de 16/03/2004, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463397/2020-83.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 16 de 11/03/2004.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GVS/MG Nº 28, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor/Engarrafador nº 06103/0136, concedido ao estabelecimento da empresa JOSÉ DA SILVA LAGOAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 26.072.769/0001-09 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 39 de 22/08/2000, publicado no Diário Oficial da União de 01/09/2000, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (SUSPENSA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442246/2020-91.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 39 de 22/08/2000.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JFA/MG Nº 29, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor nº 06104/0129, concedido ao estabelecimento da empresa AGROPECUÁRIA SANTA ANA EIRELI, CNPJ 11.025.105/0001-11 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 39 de 05/08/2010, publicado no Diário Oficial da União de 06/08/2010, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (SUSPENSA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.439665/2020-46.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 39 de 05/08/2010.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JFA/MG Nº 30, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador nº 06104/0130, concedido ao estabelecimento da empresa AGROPECUÁRIA SANTA ANA EIRELI, CNPJ 11.025.105/0001-11 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 40 de 05/08/2010, publicado no Diário Oficial da União de 06/08/2010, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (SUSPENSA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.439665/2020-46.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 40 de 05/08/2010.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 31, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor/Engarrafador nº 06108/0143, concedido ao estabelecimento da empresa CACHAÇARIA MINEIRÍSSIMA LTDA, CNPJ 03.111.756/0001-04 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 09 de 12/03/2004, publicado no Diário Oficial da União de 22/03/2004, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.439680/2020-94.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 09 de 12/03/2004.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 32, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor/Engarrafador nº 06108/0165, concedido ao estabelecimento da empresa INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CACHAÇA SOBRADO LTDA, CNPJ 05.847.726/0001-88 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 19 de 24/06/2004, publicado no Diário Oficial da União de 28/06/2004, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (SUSPENSA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.439685/2020-17.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 19 de 24/06/2004.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 33, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor nº 06108/0184, concedido ao estabelecimento da empresa MANOEL NONATO, CNPJ 71.126.288/0001-93 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 01 de 28/01/2009, publicado no Diário Oficial da União de 30/01/2009, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442219/2020-19.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 01 de 28/01/2009.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 34, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador nº 06108/0185, concedido ao estabelecimento da empresa MANOEL NONATO, CNPJ 71.126.288/0001-93 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 02 de 28/01/2009, publicado no Diário Oficial da União de 30/01/2009, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442219/2020-19.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 02 de 28/01/2009.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 35, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor/Engarrafador nº 06106/0079, concedido ao estabelecimento da empresa GUAPIARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 07.405.085/0001-37 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 07 de 10/05/2006, publicado no Diário Oficial da União de 11/05/2006, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463503/2020-29.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 07 de 10/05/2006.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 36, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor nº 06106/0127, concedido ao estabelecimento da empresa LOURENÇO BARBOSA DA COSTA, CNPJ 09.173.236/0001-02 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 03 de 06/02/2013, publicado no Diário Oficial da União de 07/02/2013, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463506/2020-62.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 03 de 06/02/2013.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 37, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador nº 06106/0128, concedido ao estabelecimento da empresa LOURENÇO BARBOSA DA COSTA, CNPJ 09.173.236/0001-02 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 04 de 06/02/2013, publicado no Diário Oficial da União de 07/02/2013, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463506/2020-62.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 04 de 06/02/2013.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GVS/MG Nº 38, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Atacadista nº 06103/0244, concedido ao estabelecimento da empresa JOSÉ BARRACK SOBRINHO, CNPJ 01.731.191/0001-24 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 37 de 18/11/2011, publicado no Diário Oficial da União de 21/11/2011, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463378/2020-57.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 37 de 18/11/2011.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GVS/MG Nº 39, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor nº 06103/0245, concedido ao estabelecimento da empresa JOSÉ BARRACK SOBRINHO, CNPJ 01.731.191/0001-24 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 38 de 18/11/2011, publicado no Diário Oficial da União de 21/11/2011, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463378/2020-57.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 38 de 18/11/2011.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GVS/MG Nº 40, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor nº 06103/0246, concedido ao estabelecimento da empresa JOSÉ BARRACK SOBRINHO, CNPJ 01.731.191/0001-24 através do Ato Declaratório Executivo - ADE nº 39 de 18/11/2011, publicado no Diário Oficial da União de 21/11/2011, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463378/2020-57.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 39 de 18/11/2011.

Art. 3º - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 29 DE JULHO DE 2021

Revoga a Simplificação de Operações de Trânsito Aduaneiro para o Recinto Libraport Campinas S/A, CNPJ nº 03.795.647/0002-26

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284/2020, e com fundamento no art. 82 da Instrução Normativa SRF nº 248/2002, na Portaria SRRF08 nº 705/2019 e no art. 6º da Portaria Coana nº 05/2021, e à vista do que consta do processo nº 19814.720010/2020-71, resolve:

Art. 1º. Revogar o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 25, de 08/05/2020, publicado no D.O.U. de 13/05/2020.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO KOJI KAWABATA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 251, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de produtor.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo § 1º do artigo 5º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, e no processo administrativo nº 13032.281371/2021-90, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0098 ao estabelecimento CACHACA PEDRA NEGRA LTDA, CNPJ nº 05.979.233/0001-00, situado na Estrada Municipal Pedra Negra, 897, Bairro Pedra Negra, Taubaté/SP, para a atividade específica de PRODUTOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 252, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de engarrafador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo § 1º do artigo 5º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, e no processo administrativo nº 13032.488569/2021-01, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0099 ao estabelecimento CACHACA PEDRA NEGRA LTDA, CNPJ nº 05.979.233/0001-00, situado na Estrada Municipal Pedra Negra, 897, Bairro Pedra Negra, Taubaté/SP, para a atividade específica de ENGARRAFADOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 253, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento de ofício da Habilitação Definitiva da pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no DOU de 15/09/2020, e pela Portaria DRF/SOR nº 38, de 07/10/2020, publicada no DOU de 13/10/2020 e tendo em vista o disposto no art. 9ºA da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, nos arts. 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13032.543591/2021-12, declara:

Art. 1º Cancelada de ofício a Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável, a qual foi concedida por meio do Ato Declaratório Executivo - ADE/SOR nº 199/2021, de 08/07/2021, publicado no Diário Oficial da União - DOU, em 09/07/2021, em nome da Pessoa Jurídica: CAMPO VERDE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.318.616/0001-66, em relação ao projeto de investimento aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, nos autos do Processo nº 000014.0811189/2021, com período de execução de 01/06/2021 a 29/02/2024.

Art. 2º Em virtude do cancelamento de ofício da habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica deverá adotar as providências relacionadas nos incisos "I", "II" e "III", do artigo 27 do Decreto nº 8.533/2015, bem como as previstas no parágrafo 1º do artigo 647 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOA Nº 14, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Renova Registro Especial de Controle de Papel Imune de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência definida pelo artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e considerando o contido no processo administrativo nº 13973.000612/2007-21, declara:

Art. 1º - Renovado pelo prazo de 3 (três) anos o Registro Especial de Controle de Papel Imune, na atividade GRÁFICA, sob nº GP/09202/00019, do estabelecimento da empresa Business Editora e Publicação de Informativos Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 08.713.019/0001-97, situado na Rua Alvin Carlos Kruger, 123, Bairro Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SERGIO LUIZ GARBIN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Declara habilitada ao Programa Mais Leite Saudável, de que tratam os artigos 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO - RS, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, considerando o disposto no § 7º do artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 13033.505327/2021-71, declara:

Art. 1º Habilitada, de forma definitiva, ao Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica Laticínios Censi Ltda., CNPJ nº 91.842.591/0001-08.

Art. 2º O Edital de aprovação do projeto, emitido pelo Superintendente Substituto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul, foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União - DOU nº 97, de 25 de maio de 2021, e o período de execução do projeto é de 21/05/2021 a 20/05/2024.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO GODOY CORREA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/PEL Nº 16, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) de que tratam os art. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o Parecer Fiscal e tudo o que mais consta no processo administrativo fiscal nº 11000-724.746/2021-61, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) de que tratam os art. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 a empresa individual de responsabilidade limitada Centro de Formação de Condutores Rumo Certo Sociedade Simples Eireli inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.048.274/0001-01, com estabelecimento matriz localizado na João Maria da Fonseca, 39 - Passo das Pedras - Gravataí-Rio Grande do Sul, em virtude de:

I - ter incorrido em prática reiterada de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, utilizando-se de meio fraudulento visando induzir ou manter a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir tributo apurável na forma do SIMPLES NACIONAL;

II - ter de forma reiterada não emitido Nota Fiscal de Serviço.

Parágrafo Único Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 01/01/2017, com impedimento de nova opção por 10 (dez) anos.

Art. 2º A exclusão de ofício e seus efeitos decorrem do disposto no inciso V, XI, §§ 1º, 2º e incisos I e II do § 9º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º É facultado à empresa individual de responsabilidade limitada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ato, manifestar sua inconformidade quanto à exclusão de ofício, ao Delegado de Julgamento da Receita Federal do Brasil, observada a legislação relativa ao processo administrativo-fiscal, nos termos do art. 15 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1072, e, não havendo manifestação nesse prazo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIANO RIGATTI CAMPEOL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/PEL Nº 17, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) de que tratam os art. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o Parecer Fiscal e tudo o que mais consta no processo administrativo fiscal nº 11000-724.745/2021-17, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) de que tratam os art. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 a pessoa jurídica Centro de Formação de Condutores Fischer & cia Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.077.767/0001-70, com estabelecimento matriz localizado na Rua Epitácio Pessoa 186 em Campo Bom - Rio Grande do Sul, em virtude de:

I - ter incorrido em prática reiterada de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, utilizando-se de meio fraudulento visando induzir ou manter a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir tributo apurável na forma do SIMPLES NACIONAL;

II - ter de forma reiterada não emitido Nota Fiscal de Serviço.

Parágrafo Único Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 01/01/2017, com impedimento de nova opção por 10 (dez) anos.

Art. 2º A exclusão de ofício e seus efeitos decorrem do disposto no inciso V, XI, §§ 1º, 2º e incisos I e II do § 9º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º É facultado à empresa de responsabilidade limitada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ato, manifestar sua inconformidade quanto à exclusão de ofício, ao Delegado de Julgamento da Receita Federal do Brasil, observada a legislação relativa ao processo administrativo-fiscal, nos termos do art. 15 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1072, e, não havendo manifestação nesse prazo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIANO RIGATTI CAMPEOL

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 142, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Divulga os procedimentos para a remessa de demonstrações financeiras pelas instituições em regime de liquidação extrajudicial, de que trata a Resolução BCB nº 13, de 9 de setembro de 2020.

O Chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora (Derad) e o Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhes confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base, respectivamente, nos arts. 94-A, inciso I, e 77, inciso III, do referido Regimento, e considerando o disposto na Resolução BCB nº 13, de 9 de setembro de 2020, resolvem:

Art. 1º As demonstrações financeiras de que trata o art. 15 da Resolução BCB nº 13, de 9 de setembro de 2020, devem ser remetidas ao Banco Central do Brasil pelas instituições em regime de liquidação extrajudicial decretados por esta Autarquia, por meio dos documentos de código a seguir especificados, nos termos do anexo a esta Instrução Normativa:

I - 4090 - Balancete Especial de Substituição do Liquidante; e

II - 4096 - Balanço de Abertura do Regime de Liquidação Extrajudicial.

Art. 2º As instituições a que se refere o art. 1º devem utilizar os títulos contábeis previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) destinados às empresas em liquidação extrajudicial, sendo que:

I - o documento de código 4090 deve ser elaborado com base no plano contábil do documento de código 4010; e

II - o documento de código 4096 deve ser elaborado com base no plano contábil do documento de código 4016.

Art. 3º A remessa dos documentos mencionados no art. 1º somente deve ser realizada após a instituição certificar-se de que não haverá impedimento à sua recepção em função das críticas de entrada, conforme Sistemática do Processo de Qualidade disponível na página do Banco Central do Brasil na Internet, no endereço https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sistemacosif.

Art. 4º Fica revogada a Carta Circular nº 3.810, de 15 de março de 2017.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

CLIMERIO LEITE PEREIRA
Chefe do Derad

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN
Chefe do Desig

ANEXO

Código e nome dos Documentos: 4090 - Balancete Especial de Substituição do Liquidante;

4096 - Balanço de Abertura do Regime de Liquidação Extrajudicial;

Periodicidade da Remessa: Eventual;

Data-limite para Remessa: até sessenta dias da respectiva data-base;

Data-base: 4090 - corresponde à data da substituição do liquidante;

4096 - corresponde à data da decretação do regime de liquidação extrajudicial;

Unidade Responsável pela Curadoria: Derad;

Forma de Remessa: Meio eletrônico;

Sistema para Remessa: Sistema de Transferência de Arquivos (STA), disponível na página do Banco Central do Brasil na Internet, no endereço https://sta.bcb.gov.br/sta/;

Formato para Remessa: txt;

Elementos Adicionais para Remessa: Leiautes e instruções de preenchimento disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet no endereço https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/leiautedocumentoscrd;

Tabelas de críticas de entrada e outras informações: disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet no endereço https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sistemacosif;

Endereço Eletrônico para Solução de Dúvidas sobre a Remessa e Preenchimento do Documento: derad.digep@bcb.gov.br.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Nº 18.997 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a PATAGÔNIA CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 39.526.263, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 18.998 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza JOSÉ RÔMULO DE CASTRO VIEIRA, CPF nº 012.651.186-12, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA
Em Exercício

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA INMETRO Nº 343, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 3º e 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro nº 0052600.003435/2021-83, que demonstram o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Portaria Inmetro nº 171, de 03 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a Te-HV Trabalhos Especiais e Análises Técnicas Ltda, a realizar a medição, o cálculo do volume e a elaboração da tabela volumétrica de tanques fixos de todos os formatos, com no máximo 350 m de circunferência, sob a supervisão metrológica da Diretoria de Metrologia Legal do Inmetro e dos órgãos integrantes da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro (RBMLQ-I), como parte do serviço de arqueação de tanques, de acordo com as características e condições descritas a seguir:

I - DADOS DA AUTORIZAÇÃO

Empresa: Te-HV Trabalhos Especiais e Análises Técnicas Ltda

CNPJ: 36.564.209/0001-25

Endereço: Av. dos Autonomistas, 900, sala 1510, Bloco Torre Santorini, Vila Yara, Osasco-SP

Autorização sob o Código Número: AT008

Tipo de Tanque: Tanques verticais, horizontais e esféricos

II - CONDIÇÕES

A manutenção da autorização está vinculada à contínua capacidade comprovada da empresa em realizar a medição, o cálculo do volume e a determinação da tabela volumétrica de tanques verticais e horizontais, objetos desta autorização, em atendimento aos requisitos estabelecidos no Regulamento Técnico Metrológico anexo à Portaria Inmetro nº 648, de 12 de dezembro de 2012, assim como aos requisitos previstos no Edital anexo à Portaria Inmetro nº 171, de 03 de abril de 2018, ou atos normativos supervenientes, e Normas Inmetro.

A empresa autorizada fica subordinada ao exercício de poder de polícia administrativa do Inmetro e dos órgãos integrantes da RBMLQ-I, podendo ser submetida à auditoria extraordinária a qualquer momento com o objetivo de acompanhar a implantação de ações, a fim de investigar reclamações e/ou denúncias, ou quando o Inmetro/Dimel julgar que a empresa não esteja atendendo aos requisitos da presente Portaria, da Portaria Inmetro nº 171/2018 e das normas aplicáveis.

A presente autorização tem caráter precário e possui abrangência em todo o território nacional, com validade de 60 (sessenta) meses contados a partir da data de publicação da presente portaria no Diário Oficial da União, finda a qual deverá ser renovada conforme requisitos da Portaria Inmetro nº 171/2018.

Fica a empresa cientificada de que o não atendimento às condições estabelecidas na presente portaria e nos demais normativos pertinentes, estará sujeita às penalidades previstas no art. 8º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, cujo procedimento administrativo poderá ser instaurado de acordo com a Resolução Conmetro nº 08/2006, incluindo, alternativamente as penalidades de: notificação, multas, redução de escopo, suspensão parcial ou total e revogação da autorização, considerando a infração cometida.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

RETIFICAÇÃO

No artigo 4º da Portaria Inmetro nº 266, de 22 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2021, páginas 66 a 67, seção 1, onde se lê: "Art. 4º Os fabricantes e importadores de preservativos masculinos terão até 31 de dezembro de 2021 para adequarem o layout do Selo de Identificação da Conformidade conforme previsto no Anexo II desta Portaria"; leia-se: "Art. 4º Os fabricantes e importadores de preservativos masculinos terão até 31 de dezembro de 2023 para adequarem o layout do Selo de Identificação da Conformidade conforme previsto no Anexo II desta Portaria".

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 182, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro; Considerando as informações e documentos constantes no processo Inmetro SEI nº 0052600.008017/2021-82, resolve:

Autorizar, em caráter provisório, a empresa Facchini S/A a declarar conformidade de instrumento veículo tanque rodoviário, sob o código nº EAP106, de acordo com as condições especificadas disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pae/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA TÉCNICA 1
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 320, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.611884/2021-71, resolve:

Art.1º Aprovar a destituição e eleição de administradores de SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 03.209.092/0001-02, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de junho de 2021.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 321, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no artigo 131 da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e o que consta do processo Susep nº 15414.611069/2021-10, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de membros de comitê de auditoria de BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 03.095.453/0001-37, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de abril de 2021.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 322, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.612200/2021-58, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., CNPJ nº 33.164.021/0001-00, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 31 de maio de 2021.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 323, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo Susep nº 15414.606776/2021-86, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de administradores de SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 15.047.380/0001-97, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 13 de abril de 2021.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 324, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos Susep nº 15414.613806/2021-19, 15414.613812/2021-68, 15414.613815/2021-00, resolve:

Art.1º Aprovar o encerramento de dependências de SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A., CNPJ nº 17.643.407/0001-30, com sede na cidade de Maringá - PR.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

BANCO DO BRASIL S/A
SECRETARIA EXECUTIVA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2020 - 2020/37

Em vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte, às dez horas, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF), CEP 70040-912, sob presidência do Sr. Hélio Lima Magalhães, realizou-se reunião extraordinária não presencial do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8) com a participação dos Conselheiros André Guilherme Brandão, Débora Cristina Fonseca, Fábio Augusto Cantizani Barbosa, José Guimarães Monforte, Luiz Serafim Spínola Santos e Paulo Roberto Evangelista de Lima. Ausente o Sr. Waldery Rodrigues Júnior. O Conselho de Administração (CA): 1. ELEIÇÃO DE MEMBRO PARA DIRETORIA EXECUTIVA - elegeu como membro da Diretoria Executiva do BB, para completar o mandato 2019-2021, o Sr. Carlos José da Costa André, em razão da renúncia do Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo com efeitos a partir de 1º.12.2020, a seguir qualificado, em consonância com o art. 21, inciso X, do Estatuto Social do Banco do Brasil, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores: Carlos José da Costa André, brasileiro, nascido em 9.8.1963, divorciado, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 834.157.697-04, portador da Carteira de Identidade nº 05935301-1, expedida em 26.4.1991, pelo Instituto de Identificação Felix Pacheco do estado do Rio de Janeiro. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF); O Conselho de Administração autorizou o Sr. Carlos José da Costa André a completar o mandato em curso no Conselho de Administração das empresas Gerdau S.A. e Metalúrgica Gerdau S.A., com fim previsto para abr/21, nos termos do art. 25, inciso II, do Estatuto Social do Banco do Brasil, devendo abster-se das deliberações

referentes a eventuais negócios entre o BB e tais companhias no período de até 6 meses após seu desligamento das mesmas, nos termos art. 14, parágrafo único, do Estatuto Social do Banco do Brasil. 2. ELEIÇÃO DE MEMBRO PARA DIRETORIA EXECUTIVA - elegeu como membro da Diretoria Executiva do BB, para completar o mandato 2019-2021, o Sr. João Leocir Dal Rosso Frescura, a seguir qualificado, em consonância com o art. 21, inciso X, do Estatuto Social do Banco do Brasil, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Diretor de Operações: João Leocir Dal Rosso Frescura, brasileiro, nascido em 3.8.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 488.634.670-72, portador da Carteira nacional de Habilitação nº 01392271360, expedida em 18.8.2020, pelo Departamento Nacional de Trânsito - Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF); 3. ELEIÇÃO DE MEMBROS PARA O COMITÊ DE TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA E INOVAÇÃO (Cotei) - elegeu, em consonância com o art. 36, §1º, do Estatuto Social do Banco do Brasil, os Srs. Gustavo de Souza Fosse e Fabio Augusto Cantizani Barbosa, a seguir qualificados, como membros do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação (Cotei) do BB, para exercício do mandato 2020-2022, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias e que, conforme art. 36, §3º, do Estatuto Social, serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição: Atual Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia Gustavo de Souza Fosse, brasileiro, nascido em 14.5.1972, divorciado, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 978.160.007.15, portador da Carteira de Identidade nº 873.205, expedida em 15.10.2002, pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Espírito Santo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF); Atual Conselheiro de Administração indicado pela União Fabio Augusto Cantizani Barbosa, brasileiro, nascido em 8.6.1978, divorciado, administrador e analista de sistemas, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.379.967-40, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00150158067, expedida em 18.6.2016 pelo Departamento Nacional de Trânsito - São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF); Ato contínuo, o Sr. Fabio Augusto Cantizani Barbosa foi escolhido pelo Conselho de Administração como Coordenador do Comitê de Tecnologia Estratégia e Inovação (Cotei), em consonância com o art. 7º, caput, do Regimento Interno do Cotei. O Conselheiro Fabio Augusto Cantizani Barbosa registrou sua abstenção com relação à deliberação de sua própria indicação como membro e coordenador do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação (Cotei). Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu (Ass. Rodrigo Nunes Gurgel), Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros. Ass.) Hélio Lima Magalhães, André Guilherme Brandão, Débora Cristina Fonseca, Fabio Augusto Cantizani Barbosa, José Guimarães Monforte, Luiz Serafim Spinola Santos e Paulo Roberto Evangelista de Lima. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 30, PÁGINAS 38 A 40. Hélio Lima Magalhães - Presidente do Conselho de Administração. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 28/06/2021 sob o número 1702591 - Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF Nº 17.344.597/0001-94
NIRE Nº 5330001458-2 2021/16

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2021

I. Data, Hora e Local: Às dez horas do dia trinta de julho de dois mil e vinte e um, na sede da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia" ou "BB Seguridade"), localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. A reunião ocorreu por videoconferência. II. Composição da Mesa: Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, Presidente, Ana Paula Teixeira de Sousa, Vice-Presidente, Isabel da Silva Ramos, Arnaldo José Vollet, Cláudio Xavier Seefelder Filho, Ricardo Moura de Araújo Faria e Ullisses Christian Silva Assis. Secretário: André Francisco Ferreira Adnet. (...) V. Deliberações: O Conselho de Administração: 2. Designou o Sr. Marcelo Lopes Lourenço, Diretor Comercial, Marketing e Clientes, como responsável pelas atribuições do Diretor de Estratégia e Tecnologia, até a eleição e posse do diretor substituto; MARCELO LOPES LOURENÇO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da identidade nº 4063636, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás (GO), inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF) sob o nº 867.820.021-91, com endereço na Rua 8 Sul, Apto 1203, Águas Claras, Brasília (DF), CEP 71.938-180. 3. Aprovou o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, conforme constante do Instrumento Decisório 2021/0139; 5. Aprovou a revisão do Plano de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) 2021, conforme constante do Instrumento Decisório 2021/0136. Registre-se que o conselheiro e diretor-presidente da BB Seguridade, Sr. Ullisses Christian bem como demais convidados se ausentaram da sala no momento da aprovação deste item, em atendimento ao Regimento Interno do Conselho, Art. 21. (...) VII. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada por mim, André Francisco Ferreira Adnet, Secretário, pelo Presidente do Conselho, Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, pela Vice-Presidente do Conselho, Ana Paula Teixeira de Sousa, e pelo(a)s Conselheiro(a)s Isabel da Silva Ramos, Arnaldo José Vollet, Cláudio Xavier Seefelder Filho, Ricardo Moura de Araújo Faria e Ullisses Christian Silva Assis. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 5 FOLHAS 85 A 91. Brasília, 30 de julho de 2021. Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima - Presidente. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 10/08/2021 sob o nº 1718361 - Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 23000.020412/2021-02
Interessado: Congregação das Servas de Maria Reparadoras.
Assunto: Suspende efeitos de Despacho Ministerial e concede o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Cebas.

Decisão: Tendo em vista o disposto os autos do processo em referência e de acordo com a Nota nº 01414/2021/CONJURMEC/CGU/AGU, de 13 de agosto de 2021, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - ConJur/MEC, suspendo os efeitos do Despacho Ministerial de 12 de maio de 2021, publicado no Diário Oficial da União - DOU, em 13 de maio de 2021, referente ao pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Cebas, realizado pela Congregação das Servas de Maria Reparadoras, CNPJ nº 19.707.997/0001-42, com sede em Rio Branco/AC, relativo ao Processo nº 23000.006961/2015-18, e concedo-lhe o referido o Certificado, pelo período de 28 de maio de 2015 a 27 de maio de 2018, em cumprimento à decisão judicial constante dos autos do Procedimento Comum nº 1037759- 63.2021.4.01.3400/DF, em trâmite na 7ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, e enquanto viger a determinação judicial.

MILTON RIBEIRO
Ministro

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação.

A Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, com base no § 1º do art. 8º, no § 1º do art. 9º e no art. 90 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no inciso VII do art. 206 e do § 1º do art. 211 da Constituição Federal, assim como no inciso IX do art. 3º e no inciso IX do art. 4º da Lei nº 9.394/1996 e no Parecer CNE/CEB nº 7/2020, homologado por Despacho do Senhor Ministro da Educação, publicado no DOU de 16 de agosto de 2021, resolve:

TÍTULO I
OBJETO E DISPOSIÇÕES GERAIS
Capítulo I
Objeto

Art. 1º A presente Resolução complementa as disposições da Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012, visando estabelecer diretrizes operacionais para orientar a implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação.

§ 1º O ADE é uma forma de colaboração instituída entre Municípios, em articulação horizontal, visando a assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico.

§ 2º O fortalecimento da colaboração entre os Municípios, incluindo ações com a União e com os Estados, contribuem para uma compreensão regionalizada da educação, bem como para ações visando à eliminação ou redução das desigualdades regionais e entre os Municípios em relação à Educação Básica.

Capítulo II
Disposições Gerais

Art. 2º O ADE deve estabelecer agenda comum entre os Municípios, baseada em diagnóstico territorial compartilhado e na interdependência dos sistemas, possibilitando a eleição de prioridades e de atividades contínuas e colaborativas a serem executadas no território, embora preservando a autonomia dos entes participantes.

§ 1º Gestores educacionais, profissionais da educação e representantes de órgãos conexos dos Municípios associados ao ADE devem dialogar continuamente e desenvolver uma visão conjunta ampliada que transcende suas redes de ensino, atuando com outras geograficamente próximas.

§ 2º Os integrantes do ADE devem garantir mecanismos e estratégias que assegurem a continuidade dos compromissos definidos pelo ADE, superando mudanças de administrações decorrentes de sucessão de mandatos eletivos.

Art. 3º A colaboração entre Municípios deve manter ativa a articulação com os respectivos Estados e com a União, visando à colaboração vertical destes, integrando a participação entre os entes federados, visando a contribuir para a efetivação do regime de colaboração previsto no art. 211 da Constituição Federal (CF) e no art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Parágrafo único. O estabelecimento de parcerias técnicas e/ou financeiras com os respectivos Estados e com a União deve objetivar a viabilização de ações para o desenvolvimento dos sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

Art. 4º A criação e manutenção do ADE deve fortalecer a democratização das relações de gestão entre os entes participantes e incentivar o desenvolvimento de um planejamento integrado e sistêmico que considere perspectivas futuras do território regional, antecipando a compreensão, entre outros fatores, de:

I - ampliação ou redução de matrículas, número de escolas da rede de ensino e quadro de docentes;

II - novas possibilidades de ensino com utilização de meios tecnológicos de informação e comunicação;

III - novas necessidades e exigências para a formação de professores; e

IV - novos programas ou políticas públicas estaduais e/ou federais da educação.

Parágrafo único. Os integrantes do ADE devem possibilitar alinhamento na formulação dos respectivos Planos Municipais de Educação, na perspectiva de um processo de planejamento intermunicipal ou regional articulado e sistêmico, que possa reger as principais diretrizes para a educação do território.

Art. 5º O planejamento, integrado e sistêmico, deve embasar, entre outras, ações conjuntas relativas a:

I - decisões sobre o planejamento da rede física escolar;

II - cessão mútua de pessoal docente e técnico-administrativo;

III - articulação para otimização do transporte escolar;

IV - formulação de orientações curriculares comuns atendendo as definições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

V - harmonização dos calendários escolares, inclusive compatibilizando com outras, quando for o caso;

VI - utilização de tecnologias de ensino remoto que permitam compartilhamento de ações pedagógicas;

VII - cooperação, mediante utilização de estratégias comuns, para atendimento de diferentes modalidades de educação e de ensino;

VIII - colaboração incentivada territorialmente, entre as redes de ensino, entre as escolas da mesma ou de outra rede, bem como entre os profissionais, permitido intercâmbio, difusão de boas práticas e ações conjuntas, visando ao aumento da equidade das ofertas educacionais;

IX - conjugação da formação continuada de professores e gestores, com a promoção do conhecimento e da troca de experiências entre os profissionais da educação da mesma rede de ensino ou de redes de diferentes Municípios, valorizando as capacidades e os recursos locais e regionais;

X - promoção de articulação e de aproximações dos diferentes profissionais da educação do território regional, proporcionando intercâmbio de conhecimentos e de práticas, e no exercício de cooperação entre esses profissionais;

XI - estímulo ao compartilhamento de boas práticas de gestão de processos, de recursos e de resultados, de gestão orçamentária e financeira, de pessoal, de estratégias pedagógicas, de infraestrutura e de resultados das avaliações;

XII - implementação de sistema integrado de avaliação institucional e avaliação da aprendizagem;

XIII - promoção de eficiente aplicação dos recursos, de forma solidária para fins idênticos ou equivalentes;

XIV - incentivo a mecanismos de atuação na busca por recursos para prestação de serviços de forma associada;

XV - estabelecimento de parcerias técnicas e/ou financeiras territoriais que agreguem ou potencializem as equipes envolvidas, com o propósito de possibilitar, especialmente aos Municípios com menor capacidade técnica e/ou financeira, condições de acelerar o desenvolvimento de programas ou projetos que auxiliem na eliminação ou redução das desigualdades regionais e intermunicipais na Educação Básica;

XVI - integração colaborativa dos recursos humanos e materiais de órgãos da infraestrutura municipal como os Centros Municipais de Atendimento Psicopedagógico, bem como das universidades do entorno interessadas em alocar alunos para estágios supervisionados dos cursos de Psicopedagogia, Fonoaudiologia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Artes, Música etc. nos ADEs, inclusive com congressos periódicos para trocar experiências, divulgar progressos, e fomentar a formação das novas gerações enfronhadas no modelo de ADE, gerando Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), formando novas linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação dessas universidades, com vistas à

produção de dissertações, teses e publicações capazes de aprofundar a compreensão dos processos envolvidos nos ADEs, formalizar os procedimentos por meio de protocolos de consenso de modo a consolidar esta nova tradição de cooperação; e

XVII - utilizar o Plano de Ações Articuladas (PAR) como instrumento de gestão no planejamento territorial dos ADEs, em conformidade com as orientações do Ministério da Educação (MEC).

Parágrafo único. O ADE favorece a efetivação de novas políticas educacionais, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reformulação do Ensino Médio, as Bases Nacionais Comuns para a Formação Inicial e para a Continuada, a Educação Integral, a Alfabetização na Idade Certa, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Especial, que requerem competência técnica e articulação entre os entes federados, visando a sua efetivação como um direito educacional dos estudantes brasileiros.

TÍTULO II

ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ADE

Capítulo I

Viabilidade da Constituição do ADE

Art. 6º A viabilização da constituição do ADE tem início com a mobilização dos entes municipais, provocada por instituições ou profissionais interessados, internos ou externos à rede de ensino, o que demanda:

I - identificar os representantes das redes de ensino de um mesmo território regional interessados na implantação de um regime de colaboração intermunicipal, formando um grupo de trabalho;

II - obter mais conhecimento, por parte do grupo de trabalho constituído, sobre o modelo do ADE, bem como sobre as experiências de arranjos já implantados e em atividade;

III - identificar pessoas com capacidade de liderança na condução de análise da viabilidade de implantação do arranjo, preferentemente os próprios gestores municipais; e

IV - disseminar a proposta entre os líderes da região a fim de tornar conhecida sua potencialidade, além de despertar e manter o interesse de outros Municípios em integrar o arranjo.

Parágrafo único. A liderança requer legitimidade, habilidade de comunicação e de negociação, trânsito político, respeito e valorização das diferenças, persistência e disponibilidade para dialogar, atuação democrática com responsabilidades compartilhadas e apreço pelo consenso.

Capítulo II

Procedimentos para a Constituição do ADE

Art. 7º Para iniciar a estruturação de um arranjo é fundamental ter clareza dos principais requisitos do que unem os Municípios em torno de uma agenda comum, sendo necessário:

I - elaborar diagnóstico abrangente, identificando informações e dados referentes aos indicadores socioeconômicos e educacionais dos Municípios constituintes do ADE, que permitam compreensão sistêmica dos fatores, internos e externos às redes de ensino, que impactam e impactarão a gestão e os resultados da qualidade social da educação;

II - considerar no diagnóstico, entre outros, os indicadores referentes:

a) ao contexto geral: taxa de natalidade, perfil socioeconômico do território e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);

b) ao contexto educacional: caracterização das redes de ensino quanto à estrutura, ao número de profissionais, de estudantes, de unidades educacionais, de níveis, de etapas e de modalidades de ensino ofertados;

c) aos resultados educacionais: fluxo, proficiência, nível de alfabetização, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); e

d) aos processos de gestão das redes e dos processos pedagógicos.

III - a partir da definição dos indicadores pelos Municípios integrantes do ADE, decidir se o diagnóstico será conduzido por profissionais de um Município, de um conjunto deles, ou por um parceiro externo;

IV - promover encontros informativos e formativos, e também integradores das equipes e dos Municípios, para analisar os dados obtidos com o diagnóstico, buscando compreender a realidade de cada Município e do seu conjunto, bem como as disparidades entre eles e as inter-relações existentes no território, considerando que a decisão de um Município pode impactar os demais;

V - estabelecer as metas territoriais de maior prioridade, na perspectiva de:

a) superar as principais fragilidades identificadas no território, buscando construir um imaginário coletivo sobre o maior desejo dos Municípios envolvidos no arranjo;

b) considerar que o engajamento dos Municípios é maior à medida em que as metas representam necessidades reais dos envolvidos;

c) refletir se o alcance das metas estabelecidas contribuirá para a redução da falta de equidade nos níveis de aprendizagem dos estudantes;

d) identificar o quanto a união dos Municípios pode ser um fator impulsionador de melhores resultados para o alcance das metas, de modo a proporcionar maior engajamento dos participantes; e

VI - construir e validar, a partir das metas identificadas, um plano estratégico de gestão do ADE, contendo ações de curto, médio e longo prazos que ultrapassem mandatos eletivos, e indicando etapas, órgãos ou pessoas responsáveis, prazos e potenciais parceiros, tanto do território quanto de outras regiões que possam contribuir para a efetivação de cada uma das ações.

Parágrafo único. A forma e a metodologia, para a elaboração desse planejamento estratégico, devem atender aos diferentes contextos, cabendo aos Municípios a tarefa de adaptar as proposições às condições locais, valorizando as potencialidades existentes e considerando os aspectos relevantes para o sucesso dos resultados.

TÍTULO III

ESTRATÉGIAS DE GOVERNANÇA DO ADE

Art. 8º Quanto à governança, visando ao fortalecimento do regime de colaboração entre os integrantes do ADE, devem ser observados alguns fatores relativos à composição da equipe gestora:

I - os integrantes devem eleger um ou mais coordenadores para liderança do processo de gestão, a critério de cada ADE;

II - o(s) coordenador(es) líder(es) representará(ão) institucionalmente o ADE, envidando esforços para a viabilização do plano de ação estratégico, mobilizando e estimulando o engajamento e a integração dos participantes, promovendo a comunicação entre eles, e sendo responsável(eis) por manter o alinhamento do ADE com os propósitos para os quais foi instituído;

III - os Municípios integrantes do ADE devem decidir quem são os representantes que compõem a equipe gestora, podendo ser indicados ou nomeados por decretos, preferencialmente composta por Dirigentes Municipais de Educação, além de profissionais das Secretarias de Educação, sendo mais indicada a escolha pelos estatutários, a fim de reduzir trocas em função de processos eleitorais;

IV - podem, ainda, integrar a equipe gestora do ADE outros profissionais, tais como dirigentes escolares, coordenadores pedagógicos, representantes de outras Secretarias, docentes, representantes de discentes, ou outros, a critério da coordenação de cada arranjo;

V - é necessário ter um ou mais profissionais entre os integrantes do ADE que ofereçam suporte administrativo para suas ações, a fim de organizar os encontros, os espaços físicos, a documentação, colaborar na viabilização do plano de ação estratégico, mobilizar recursos e parceiros, além das demais atividades de apoio à gestão, sendo habilidades importantes, para essa função, que o profissional tenha perfil colaborativo, conciliador, proativo, flexível para adaptações constantes, e desempenho de múltiplas tarefas, além da capacidade de comunicação interpessoal;

VI - podem ser instituídos coordenadores ou grupos de trabalho para liderar cada uma das ações estratégicas, cabendo-lhes desenvolver estudos sobre os recursos e capacidades internas dos Municípios e/ou a necessidade da busca por parceiros externos, levando tais estudos à validação da equipe gestora, além de acompanhar a execução das ações validadas, com apoio do suporte administrativo;

VII - deve ser deliberada a periodicidade das reuniões ordinárias da equipe gestora, conforme as particularidades do território, considerando período mínimo que viabilize decisões conjuntas e a interação contínua dos seus integrantes;

VIII - reuniões extraordinárias devem ser convocadas com antecedência, com indicação de local, horário e pauta prévia;

IX - é necessário documentar em ata as deliberações de cada reunião, com o registro dos presentes, para garantir transparência e clareza das ações para todos os Municípios integrantes do ADE; e

X - para formalizar a implantação da governança do ADE, deve ser elaborado termo de cooperação que explicite o objeto de atuação do ADE, quem o integra, a periodicidade de reuniões, as instâncias de coordenação, quem tem direito a votos e decisões, composição do núcleo de gestão, os períodos de mandato dos líderes e da equipe de gestão, a transparência e a accountability, a inclusão de novos membros, quais os critérios de admissão de parcerias e como estas serão geridas, e demais temas pertinentes à governança que cada território julgar necessário; sendo que este termo deve ser validado pelos Municípios integrantes do ADE, ao qual pode vir a ser juntado o plano de ação estratégico e as metas do ADE.

Parágrafo único. Deve ser avaliada a possibilidade de instituição de um conselho consultivo do ADE, que agregue sugestões, críticas e oportunidades de aperfeiçoamento do trabalho, como também possa prestar apoio e legitimidade ao ADE perante a sociedade, contribuindo para a continuidade das ações, independente das mudanças de administrações municipais, sendo esse conselho composto por representantes de instituições de ensino superior, professores, pais, conselheiros municipais de educação, representação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), parceiros e demais instituições que possam contribuir para os trabalhos do ADE.

TÍTULO IV

SUSTENTAÇÃO E CONTINUIDADE DO ADE

Art. 9º A força e a continuidade da colaboração entre os Municípios, mediante um ADE, dependem de algumas condições, entre elas:

I - o ADE deve colocar, como centro de suas ações, o compromisso da aprendizagem das crianças, jovens e adultos de todo o território, sendo fundamentais a escuta e o envolvimento da comunidade educacional (professores, dirigentes escolares, coordenadores pedagógicos, pais e estudantes) e da sociedade para o fortalecimento e legitimidade do ADE;

II - os objetivos do trabalho colaborativo precisam atender às necessidades reais dos Municípios que integram o ADE e da visão clara de que, atuando juntos, terão mais força para superá-las;

III - relações de confiança devem ser criadas entre os integrantes do ADE, para isso sendo necessário instituir mecanismos de governança que favoreçam a frequência de encontros, a transparência, ambientes de colaboração, o diálogo, a escuta ativa, as decisões consensuais e ações que estimulem a integração e a participação de todos;

IV - é fundamental buscar o fortalecimento das competências locais dos dirigentes, evitando a dependência contínua de parceiros técnicos ou financeiros externos;

V - é necessário desenvolver estratégias de acolhida e de integração de novos membros, sejam entes federados ou profissionais, em razão de substituições;

VI - devem ser monitorados constantemente o plano de ação estratégico e as metas, mantendo os integrantes do ADE informados e cientes dos desafios atuais e dos futuros;

VII - devem ser estabelecidas parcerias que estejam claramente vinculadas às metas e às ações definidas como prioritárias pelo ADE;

VIII - profissionais de suporte administrativo devem permanecer como base do ADE e dos seus objetivos estratégicos, possibilitando a continuidade das ações, mesmo com sucessões de administrações municipais;

IX - deve ser mantida interlocução constante com a respectiva Secretaria Estadual de Educação, por meio de representatividade do ADE em espaços disponibilizados por ela, ou convidando-a a integrar ou a participar de reuniões e trabalhos do arranjo, buscando identificar oportunidades de sinergia, visando articulação e pactuação entre os sistemas de ensino, as políticas educacionais e as unidades escolares;

X - recomenda-se interlocução e articulação com a Undime do respectivo Estado, para que participe dos trabalhos do ADE, buscando articulação e cooperação em suas ações;

XI - deve ser mantido contato e interlocução constante com as instâncias educacionais do Governo Federal, buscando soluções técnicas e financeiras, cooperadas e customizadas para o território; e

XII - deve ser desenvolvida estratégia de envolvimento e de comprometimento dos candidatos aos cargos eletivos dos poderes executivos e legislativos municipais do território, visando a que as estratégias e metas do ADE não sejam descontinuadas em função de substituições inerentes aos processos eleitorais.

Parágrafo único. A forma e a metodologia para constituição, estruturação e funcionamento do ADE devem atender aos diferentes contextos, cabendo aos entes federados a tarefa de, considerando os aspectos essenciais para seu sucesso, adaptar o preconizado às condições locais, valorizando as potencialidades existentes.

TÍTULO V

PARCERIAS

Capítulo I

Parcerias Institucionais

Art. 10. Por representar mecanismo do Regime de Colaboração menos burocratizada e mais flexível para o direcionamento de ações na área de educação, o ADE pode ser aberto à participação de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, fortalecendo, não só o pacto entre os Municípios, mas também destes com a sociedade, somando esforços em torno de uma agenda comum para melhoria da educação no território.

§ 1º O objeto da parceria deve estar claramente vinculado com as políticas públicas das redes de ensino e com as metas e ações prioritárias do ADE.

§ 2º Essa pactuação deve, essencialmente, ter o objetivo de contribuir para a soma de expertises de órgãos e profissionais de diferentes setores, aumentando o capital humano em benefício da qualidade social da educação, bem como propiciando inovações que, experimentadas com êxito, possam ser difundidas no território.

§ 3º As parcerias, sobretudo regionais, devem ser concretizadas, por um ou mais dos integrantes do ADE, mediante instrumentos jurídicos adequados, como contratos, convênios, contratos de gestão, termos de parceria, ou outros, como termos de cooperação, de fomento, de colaboração e/ou acordo de cooperação, sem que isso implique necessariamente em transferência de recursos públicos.

§ 4º Os instrumentos de ajuste devem expressar claramente os papéis e as responsabilidades de cada parte, a fim de salvaguardar de qualquer possibilidade de desvio da finalidade da parceria.

§ 5º A definição de parcerias, tanto técnicas como financeiras, deve ser validada pelos entes integrantes do ADE.

Art. 11. Para o estabelecimento de parcerias, deve ser observada a legislação pertinente, em especial a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a qual estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, bem como define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil.

Parágrafo único. Recomenda-se acompanhamento dos processos legislativos em curso no Congresso Nacional que possam se referir a parcerias público/privadas e ao ADE, para atualização constante sobre sua constituição e funcionamento.

Capítulo II

Parcerias Interescolares

Art. 12. Podem ser efetivadas parcerias entre escolas do mesmo território regional, públicas e privadas, para o fortalecimento das iniciativas de interesse comum, com a utilização de espaços e recursos, bem como compartilhamento e complementaridade de ações pedagógicas, desde que previstas no plano de ação

estratégico do ADE e autorizadas pelos órgãos gestores dos respectivos sistemas municipais de ensino.

Parágrafo único. A intercomplementaridade para a oferta colaborativa de componentes curriculares/áreas do conhecimento pode ser favorecida pela utilização do ensino remoto, com atividades não presenciais, mediante tecnologias de informação e comunicação, que interligam o território abrangido pelo ADE e superam a separação física entre escolas e redes de ensino municipais.

Art. 13. A colaboração interescolar pode ser desenvolvida, sobretudo, para atendimento intercomplementar nas modalidades de educação e de ensino específicas, como a Educação Especial, Profissional e Tecnológica, de Jovens e Adultos, do Campo, Indígena, Quilombola e de outros segmentos diferenciados, como a Educação Bilíngue de Crianças e Jovens Surdos em Libras.

Art. 14. Na modalidade de Educação Especial, a parceria interescolar pode se dar com a instalação de Escolas-Polo intermunicipais e/ou regionais para atendimento comum de Municípios próximos, que se constituam em referência para intercâmbio de estratégias pedagógicas e experiências exitosas; e, também, com a criação e fortalecimento de diferenciados Centros de Atendimento Especializado, inclusive conveniados, os quais, além de atender aos estudantes e seus familiares, propiciam a formação continuada dos profissionais das redes de ensino dos Municípios envolvidos, e viabilizam melhores estruturas, recursos apropriados, disponibilização de profissionais especializados e transporte dos estudantes atendidos.

Art. 15. A colaboração interescolar pode, ainda, ser desenvolvida em unidades especializadas para oferta cooperativa de atendimento de mais de uma escola de um ou mais Municípios integrantes do ADE, como Centros de Línguas, de Artes, de Atividades Físicas, de Ciências, de Educação Profissional e outros.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A União e os Estados devem incentivar e apoiar a instituição de ADEs, como instrumento de fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios, inclusive para que se atenda a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o vigente Plano Nacional de Educação (PNE).

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de setembro de 2021.

SUELY MELO DE CASTRO MENEZES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

DECISÃO DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 23000.024971/2017-05
Interessado: UNIRB - UNIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA S.A.
Assunto: ARQUIVAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, no exercício de suas atribuições previstas no Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, nos termos do art. 50, inciso II e § 1º, da Lei nº 9.784, de 1996, e com fundamento nos termos do art. 3º, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), cominado com o art. 30, inciso II, § 1º, da Portaria Normativa nº 1, de 22 de janeiro de 2010 e com o art. 112, inciso II, § 1º, da Portaria nº 209, de 7 de março de 2018, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 386/2021/CGPES/DIPPES/SESU/SESU, determina em relação ao Centro Universitário UNIRB, com código e-MEC 2076, mantido pela UNIRB - Universidade Regional Brasileira S.A., inscrita no CNPJ nº 28.844.791/0001-55, com código e-MEC nº 17024:

(i) Seja arquivado o Processo de Supervisão do Fies de nº 23000.024971/2017-05, instaurado pela Portaria nº 223, de 6 de maio de 2020, por verificar-se a ausência de irregularidades na execução do Fies, frente à denúncia ora apurada.

(ii) Seja notificado do teor da presente decisão, atendendo ao disposto no art. 28 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 3.134, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais e estatutárias, resolve:

Aplicar a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, por 1 (um) mês, à empresa Biodiag Diagnóstica e Hospitalar Ltda., (CNPJ n.º 20.273.404/0001-66), conforme estabelecido no subitem 15.1 do edital, combinado com o art. 7º da Lei n.º 10.520/2002. (Processo n.º 23076.058704/2021-36)

ALFREDO MACEDO GOMES

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PORTARIA Nº 1.774, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta no Processo nº 23086.008602/2021-41, resolve:

Prorrogar por 1 (um) ano, a partir de 29 de setembro de 2021, a validade do Concurso Público, Edital nº 142/2018, destinado ao provimento de cargo de Professor de Magistério Superior para a área de Língua Portuguesa/Língua Brasileira de Sinais, Campus JK em Diamantina, homologado por meio do Edital nº 173, de 13 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 16 de dezembro de 2019, suspenso pela Portaria nº 1.489, de 30 de julho de 2020, publicada no DOU de 31 de julho de 2020, página 35.

JANIR ALVES SOARES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL

PORTARIA Nº 45, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

A DIRETORA DO CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Ato da Reitoria Nº 1002/19, o Edital nº 03/2021 - CAFS de 09 de julho de 2021, publicado no DOU de 14 de julho de 2021, Seção 3, edição nº 131, pág. 175, o Processo nº. 23111.014938/2021-60 e as Leis Nº. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto para o Curso de Bacharel em Administração, Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, Regime de Tempo Integral TI-40 (40 horas semanais), do Campus Amílcar Ferreira Sobral, na cidade de Floriano-PI, habilitando os seguintes candidatos: OTILIA DE SOUSA SANTOS (1º colocada), ELINEIDE SILVA DOS SANTOS (2º colocada), o GHIVVAGO DAMAS SARAIVA (3º colocado) e FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DA SILVA (4º colocado), classificando para contratação a primeira colocada.

EDMILSA SANTANA DE ARAÚJO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 5.194, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

A Reitora da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas pelo art. 4º do Estatuto da FUFSCar, aprovado pela Portaria MEC nº 1161, de 04/07/1991, publicada no DOU de 05/07/1991 e pelo art. 27 do Estatuto da UFSCar, aprovado pela Portaria SESu/MEC nº 984, de 29/11/2007, publicada no DOU de 30/11/2007, CONSIDERANDO a aprovação ad referendum do Conselho de Administração em 11/08/2021, resolve:

Art. 1º - Criar a Coordenadoria de Internacionalização de Pós Graduação, com a sigla Cinter, vinculada diretamente à Pró-Reitoria de Pós-Graduação - ProPG.

Art. 2º - Atribuir ao Coordenador uma Função Gratificada nível 3.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico.

ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 5.693, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, § 2º, e 55 da Resolução nº 338, de 22 de julho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00058.043712/2021-91, resolve:

Art.1º Estabelecer, nos termos do Anexo desta Portaria, o Calendário de Atividades da temporada de Inverno 2022 (W22) para os Aeroportos Coordenados e Aeroportos de Interesse.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 1009/SAS, de 9 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 15 de abril de 2020, Seção 1, página 52; e

II - a Portaria nº 2.325/SAS, de 31 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 2 de agosto de 2019, Seção 1, página 36.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSE BOTELHO FARIA

ANEXO

Calendário de Atividades Aeroportos Coordenados e de Interesse Resolução nº 338/2014	Inverno 2022 (W22)
Divulgação da Declaração de Capacidade	18/04/2022
Divulgação da Lista de Histórico (SHL)	25/04/2022
Limite para Validação dos Históricos de Slot (AHD)	12/05/2022
Limite para a Submissão Inicial (ISD)	19/05/2022
Divulgação da Alocação Inicial (SAL)	09/06/2022
Conferência Internacional de Slot (SC)	21/06/2022 a 23/06/2022
Limite para Devolução de Slot (SRD)	15/08/2022
Conferência Nacional de Slot (SCB)	17/08/2022 a 19/08/2022
Divulgação da Base de Referência (BDR)	31/08/2022
Vigência da Temporada	30/10/2022 a 25/03/2023

PORTARIA Nº 5.694, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 32, inciso XX do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, § 2º, e 55 da Resolução nº 338, de 22 de julho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00058.043724/2021-15, resolve:

Art.1º Estabelecer, nos termos do Anexo desta Portaria o Calendário de Atividades da temporada de Verão 2023 (S23) para os Aeroportos Coordenados e Aeroportos de Interesse.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSE BOTELHO FARIA

ANEXO

Calendário de Atividades Aeroportos Coordenados e de Interesse Resolução nº 338/2014	Verão 2023 (S23)
Divulgação da Declaração de Capacidade	05/09/2022
Divulgação da Lista de Histórico (SHL)	12/09/2022
Limite para Validação dos Históricos de Slot (AHD)	29/09/2022
Limite para a Submissão Inicial (ISD)	06/10/2022
Divulgação da Alocação Inicial (SAL)	03/11/2022
Conferência Internacional de Slot (SC)	15/11/2022 a 18/11/2022
Limite para Devolução de Slot (SRD)	15/01/2023
Conferência Nacional de Slot (SCB)	18/01/2023 a 20/01/2023
Divulgação da Base de Referência (BDR)	31/01/2023
Vigência da Temporada	26/03/2023 a 28/10/2023

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 207, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta no Processo nº 50300.013249/2021-10, resolve:

Art. 1º Retificar, em virtude de erro material, o artigo 1º da Deliberação-DG nº 193/2021 (SEI nº 1389790), publicada no DOU de 03/08/2021, Seção 1, pág. 31, que passa a vigorar conforme segue: "Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade do empresário individual ABELARDO GUIMARÃES DE ASSUMPÇÃO, CNPJ nº 09.455.713/0001-14, de que trata o Termo de Autorização nº 1.803-ANTAQ e a Resolução nº 8.060-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo."

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU)..

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 266, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 062, de 30 de junho de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.115944/2020-70, DELIBERA:

Art. 1º Aprovar a Tarifa Básica de Pedágio Reajustada de R$ 6,10661 aplicável ao trecho concedido da Rodovia BR-393/RJ, trecho Div. MG/RJ - Entr. BR-116 (DUTRA), explorado pela K Infra Rodovia do Aço S.A, com base nas seguintes alterações:

I - 12ª Revisão Ordinária, que altera a TBP de R$ 3,10131 para R$ 2,99844;

II - 13ª Revisão Extraordinária, que altera a TBP de R$ 2,99844 para R$ 2,89926;

III - Reajuste, correspondente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no período, que indicou o percentual positivo de 5,20% (cinco inteiros e vinte centésimo por cento).

Art. 2º Alterar, em consequência, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 5 de março de 2021, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, para a categoria 1 de veículos, de R$ 6,20 (seis reais e vinte centavos) para R$ 6,10 (seis reais e dez centavos), nas praças de pedágio P1, em Sapucaia/RJ, P2, em Paraíba do Sul/RJ, e P3, em Barra do Piraí/RJ.

Art. 3º Ficam prejudicados ou indeferidos os pedidos formulados pela K-Infra Rodovia do Aço S.A não contemplados na revisão de que trata esta Deliberação, na forma das manifestações técnicas e jurídicas constantes dos autos.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor a partir de zero hora do dia 19 de agosto de 2021.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praças Sapucaia/RJ (P1), Paraíba do Sul/RJ (P2) e Barra do Piraí/RJ (P3)

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	6,10
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	12,20
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	9,15
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	18,30
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	12,20
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	24,40
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	30,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	36,60
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	3,05
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 134, DE 5 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.070408/2021-19, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa CEMIG Distribuição S.A., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à travessia aérea da via férrea para implantação de linha de distribuição de energia elétrica no quilômetro 1350+700 m do trecho Capitão Eduardo - Monte Azul, no município de Monte Azul/MG, na malha ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

PORTARIA Nº 135, DE 5 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.070399/2021-66, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa CEMIG Distribuição S.A., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à travessia aérea da via férrea para implantação de linha de distribuição de energia elétrica no quilômetro 1061+497 m do trecho Garças de Minas - Araguari, no município de Araguari/MG, na malha ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

PORTARIA Nº 141, DE 9 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.071556/2021-51, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa A100 Row Serviços de Dados Brasil LTDA., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia aérea da via férrea no quilômetro 274+431 m, visando à implantação de tubulação de esgoto, com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro-Atlântica S.A., no município de Paulínia/SP.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 19.889.598, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.004346/2021-46 - DPSP/CGCSP/DIREX/PF, resolve:

Conceder autorização à empresa COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CANA DE AÇÚCAR DA MATA SUL, CNPJ 34.671.567/0001-01, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente USINA ESTRELIANA LTDA, CNPJ 11.613.627/0001-34:
05 (cinco) revólveres calibre 38
46 (quarenta e seis) munições calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
44 (quarenta e quatro) munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.237, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30777 - DPF/CGE/PB, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa NAZKA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 40.154.405/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1706/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.238, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/37193 - DPF/RPO/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa K9 ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 35.809.956/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1730/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.239, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/39663 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARMADA REAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.604.767/0002-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1739/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.240, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/40332 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORCALI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 83.930.214/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1378/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.241, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46286 - DPF/JZO/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SPECIAL FRUIT IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ nº 69.954.626/0001-33 para atuar na Bahia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.242, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/47113 - DPF/PCA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOS VIGILANCIA PATRIMONIAL S/S LTDA, CNPJ nº 01.982.038/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1548/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.243, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/50432 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 72.619.976/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1722/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.244, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/51996 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0026-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1724/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.245, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/53005 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEI VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.392.232/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1719/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.246, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/53577 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0196-22, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2172 (duas mil e cento e setenta e duas) Munições calibre 38

1226 (uma mil e duzentas e vinte e seis) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.247, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/54766 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CN7 SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 34.675.015/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1747/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.248, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/55169 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização, à empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 13.343.833/0009-54, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.249, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/55203 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 16.328.205/0003-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1740/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.250, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57032 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Conceder autorização à empresa REALIZA SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 20.603.680/0002-26, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

90 (noventa) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.251, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57100 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 01.850.645/0001-86, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2000 (duas mil) Munições calibre .380

500 (quinhentas) Munições calibre 12

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.252, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57329 - DPF/FIG/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa LBR CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.687.436/0001-14, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

2500 (duas mil e quinhentas) Munições calibre 12

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

2 (dois) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.253, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57411 - DPF/STS/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 5939 de 02/10/2019 à empresa HARPIA SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ/MF nº 12.760.557/0002-90, localizada no Estado de SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.262, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/39145 - DPF/MGA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, CNPJ nº 75.904.383/0001-21 para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1750/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.263, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/45898 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0028-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1617/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.264, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/55751 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa EFATH SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 33.249.177/0001-85, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

90 (noventa) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.265, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/55760 - DPF/VAG/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa EFATH SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 33.249.177/0002-66, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

90 (noventa) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.266, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/56176 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa KADIMA ESCOLA DE VIGILANTES, CNPJ nº 32.084.271/0001-69, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

4 (quatro) Revólveres calibre 38

7000 (sete mil) Munições calibre .380

2500 (duas mil e quinhentas) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380, 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.267, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/56284 - DPF/CXS/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa G&S GARRA ESCOLA DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 92.875.558/0001-39, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.268, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/56488 - DPF/CRU/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHOP DO ATIRADOR LTDA, CNPJ nº 41.066.515/0001-71 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.269, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/56675 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRIPAL - FRIGORÍFICO PARAIBANO LTDA - EPP, CNPJ nº 08.821.355/0002-34 para atuar na Paraíba.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.270, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57352 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa JL SERVIÇOS DE VIGILANCIA, CNPJ nº 35.880.981/0001-93, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Revólveres calibre 38

96 (noventa e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA - COLEGIADO ESPECIAL DA JARI - ANO 2021
REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2021

Às nove horas do dia 06 de agosto de dois mil e vinte e um, foi realizada a 4ª (Quarta) Reunião Ordinária do Colegiado Especial da Junta Administrativa de Recursos de Infrações da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM SÃO PAULO - SPRF/SP. Excepcionalmente, deu-se por meio de teleconferência, em razão de emergência médica de relevância internacional (COVID-19), sendo presidida pelo Coordenador Geral da JARI/SPRF/SP Sr. Sérgio Manuel de Castro. Contou ainda com a participação do Presidente Titular da 1ª JARI/SPRF-SP, Lusmar Borges Rabelo e do Presidente Titular da 2ª JARI/SPRF-SP, Luis Gustavo Giraux Leitão, sendo secretariados por André Luís de Almeida Bruni. Na ordem do dia, foram apreciados 136 processos, restando, ainda, deliberado o seguinte:

2ª INSTÂNCIA		
DECISÃO		SOMA
1	DEFERIDOS À AUTORIDADE DE TRÂNSITO:	1
2	DEFERIDOS AO REQUERENTE:	1
3	INDEFERIDOS À AUTORIDADE DE TRÂNSITO:	23
4	INDEFERIDOS AO REQUERENTE:	87
5	NÃO CONHECIDOS	24
5.1	por intempestividade (requerente):	11
5.2	por intempestividade em 1ª instância (requerente):	1
5.3	por não comprovar legitimidade de parte (requerente):	9
5.4	por não comprovar legitimidade de parte em 1ª instância (requerente):	1
5.5	por inépcia da inicial	1
5.6	por intempestividade e por não comprovar legitimidade	1
5.7	por falta de documentos (Resolução 299/08 CONTRAN)	
6	SUSPENSOS	
7	RECONSIDERAÇÃO DE ATO	
SOMA TOTAL		136

OS JULGAMENTOS FORAM PROCESSADOS NA SEGUINTE ORDEM:
JULGAMENTOS DE 2ª INSTÂNCIA:
1 - DEFERIDOS À AUTORIDADE DE TRÂNSITO:

08658.028475/2021-81	VLADEMIR JOSE TANSINI	T200265903

2 - DEFERIDOS AO REQUERENTE:

08653.000993/2018-84	LUIZA JANICE MARTINS MOURAO	T124407935

3 - INDEFERIDOS À AUTORIDADE DE TRÂNSITO:

08658.055662/2020-56	AGROIND. IGUATEMI EIRELI	R366637479
08658.032320/2021-49	ANDRE LUIS PEREIRA GARCIA	R345044157
08658.039260/2021-95	ANDREIA FERNANDES LIMA	R396966737
08658.037422/2021-51	ARY ALBERTO BARBOSA LEMES	R344998983
08658.037981/2021-61	CELIO SOLEMAN	R386517947
08650.031280/2021-98	CELSO DE ALMEIDA N. JUNIOR	R367287722
08658.037545/2021-91	DELEGACIA GERAL DE POLICIA	R474559386
08658.060884/2020-91	GISLAINE CRISTINE ANDREOLLI	R366974009
08658.053898/2020-58	GLAUCE FERNANDES	R367282852
08658.035403/2021-90	HELENA FRACARO MUELLER	R367110725
08658.067837/2020-78	JADIMO T.. ROD. DE CARGAS LTDA	R366990144
08650.026313/2020-05	LAILA DE ASSIS FERNANDES	R367283069
08658.119293/2019-01	LEONARDO ATHILA R. BORGHI	R440126339
08658.056610/2019-63	LUIS FELIPE LACERDA FERREIRA	R346378354
08650.032170/2020-62	MELHOR. E URB. DE IMOVEIS LTDA	R368051854
08650.022822/2021-31	PAULO ANTONIO PINTO COUTO	R366967061
08658.008397/2020-17	PAULO ROBERTO MESQUITA	T197595596
08658.027535/2021-48	PREF. MUN. DE CAFELANDIA	R367487063
08658.060903/2020-89	ROBERTO LEANDRO SOUZA	R366958992
08658.061051/2020-47	SOCIEDADE DE CRISTO	R367323869
08650.030978/2020-13	TAIS RANALI DE C. PINTO	R367473186
08650.031303/2021-64	TRANSP. E COM. LUNARDI LTDA	R366919644
08650.031309/2021-31	TRANSP. E COM. LUNARDI LTDA	R366990306

4 - INDEFERIDOS AO REQUERENTE:

08657.036561/2021-77	ADRIANO JOSE N. VAZ NETO	R466564074
08650.031632/2021-13	ALCENY NASCIMENTO SALLES	R475464869
08666.002944/2020-51	ALCIR LUIS DE PAULA CASTILHO	R453534082
08658.009292/2015-18	ALEX ANTONIO GOLYNSKI	E245149015
08656.051666/2017-80	ANTONIO INACIO REZENDE NETO	R343888757
08658.013816/2020-32	CA P SERVICOS MEDICOS	R456558144
08658.017534/2021-95	CA P SERVICOS MEDICOS	R459372927
08658.017531/2021-51	CA P SERVICOS MEDICOS	R459357131
08658.118090/2019-90	CA P SERVICOS MEDICOS	R439959527
08658.017530/2021-15	CA P SERVICOS MEDICOS	R459329014
08658.017527/2021-93	CA P SERVICOS MEDICOS	R458807699
08658.017525/2021-02	CA P SERVICOS MEDICOS	R458641448
08658.017522/2021-61	CA P SERVICOS MEDICOS	R458596067
08658.017518/2021-01	CA P SERVICOS MEDICOS	R458056827
08658.017517/2021-58	CA P SERVICOS MEDICOS	R457774533
08658.017516/2021-11	CA P SERVICOS MEDICOS	R457539747
08658.017512/2021-25	CA P SERVICOS MEDICOS	R456593802
08658.017505/2021-23	CA P SERVICOS MEDICOS	R455730172
08658.017502/2021-90	CA P SERVICOS MEDICOS	R455711143
08658.017498/2021-60	CA P SERVICOS MEDICOS	R454730969
08658.017497/2021-15	CA P SERVICOS MEDICOS	R454572573
08658.017495/2021-26	CA P SERVICOS MEDICOS	R454254512
08658.017486/2021-35	CA P SERVICOS MEDICOS	R453664679
08658.017483/2021-00	CA P SERVICOS MEDICOS	R453369189
08658.017478/2021-99	CA P SERVICOS MEDICOS	R453172598
08658.017476/2021-08	CA P SERVICOS MEDICOS	R453160627
08658.017475/2021-55	CA P SERVICOS MEDICOS	R453034535
08658.017472/2021-11	CA P SERVICOS MEDICOS	R452824656
08658.017470/2021-22	CA P SERVICOS MEDICOS	R452791359
08658.017468/2021-53	CA P SERVICOS MEDICOS	R452775442
08658.017467/2021-17	CA P SERVICOS MEDICOS	R452102577
08658.017466/2021-64	CA P SERVICOS MEDICOS	R451971868
08658.151537/2018-51	CARLOS ALBERTO GEROTTO	T147739985
08657.058862/2019-37	CARLOS HENRIQUE MACHADO	R344574857
08658.018290/2021-68	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R452678797
08658.024096/2020-31	CINTIA APARECIDA S. HOFFMANN	R462122999
08666.014623/2021-81	CLEBER FUCHTER	R458738937
08658.024948/2021-71	COMANDO DA AERONAUTICA	R456677038
08666.002961/2020-99	DIOCLECIO FRANCISCO SIMAS	R453222087
08666.002955/2020-31	DIOCLECIO FRANCISCO SIMAS	R452736196
08658.058586/2016-54	DIOGO MENDONÇA OLIVEIRA	B139099131
08658.016929/2019-56	DOUGLAS DE SOUZA COUTINHO	T170897737
08666.025750/2021-13	EDEVALDO ASCINDINO MARQUES	R451887891
08658.022383/2021-97	ELUF ADVOGADOS ASSOCIADOS	R455380864
08650.013300/2021-49	EMERSON COSTA MATOS	R331678489
08650.024537/2021-55	EMERSON COSTA MATOS	R331679043
08650.024535/2021-66	EMERSON COSTA MATOS	R331678926
08650.024533/2021-77	EMERSON COSTA MATOS	R331679396
08650.024524/2021-86	EMERSON COSTA MATOS	R331678507
08658.113390/2017-11	EMERSON GOMES DE SOUZA	T133518663
08658.017440/2021-16	ERCILIO RAMOS CAVALLARO	T208875719
08660.013090/2021-70	ERIQUI DE SOUZA NICOLAU	R439707722
08658.111740/2019-76	EURICO DE ARAUJO FERNANDES	R382893085
08657.022039/2021-16	EWERTON LUIZ LIMA MOTA	R445438637
08650.022835/2019-96	FABIANO DOS SANTOS	T192521861
08656.027350/2021-53	GILSON RIBEIRO	R367335317
08656.009751/2021-21	JAT TRANSP. E LOG. LTDA	T202083477
08659.029678/2020-01	JEFERSON GERENT GERBER	R462800423

08658.109961/2017-12	JHONATAN DA SILVA PEREIRA	T128426737
08659.017603/2021-51	JOSE ERASMO GENETIVEL	R458746193
08659.009569/2021-41	JOSIANE NEGRELLO DE SOUZA	R452545994
08659.005786/2021-61	JULIVAR FERMINO GRACIOLLI	R453015367
08650.026617/2021-45	KARINA KOCHONOFF DA MATA	R455203377
08658.166262/2019-31	KEN HUNG HUANG	T188941037
08656.109848/2019-19	LEOPOLDO MANDIC F. FURTADO	R436982609
08658.013448/2021-11	LUCIANO DA SILVA	T199789077
08657.085565/2020-06	LUCIANO SAMPAIO BALBINO	R454064357
08659.040016/2020-84	LUIS ROBERTO F. RODRIGUES	R453433715
08650.011362/2021-16	LUIZ ADRIANO DE VEIGA BOABAID	R456212965
08657.092907/2020-36	LUIZ FERNANDO B. N. BARBIERI	R444578773
08650.002808/2020-31	LUIZ PAULO DUCATTI	T199506407
08657.043162/2021-62	MARCELO DE PAULA MARSILLAC	R496204262
08658.019741/2020-01	MARCOS H. G. DOS SANTOS	R454720297
08658.020213/2021-78	MARIA JOSE DE F. SALVADOR	T203224043
08658.003413/2020-85	MAURO HENRIQUE C. DE PAULA	R451290909
08658.052316/2020-16	NELSON BIANCHEZI DE SOUZA	T192965581
08660.000240/2020-02	OSLAIDI EVALDT BEHENCK	T196207134
08657.101647/2019-63	PAULO NOVAES COUTINHO	R437320887
08658.040863/2021-30	RAFAEL CORREA DE LARA	R453788149
08656.083816/2019-86	ROBERTO AFONSO COELHO	R430233809
08658.039608/2021-44	RODRIGO DA SILVA SANTOS	T491975953
08650.015657/2021-61	SERGIO ALTAIR DE OLIVEIRA	R453536379
08650.020331/2021-56	SILAS SIQUEIRA DA SILVA	R451603907
08650.020328/2021-32	SILAS SIQUEIRA DA SILVA	R451445627
08656.029392/2020-48	SONNER SIST. DE INF. LTDA	R459778188
08658.173713/2019-97	VANDERLEI LARA	T197732534
08657.166578/2018-52	VERA ALEXANDRA I. J. M. CALVENTE	R356094715

5 - NÃO CONHECIDOS:

5.1 - Por intempestividade (requerente):

08656.077556/2019-18	ANDREIA DE CASTRO MAGALHÃES	R343669064
08657.015468/2018-23	ANTONIO JOSE VACHI	R372676839
08657.015406/2018-11	ANTONIO JOSE VAGHJI	R372686067
08657.139589/2019-41	CRISTINA COIMBRA DA SILVA	R391278231
08656.024390/2019-29	DANIEL MARCOS DO N. SOUZA	R417979703
08656.237856/2018-73	DEHENIS BATISTA FERREIRA	T150843089
08657.121968/2019-84	EVANGELINA MARIA C. FREIRE	R392735121
08656.122122/2017-18	GABRIEL DE CASTRO FERREIRA	R356092615
08659.014659/2021-53	LENIR DE ALMEIDA	R372407617
08658.167317/2018-40	NATALINO GABRIEL PEREIRA	T155841467
08657.108020/2019-33	VALTER GABRIEL MALULY	R323705464

5.2 - Por intempestividade em 1ª instância (requerente):

08657.115881/2019-78	ANTONIO JOSE VAGHI	R382702767

5.3 - Por não comprovar legitimidade de parte (requerente):

08658.006846/2020-92	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R451490398
08658.178202/2019-61	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R450410013
08658.018288/2021-99	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R452343267
08658.018287/2021-44	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R452187532
08658.018286/2021-08	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R452078954
08658.018285/2021-55	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R452018811
08658.018274/2021-75	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R449506746
08658.002429/2020-71	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R450507367
08658.003412/2020-31	DONIZETE VERISSIMO LORENÇO	R451034694

5.4 - Por não comprovar legitimidade de parte em 1ª instância (requerente):

08650.027338/2021-07	MARCOS ALVES DOS SANTOS	T194962555

5.5 - Por inépcia da inicial:

08658.022376/2021-95	LUCAS FELIX DA C. GONCALVES	T201039893

5.6 - Por intempestividade e por não comprovar legitimidade:

08657.065219/2018-89	ALEX SOARES DA SILVA	R389068438

5.7 - Por falta de documentos (Resolução 299/08 CONTRAN):

6 - SUSPENSOS:

7 - RECONSIDERAÇÃO DE ATO:

SÉRGIO MANUEL DE CASTRO

Coordenador-Geral da JARI/SPRF-SP

ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA - JARI02/SPRF/SP - ANO 2021
REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2021

Às nove horas do dia 28 de julho de dois mil e vinte e um, foi realizada a 6ª (Sexta) Reunião Ordinária da Segunda Junta Administrativa de Recursos de Infração da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SPRF/SP. Excepcionalmente, se deu por meio de teleconferência, em razão de emergência médica de relevância internacional (COVID-19), sob a Presidência do Sr. Julio Cesar Lourenço dos Santos, contou ainda com a participação dos membros Romildo Andrade Barbosa e Roberto Roggiero Júnior, sendo secretariados por André Luís de Almeida Bruni. Os trabalhos foram iniciados com a leitura e respectiva aprovação da Ata da última sessão ordinária. Na ordem do dia, foram apreciados 336 Processos, restando, ainda, deliberado o seguinte:

1ª INSTÂNCIA		
DECISÃO		SOMA
1	DEFERIDOS:	11
2	INDEFERIDOS	258
3	NÃO CONHECIDOS	67
3.1	por intempestividade	18
3.2	por não comprovar legitimidade de parte	49
3.3	por inépcia da inicial	
3.4	por intempestividade e por não comprovar legitimidade	
3.5	por falta de documentos (Resolução 299/08 CONTRAN)	
4	SUSPENSOS	
5	ANALISADOS/PRESCRITOS/NÃO AFETOS (Defesa de Autuação, transferência de Responsabilidade, erro de digitação, etc.)	
6	RECONSIDERAÇÃO DE ATO	
SOMA TOTAL		336

OS JULGAMENTOS FORAM PROCESSADOS NA SEGUINTE ORDEM:
JULGAMENTOS DE 1ª INSTÂNCIA:
1 - DEFERIDOS:

08658.066887/2020-38	C.A. P SERVICOS MEDICOS	R494532823	deferido
08658.036059/2020-75	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R474001137	deferido
08659.066796/2020-92	CHRISTIANE DE SOUZA GUERINO	R367469847	deferido
08658.006574/2021-10	EDILANE COSTA DA SILVA HOSSAIN	T191436593	deferido
08666.029425/2021-11	FELIPE FERRAES	T200513001	deferido
08650.037165/2021-27	JOSE ROBERTO PROPICIO DA SILVA	R455144184	deferido
08650.025860/2021-46	LUCIANE MARTINS P. PEDROZO	R367149222	deferido
08658.054233/2021-42	MARCELO DESORDI	R503294322	deferido
08658.053748/2021-25	MARCOS MENDES REIS	R367318369	deferido
08658.061662/2020-95	RCV SAO JOSE C. IMP. E EXP LTDA	R367291461	deferido
08658.051107/2021-36	VALDIR APARECIDO DE JESUS	R396879411	deferido

2 - INDEFERIDOS:

08658.067547/2020-24	ADEMIR DE FREITAS LIMA	T485988445	Indeferido
08658.054191/2021-40	ADILAN DALL AGNOL O. HERNANDES	T469907738	Indeferido
08658.049710/2021-58	ADRIANA MARQUEZIN	R264378083	Indeferido
08666.013128/2020-73	ADRIANO JOSE FOGACA	T203021509	Indeferido
08658.051228/2021-88	AGENOR GOMES	R385550057	Indeferido
08659.027202/2021-17	AGUILASUL TRANSPORTES EIRELI	R454884095	Indeferido
08659.027201/2021-64	AGUILASUL TRANSPORTES EIRELI	R456456473	Indeferido
08672.002081/2021-14	AGUILASUL TRANSPORTES EIRELI	R454909152	Indeferido
08660.019308/2021-08	ALBERTO LUIZ DA SILVA	R485667045	Indeferido
08660.019307/2021-55	ALBERTO LUIZ DA SILVA	R487655443	Indeferido
08658.028332/2020-98	ALD AUTOMOTIVE S.A.	R466757204	Indeferido
08666.009430/2020-27	ALDEIR RODRIGUES DE SOUZA	R455182299	Indeferido
08666.009428/2020-58	ALDEIR RODRIGUES DE SOUZA	R455418507	Indeferido
08658.065818/2021-98	ALDO AUTOMOTIVE	R466757204	Indeferido
08659.027400/2021-72	ALEX ROCCA	R454691467	Indeferido
08659.102649/2018-79	ALFONSO LENZ JUNIOR	R410876208	Indeferido
08658.055193/2021-56	ANA CLAUDIA CAMPOS DA SILVA	T207825432	Indeferido
08658.063348/2021-28	ANA HELOISA FERRAZ SANTOS	T508931637	Indeferido
08658.005404/2021-18	ANDERSON CLAYTON MACHADO	T494721332	Indeferido
08660.017054/2021-85	ANDRE EMILIO ZUCCO	T205423957	Indeferido
08659.013153/2021-27	ANDRE LUIS STACHOLSKI	R508289084	Indeferido
08657.101777/2019-04	ANDRE STUART KAHL BECK	R438382757	Indeferido
08657.081365/2019-32	ANDRE STUART KAHL BECK	R432901857	Indeferido
08666.027789/2021-67	ANTONIO HOSTIN	R454693982	Indeferido
08666.027782/2021-45	ANTONIO HOSTINI	R454713533	Indeferido
08656.170852/2019-89	ARILSON CARLOS MIRANDA	R446748382	Indeferido
08658.006555/2021-85	ATIVA DIST. E LOGISTICA LTDA	T491398301	Indeferido
08666.027824/2021-48	BALANTEC C. E ASSIST. T. EIRELI	T202731839	Indeferido
08658.050447/2021-40	BIANCA CARDOSO G. GANDOLPHO	R476419409	Indeferido
08650.037562/2021-07	BRASIL SUL LINHAS ROD. LTDA	R453665152	Indeferido
08659.024721/2021-15	BRASIL SUL LINHAS ROD. LTDA	R451738896	Indeferido
08658.054735/2021-73	BRYAN SANT ANA	T207311587	Indeferido
08658.062555/2021-65	C.A. P SERVICOS MEDICOS	R512995125	Indeferido
08658.061547/2021-00	C.A. P SERVICOS MEDICOS	R511200331	Indeferido
08656.049302/2021-16	CAJU LOGISTICA TRANSP. LTDA	T464854857	Indeferido
08658.054730/2021-41	CAROLINA SOARES C. SAID	T150323093	Indeferido
08658.053690/2021-10	CBW COM. E TRANSP. DE GAS EIRELI	T199609535	Indeferido
08658.053400/2021-38	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R498813681	Indeferido
08658.007781/2021-83	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R497593955	Indeferido
08658.002843/2021-61	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R495990523	Indeferido
08658.000319/2021-55	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R494785957	Indeferido
08658.046689/2020-58	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R473444828	Indeferido
08658.043206/2020-63	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R475478975	Indeferido
08658.026828/2020-27	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R464468817	Indeferido
08658.062004/2021-00	CEL DO BRASIL IND. E COM. LTDA	R504494155	Indeferido
08658.050380/2021-43	CESAR FARID HADDAD	R480947295	Indeferido
08650.044179/2021-05	CLAUDIO AUGUSTO BERNARDO	T481507388	Indeferido
08659.026542/2021-12	CONFIARE SIST. DE ALARME LTDA ME	R455062827	Indeferido
08662.007630/2021-66	CRISANTINA DA MOTA C. TOLEDO	T472096966	Indeferido
08662.007629/2021-31	CRISANTINA DA MOTA C. TOLEDO	T471149397	Indeferido
08658.051131/2021-75	CRISTIANE GUIMARAES LOURENCO	R477073417	Indeferido
08658.050021/2021-96	CRISTIANE GUIMARAES LOURENCO	R473640139	Indeferido
08660.005847/2020-71	CRISTIANO DE BORBA VIGANO	R454898107	Indeferido
08658.017415/2021-32	DAIANE CRISTINA DA ROSA	T202995542	Indeferido
08657.036941/2020-21	DAMIAO DA CONCEICAO DE ANDRADE	R456582215	Indeferido
08658.053751/2021-49	DANIEL A. TEODORO JUNIOR	T204265107	Indeferido
08658.053750/2021-02	DANIEL A. TEODORO JUNIOR	T204265096	Indeferido
08650.039793/2021-47	DANIEL PEDRO BRECHETTO	R455664978	Indeferido
08650.039827/2021-01	DANIEL PEDRO BROCHETTO	R457328096	Indeferido
08650.039822/2021-71	DANIEL PEDRO BROCHETTO	R457322063	Indeferido
08650.039785/2021-09	DANIEL PEDRO BROCHETTO	R455685398	Indeferido
08650.037172/2021-29	DANIEL PEDRO BROCHETTO	R455225559	Indeferido
08650.037170/2021-30	DANIEL PEDRO BROCHETTO	R455171424	Indeferido
08650.037087/2021-61	DANIEL PEDRO BROCHETTO	R452939077	Indeferido
08658.053718/2021-19	DANIELLA ANDRADE R. SOARES	R440821867	Indeferido
08659.028282/2021-10	DE LIMA SOL. EM TRANSPORTES	R456191267	Indeferido
08658.053336/2021-95	DEBORHA BENETTI NUNES	T490749429	Indeferido
08658.023230/2021-67	DEL POZO TRANSP. ROD. LTDA	T489851592	Indeferido
08658.062032/2021-19	DEL POZO TRANSPORTES ROD. LTDA	R513171327	Indeferido
08657.016970/2021-57	DEMOSTENES G. DE O. BARBOSA	R487635663	Indeferido
08666.012138/2020-91	DENILSON PRAZITO	R456548897	Indeferido
08650.037420/2021-31	DIRCEU LODI	R463428552	Indeferido

08658.054717/2021-91	DIVAIRTON VAZ DA SILVA	R498852897	Indeferido
08658.011866/2021-66	DOMINGOS PIRES DE O. DIAS NETO	R443629692	Indeferido
08658.049756/2021-77	EDENILSON DE S. EVANGELISTA	T195282396	Indeferido
08660.006327/2020-85	EDENIR ALVES BOBSIM	R455481617	Indeferido
08658.054674/2021-44	EDER AUGUSTO MEDEIROS FONTES	R453981011	Indeferido
08666.029928/2021-97	EDEVALDO ASCINDINO MARQUES	R458201517	Indeferido
08666.029853/2021-44	EDEVALDO ASCINDINO MARQUES ME	R458078492	Indeferido
08666.029857/2021-22	EDEVALDO ASCINDINO MARQUES ME	R457359463	Indeferido
08666.028010/2021-21	EDEVALDO ASCINDINO MARQUES ME	R453231543	Indeferido
08657.062208/2021-42	EDGAR DE CARVALHO JUNIOR	R494981512	Indeferido
08658.052397/2021-35	EDILTON DA COSTA CHEPANSKI	T201597659	Indeferido
08658.003898/2021-98	EDIMAR MENEGAO	T459885839	Indeferido
08658.003896/2021-07	EDIMAR MENEGAO	T459885812	Indeferido
08658.065298/2021-13	EDIVAL FARIAS DOS SANTOS	R512999325	Indeferido
08658.054200/2021-01	EDIVALDO DE SOUZA P. JUNIOR	R503515329	Indeferido
08656.090859/2019-18	EDSON AGUIAR DE OLIVEIRA	R434505722	Indeferido
08658.052296/2021-64	EDUARDO SIEVERT FURTADO	R453649491	Indeferido
08650.039520/2021-01	EGBERTO DA SILVA JUNIOR	T203021727	Indeferido
08659.027152/2021-60	ELESSANDRO LORENTE PALMAS	R455501866	Indeferido
08666.034112/2021-85	ELIANDRO DA SILVA	R497316544	Indeferido
08666.034111/2021-31	ELIANDRO DA SILVA	R497799154	Indeferido
08666.034108/2021-17	ELIANDRO DA SILVA	R508213355	Indeferido
08650.031013/2020-30	ELINALDO BATISTA DA SILVA	R490904424	Indeferido
08675.005701/2021-47	ELISANGELA SCHUCK DA COSTA	R454488033	Indeferido
08658.050466/2021-76	EMP. DE TRANSP. MAIRIPORA LTDA	T206967926	Indeferido
08657.051752/2021-69	FABIO DA SILVA BORDIGNON	R456461027	Indeferido
08666.029428/2021-55	FELIPE FERRAES	R458749834	Indeferido
08666.029422/2021-88	FELIPE FERRAES	T200513017	Indeferido
08650.039200/2021-42	FERNANDA KELLY VIEIRA DIAS	R465507425	Indeferido
08657.053485/2021-64	FERNANDA LESSA B. DE FREITAS	R457530758	Indeferido
08657.053486/2021-17	FERNANDA LESSA B. DE FREITAS	R485125102	Indeferido
08659.027178/2021-16	FLAVIA MANUELA M. ANTUNES	R412079647	Indeferido
08657.049524/2021-29	FRANCISCO DE ANDRADE SILVA	R453630898	Indeferido
08650.040122/2021-29	FRANCISCO DONIZETE DO NASCIMENTO	T196810981	Indeferido
08659.025334/2021-04	FRANCISCO VICENTE DA SILVA	R456886761	Indeferido
08659.026895/2021-12	GABRIEL SCIARRA MADELLI	T199110387	Indeferido
08658.020202/2021-98	GATI - SERVICOS MEDICOS LTDA	R507271587	Indeferido
08659.026959/2021-85	GELOPAR REF. PARANAENSE LTDA	R453193797	Indeferido
08650.038070/2021-21	GUSTAVO TORRES COSTA	R454263678	Indeferido
08656.053732/2021-32	HELEANDRO WAGNER RABELO	T190139177	Indeferido
08652.007576/2020-97	HELYSON A. NUNES S OLIVEIRA	T469289554	Indeferido
08658.054724/2021-93	HENRIQUE POLI JUNIOR	T209356324	Indeferido
08658.054723/2021-49	HENRIQUE POLI JUNIOR	T208547959	Indeferido
08658.051722/2021-42	HERCILIO CORREA DE LIMA	T195853016	Indeferido
08666.028665/2021-07	HILDO MANOEL MARQUES	R367520133	Indeferido
08658.050427/2021-79	HOSPITALAR SERV. MEDICOS SS	R474717712	Indeferido
08658.052328/2021-21	ILDA RIBEIRO DA SILVA SOUZA	T202670627	Indeferido
08658.027510/2021-44	INTENSIVA REM. TERRESTRES LTDA	R508471947	Indeferido
08658.054159/2021-64	ISAC RODOLFO	T204996066	Indeferido
08658.007050/2021-38	ISRAEL EVARISTO	T494629398	Indeferido
08656.060242/2021-92	JACINTO FREIRE DE MIRANDA	T487912829	Indeferido
08658.053742/2021-58	JAIME VITKOSKY	R502193457	Indeferido
08659.012527/2020-14	JAIR GRZECA	T201125358	Indeferido
08658.050439/2021-01	JANICE FLORIANO	R457159367	Indeferido
08658.055211/2021-08	JOAO LUIZ STEFANIAK	R457175524	Indeferido
08658.016119/2020-33	JORGE GONCALVES SANTOS	R456186174	Indeferido
08658.052401/2021-65	JORGE HENRIQUE DOS SANTOS	T204339383	Indeferido
08658.049730/2021-29	JOSE ANDRE DA COSTA	T165505907	Indeferido
08658.055185/2021-18	JOSE RIBEIRO BRAGA NETO	R491044283	Indeferido
08658.054708/2021-09	JOSE ROBERTO DA SILVA	R490479634	Indeferido
08658.054707/2021-56	JOSE ROBERTO DA SILVA	R446382457	Indeferido
08668.003265/2021-61	JOSE SALVIANO DE SOUSA	T192772791	Indeferido
08658.019768/2020-96	JULIANA VIEIRA PELEGRINI	R456757902	Indeferido
08650.036737/2021-51	JULIANA VINISKI	R454333919	Indeferido
08666.018947/2021-98	JUNIOR EDER LEITE	R479048017	Indeferido
08666.027669/2021-60	JUNIOR EDER LEITE	R463336647	Indeferido
08658.054739/2021-51	KAREN DE ARAUJO SILVA	T198696183	Indeferido
08657.042933/2021-02	KARINA BALDO LOPES	R469969837	Indeferido
08657.042916/2021-67	KARINA BALDO LOPES	R474713873	Indeferido
08659.026932/2021-92	KARINA MORILHO FRANCO	R455006504	Indeferido
08660.017595/2021-11	KHALED MOHAMAD M. ATAYA	R500476675	Indeferido
08658.061934/2021-38	KRM TRANSPORTES LTDA	R456586628	Indeferido
08658.051269/2020-93	KRM TRANSPORTES LTDA	R451933346	Indeferido
08659.044398/2019-81	KRM TRANSPORTES LTDA	T162050817	Indeferido
08659.010162/2020-85	LASCROK COM E TRANSP. LTDA	R454919697	Indeferido
08658.051129/2021-04	LAURA FILOMENA PINTO	T185987796	Indeferido
08658.017992/2020-43	LILIAN ALVES CAMARGO	R456155708	Indeferido
08658.054189/2021-71	LUCIANA BORSOI DE PAULA	T204073657	Indeferido
08658.031950/2020-15	LUCIANO SOUZA PEREIRA	R458773468	Indeferido
08658.051182/2021-05	LUIZ DANIEL PEREIRA	T203540573	Indeferido
08656.054069/2021-93	LUIZ FELIPE SOARES DINIZ	R499664191	Indeferido
08666.027350/2021-34	LUIZ FERNANDO MOREIRA FLORIANI	T197473539	Indeferido
08650.001243/2021-55	LUIZ RODRIGO BOZZA FERREIRA	T468757139	Indeferido
08658.055289/2021-14	MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS	T210410485	Indeferido
08657.053599/2021-12	MARCELO GUIMARAES LOPES	R445017562	Indeferido
08650.038106/2021-76	MARCIO AURELIO SALVIANO	T197867391	Indeferido
08650.040855/2021-63	MARCOS A. RAINHO RIBEIRO	R460895893	Indeferido
08658.053716/2021-20	MARCOS ALVARES	T206179827	Indeferido
08666.004338/2020-71	MARCOS CAMARGO ZENI	R453198368	Indeferido
08666.028049/2021-48	MARCOS FABIO RAMOS	R463772911	Indeferido
08666.028036/2021-79	MARCOS FABIO RAMOS	R463258274	Indeferido
08659.045386/2020-16	MARCOS VINICIUS FONSECA	T462185547	Indeferido
08657.038201/2020-29	MARCUS V. T. DO NASCIMENTO	R459458183	Indeferido
08657.047251/2021-88	MARIA EMILIA DE AZEVEDO	R488647282	Indeferido
08658.000610/2020-42	MARIA ISABEL DE PAULA	T194857007	Indeferido
08658.054693/2021-71	MARLI PEREIRA DOS SANTOS	T489271316	Indeferido
08660.018947/2021-48	MATHEUS MORAES DA SILVA	R454800738	Indeferido
08660.018946/2021-01	MATHEUS MORAES DA SILVA	R455710295	Indeferido
08658.053187/2021-64	MAURICIO SANTOS DE OLIVEIRA	T208788987	Indeferido
08658.053186/2021-10	MAURICIO SANTOS DE OLIVEIRA	T208387706	Indeferido
08656.053358/2020-94	MAYCON ANICETO MOREIRA	R435139398	Indeferido
08658.043214/2020-18	MEGA GER. E TRANSP. ESP. EIRELI	R476516196	Indeferido
08658.043212/2020-11	MEGA GER. E TRANSP. ESP. EIRELI	R476463467	Indeferido
08666.036192/2021-11	MELITINO DETOFFEL JUNIOR	T210397817	Indeferido
08650.045635/2021-26	MIGUEL DAVID DE SOUZA LOBO	T468299238	Indeferido
08658.040027/2020-74	MOACIR LUIZ TAMBOSI	R458563781	Indeferido
08658.040026/2020-20	MOACIR LUIZ TAMBOSI	R458559587	Indeferido
08657.051348/2021-95	MONICH MIRANDA DOS SANTOS	R459997092	Indeferido
08658.026586/2021-52	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA	T505418568	Indeferido
08658.065798/2021-55	MRCK TRANSPORTES E SERV	R511230974	Indeferido
08658.054801/2021-13	MUCIO DE CASTRO MAIA	R455399093	Indeferido
08658.054699/2021-48	MUCIO DE CASTRO MAIA	R455410569	Indeferido
08650.041076/2021-85	MULTITRANS TRANSP E A. GERAIS LTDA	R458160903	Indeferido
08650.041068/2021-39	MULTITRANS TRANSP E A. GERAIS LTDA	R458066206	Indeferido
08658.050520/2021-83	MUNICIPIO DE CAJATI	R455193266	Indeferido
08658.054223/2021-15	MUNICIPIO DE MIRACATU	R456733175	Indeferido
08658.054187/2021-81	MUNICIPIO DE MIRACATU	R458848875	Indeferido
08658.053746/2021-36	MUNICIPIO DE MIRACATU	R458052167	Indeferido
08656.034831/2020-34	NATHARA SOUZA FURTADO	R458898295	Indeferido
08650.036876/2021-84	NIVALDO ANTONIO CAETANO	T471577421	Indeferido
08658.031490/2020-25	OCEL DO BRASIL IND. E COM. LTDA	R455073437	Indeferido
08658.043696/2020-06	OSMANIO SOARES DOS REIS	T209430297	Indeferido
08658.053307/2021-23	PATRICIA CAMARGO BARBOSA	R456343447	Indeferido
08650.038128/2021-36	PAULO CESAR FERREIRA DE MELLO	R454746946	Indeferido
08666.022741/2021-62	PAULO CESAR VIEIRA VISCARDI	T480068477	Indeferido
08658.052350/2021-71	PAULO MARCELO CURCI NARDY	R454296207	Indeferido
08657.050259/2021-21	PEDRO ANTONIO MARTINS APARICIO	R478328834	Indeferido
08659.028091/2021-58	PEDRO HENRIQUE ROMANO	R458954055	Indeferido
08658.054745/2021-17	PEDRO INACIO DA SILVA	R458180041	Indeferido
08650.039171/2021-19	PIRAPORANGA COM PROD ORN. LTDA	T207555389	Indeferido
08658.050859/2020-07	PORTO SEGURO LOC. DE VEIC. LTDA	R472517066	Indeferido
08666.028763/2021-36	RAFAEL VARGAS DE SOUZA	R504144421	Indeferido
08658.028777/2020-78	REGIANE C. O. DE FREITAS BUENO	R459697706	Indeferido
08660.000391/2021-33	RENATO SILVA COSTA	R496023489	Indeferido
08656.177853/2019-54	RODRIGO ASSIS DE OLIVEIRA	T194868141	Indeferido
08658.050414/2021-08	RODRIGO CESAR LACERDA CARVALHO	R443702225	Indeferido
08658.050412/2021-19	RODRIGO CESAR LACERDA CARVALHO	R425373096	Indeferido
08657.050857/2021-09	RODRIGO DA CAETANA FIGUEIREDO	R367305844	Indeferido
08650.037977/2021-72	RODRIGO FERREIRA SILVA	T201721465	Indeferido
08658.054205/2021-25	RODRIGO SILVA DA ROCHA	T202893324	Indeferido
08650.009185/2021-16	RODRIGO VIANA DA SILVA	R500559953	Indeferido
08658.054212/2021-27	RONALDO DE ALMEIDA BARBOSA	R471863181	Indeferido
08658.050477/2021-56	RONALDO DE OLIVEIRA COSTA	T199650454	Indeferido
08650.040294/2021-01	RONALDO JOSE FERREIRA	T203024397	Indeferido
08650.038851/2021-15	ROSANA GOMES V. CASAGRANDE	T201150115	Indeferido
08666.031923/2020-43	ROSELI QUIQUIO HAMES	R456321209	Indeferido
08658.014607/2020-14	ROSEMARY HELENA RODRIGUES	R455410577	Indeferido
08658.061989/2021-48	SANCHES PARTICIPAÇOES LTDA	R509017991	Indeferido
08658.061990/2021-72	SANCHES PARTICIPÇOES LTDA	R512760047	Indeferido
08650.041808/2021-37	SANDRO LOURENCO DE SOUZA	T208940057	Indeferido
08658.054719/2021-81	SERGIO JOSE CABRAL	R457691522	Indeferido
08659.010104/2020-51	SERGIO JOSE CABRAL	R454895755	Indeferido
08657.092826/2020-36	SERGIO SAMPAIO PEREIRA	R489530753	Indeferido
08658.018341/2021-51	SILVANA NASCIMENTO ROSA	R495473936	Indeferido
08658.051089/2021-92	SUELEM FARIA H. PINTO ANTONIASSI	T209166398	Indeferido
08650.042008/2021-33	TAMARA ROCHLIN	R467818541	Indeferido
08659.028836/2021-89	THIAGO PEREIRA DA SILVA	T209980192	Indeferido
08658.052300/2021-94	TIAGO MATESCO DA SILVA	T201246082	Indeferido
08659.031354/2021-14	TS TRANSP. ROD. LTDA ME	R488543762	Indeferido
08666.011629/2020-15	UILIAN PRAZITO RODRIGUES	R458432571	Indeferido
08657.046976/2021-59	UISE HELENE LOURENCO LUZ	R455624348	Indeferido
08656.050528/2021-60	UNIART IND. DE ESTOFADOS LTDA	R455092637	Indeferido
08658.107231/2019-49	VALDECIR ALVES RIBEIRO	R436001985	Indeferido
08660.018510/2021-12	VALDEMAR HENDLER JAEGER	R499161335	Indeferido
08658.051186/2021-85	VALDERES TORRES DOS SANTOS	R452832047	Indeferido
08656.055837/2021-26	VALDIR DE SOUZA MACIEL	R454550308	Indeferido
08657.059841/2021-53	VALERIA MARTINS GOMES	R511712037	Indeferido
08650.051011/2021-48	VALMIR JOSE PLAUT	T507362551	Indeferido
08650.036789/2021-27	VALTER DOS SANTOS MESSIAS	R452007585	Indeferido
08666.027592/2021-28	VANDERSON BAPTISTA DA SILVA	R454464835	Indeferido
08666.027771/2021-65	VANESSA MACHADO OLIVEIRA	R453855587	Indeferido
08666.027767/2021-05	VANESSA MACHADO OLIVEIRA	R454481942	Indeferido
08658.054155/2021-86	VANIA GISLENE TAINO THUHA	T205684637	Indeferido
08658.172877/2019-05	VANILDA SILVEIRA B. GONCALVES	R448992353	Indeferido
08659.027674/2021-61	VITOR AGUIAR DE LIMA	T200876635	Indeferido
08659.027673/2021-17	VITOR AGUIAR DE LIMA	T200877739	Indeferido
08658.023175/2021-13	VIVIANE CRISTINA MARTINEZ	T505039699	Indeferido
08658.053218/2021-87	VOLMIR MAGGIONI EIRELI	T197946895	Indeferido
08658.053682/2021-73	WAGNER PEREIRA ROCHA	T200396129	Indeferido
08658.053680/2021-84	WAGNER PEREIRA ROCHA	T200394247	Indeferido
08658.056656/2021-05	WALLISON REIS PEREIRA	R508731917	Indeferido
08656.044397/2021-81	WANDERSON DIAS	T193010224	Indeferido
08656.044395/2021-92	WANDERSON DIAS	T193010216	Indeferido
08657.054418/2020-86	WANDERSON G. DE SOUSA	R465824048	Indeferido
08658.036450/2021-51	WILLIAM MORASSI LOPES	T499376951	Indeferido
08657.062671/2021-94	WISLANDER GARCIA DE BRITO	R508723078	Indeferido

3 - NÃO CONHECIDOS:
3.1 - INTEMPESTIVO:

08658.050389/2021-54	BRENDA LEE C. R. DAMAZIO	R438133625	intempestivo
08657.050058/2021-24	CAIO ZACARON C. VALENTE	R378215817	intempestivo
08666.027825/2021-92	CELIO HINKEL	R372497737	intempestivo
08657.054506/2021-69	CLAUDETE ALVES DA SILVA	T184027877	intempestivo
08656.051008/2021-74	EDUARDO MEDEIROS TRANSP. LTDA	R438995155	intempestivo
08658.049712/2021-47	GILSON SANTOS DE PAULA	T191792101	intempestivo
08659.112743/2019-17	JONADSON GONÇALVES DE MACEDO	T200314823	intempestivo
08657.046321/2021-81	JOSINETE FERREIRA DA SILVEIRA	R381577887	intempestivo
08658.054157/2021-75	LAERCIO GARCIA	T198634676	intempestivo

08658.054195/2021-28	MILTON GOMES PASQUARELI JUNIOR	T199804079	intempestivo
08658.054192/2021-94	MILTON GOMES PASQUARELI JUNIOR	T199801312	intempestivo
08657.056123/2020-44	NEUDI LOPES DA SILVA	R445766913	intempestivo
08666.031823/2020-17	ROSELI QUIQUIO HAMES	R454897758	intempestivo
08658.051132/2021-10	SARAH REZENDE	T190571896	intempestivo
08657.049567/2021-12	WILSON SANTOS DE ALMEIDA	R326485775	intempestivo
08657.046394/2021-72	WILSON SANTOS DE ALMEIDA	R333850927	intempestivo
08657.046393/2021-28	WILSON SANTOS DE ALMEIDA	R333885368	intempestivo
08657.046388/2021-15	WILSON SANTOS DE ALMEIDA	R333887263	intempestivo

3.2 - ILEGÍTIMO:

08656.026113/2020-94	ADILSON AUGUSTO DE LIMA	R456005196	Ilegítimo
08650.039266/2021-32	ALEXANDRE ANDILIO MAZUTTI	T212262447	Ilegítimo
08658.039953/2020-05	ALEXSANDRA APARECIDA SOARES	T210334867	Ilegítimo
08658.051105/2021-47	ANA PAULA MIRANDA BATISTA	R453583059	Ilegítimo
08660.017073/2021-10	ANDRE EMILIO ZUCCO	R502523042	Ilegítimo
08660.017066/2021-18	ANDRE EMILIO ZUCCO	R502170409	Ilegítimo
08660.017046/2021-39	ANDRE EMILIO ZUCCO	T493167749	Ilegítimo
08658.054186/2021-37	ASMIRIA ARAUJO DA SILVA ROSSATO	T477617638	Ilegítimo
08658.039214/2021-96	CECS GER. E TRANSP. ESP. LTDA	R506409562	Ilegítimo
08658.054731/2021-95	CLEBER JOAQUIM DE OLIVEIRA	T195870007	Ilegítimo
08658.053396/2021-16	DANIEL AIELLO SARTOR	R456659552	Ilegítimo
08659.006484/2021-19	DANIEL JOSE DA SILVA	T465042031	Ilegítimo
08661.008316/2021-19	EDUARDO FERNANDES FIDELIS	T500618569	Ilegítimo
08658.054158/2021-10	ELAINE CRISTINA BASSO	T205669409	Ilegítimo
08658.024122/2020-21	EVANDRO LARA DAMASCENO	R453326102	Ilegítimo
08658.054695/2021-60	EXPRESSO FLOR DE MINAS LTDA	R455971072	Ilegítimo
08658.052347/2021-58	FABRIZIO AMERICANO TUTTOILMONDO	T502963367	Ilegítimo
08656.053689/2021-13	FAZBETOM CONCRETO LTDA	T198097875	Ilegítimo
08656.053688/2021-61	FAZBETOM CONCRETO LTDA	T198097891	Ilegítimo
08659.027177/2021-63	FLAVIA MANUELA M. ANTUNES	R411394157	Ilegítimo
08666.006103/2021-02	GEOVANI CALADO PEREIRA	R336245677	Ilegítimo
08658.001396/2020-41	GEOVANI CALADO PEREIRA	R452749379	Ilegítimo
08666.027177/2021-74	GILIARD SILVEIRA OLIVEIRA	R503525561	Ilegítimo
08650.040164/2021-60	GUILHERME LOPES FELICIO	R456512276	Ilegítimo
08658.142202/2018-42	GUSTAVO LUIZ DE S. VINOTTI	R341182923	Ilegítimo
08658.018300/2021-65	INTENSIVA REM. TERRESTRES LTDA	R502467789	Ilegítimo
08658.047267/2020-08	INTENSIVA REM. TERRESTRES LTDA	R478627696	Ilegítimo
08658.054228/2021-30	IVAN CALDEIRA BRANT	R457734051	Ilegítimo
08658.051141/2021-19	IVAN MOREIRA	T180349333	Ilegítimo
08666.028583/2021-54	JADSON SERRA MOREIRA	R460314173	Ilegítimo
08656.052858/2021-90	JOAO MAURICIO PEREIRA	R456515496	Ilegítimo
08657.181263/2019-16	JULIANA MENEZES DAITCHMANN	R445729139	Ilegítimo
08658.030731/2020-19	LILIA SOARES DE F. RODRIGUES	T465041639	Ilegítimo
08660.003415/2021-14	LUIS LEANDRO PAZZINATTO	R481175032	Ilegítimo
08650.039140/2021-68	MARCO AURELIO DA COSTA	T199706057	Ilegítimo
08658.053712/2021-41	MEGA GER. E TRANSP. ESP. EIRELI	R494987607	Ilegítimo
08658.051178/2021-39	PAULO EDUARDO ACORINTE	R456811001	Ilegítimo
08658.053159/2021-47	POLICIA MILITAR DE SAO PAULO	R503306467	Ilegítimo
08658.072002/2020-30	PVG LOGISTICA LTDA	T484844837	Ilegítimo
08658.071998/2020-66	PVG LOGISTICA LTDA	T484823457	Ilegítimo
08658.071995/2020-22	PVG LOGISTICA LTDA	T484823426	Ilegítimo
08658.071992/2020-99	PVG LOGISTICA LTDA	T484812416	Ilegítimo
08658.055178/2021-16	REGINALDO GONCALVES DA SILVA	R457570261	Ilegítimo
08658.054328/2021-66	VALDIR BORTOLI	T205703763	Ilegítimo
08658.054327/2021-11	VALDIR BORTOLI	T205499112	Ilegítimo
08658.053738/2021-90	WALACE MATHEUS MORAES	T210578987	Ilegítimo
08658.053696/2021-97	WANDER DE PAULA SILVA	R454326602	Ilegítimo
08666.027778/2021-87	WILLIAN ALVES MOREIRA	R454650407	Ilegítimo
08656.051050/2021-95	WILSON PEREIRA DE ALMEIDA	T213026619	Ilegítimo

3.3 - ILEGÍTIMO E INTEMPESTIVO:

3.4 - INÉPCIA DA INICIAL:

3.5 - FALTA DE DOCUMENTO:

4 - PROCESSOS SUSPENSOS (enviados para realização de diligências e esclarecimentos junto ao órgão autuante):

5 - NÃO AFETOS:

6 - RECONSIDERAÇÃO:

JULIO CESAR LOURENÇO DOS SANTOS

PRF - SPRF/SP - Presidente/Relator

Titular

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

PORTARIA DIOP/PRF Nº 132, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

Descredencia a empresa RUAN ESCOLTA DE TRANSPORTES LTDA prestadora dos serviços de execução de escolta. – –

O DIRETOR DE OPERAÇÕES DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, publicado na seção 1 - Extra, de 02 de janeiro de 2019, do Diário Oficial da União e suas alterações; em observância ao disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria normativa nº 102, de 10 de maio de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e observado o constante no bojo do processo nº 08658.012072/2021-10, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa RUAN ESCOLTA DE TRANSPORTES LTDA, credencial nº 405, inscrita no CNPJ nº 36.729.166/0001-90, estabelecida na Rua Helena Pereira de Souza, 107, casa, bairro Jardim Santa Fé, cidade de Santa Bárbara do Oeste/SP - CEP: 13.453-440, da execução dos serviços especializados de escolta, aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

DJAIRLON HENRIQUE MOURA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.666, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.001376/2018-91, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, RONALD REINALDO LOPEZ ZACARIAS, de nacionalidade boliviana, filho de Eugenio Lopez e de Maria Zacarias, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 22 de junho de 1998, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.667, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.003834/2015-84, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JULIA CAMARGO ROMERO, de nacionalidade colombiana, filha de Rafael Antonio Camargo e de Maria Otilia Romero, nascida na República da Colômbia, em 20 de julho de 1956, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.668, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.011316/2014-53, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, TUGI ZENAIDA ECHVE, de nacionalidade filipina, filha de Calixto Echave e de Filiciana Blaya, nascida na República das Filipinas, em 7 de julho de 1947, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.669, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.010760/2013-71, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, CHUKWUNONSO EZEILO, de nacionalidade nigeriana, filho de Walter Ezeilo e de Lucy Ezeilo, nascido na República Federal da Nigéria, em 17 de julho de 1982, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.670, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve

Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 do Decreto nº 9.199/2017:

FELIPE SANTOS BATISTA DE SOUZA, nascido em 18 de junho de 1984, filho de Rui Batista de Souza e de Veraíz Aparecida dos Santos Souza, adquirindo a nacionalidade Holandesa, (Processo nº 08018.027191/2021-11);

LEANDRO CAROLINO DOS SANTOS, nascido em 26 de janeiro de 1988, filho de Vera Lucia Carolina dos Santos, adquirindo a nacionalidade Holandesa, (Processo nº 08000.037374/2018-20);

JOSÉ PAULO DE ALMEIDA, nascido em 28 de julho de 1969, filho de José de Almeida e de Clemência de Jesus Almeida, adquirindo a nacionalidade Holandesa, (Processo nº 08018.023181/2021-06).

PATRICIA BRANCO DE MEDEIROS, nascida em 19 de setembro de 1979, filha de José Wilson Fonseca de Medeiros e de Marly Branco de Medeiros, adquirindo a nacionalidade Eslovena, (Processo nº 08018.012958/2021-07) e;

JOELMA DOS SANTOS ALMEIDA, nascida em 07 de maio de 1986, filha de Osvaldino Cascais de Almeida e de Maria Oneide dos Santos, adquirindo a nacionalidade Holandesa, (Processo nº 08018.018188/2021-06).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.671, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.024959/2020-13, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PRINCE CHIDIADI NMADUAKOLAM, de nacionalidade nigeriana, filho de John Nmadukolam e de Faith Nmadukolam, nascido na República Federal da Nigéria, em 31 de agosto de 1974, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.676, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.002821/2013-26, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JHON CAHUANA ASTURIMA, de nacionalidade peruana, filho de Geraldo Cahuana Valenzuela e de Clorinda Asturima Contreras, nascido na República do Peru, em 10 de novembro de 1986, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.677, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Reconhecer e certificar aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

MARCELINO FERREIRA DA SILVA - V569114-S, natural de Portugal, nascido em 07 de janeiro de 1954, filho de Humberto Gomes Silva e de Cristina Gomes Ferreira, residente no Estado do Ceará/CE (Processo nº 08000.023892/2021-61).

LISETE COSTA SILVA - V936909-V, natural de Portugal, nascida em 03 de outubro de 1985, filha de Marcelino Ferreira da Silva e de Rosa Maria de Sá Costa, residente no Estado do Ceará/CE (Processo nº 08000.023894/2021-51).

ROSA MARIA DE SÁ COSTA - V569116-0, natural de Portugal, nascida em 05 de agosto de 1956, filha de Manuel Luís Costa e de Felismina Marques Sá, residente no Estado do Ceará/CE (Processo nº 08000.023893/2021-14).

HUMBERTO LUIS COSTA SILVA - V900699-R, natural de Portugal, nascido em 23 de maio de 1977, filho de Marcelino Ferreira da Silva e de Rosa Maria de Sá Costa, residente no Estado do Ceará/CE (Processo nº 08000.023896/2021-40).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.678, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Reconhecer e certificar ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

OSCAR JOSÉ TEIXEIRA - W201940-A, natural de Portugal, nascido em 01 de março de 1935, filho de Joaquim dos Santos Teixeira e de Virginia da Piedade da Silva, residente no Estado de São Paulo/SP (Processo nº 08018.027777/2021-77).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.679, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Reconhecer e certificar ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos, nos termos do Art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

VICTOR MANUEL SOARES DE AZEVEDO - V552928-Q, natural da Venezuela, nascido em 09 de agosto de 1978, filho de Manuel Gonçalo Madureira Azevedo e de Maria da Glória da Silva Soares Azevedo, residente no Estado de Santa Catarina/SC (Processo nº 08018.020521/2021-39).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.680, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDOULAYE KANDJI - G226518-0, natural do Senegal, nascido em 15 de outubro de 1984, filho de Mamour Kandji e de Khady Diagne, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.009833/2020-10);

EBRAHEEM DAHROOJ - G346508-K, natural da Síria, nascido em 05 de outubro de 1989, filho de Mhd Sharif Dahrooj e de Hala Akojak, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.008671/2020-00);

IANCUBA QUEITA - G459317-0, natural de Guiné-Bissau, nascido em 10 de julho de 1975, filho de Muamed Queida e de Hudia Sidibe, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.002663/2020-41);

MILAGROS ARCHELY AYALA MAITAHUARI - V426491-7, natural do Peru, nascida em 24 de agosto de 1989, filha de Nicolas Placido Ayala Rivas e de Hilmer Maitahuari Murayari, residente no Estado de Roraima (Processo nº 08485.003707/2020-36);

MILKO LLORENTE MACHADO- G006586-8, natural de Cuba, nascido em 16 de novembro de 1985, filho de Roberto Llorente Villa e de Magalys Virgen Machado Reyes, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08388.002170/2021-76);

SAMIR SALIM- V566801-O, natural do Líbano, nascido em 17 de julho de 1981, filho de Mouhydin Salim e de Mossada Mossa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.003111/2020-51);

TALAL ABO ALSHAMAT - F020635-A, natural da Síria, nascido em 28 de agosto de 1982, filho de Helal Atasi e de Mohamad Ameen Abo Alshamat, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.008278/2020-16) e

YARITZA SILVA CAUSE - V991397-L, natural de Cuba, nascida em 22 de janeiro de 1974, filha de JUAN Alberto Silva Guerra e de Margarita Cause Martinez, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.010688/2019-86).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.681, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JUAN MANUEL FERNANDEZ PEREZ - V990091D, natural da Argentina, nascido em 28 de abril de 1981, filho de Ricardo Juan Fernandez e de Marisa Ines Perez Balbuena, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0007297/2020);

MOHAMED FATHY ABDELMONEM ELBADAWY - G325856-E, Natural da República Árabe do Egito, nascido em 17 de fevereiro de 1982, filho de Najwa Ahmed Kamel e Fathy Abdelmonem Elbadawi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0016586/2020);

MOHAMED MOHAMAED HEAL ELGHOBASHY - G326796-1, natural da República Árabe do Egito, nascido em 09 de março de 1974, filho de Mohamed Mohamed Helal Elghobashy e de Taheiah Elkhatib, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0012115/2020).

PAOLA FLORENCIA CAROSELLA - V366064-9, natural da Argentina, nascida em 30 de outubro de 1972, filha de Irma Polverari e de Roberto Carosella, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0030457/2021);

SAID KASSIR - G255918-7, natural do Líbano, nascido em 21 de novembro 1986, filho de Amal Hussein Ala Wieh e de Afif Jawad Kassir, residente no Estado de São Paulo (Processo n 235881.0004473/2020).

As pessoas referida nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.682, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

AMNA JIBRIL ALI ALJATLAWI - F320236-3, natural da Líbia, nascida em 28 de outubro de 2017, filho de Jibril Ali Mohamed Aljatlawi e de Nahed Mabrook Ramadan Mgely, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0023130/2021) e

FATMA JIBRIL ALI ALJATLAWI - F320239-Y, natural da Líbia, nascida em 12 de maio de 2011, filha de Jibril Ali Mohamed Aljatlawi e de Nahed Mabrook Ramadan Mgely, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0023023/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 3/2021/DIRED_Aut_res_casos_nao_prev/DIRED/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Interessado(a): JORGE ALEXANDRINO BAHIA
Processo nº 08505.010754/2019-17

NEGO provimento ao recurso, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida, e mantenho o Ato publicado no Diário Oficial da União de 1º/10/2019, Seção 1, página 52.

Despacho nº 4/2021/DIRED_Aut_res_casos_nao_prev/DIRED/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Interessado(a): ROSA LUÍSA GOMES PEDROSO BAHÍA
Processo nº 08505.010763/2019-16

NEGO provimento ao recurso, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida, e mantenho o Ato publicado no Diário Oficial da União de 1º/10/2019, Seção 1, página 52.

Despacho nº 22/2021/DNN_Apatrida/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: OLGA GUZMAN SALINAS
Processo: 08460.005074/2020-89

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO
Coordenadora

DESPACHO Nº 121/2021

Despacho nº 121/2021/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Interessado: YAMILE ECHAVARRIA OSORIO ou JAMILE ECHAVARIA OSOLIO
Processo nº 08505.070163/2017-37

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 3148/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0079026/2021.
Interessado: DORIE ALEXANDER LUDGESCA BLAISE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não possui residência por prazo indeterminado, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas Art. 70 da Lei 13.445/2017 combinado com o disposto no Art. 221 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 3149/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0066100/2021.
Interessado: ACACIA CARLOTA SALABIAKU FATAKI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi agendado atendimento presencial na Polícia Federal para apresentação de documentos originais, e o requerente não compareceu, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 3150/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: MARIE SILETTE THOMAS CETOUTE
Processo: 235881.0038563/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada à requerente legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, e não foi apresentada até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3151/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: WISNET LOVENCE
Processo: 235881.0037833/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a requerente certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3152/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Wesner Desir
Processo: 235881.0036930/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3153/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: LUIS SANCHEZ ALMEYDA FERRARI
Processo: 235881.0035463/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como certidão de antecedentes criminais emitida Justiça Estadual e Federal, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3154/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: NANCIE SAINT CYR
Processo: 235881.0034001/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3155/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: DUCKENE CORIELAN
Processo: 235881.0033700/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3156/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: MIMOSE CALIXTE
Processo: 235881.0032766/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada à requerente legalização brasileira e tradução da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3157/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Johnny Elien
Processo: 235881.0029059/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça estadual, e não foram apresentadas até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3158/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: EL HADJI THIAM
Processo: 235881.0027993/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou documento que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3159/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JEAN AUDAIN OCCEU
Processo: 235881.0025288/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente a legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, e não foram apresentadas até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3160/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Karlens Fritz Bellevue
Processo: 235881.0021609/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, certidão de Antecedentes Criminais da Justiça estadual, bem como documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, que não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 3161/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: LUKAU CANDIDO DANIEL
Processo: 235881.0019147/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, e não foi apresentada até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3162/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0018866/2020
Interessado: PIERRE MARIE JONAS DORISMOND

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, e sem histórico escolar, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3163/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Pedido de Naturalização ORDINÁRIA
Processo: 235881.0018401/2020
Interessado: ADEL KASHEFI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS ou O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado de doze meses imediatamente anterior ao pedido e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 c/c inciso II do art. 66 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 3164/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0015740/2020
Interessado: IBRAHIMA BA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não comprova a residência no território nacional há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos deixando de cumprir, assim, o contido no art. 67, da Lei nº 13.445/2017 e Art. 238, §2º, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3165/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: EUGENIE AUGUSTIN CASSEUS
Processo: 235881.0012847/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da Certidão da Justiça Estadual, Comprovante de residência fixa no Brasil e Passaporte com todas as folhas, arquiva o presente processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3166/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0012281/2020
Interessado: Eddy Douleur

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, legalizada e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado, e também não apresentou a Certidão da Justiça Estadual/Federal, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3167/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0010508/2020
Interessado: Henry Javier Prieto Pineda

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3168/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0003436/2020.
Interessado: Vinicius Mascarenhas.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que foi identificado que o requerente não possui Certificado Provisório de Naturalização, e, portanto, não atende à exigência contida no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3169/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: Widmaer Belmont
Processo: 235881.0002648/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3170/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: SHIBLY MICHAELLA LOUIS CHARLES
Processo: 235881.0002624/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3171/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº?235881.0002555/2020
Interessado: Dailyn Vargas

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que foi identificado que a requerente não possui Certificado Provisório de Naturalização, e, portanto, não atende à exigência contida no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017 C/c art. 246, §2º do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3172/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0002359/2020.
Interessado: TAREK ALBAHRI ALBAHRI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o presente processo, considerando que já existe o processo número 08505.009668/2020-03 com o mesmo pedido em nome do requerente, em andamento.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO

Declara que a correta grafia do nome de BERTHRAND JOSEPH, incluído na Portaria nº 3.675, de 13 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2021, é BERTRAND JOSEPH e não como constou. Processo n° 08212.001390/2020-11.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 973, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: PELÉ (Reino Unido - 2021)
Diretor(es): Ben Nicholas/David Tryhorn
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000359/2021-42

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 974, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: UPGRADE (Austrália / Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): Leigh Whannell
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000769/2021-93

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 975, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: AFTER - DEPOIS DO DESENCONTRO (AFTER WE FELL, Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): Calmaple/Wattpad
Diretor(es): Castille Landon
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001410/2021-33
Requerente: GISELE CRUZ DE CARVALHO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 976, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O PALHAÇO, DESERTO (Brasil - 2020)
Produtor(es): PLobo Produções
Diretor(es): Patrícia Lobo
Distribuidor(es): BRETZ FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001429/2021-80
Requerente: BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA-EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 977, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: REAÇÃO EM CADEIA (Brasil - 2021)
Produtor(es): Márcio Garcia/Alexandre Ganime
Diretor(es): Márcio Garcia
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001468/2021-87
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 978, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: NUNCA MAIS NEVARÁ (SNIEGU JUZ NIGDY NIE BEDZIE, Polônia, Alemanha - 2020)
Produtor(es): Malgorzata Szumowska/Michal Englert/Viola Fugen/Agnieszka Wasiak/Mariusz Wlodarski
Diretor(es): Malgorzata Szumowska
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Nudez e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001470/2021-56
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 979, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: HISTÓRIAS CRUZADAS (Brasil - 2018)
Produtor(es): Marc Dourdin/Flavio Murilo/Sergio Kieling
Diretor(es): Marc Dourdin
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Procedimentos Médicos e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001481/2021-36
Requerente: COLOR BARS VIDEOS E PRODUÇÕES LTDA EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 980, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: EDIFÍCIO GAGARINE (GAGARINE, França - 2020)
Produtor(es): Haut Et Court/France 3 Cinéma
Diretor(es): Fanny Liatard/Jérémy Trouilh
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Linguagem Imprópria e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001490/2021-27
Requerente: VITRINE FILMES EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 981, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O ÚLTIMO MERCENÁRIO (LE DERNIER MERCENAIRE, França - 2021)
Diretor(es): David Charhon
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Linguagem Imprópria e Droga lícita
Processo: 08017.001492/2021-16

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 982, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: A CANDIDATA PERFEITA (THE PERFECT CANDIDATE, Alemanha / Arábia Saudita - 2019)
Produtor(es): Roman Paul/Gerhard Meixner/Haifaa Al Mansour/Brad Niemann
Diretor(es): Haifaa Al Mansour
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001514/2021-48
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 983, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: ALPINISTAS - DESASTRE NO EVEREST (THE CLIMBERS, China - 2020)
Diretor(es): Daniel Lee
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Aventura/Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001518/2021-26
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 984, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: SOB AS ESCADAS DE PARIS (SOUS LES ÉTOILES DE PARIS, França - 2019)
Produtor(es): Etienne Comar/Didar Domehri
Diretor(es): Claus Drexel
Distribuidor(es): A2 DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA EPP.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001519/2021-71
Requerente: A2 DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 985, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: O DIREITO DE VIVER (ROE V. WADE, Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): Cathy Allyn/Nick Loeb
Diretor(es): Cathy Allyn/Nick Loeb
Distribuidor(es): A2 DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA EPP.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/História
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001529/2021-14
Requerente: A2 DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 986, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: PÊNDULO (Brasil - 2021)
Produtor(es): Alexandre Estevanato
Diretor(es): Alexandre Estevanato
Distribuidor(es): ALEXANDRE ESTEVANATO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Linguagem Imprópria e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001533/2021-74
Requerente: ALEXANDRE ESTEVANATO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 987, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: A ÚLTIMA FLORESTA (ENTRE DEUSES E INIMIGOS, Brasil - 2021)
Produtor(es): Gullane/Buriti
Diretor(es): Luiz Bolognesi
Distribuidor(es): GULLANE
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001546/2021-43
Requerente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 988, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O COMANDANTE: PÂNICO NAS ALTURAS (THE CAPTAIN, China - 2020)
Diretor(es): Andrew Lau
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Medo
Processo: 08017.001566/2021-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 989, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: MISHA E OS LOBOS (MISHA AND THE WOLVES, Bélgica / Reino Unido - 2021)
Diretor(es): Sam Hobkinson
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001570/2021-82

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 990, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: KING KONG EM ASUNCIÓN (Brasil - 2020)
Produtor(es): Camilo Cavalcante
Diretor(es): Camilo Cavalcante
Distribuidor(es): LUDWIG MAIA ARTHOUSE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001572/2021-71
Requerente: LUDWIG MAIA ARTHOUSE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 991, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: MALIGNO (MALIGNANT, Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): Ingrid Bisu/Michael Clear/Jennifer Conroy
Diretor(es): James Wan
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Terror/Ficção
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Medo , Violência Extrema e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001573/2021-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.182, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Ato de Concentração nº 08700.003747/2021-77. Requerentes: Unimed Planalto - Cooperativa de Trabalho Médico e Central Nacional Unimed - Cooperativa Central. Advogados: Vicente Bagnoli e Douglas Telpis Ferrante. Decido pelo não conhecimento da operação.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

DESPACHO DECISÓRIO Nº 9/2021/SGM

Processo 27203.830219/1982 - Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.

Nos termos do artigo 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, da Nota Técnica Nº 114/2021/DGPM/SGM (0505896) e do PARECER n. 00225/2021/CONJUR-MME/CGU/AGU (0519534), em revisão de ofício, anulo o ato de indeferimento do requerimento de lavra publicado no Diário Oficial da União nº 90, Seção 1, pág. 71, de 11 de maio de 2007.

Remetam-se os autos à ANM, retomando-se o curso regular do processo para as providências cabíveis com vistas à outorga de concessão de lavra.

LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO
Secretária-Adjunta

DESPACHO DECISÓRIO Nº 10/2021/SGM

Processo nº 27203.830752/1981 - Companhia Brasileira de Alumínio - CBA

Nos termos do artigo 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, da Nota Técnica Nº 110/2021/DGPM/SGM e do PARECER n. 00227/2021/CONJUR-MME/CGU/AGU, em revisão de ofício, anulo o ato de indeferimento do requerimento de lavra da Interessada, publicado no Diário Oficial da União nº 1, Seção 1, pág. 32, de 2 de janeiro de 2008.

Remetam-se os autos à ANM, retomando-se o curso regular do processo para as providências cabíveis com vistas à outorga de concessão de lavra.

LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO
Secretária-Adjunta

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

RETIFICAÇÃO

No Anexo III e IV da Portaria Nº 293/SPE, de 27 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 30 de setembro de 2019, Seção 1, página 75,
Onde se lê:
ANEXO III
Revisão da Garantia Física de Energia das Usinas Termelétricas a Biomassa com CVU nulo com Base na Geração Média de Energia Elétrica

Usina	CEG	Garantia Física de Energia (MWmed)
Martinho Energia	UTE.AI.SP.030994-0.01	19,7
São Martinho Energia	UTE.AI.SP.030994-0.01	1,3

ANEXO IV
Disponibilidade mensal de energia das Usinas Termelétricas a Biomassa com CVU nulo

Usina	CEG - ANEEL	Disponibilidade mensal de energia (MWh)											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
São Martinho Energia	UTE.AI.SP.030994-0.01	0	0	22682	23640	38742	39118	42307	40354	39281	42353	51763	28596
São Martinho Energia	UTE.AI.SP.030994-0.01	0	0	22682	23640	38742	39118	42307	40354	39281	42353	51763	28596

Leia-se:
ANEXO III
Revisão da Garantia Física de Energia das Usinas Termelétricas a Biomassa com CVU nulo com Base na Geração Média de Energia Elétrica.

Usina	CEG - ANEEL	Garantia Física de Energia Revista (MWmed)
São Martinho Energia	UTE.AI.SP.030994-0.01	21,1
São Martinho Energia Interligação	UTE.AI.SP.030994-0.01	-

ANEXO IV
Disponibilidade mensal de energia das Usinas Termelétricas a Biomassa com CVU nulo

Usina	CEG - ANEEL	Disponibilidade mensal de energia (MWh)											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
São Martinho Energia	UTE.AI.SP.030994-0.01	0	0	22682	23640	38742	39118	42307	40354	39281	42353	51763	28596

RETIFICAÇÃO

Nos Anexos III e IV da Portaria Nº 361/SPE, de 30 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 1 de outubro de 2020, Seção 1, página 824-827,
Onde se lê:
ANEXO III
Revisão da Garantia Física de Energia das Usinas Termelétricas a Biomassa com CVU nulo com Base na Geração Média de Energia Elétrica

Usina	CEG -ANEEL	Garantia Física de Energia (MWmed)
São Martinho Energia	UTE.AI.SP.030994-0.01	23,2

ANEXO IV
Disponibilidade mensal de energia das Usinas Termelétricas a Biomassa com CVU nulo

Usina	CEG	Disponibilidade mensal de energia (MWh)											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
São Martinho Energia	UTE.AI.SP.030994-0.01	15477	0	13115	15202	20084	18676	21103	20954	17091	20472	20143	21421

Leia-se:
ANEXO III
Revisão da Garantia Física de Energia das Usinas Termelétricas a Biomassa com CVU nulo com Base na Geração Média de Energia Elétrica

Usina	CEG -ANEEL	Garantia Física de Energia (MWmed)
São Martinho Energia	UTE.AI.SP.030994-0.01	25,1

ANEXO IV
Disponibilidade mensal de energia das Usinas Termelétricas a Biomassa com CVU nulo

		Disponibilidade mensal - GF											
Usina	CEG	jan (MWh)	fev (MWh)	mar (MWh)	abr (MWh)	mai (MWh)	jun (MWh)	jul (MWh)	ago (MWh)	set (MWh)	out (MWh)	nov (MWh)	dez (MWh)
São Martinho Energia	UTE.AI.SP.030994-0.01	19.280	0	15.726	15.202	20.084	18.676	21.103	20.954	17.091	20.472	24.839	26.712

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.469, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 48500.002814/2021-15. Interessado: Citlux Empreendimentos e Participações S.A.

Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Xangrilá 5, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.MG.054853-7.01, com 14.850 kW de Potência Instalada, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais, em favor da empresa Citlux Empreendimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 27.652.877/0001-13. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.473, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 48500.004110/2001-36. Interessado: Empresa Energética Porto das Águas S.A.

Decisão: alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da PCH Porto das Pedras, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº PCH.PH.MS.028995-7.01. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.477, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 48500.003709/2021-95. Interessado: FS Agrisolutions Indústria de Biocombustíveis Ltda.

Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Termelétrica - UTE FS Primavera, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UTE.FL.MT.054855-3.01, com 47.860 kW de Potência Instalada, utilizando cavaco de madeira como combustível, localizada no município de Primavera do Leste, estado do Mato Grosso, em favor da empresa FS Agrisolutions Indústria de Biocombustíveis Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.699/0001-50. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.479, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 48500.006520/2007-04. Interessado: Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda.

Decisão: alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Vale do Pontal, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UTE.AI.MG.030371-2.01. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.480, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 48500.003496/2021-00. Interessado: Chalana Solar Energia Ltda.

Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de Torixoréu, estado de Mato Grosso. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.482, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Processos nº48500.003651/2021-80 Interessado: Complexo Fotovoltaico Primavera Spe Ltda

Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Banabuiú, no estado da Ceará. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 17 de agosto de 2021.

Nº 2.486 - Processo nº: 48500.006996/2021-85. Interessados: Hidrelétrica Serra Velha Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: CGH Serra Velha. Unidades Geradoras: UG1, de 1.250,00 kW. Localização: Município de Agrolândia, no estado de Santa Catarina.

Nº 2.487 - Processo nº: 48500.007754/2007-61. Interessados: Fênix Complexo Industrial S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Fênix. Unidades Geradoras: UG1, de 32.500,00 kW. Localização: Município de Alto Araguaia, no estado de Mato Grosso.

Nº 2.488 - Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: Veolia Energia Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Veolia Iperó. Unidades Geradoras: UG1 a UG3 , de 1.560,00 kW cada. Localização: Município de Iperó, estado de São Paulo.

Nº 2.489 - Processo nº: 48500.005077/2019-80. Interessados: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 16 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Esperança 16. Unidades Geradoras: UG1 a UG3, de 4.200,00 kW cada. Localização: município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 2.490 - Processo nº: 48500.006155/2018-82. Interessados: Alex I Energia SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Alex I. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Tabuleiro do Norte, estado do Ceará.

Nº 2.491 - Processo nº: 48500.006154/2018-38. Interessados: Alex III Energia SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Alex III. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Limoeiro do Norte, estado do Ceará.

Nº 2.492 - Processo nº: 48500.006153/2018-93. Interessados: Alex IV Energia SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Alex IV. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Tabuleiro do Norte, estado do Ceará.

Nº 2.493 - Processo nº: 48500.006151/2018-02. Interessados: Alex V Energia SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Alex V. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Limoeiro do Norte, estado do Ceará.

Nº 2.494 - Processo nº: 48500.004820/2018-01. Interessados: Alex VI Energia SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Alex VI. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Tabuleiro do Norte, estado do Ceará.

Nº 2.495 - Processo nº: 48500.004819/2018-79. Interessados: Alex VII Energia SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Alex VII. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Limoeiro do Norte, no estado do Ceará.

Nº 2.496 - Processo nº: 48500.004821/2018-48. Interessados: Alex IX Energia SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Alex IX. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Limoeiro do Norte, estado do Ceará.

Nº 2.497 - Processo nº: 48500.004817/2018-80. Interessados: Alex X Energia SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Alex X. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.437,00 kW cada. Localização: município de Limoeiro do Norte, estado do Ceará.

Nº 2.498 - Processo nº: 48500.001045/2019-13. Interessados: Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 10. Unidades Geradoras: UG1, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Ruy Barbosa, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.499 - Processo nº: 48500.000564/2019-56. Interessados: Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 11. Unidades Geradoras: UG7, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Riachuelo, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.500 - Processo nº: 48500.000563/2019-10. Interessados: Ventos de São Mizael Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 12. Unidades Geradoras: UG15, de 4.200,00 kW. Localização: Municípios de Riachuelo e Bento Fernandes, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.501 - Processo nº: 48500.001046/2019-50. Interessados: Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 09. Unidades Geradoras: UG15, de 4.200,00 kW. Localização: municípios de Riachuelo e Ruy Barbosa, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.502 - Processo nº: 48500.001045/2019-13. Interessados: Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 10. Unidades Geradoras: UG4 e UG12, de 4.200,00 kW cada. Localização: município Ruy Barbosa, estado do Rio Grande do Norte.
As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.438, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659 de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa nº 484, de 17 de abril de 2012 e o que consta do Processo nº 48500.003020/2021-61, decide anuir previamente à operação de transferência de controle societário direto da Rialma Transmissora de Energia III S.A. para a Rialma PAR Negócios em Energia S.A. O prazo para implementação da operação é de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação deste Despacho e a empresa, cujo controle foi alterado, deverá enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL cópia autenticada dos documentos comprobatórios da formalização da operação, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua efetivação.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 2.456, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.000023/2019-28, decide: negar provimento à reclamação do Consorcio Engeform/Bolsa de Imóveis/Imopar/Stan, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3º, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.457, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001675/2021-02, decide: negar provimento à reclamação da Barroco Incorporações e Serviços Construtivos Ltda., ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3º, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.458, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001676/2021-49, decide: negar provimento à reclamação da Global Energy Comercializadora de Energia S/A, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3º, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.459, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001677/2021-93, decide: negar provimento à reclamação da Tamboré S/A, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3º, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.460, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001678/2021-38, decide: negar provimento à reclamação da KMDAE Eventos e Decorações de Interiores Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3º, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.461, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001679/2021-82, decide: negar provimento à reclamação da ENG - MON Engenharia e Construções Eireli, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3º, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.462, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001680/2021-15, decide: negar provimento à reclamação do Condomínio Voo Tangara, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3º, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.463, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001681/2021-51, decide: negar provimento à reclamação da Construtora Ditolvo Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3°, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.464, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001682/2021-04, decide: negar provimento à reclamação da Novação Engenharia de Empreendimentos Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3°, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001683/2021-41, decide: negar provimento à reclamação da Marques Construtora Incorporadora Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3º, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.466, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001684/2021-95, decide: negar provimento à reclamação da Hepro Projetos e Instalações Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3º, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.467, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.002636/2020-33, decide por: (i) dar provimento à reclamação interposta pelo Sr. Rui Regis Cardoso Cavalcante, referente à unidade consumidora nº 133140; (ii) determinar que a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA efetue a devolução em dobro dos valores faturados a maior, em conta-corrente, referente ao período de fevereiro/2018 a março/2019, descontados os valores já devolvidos, nos termos do inciso II do artigo 113 da Resolução Normativa nº 414, de 2010; (iii) determinar que a distribuidora apresente ao consumidor a memória de cálculo dos valores a serem devolvidos; e (iv) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.481, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição delegada por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000374/2018-58, decide determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, nos termos da Resolução Autorizativa nº 7.385, de 9 de outubro de 2018, efetue o pagamento de R$ 630.593,03 (seiscentos e trinta mil, quinhentos e noventa e três reais e três centavos) à empresa SELT Engenharia, referente à vigésima quinta medição das obras para a implantação da Subestação Itacoatiara 138/13,8 kV.

ALESSANDRO D´AFONSECA CANTARINO

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 88/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Jonas Roberto Muller - 866525/19, 866526/19

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 164/2021

Fase de Lavra Garimpeira
Instaura processo administrativo de nulidade da PLG/Prazo para defesa 60 dias(1325)
850.715/2012-JAISSON MAGNESKI
850.716/2012-JAISSON MAGNESKI
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.121/2021-EDICARLO NOGUEIRA DA SILVA
850.122/2021-SILVIO DE PAIVA MACEDO JUNIOR
850.123/2021-ANA CLAUDIA DOS SANTOS MARQUES
850.127/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.126/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.128/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.129/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.130/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 165/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.487/2016-GLENCORE EXPLORACAO MINERAL DO BRASIL LTDA.- Cessionário:COBREX PROSPECCAO MINERAL S.A.- CPF ou CNPJ 17.544.502/0001-86- Alvará n°6.152/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
850.396/2015-IARA FABRICAÇÃO DE ÁGUA ENVASADA LTDA EPP- Alvará n° 11.032/2015 - Cessionário: G. P. D. DE LIMA EIRELI- CNPJ 07.231.064/0001-42

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 167/2021

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
851.226/2017-CERÂMICA TARUMÃ LTDA-OF. N°24388/2021/DIFAM-PA/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.930/2019-LAGOS E PINHEIRO EXTRACAO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 65/2019 - Vencimento em 19/02/2022
851.113/2014-CERAMICA CORTE REAL LTDA- Registro de Licença N° 39/2015 - Vencimento em 09/12/2025
850.256/2015-MARILIO MOREIRA FERNANDES- Registro de Licença N° 05/2018 - Vencimento em Prazo Indeterminado

Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.377/2021-CONSTRUFOX - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA
850.338/2021-CERAMICA CASTANHEIRA LTDA
850.202/2021-JAILSON DA CRUZ NASCIMENTO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.493/2021-JOSE CARLOS DE FARIAS-OF. N°24355/2021/DIFAM-PA/ANM
851.015/2021-FRANCISCO DO ESPIRITO SANTO-OF. N°22416/2021/DIFAM-PA/ANM
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.016/2017-MINERADORA E TRANSPORTADORA CLARA LTDA- Registro de Licença N° 37/2021 - Vencimento em 02/12/2021
850.938/2021-GILSON JOSE GRATAO NETO-Registro de Licença N° 33/2021 - Vencimento em 01/07/2023
850.791/2021-V. GOMES DE OLIVEIRA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO- Registro de Licença N° 35/2021 - Vencimento em 07/04/2023

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 62/2021

Não conhece o recurso interposto(1837)
890.126/2017 - Interposto por J. M. Martins Manhães Me
Fase de Concessão de Lavra
Nega aprovação do rótulo de água mineral(480)
890.373/1991-JAYME ALMEIDA FILHO
890.374/1987-FARESA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.412/2002-ÁGUA MINERAL NATURAL EDICASCATA LTDA ME- Marca Edelweiss, fonte São Miguel, 20 L- CACHOEIRAS DE MACACU/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Marca Cascatazul, fonte Topázio, 200 mL- RIO BONITO/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Marca Cascatazul, fonte Topázio, 330 mL (com e sem gás)- RIO BONITO/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Marca Cascatazul, fonte Topázio, 510 mL (com e sem gás)- RIO BONITO/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Marca Cascatazul, fonte Topázio, 1,5 L (com e sem gás)- RIO BONITO/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Marca Cascatazul, fonte Topázio, 20 L- RIO BONITO/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Marca Cascatazul, fonte Turmalina, 200 mL- RIO BONITO/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Marca Cascatazul, fonte Turmalina, 330 mL (com e sem gás)- RIO BONITO/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Marca Cascatazul, fonte Turmalina, 510 mL (com e sem gás)- RIO BONITO/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Marca Cascatazul, fonte Turmalina, 1,5 L (com e sem gás)- RIO BONITO/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Marca Cascatazul, fonte Turmalina, 20 L- RIO BONITO/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Burunga, 330 mL (com e sem gás)- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Burunga, 500 mL (com e sem gás)- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Burunga, 1,5 L (com e sem gás)- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Burunga, 10 L- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Burunga, 20 L- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Vovó Chiquita, 330 mL (com e sem gás)- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Vovó Chiquita, 500 mL (com e sem gás)- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Vovó Chiquita, 1,5 L (com e sem gás)- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Vovó Chiquita, 10 L- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Vovó Chiquita, 20 L- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Marcelo, 330 mL (com e sem gás)- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Marcelo, 500 mL (com e sem gás)- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca L'aqua, fonte Marcelo, 1,5 L (com e sem gás)- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca Pluvian, fonte Burunga, 500 mL (com e sem gás)- ITAPERUNA/RJ
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Marca Pluvian, fonte Burunga, 1,5 L- ITAPERUNA/RJ
890.253/2001-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE MACAÉ LTDA- Marca Areia Branca, fonte da Mata 20 L;- MACAÉ/RJ
890.253/2001-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE MACAÉ LTDA- Marca Serramar, fonte da Mata 20 L- MACAÉ/RJ
890.253/2001-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE MACAÉ LTDA- Marca Serra do Segredo, fonte da Mata 20 L.- MACAÉ/RJ
891.556/1994-EMPRESA HIDROMINERAL FLUMINENSE LTDA-ME- Marca Raposo, fonte Santo Antônio, 5 L.- ITAPERUNA/RJ
890.367/2003-SALUDE MINERADORA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Marca Acque, Fonte Santa Bárbara, 20 L (sem gás)- CACHOEIRAS DE MACACU/RJ
890.159/1989-SOCIEDADE MINERADORA NOVA FRIBURGO LTDA EPP- Marca Lumiar, fonte Lumiar, 20 L- NOVA FRIBURGO/RJ
890.159/1989-SOCIEDADE MINERADORA NOVA FRIBURGO LTDA EPP- Marca Nova Friburgo, fonte Lumiar, 10 L- NOVA FRIBURGO/RJ
890.159/1989-SOCIEDADE MINERADORA NOVA FRIBURGO LTDA EPP- Marca Nova Friburgo, fonte Lumiar, 20 L- NOVA FRIBURGO/RJ

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.392/2010-META CONSTRUÇÕES EIRELI- Registro de Licença N° 2.609/2010 - Vencimento em 28/08/2022
890.363/2010-MINERAÇÃO GALÁCIA EIRELI - ME- Registro de Licença N° 2.643/2011 - Vencimento em 22/07/2022
890.312/2016-J.A. E N. FAGUNDES LTDA EPP- Registro de Licença N° 2.971/2017 - Vencimento em 06/02/2025
891.024/2014-CERAMICA RODRIGUES LTDA- Registro de Licença N° 2.959/2017 - Vencimento em 24/02/2025
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.130/2013-CARLITOS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°25452/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.386/2016-MINERAÇÃO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PAI E FILHO LTDA-OF. N°23682/2021/SEFAM-RJ/ANM
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
890.428/2005-LIZ DO BRASIL ARGAMASSAS E COLANTES LTDA - Registro de Licença N° 2.211/2005 - Publicado no DOU de 29/06/2006
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
890.692/1994-PEDRAS DECORATIVAS SÃO RAPHAEL LTDA - ME

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.666/2011-SEGMAR EXTRACAO E COMERCIO EIRELI-OF. N°25407/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.536/2015-EXTRAÇÃO DE PEDRAS BOA VISTA PADUANA LTDA-OF. N°25701/2021/SEFAM-RJ/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.367/2004-AREAL TELÚRIO LTDA-OF. N°24245/2021/SEFAM-RJ/ANM

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.368/2015-L.G SERVICO EIRELI-OF. N°24915/2021/SEFAM-RJ/ANM

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
Relação nº 18/2021

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
896.257/2014-M. M. EXTRACAO LTDA- Registro de Licença N° 70/2014-DNPM/ES-RETIFICAÇÃO DE ÁREA - PRAZO 10 DIAS PARA MANIFESTAÇÃO.
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
896.925/2006-IUNAGRAL IUNA GRANITOS LTDA- DOU de 27/09/2007

VIRGILIO CEZAR DE MACEDO MOTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHO
Relação nº 34/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
840.363/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.347/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.364/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.366/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.367/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.369/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.371/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.372/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.373/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.378/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.380/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.380/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.381/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.382/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.382/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.383/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.384/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.386/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.387/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.388/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.389/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.390/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.391/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.391/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.348/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.350/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.352/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.354/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.321/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.322/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.323/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.332/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.333/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.334/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.335/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.337/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.341/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.342/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.345/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.355/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.356/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.357/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.358/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.361/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.340/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.339/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.338/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.338/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.336/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.328/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.327/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.326/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.326/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
840.325/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.373/2009-ANTÔNIO FERREIRA LINS- Registro de Licença N° 588/2010 - Vencimento em 27/08/2026

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.007/2021-BRILHANTE MINERACAO EIRELI-Registro de Licença N° 8/2021 - Vencimento em 19/09/2022,

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 27/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(199)
840.221/2016-MINERBRAZ IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-OF. N°27/2019-DOU de 14/01/2021
Retificação de despacho(1387)
840.139/2012-PROMINING PARTICIPACOES LTDA - Publicado DOU de 12/06/2019, Relação n° 25/2019, Seção 1, pág. 61- Ande se le..."validade 07/05/2020" leia-se..." validade 24/09/2021"
Despacho publicado(256)
840.043/2021-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-Reexaminando o processo verificou-se que a titular não havias realmente requerido a renuncia do título. Houve uma interpretação equivocada do requerimento, sendo assim tornou-se necessário a anulação da homologação da renuncia
Torna sem efeito a homologação da Renuncia do Alvara de pesquisa por vício de legalidade(2114)
840.043/2021-NEXA RECURSOS MINERAIS S A

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
840.285/2018-CEPEMI CENTRO DE PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- DOU de 11/07/2019

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 365/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que não foi apresentada defesa administrativa, restando-lhe pagar ou parcelar, relativa ao(s) débito(s) da Taxa Anual por Hectare - TAH (Art. 2º, XII, b, da Lei nº 13.575/2017; inciso II, do art. 20, do Código de Mineração), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

ASM Mineração e Comércio de Metais Ltda, Processo Minerário nº 48408.881021/2008-20, Processo de Cobrança nº 48063.980099/2021-41, Notificação Administrativa nº 163/2018 - Superintendência - DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 11.917,31.

Elizeu Ribeiro dos Santos, Processo Minerário nº 48408.880076/2014-61, Processo de Cobrança nº 48063.980144/2021-68, Notificação Administrativa nº 131/2018 - Superintendência - DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 7.542,58.

Ivo Almeida Rodrigues, Processo Minerário nº 48408.880142/2017-45, Processo de Cobrança nº 48063.980233/2021-12, Notificação Administrativa Nº 93/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 23.517,74.

Jaime de Morais, Processo Minerário nº 48408.880275/2013-98, Processo de Cobrança nº 48063.980186/2021-07, Notificação Administrativa Nº 118/2018 - Superintendência - DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 8.939,71.

Jaime de Morais, Processo Minerário nº 48408.880499/2011-38, Processo de Cobrança nº 48063.980097/2021-52, Notificação Administrativa Nº 185/2018 - Superintendência - DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 33.803,51.

Joao Luis Alves dos Santos, Processo Minerário nº 48408.880309/2013-44, Processo de Cobrança nº 48063.980229/2021-46, Notificação Administrativa Nº 84/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 1.604,90.

Jose Marcelo Campos dos Santos, Processo Minerário nº 48408.880016/2018-71, Processo de Cobrança nº 48063.980242/2021-03, Notificação Administrativa Nº 102/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 42.737,81.

Mineração Sul Americana Ltda, Processo Minerário nº 48424.884096/2010-89, Processo de Cobrança nº 48080.984024/2021-21, Notificação Administrativa Nº 9/2016 - Superintendência - DNPM/RR, Valor Atualizado de R$ 26.349,87.

Pedro Sinval Rodrigues da Silva, Processo Minerário nº 48408.880040/2018-19, Processo de Cobrança nº 48063.980217/2021-11, Notificação Administrativa Nº 66/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 4.496,61.

Pedro Sinval Rodrigues da Silva, Processo Minerário nº 48408.880067/2018-01, Processo de Cobrança nº 48063.980235/2021-01, Notificação Administrativa Nº 97/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 6.158,34.

Valdecir Alves dos Santos, Processo Minerário nº 48408.880068/2014-14, Processo de Cobrança nº 48063.980557/2020-61, Notificação Administrativa nº 103/2019 - Gerência Regional - ANM/AM, Valor Atualizado de R$ 42.348,38.

Valdecir Alves dos Santos, Processo Minerário nº 48408.880065/2014-81, Processo de Cobrança nº 48063.980547/2020-26, Notificação Administrativa nº 123/2018 - Superintendência - DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 42.249,04.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 166/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Alex Sandro de Souza Rodrigues - 850490/18
Amazon Global Consult Ltda - 850011/17, 850013/17
Andorra Participações e Emprendimentos Ltda - 850499/17, 850500/17
Antonio Aldrin Ferreira Costa - 850458/17
Asiam Mineração e Participações Ltda - 850588/17, 850726/18
Bartolomeu Dos Santos Silva - 850268/17
Celso Dos Santos - 850221/19
Claudio Fernandes Bicalho - 850744/18
Cooperativa Dos Garimpeiros do Estado de Rondônia Cooger Ltda - 850540/11, 850541/11
Edilson Freires de Souza - 850488/17
f j c Sousa Servicos Topografico - 850072/19
Fernando Lopes Bernardes - 851221/17
Francisco Antonio Ruiz da Silva - 850017/17
g r Amorin Minerais Eireli - 850200/19
h. m. q. de Almeida Construções me - 850595/17
Havylah Companhia de Mineração e Extração de Minerios Ltda - 850718/11
Imperio Azul Mineracao Eireli - 850773/18
Joao Ivan Bezerra de Almeida - 850702/17
João Lucas Santos Porcino - 850029/19
Joaquim Rodrigues - 850461/19
José Ilderglan de Souza Barbosa - 850084/19
Jucelio Geraldo Araújo - 850786/18
Mug Mineracao Ltda - 850076/18
Mundi Mineração Comécio e Serviços Ltda me - 850099/17
Neiman Pará Minerais e Metais Ltda - 850171/19
Nióbio Brasil s a - 850469/18
Prime Mineração Ltda - 850394/19, 850395/19, 850396/19, 850466/19
Ricardo Morais e Silva - 851304/17
Rio Verde Comércio Atacadista de Produtos de Extração Mineral Eirelli - 850255/19
Sergio Fonseca da Silva - 850616/18
Tabal Mix Concreto Ltda Epp - 850149/16

ANTONIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 2 (PA, AP)

DESPACHO DO DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO DO PA E AP

RELAÇÃO 19/21
FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Amapá Metals Corporation Ltda - 858077/12 - A.I. 1912/21
Carlos Eduardo Pimentel Barbosa - 858031/20 - A.I. 1943/21, 858048/20 - A.I. 1969/21
Cooperativa Dos Garimpeiros do Vale do Vila Nova - 858079/09 - A.I. 1871/21
Dulcileia Alves Santos Ribeiro - 858026/18 - A.I. 1930/21
L.L. Phorty Mineração S.A. - 858031/18 - A.I. 1932/21
Luiz Alberto Zawadzki - 858021/18 - A.I. 1926/21
Mineração Carará Ltda - 858076/12 - A.I. 1873/21
Smd Recursos Naturais LTDA. - 858064/14 - A.I. 1925/21
Sonize Pimentel Dos Santos - 858040/13 - A.I. 1918/21

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente da Divisão Regional de Arrecadação do PA e AP

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 371/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5801/2021-860.621/2021-PAULO ROBERTO AMORIM ORCIOLI-
5800/2021-860.539/2021-EDGAR CAVALCANTE MEDRADO-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5814/2021-860.673/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DE NIQUELANDIA E REGIAO-
5815/2021-860.683/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DE NIQUELANDIA E REGIAO-
5816/2021-860.688/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DE NIQUELANDIA E REGIAO-
5817/2021-860.693/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DE NIQUELANDIA E REGIAO-
5813/2021-860.663/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DE NIQUELANDIA E REGIAO-
5805/2021-860.376/2021-JOSE PAULO FELIX DE SOUZA LOUREIRO-
5802/2021-860.502/2020-LUCAS DE PAIVA VIEIRA-
5803/2021-860.010/2021-IGOR AZEVEDO FRÓES-
5804/2021-860.216/2021-SARKIS MINERAÇÃO LTDA-
5806/2021-860.509/2021-GF GOLD MINERACAO EIRELI-
5807/2021-860.537/2021-MÁRCIO JOSÉ DE SOUZA-
5808/2021-860.538/2021-MÁRCIO JOSÉ DE SOUZA-
5809/2021-860.545/2021-ANNA ISADORA COIMBRA DE OLIVEIRA-
5810/2021-860.550/2021-LORINTECH TECNOLOGIA S.A.-
5811/2021-860.557/2021-BORBOREMA MINERACAO LTDA.-
5812/2021-860.566/2021-CL PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA-
5818/2021-860.695/2021-IRENILDA DE OLIVEIRA COSTA-
5819/2021-860.764/2021-DOMINGOS MENDES SANTIAGO-
5820/2021-860.796/2021-H.F.S. MINERACAO LTDA-
5821/2021-860.800/2021-JOÃO DAS GRAÇAS RIBEIRO-
5822/2021-860.804/2021-JUNQUEIRA MINERADORA EIRELI-
5823/2021-860.806/2021-EDSON VIEIRA LEMES-
5824/2021-860.807/2021-FABIANO BANDEIRA CARVALHO-
5825/2021-860.808/2021-FABIANO BANDEIRA CARVALHO-
5826/2021-860.815/2021-HELBERT SILVA BATISTA-
5827/2021-860.816/2021-HELBERT SILVA BATISTA-
5828/2021-860.817/2021-GB LOCADORA E EQUIPAMENTOS CONSTRUÇÕES LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
5799/2021-860.577/2021-MOACIR ALMEIDA PASSOS-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

DESPACHO
Relação nº 390/2021

Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
871.706/1988- VEGAS MINERAÇÃO LTDA. CNPJ n°13.726.329/0001-86
870.482/1998- CORCOVADO GRANITOS LTDA. CNPJ nº 05.195.728/0001- 30
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
871.706/1988- JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. CNPJ n°42.463.174/0001-30
870.482/1998- PETTRUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 05.101.728/0001-23

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 397/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a publicação de alvará por duplicidade.(2292)
Alvará n° 3566/2020 -Publicada no DOU de 18/09/2020 Seção 1, página 94 - Processo nº 800.153/2020-QUALITY MINERAÇÃO LTDA. - Evento nº 321
Alvará n° 3886/2020 -Publicada no DOU de 06/10/2020, Seção 1, página 45 - Processo nº 820.371/2020-PILOTO TRANSPORTES E LOCACOES EIRELI - Evento nº 323
Alvará n° 3623/2020 -Publicada no DOU de 22/09/2020, Seção 1, página 59 - Processo nº 846.125/2020-LUSANI NOGUEIRA FERNANDES MAIA - Evento nº 323
Alvará n° 3628/2020 -Publicada no DOU de 22/09/2020, Seção 1, página 59 - Processo nº 820.376/2020-SORRISO EXTRACAO E MINERACAO LTDA - Evento nº 323
Alvará n° 3640/2020 -Publicada no DOU de 22/09/2020, Seção 1, pag. 60 - Processo nº 846.129/2020-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Evento nº 323
Alvará n° 3641/2020 -Publicada no DOU de 22/09/2020, Seção 1, página 60 - Processo nº 831.098/2020-JOAO HERBETH LEITE SOUZA - Evento nº 322
Alvará n° 3902/2020 -Publicada no DOU de 06/10/2020, Seção 1, página 46 - Processo nº 803.119/2020-GOETZE LOBATO ENGENHARIA S.A - Evento nº 322
Alvará n° 3901/2020 -Publicada no DOU de 06/10/2020, Seção 1, página 46 - Processo nº 803.121/2020-MINERAX MINERAÇÃO XAMBIOÁ LTDA. - Evento nº 323
Alvará n° 4766/2020 -Publicada no DOU de 19/11/2020, Seção 1, página 130 - Processo nº 831.477/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA - Evento nº 323
Alvará n° 156/2021 -Publicada no DOU de 19/01/2021, Seção 1, página 51 - Processo nº 826.245/2020-MINERADORA PORTO UNIAO LTDA - Evento nº 323
Alvará n° 1908/2021 -Publicada no DOU de 25/03/2021, Seção 1, página 128 - Processo nº 871.524/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA - Evento nº 323
Alvará n° 1909/2021 -Publicada no DOU de 25/03/2021, Seção 1, página 128 - Processo nº 871.525/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA - Evento nº 323
Alvará n° 1910/2021 -Publicada no DOU de 25/03/2021, Seção 1, página 128 - Processo nº 871.527/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA - Evento nº 323
Alvará n° 1911/2021 -Publicada no DOU de 25/03/2021, Seção 1, página 128 - Processo nº 871.529/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA - Evento nº 323
Alvará n° 1912/2021 -Publicada no DOU de 25/03/2021, eção 1, página 128 - Processo nº 871.532/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA - Evento nº 323
Alvará n° 1913/2021 -Publicada no DOU de 25/03/2021, Seção 1, página 128 - Processo nº 871.533/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA - Evento nº 323
Alvará n° 1914/2021 -Publicada no DOU de 25/03/2021, Seção 1, página 128 - Processo nº 871.540/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA - Evento nº 323

Alvará n° 1916/2021 -Publicada no DOU de 25/03/2021, Seção 1, página 129 - Processo nº 871.542/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA - Evento nº 323

Alvará n° 1915/2021 -Publicada no DOU de 25/03/2021, Seção 1, página 128 - Processo nº 871.541/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA - Evento nº 323

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 400/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5835/2021-810.493/2021-AGREGA MINERADORA LTDA-
5836/2021-810.494/2021-AGREGA MINERADORA LTDA-
5837/2021-810.498/2021-DOUGLAS LUIS STEIN-
5830/2021-810.802/2018-CRISTHIAN PALUDO-
5829/2021-810.758/2018-AGCM CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-
5831/2021-810.825/2018-RALF SIEWERDT-
5832/2021-810.826/2018-RALF SIEWERDT-
5833/2021-810.827/2018-RALF SIEWERDT-
5834/2021-810.828/2018-RALF SIEWERDT-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

DESPACHO
Relação nº 402/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
826.245/2020-MINERADORA PORTO UNIAO LTDA- DOU de 24 de março de 2021, Seção 1, página 98.

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 405/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
826.223/2020-GEAN LUCAS BEDIN GEFFER-ALVARÁ N° 750 Publicado DOU de 10/02/2021- onde se lê: "...numa área de 226,74ha...", leia-se:... "numa área de 3,65ha..."
826.241/2020-GEAN LUCAS BEDIN GEFFER-ALVARÁ N° 759 Publicado DOU de 10/02/2021- onde se lê: "...numa área de 58,93ha...", leia-se: "...numa área de 2,23ha..."

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 406/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5838/2021-884.018/2021-PEDRA NORTE EXTRAÇÃO DE PEDRA LTDA-
5839/2021-884.080/2021-COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ESTANHO DO BRASIL-
5840/2021-884.085/2021-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS E MINERADORES SUSTENTA-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

DESPACHO
Relação nº 407/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
811.085/2015-MAURO IVO ZIMMERMANN MARTINI EPP-OF. N°25569/2021/GEPM/ANM
810.413/2016-MAURO IVO ZIMMERMANN MARTINI EPP-OF. N°25569/2021/GEPM/ANM
810.414/2016-MAURO IVO ZIMMERMANN MARTINI EPP-OF. N°25569/2021/GEPM/ANM
810.415/2016-MAURO IVO ZIMMERMANN MARTINI EPP-OF. N°25569/2021/GEPM/ANM
810.416/2016-MAURO IVO ZIMMERMANN MARTINI EPP-OF. N°25569/2021/GEPM/ANM
810.887/2016-MAURO IVO ZIMMERMANN MARTINI EPP-OF. N°25569/2021/GEPM/ANM
867.134/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.135/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.136/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.137/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.138/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.139/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.141/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.159/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.160/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.161/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.162/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
867.163/2019-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
866.023/2020-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
866.025/2020-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM
866.494/2020-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°25481/2021/GEPM/ANM

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 408/2021

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
833.354/2004-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA. - Publicado DOU de 13/03/2015, Relação n° 173/2015, Seção 1, pág. - Onde se lê: "... Campo Belo/MG e Candeias/MG ...", Leia-se: "... Candeias/MG ..."

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 409/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5794/2021-866.344/2021-JOAO BATISTA DE SOUZA-
5793/2021-866.343/2021-JOAO BATISTA DE SOUZA-
5792/2021-866.342/2021-JOAO BATISTA DE SOUZA-
5791/2021-866.341/2021-JOAO BATISTA DE SOUZA-
5790/2021-866.340/2021-JOAO BATISTA DE SOUZA-
5789/2021-866.339/2021-JOAO BATISTA DE SOUZA-
5788/2021-866.338/2021-JOAO BATISTA DE SOUZA-
5787/2021-866.337/2021-JOAO BATISTA DE SOUZA-
5798/2021-866.534/2021-FILADELFO DOS REIS DIAS-
5796/2021-866.504/2021-FILADELFO DOS REIS DIAS-
5795/2021-866.502/2021-FILADELFO DOS REIS DIAS-
5797/2021-866.505/2021-FILADELFO DOS REIS DIAS-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

DESPACHO SSM-ANP Nº 922, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE ,DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020 e pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as análises técnicas constantes do Parecer nº 28/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ, de 12/08/2021 (SEI nº 1491830), o que consta do Processo nº 48610.208260/2021-11 e o atendimento das exigências da Resolução ANP nº 817, de 24 de abril de 2020, resolve:

Aprovar o Programa de Descomissionamento das Instalações (PDI) do FPSO Capixaba, localizado no campo de Jubarte - Bacia de Campos (Contrato de concessão nº 48000.03560/97-49), operado pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), nos termos do Parecer nº 28/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ, de 12/08/2021 (SEI nº 1491830).

MARIANA RODRIGUES FRANCA

DESPACHO SSM-ANP Nº 923, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 6 de dezembro de 2007, com base no Parecer nº 280/2021/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 1511172) e considerando o que consta no processo nº 48610.207243/2020-77, resolve:

Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à FPSO Bravo/ Operador do Contrato: Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. / Operador da instalação: Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. / Contrato ANP nº : 48610.001367/2008-54.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

DESPACHO SSM-ANP Nº 927, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 02, de 14 de janeiro de 2010 e considerando o que consta no Parecer nº 306/2021/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI nº 1546608), no âmbito do processo nº 48610.203947/2021-51, resolve:

Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa ao Campo de Sanhaçu sob contrato com a operadora SPE 3R PETROLEUM S.A. / Contrato nº 48610.007998/2004.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

DESPACHO SSM-ANP Nº 928, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 02, de 14 de janeiro de 2010 e considerando o que consta no Parecer nº 307/2021/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI nº 1546611), no âmbito do processo nº 48610.203961/2021-55, resolve:

Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa ao Campo de Salina Cristal sob contrato com a operadora SPE 3R PETROLEUM S.A. / Contrato nº 48000.003825/97-81.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 924, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPDF0384820	A A R PIRES DISTRIBUIDORA DE GAS LIQUEFEITO E AGUA MINERAL EIRELI	27.101.470/0001-06	48610.214845/2021-61
GLPAM0384811	A L DA SILVA FERREIRA COMERCIO DE GLP	18.344.001/0001-19	48610.214841/2021-83
GLPPA0384808	A. S. BRITO COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	42.588.292/0001-75	48610.214835/2021-26
GLPPR0384826	BASLUP COMERCIO DE GAS E LOGISTICA LTDA	20.676.091/0001-97	48610.214862/2021-07
GLPGO0384786	BELA GAS E AGUA MINERAL EIRELI	40.019.902/0001-94	48610.214775/2021-41
GLPSP0384782	BETAO COMERCIO VAREJISTA DE GLP EIRELI	39.727.522/0001-25	48610.214734/2021-55
GLPSP0384798	BRUNO DE FARIA GUIMARAES	42.570.037/0001-03	48610.214825/2021-91

GLPSP0384838	BUTZ COMERCIO DE GAS LTDA	37.677.934/0001-72	48610.214926/2021-61
GLPMT0384784	COMERCIAL TUIUIU DE SECOS E MOLHADOS EIRELI	33.853.736/0001-61	48610.214743/2021-46
GLPPA0384790	CORREA E NUNES DO NASCIMENTO LTDA	28.176.258/0001-62	48610.214804/2021-75
GLPRS0384796	DIEGO RAFAEL DE LIMA - GAS	40.185.061/0001-95	48610.214808/2021-53
GLPMS0384840	EDUARDO DE AZEVEDO BRAGA	41.751.297/0001-04	48610.214932/2021-19
GLPGO0384794	ELIZANGELA P. SILVA EIRELI	39.349.369/0001-40	48610.214807/2021-17
GLPPB0384800	FRANCINALDO DE FREITAS FARIAS	23.312.501/0001-09	48610.214829/2021-79
GLPRR0384792	G DA S ALEXANDRE	33.370.308/0001-88	48610.214805/2021-10
GLPSP0384802	GASBOM SANTOS COMERCIO DE GAS LTDA	39.888.141/0001-28	48610.213224/2021-61
GLPMG0384822	IGOR ROBERTO CALDEIRA LISBOA	24.635.601/0001-39	48610.214852/2021-63
GLPPI0384828	J CESAR DA CRUZ E SILVA	16.888.952/0002-04	48610.214865/2021-32
GLPPR0384806	KARINA SAITO MESSA ROCHA - PET SHOP	37.895.864/0001-29	48610.211851/2021-67
GLPMA0384830	L S COMERCIO E SERVICOS LTDA	12.125.791/0016-41	48610.214885/2021-11
GLPGO0384835	MOURA E ANDRADE LTDA	41.039.998/0001-15	48610.214915/2021-81
GLPSE0384788	P&S SERVICOS E VENDAS EIRELI	28.241.813/0001-92	48610.214786/2021-21
GLPMS0384824	RONNY MARTINS BERNARDO	41.460.986/0001-60	48610.214854/2021-52
GLPES0384780	ROSIANE DE CASSIA VIEIRA LOUREIRO SPALA EIRELI	41.843.357/0001-19	48610.214725/2021-64
GLPMS0384833	S ALEXANDRE GAS	40.077.051/0001-36	48610.214909/2021-24

DESPACHO SDL-ANP Nº 925, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MG0213297	AUTO POSTO ARENA LTDA	37.802.817/0001-93	48610.214266/2021-19
PR/MG0213236	AUTO POSTO MIRANTE DE PAI PEDRO EIRELI	29.381.603/0002-43	48610.210047/2021-61
PR/ES0213316	AUTO POSTO PEMEX LTDA	26.768.494/0001-42	48610.213394/2021-45
PR/PI0213185	DALZILENE PORFIRIO DIAS EIRELI	39.494.519/0001-09	48610.211879/2021-02
PR/BA0213186	MARQUES & BAHIA LTDA	41.270.475/0001-85	48610.213374/2021-74
PR/GO0213256	POSTO DE COMBUSTIVEL ABASTECE LUZIANIA LTDA	42.057.303/0001-90	48610.214850/2021-74
PR/GO0213296	POSTO ESTRELA DO NORTE LTDA	28.649.904/0001-61	48610.214069/2021-08
PR/BA0213317	POSTO MASSARRA EIRELI	26.408.289/0001-76	48610.214114/2021-16
PR/PE0213277	POSTO VALE DO CATIMBAU LTDA	29.816.187/0001-88	48610.214260/2021-41
PR/MG0213276	RADECK COMERCIO DE COMBUSTIVEL E DERIVADOS LTDA	37.605.579/0001-26	48610.214094/2021-83

CEZAR CARAM ISSA

CEZAR CARAM ISSA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO SPD-ANP Nº 926, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 7/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1.Fica credenciada a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionada à área, tema e subtema abaixo.

2.Cabe à unidade credenciada manter atualizadas as informações referentes ao credenciamento no SIPED, a contar da data de publicação deste Despacho.

CREDENCIAMENTO ANP Nº	1019/2021	
UNIDADE DE PESQUISA	Laboratório de Processos Sustentáveis e Energias Renováveis - LaPSER	
INSTITUIÇÃO CREDENCIADA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA	
CNPJ/MF	15.180.714/0001-04	
PROCESSO ANP	48610.213826/2021-18	
LOCALIZAÇÃO	Salvador / BA	
ÁREA	TEMA	SUBTEMA
ABASTECIMENTO	PETROQUÍMICA DE 1ª E 2ª GERAÇÃO	PROCESSOS PETROQUÍMICOS
ABASTECIMENTO	REFINO	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO
BIOCOMBUSTÍVEIS	ENERGIA A PARTIR DE OUTRAS FONTES DE BIOMASSA	GASEIFICAÇÃO DE BIOMASSA
GÁS NATURAL	PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO	PRODUÇÃO E CONDICIONAMENTO DE GN
GÁS NATURAL	PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO	TRANSFORMAÇÃO QUÍMICA DE GÁS NATURAL

MARIA INÊS SOUZA



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 2.731, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre o cadastramento de Fundos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal do Idoso para fins de encaminhamento à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 4º-A da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, e o disposto no art. 260-K da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o cadastramento junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de Fundos do Idoso com número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em situação regular, para fins de seu encaminhamento à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 1º Os Fundos do Idoso passíveis de cadastramento/recadastramento de que trata o caput são:

I - os que estão sendo cadastrados pela primeira vez;

II - os que seus gestores e ou operadores tenham verificado incorreções nos dados cadastrados;

III - quando houver alteração nos dados já enviados a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

IV - quando a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil identificar alguma inconsistência.

§ 2º O cadastramento/recadastramento dos Fundos do Idoso junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos deverá ser realizado por meio do link: cadastrofdi.mdh.gov.br, até o dia 15 de outubro de cada ano.

§ 3º Os fundos abrangidos nas hipóteses do §1º deste artigo que não se cadastrarem ou recadastrarem no prazo do §2º serão desconsiderados para fins deste cadastro.

§ 4º Os gestores e ou operadores dos Fundos do Idoso controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa são responsáveis pela execução do cadastramento, não cabendo ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos manipulação, inclusão ou eventual correção dos dados cadastrados.

§ 5º Para fins desta Portaria, entende-se como CNPJ em situação regular aquele com situação cadastral ativa, registro de matriz e natureza jurídica de Fundo Público, de acordo com as Resoluções CONCLA nºs 01 e 02, de 19 de novembro de 2018:

I - código 131-7 - Fundo Público da Administração Direta Federal;

II - código 132-5 - Fundo Público da Administração Direta Estadual ou do Distrito Federal; e

III - código 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal.

Art. 2º O cadastramento dos Fundos do Idoso junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos deverá cumprir as seguintes condições:

I - vinculação a CNPJ que possua, no campo "nome empresarial" ou "nome de fantasia", expressão que estabeleça claramente a condição de Fundo do Idoso;

II - vinculação a CNPJ com natureza jurídica de código, conforme previsto no § 2º, do art. 1º desta Portaria;

III - vinculação a CNPJ com situação cadastral ativa;

IV - vinculação a CNPJ com endereço em Estado ou Município ao qual o respectivo fundo esteja subscrito;

V - vinculação à conta específica aberta em instituição financeira pública; e

VI - vinculação à conta registrada sob o CNPJ do Fundo.

Art. 3º A veracidade das informações sobre os Fundos do Idoso constantes no Cadastro Nacional é de inteira responsabilidade dos respectivos Conselhos Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 4º O arquivo eletrônico contendo a relação atualizada dos Fundos do Idoso será encaminhado à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil até o dia 31 de outubro de cada exercício, em conformidade com o previsto no art. 260-K da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conforme determina o art. 4º-A da Lei nº 12.213, de 2010, alterada pela Lei nº 13.797, de 2019.

Art. 5º O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos divulgará, em página específica disponível na rede mundial de computadores, a relação dos Fundos do Idoso em situação regular, bem como aqueles que a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil identificou alguma inconsistência nos dados cadastrais.

Art. 6º A Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso disponibilizará na plataforma Participa + Brasil - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDI/Cadastramento de Fundos, canal de atendimento para que gestores e operadores dos Fundos do Idoso possam sanar eventuais dúvidas.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 2.219, de 1º de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 359, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a delegação de competência para autorização da celebração e prorrogação de contratos administrativos relativos a atividades de custeio e a aluguel de imóveis no Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, na Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019, alterada pela Medida Provisória nº 980, de 10 de junho de 2020, e no Decreto 10.021 de 17 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica delegada a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio:

I - Ao Secretário-Geral das Relações Exteriores para os contratos com valores iguais ou superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), vedada a subdelegação;

II - ao titular da Secretaria de Gestão Administrativa para os contratos com valores inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), vedada a subdelegação;

III - aos dirigentes máximos das unidades diretamente vinculadas ao Ministro de Estado, conforme o Decreto de Estrutura do Ministério das Relações Exteriores, para os contratos a serem firmados nos âmbitos das respectivas unidades, com valores inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), vedada a subdelegação; e

IV - aos Secretários e aos Diretores de Departamento e equivalentes para os contratos a serem firmados no âmbito das respectivas unidades, com valores iguais ou inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), vedada a subdelegação.

Art. 2º A celebração de contratos de locação de imóvel em território brasileiro e a prorrogação dos contratos de locação de imóvel em território brasileiro em vigor, com valor igual ou superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, será autorizada por ato do Secretário-Geral das Relações Exteriores, vedada a subdelegação, observadas as condições e disposições na legislação vigente.

Art. 3º A celebração de contratos de locação de imóvel em território brasileiro e a prorrogação dos contratos de locação de imóvel em território brasileiro em vigor, com valor inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, será autorizada por ato do Secretário de Gestão Administrativa, vedada a subdelegação, observadas as condições e disposições na legislação vigente.

Art. 4º Para os fins dos artigos 1º e 2º desta Portaria, será considerado o valor apurado ao final do procedimento de contratação.

§ 1º Nos casos em que a autorização for realizada com base no valor estimado, não haverá necessidade de retorno do processo à autoridade competente para nova autorização, quando o valor apurado ao final do procedimento estiver dentro do limite de competência daquele que autorizou a contratação.

§ 2º Quando o valor apurado ao final do procedimento for superior ao limite de competência daquele que autorizou a contratação, será necessária nova autorização, por parte da autoridade superior competente, segundo os limites definidos nos arts. 1º e 2º desta Portaria.

§ 3º Nas contratações de prestação de serviços continuados com prazo igual ou inferior a doze meses, deve ser considerado o valor anualizado do contrato.

§ 4º Nas contratações de prestação de serviços continuados com prazo superior a doze meses, deve ser considerado o valor constante no termo contratual.

§ 5º No caso de prorrogação contratual, a autoridade responsável pela autorização será definida de acordo com o valor constante no termo aditivo, observados os valores de alçada de que tratam os arts. 1º e 2º desta Portaria.

§ 6º Nas contratações decorrentes da utilização de Ata de Registro de Preços, independentemente de tratar-se de ata elaborada pelo próprio Órgão ou à qual tenha aderido, cada contrato deverá, isoladamente, ser precedido de autorização da autoridade correspondente, observados os valores de alçada de que tratam os arts. 1º e 2º desta Portaria.

Art. 5º Os atos praticados por delegação de competência deverão indicar esta situação na respectiva fundamentação.

Art. 6º Aplica-se o disposto nesta Portaria também aos contratos celebrados no âmbito das unidades descentralizadas do Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. O responsável pela autorização da celebração ou da prorrogação de contratos objeto desta Portaria, firmados no âmbito das unidades descentralizadas deste Ministério, poderá submeter o processo administrativo correspondente à análise da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores na Secretaria de Estado.

Art. 7º Ficam convalidados os atos praticados antes da entrada em vigor da presente Portaria e que se enquadrem nas regras de delegação de competência dela constantes, desde que demonstrem, na instrução processual, a ausência de lesão ao interesse público, inexistência de prejuízos a terceiros e a devida motivação.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 1.700, DE 23 DE JULHO DE 2021
(Publicada no DOU de de 27 de julho de 2021)

ANEXO I (*)

QUANTIDADE DE ESF DESCREDENCIADA, POR MUNICÍPIO

UF	Município	IBGE	Descredenciamento	Credenciado atual após descredenciamento
AC	Rio Branco	120040	4	102
AL	Maravilha	270460	1	4
AL	Marechal Deodoro	270470	2	19
AL	Novo Lino	270560	1	4
AL	Pão de Açúcar	270640	1	9
AM	Novo Airão	130320	2	6
AM	Santa Isabel do Rio Negro	130360	1	6
AP	Calçoene	160020	1	5
AP	Pedra Branca do Amapari	160015	3	6
AP	Tartarugalzinho	160070	3	6
BA	Amélia Rodrigues	290110	3	9
BA	Antas	290160	1	6
BA	Aracatu	290200	1	6
BA	Baixa Grande	290260	4	6
BA	Cafarnaum	290530	2	7
BA	Camaçari	290570	2	74
BA	Conceição do Jacuípe	290850	1	15
BA	Dias d'Ávila	291005	2	38
BA	Euclides da Cunha	291070	1	24
BA	Heliópolis	291185	1	5
BA	Itapetinga	291640	2	16

BA	Jaguaripe	291780	1	7
BA	Jussara	291850	1	6
BA	Lauro de Freitas	291920	1	42
BA	Macarani	291970	1	8
BA	Madre de Deus	291992	1	6
BA	Mairi	292010	1	8
BA	Malhada	292020	2	5
BA	Miguel Calmon	292120	2	10
BA	Mulungu do Morro	292205	2	4
BA	Nova Soure	292290	2	10
BA	Pindaí	292450	1	6
BA	Pintadas	292465	2	3
BA	São Francisco do Conde	292920	1	17
BA	Serra Preta	293040	1	7
BA	Serrinha	293050	1	20
BA	Sítio do Mato	293075	1	6
BA	Vitória da Conquista	293330	5	50
CE	Aracati	230110	1	22
CE	Canindé	230280	3	20
CE	Crato	230420	2	41
CE	Croatá	230423	1	8
CE	Iguatu	230550	2	35
CE	Lavras da Mangabeira	230750	3	10
CE	Massapê	230800	2	12
CE	Morada Nova	230870	6	29
CE	Quixadá	231130	5	24
CE	Russas	231180	5	23
CE	Santa Quitéria	231220	1	18
CE	São Benedito	231230	1	16
CE	Tabuleiro do Norte	231310	1	11
CE	Tururu	231355	1	7
ES	Alegre	320020	6	10
ES	Barra de São Francisco	320090	1	12
ES	Bom Jesus do Norte	320110	1	4
ES	Brejetuba	320115	1	5
ES	Cachoeiro de Itapemirim	320120	7	53
ES	Cariacica	320130	121	77
ES	Castelo	320140	6	13
ES	Conceição do Castelo	320170	1	4
ES	Ecoporanga	320210	1	8
ES	Guaçuí	320230	5	10
ES	Ibatiba	320245	2	6
ES	Ibiraçu	320250	1	4
ES	Ibitirama	320255	1	4
ES	Iconha	320260	1	6
ES	Irupi	320265	1	4
ES	Itaguaçu	320270	2	5
ES	Itapemirim	320280	3	10
ES	Iúna	320300	5	10
ES	Jaguaré	320305	1	8
ES	João Neiva	320313	3	6
ES	Laranja da Terra	320316	2	4
ES	Marataízes	320332	2	12
ES	Marechal Floriano	320334	1	7
ES	Muniz Freire	320370	1	8
ES	Nova Venécia	320390	1	13
ES	Pedro Canário	320405	1	6
ES	São Mateus	320490	8	30
ES	São Roque do Canaã	320495	2	4
ES	Serra	320500	14	92
ES	Vargem Alta	320503	2	8
ES	Venda Nova do Imigrante	320506	2	8
ES	Viana	320510	12	26
ES	Vila Pavão	320515	1	2
ES	Vila Velha	320520	52	39
ES	Vitória	320530	1	83
GO	Amorinópolis	520090	1	1
GO	Anápolis	520110	24	74
GO	Anicuns	520130	3	8
GO	Aparecida de Goiânia	520140	31	88
GO	Aragarças	520170	1	8
GO	Campo Alegre de Goiás	520480	1	3
GO	Chapadão do Céu	520547	1	3
GO	Cidade Ocidental	520549	6	27
GO	Corumbaíba	520590	1	2
GO	Indiara	520995	1	5
GO	Jaraguá	521180	5	11
GO	Jataí	521190	6	21
GO	Novo Gama	521523	1	22
GO	Palmeiras de Goiás	521570	1	9
GO	Planaltina	521760	2	28
GO	Pontalina	521770	1	5
GO	Senador Canedo	522045	6	35
MA	Aldeias Altas	210030	2	11
MA	Apicum-Açu	210083	2	6
MA	Arari	210100	1	12
MA	Barra do Corda	210160	22	21
MA	Buriti	210220	1	13
MA	Cantanhede	210270	1	10
MA	Caxias	210300	1	56
MA	Central do Maranhão	210312	1	3
MA	Coelho Neto	210340	1	14
MA	Estreito	210405	1	19
MA	Igarapé do Meio	210515	1	6
MA	Maracaçumé	210632	1	8
MA	Miranda do Norte	210675	4	8
MA	Monção	210690	1	10
MA	Paraibano	210770	1	8
MA	Parnarama	210780	3	14
MA	Pinheiro	210860	2	26
MA	Riachão	210950	1	7
MA	Sucupira do Riachão	211195	1	2
MA	Timbiras	211210	5	8
MG	Abaeté	310020	1	6
MG	Aricanduva	310445	1	2
MG	Belo Oriente	310630	1	10

MG	Bocaiúva	310730	7	18
MG	Braúnas	310880	1	2
MG	Campina Verde	311110	1	6
MG	Campos Gerais	311160	1	7
MG	Carandaí	311320	3	10
MG	Coração de Jesus	311880	1	13
MG	Descoberto	312130	1	2
MG	Divino	312200	1	6
MG	Divinolândia de Minas	312220	1	3
MG	Dores do Indaiá	312320	1	4
MG	Frutal	312710	1	10
MG	Guaxupé	312870	1	11
MG	Itabira	313170	3	32
MG	Itajubá	313240	2	22
MG	João Pinheiro	313630	2	10
MG	Lagoa Formosa	313750	1	8
MG	Lavras	313820	4	17
MG	Manga	313930	1	8
MG	Mateus Leme	314070	1	11
MG	Monte Belo	314300	1	4
MG	Montes Claros	314330	16	141
MG	Nanuque	314430	2	13
MG	Nova Era	314470	6	5
MG	Patos de Minas	314800	6	40
MG	Pirapora	315120	2	17
MG	Pocrane	315190	1	3
MG	Pompéu	315200	1	9
MG	Pouso Alegre	315250	2	30
MG	Raul Soares	315400	1	9
MG	Ribeirão das Neves	315460	13	56
MG	Rio Piracicaba	315570	1	6
MG	Santa Maria do Suaçuí	315820	1	6
MG	São Tiago	316500	1	4
MG	Serra do Salitre	316680	1	4
MG	Sete Lagoas	316720	5	59
MG	Taquaraçu de Minas	316830	1	1
MG	Timóteo	316870	3	17
MG	Toledo	316910	1	2
MG	Turmalina	316970	1	9
MG	Uberaba	317010	6	53
MG	Urucuia	317052	1	5
MG	Varginha	317070	3	23
MG	Viçosa	317130	3	20
MG	Visconde do Rio Branco	317200	1	11
MS	Campo Grande	500270	29	178
MS	Iguatemi	500430	4	4
MS	Ivinhema	500470	1	7
MS	Jardim	500500	2	9
MS	Juti	500515	1	2
MS	Miranda	500560	1	5
MS	Naviraí	500570	1	11
MS	Nova Andradina	500620	1	12
MS	Três Lagoas	500830	28	30
MT	Alto Garças	510040	1	3
MT	Canarana	510270	1	6
MT	Confresa	510335	1	9
MT	Cuiabá	510340	4	106
MT	Poxoréo	510700	1	5
MT	Sinop	510790	2	33
PA	Ananindeua	150080	32	128
PA	Anapu	150085	2	6
PA	Garrafão do Norte	150307	1	9
PA	Itupiranga	150370	4	11
PA	Jacundá	150380	1	10
PA	Marituba	150442	5	22
PB	Monteiro	250970	1	15
PB	Patos	251080	3	42
PB	Pedras de Fogo	251120	1	13
PB	Teixeira	251670	1	7
PE	Bonito	260230	1	11
PE	Caruaru	260410	1	76
PE	Feira Nova	260540	1	10
PE	Iguaraci	260690	1	5
PE	Petrolândia	261100	1	11
PE	Sanharó	261240	1	9
PE	São Bento do Una	261300	2	12
PE	São José da Coroa Grande	261340	1	8
PE	Serrita	261400	1	9
PE	Tabira	261460	1	13
PE	Vitória de Santo Antão	261640	1	36
PI	Água Branca	220020	2	7
PI	Campo Maior	220220	1	21
PI	Inhuma	220470	1	7
PI	Piripiri	220840	1	27
PR	Almirante Tamandaré	410040	2	13
PR	Campo Largo	410420	2	30

PR	Cascavel	410480	61	50
PR	Juranda	411295	1	4
PR	Mandaguaçu	411410	5	5
PR	Marialva	411480	2	10
PR	Maringá	411520	2	81
PR	Paraíso do Norte	411800	1	6
PR	Piraí do Sul	411940	2	5
PR	Piraquara	411950	3	21
PR	Sarandi	412625	7	12
RJ	Belford Roxo	330045	46	209
RJ	Duque de Caxias	330170	14	79
RJ	Macaé	330240	1	34
RJ	Rio das Ostras	330452	4	23
RJ	São Pedro da Aldeia	330520	9	15
RN	Natal	240810	10	144
RN	São José de Mipibu	241220	1	21
RO	Alvorada D'Oeste	110034	2	5
RO	Rolim de Moura	110028	2	16
RR	Amajari	140002	1	5
RR	Uiramutã	140070	1	4
RS	Aratiba	430090	1	2
RS	Bagé	430160	3	27
RS	Bento Gonçalves	430210	1	15
RS	Candiota	430435	1	4
RS	Canoas	430460	1	76
RS	Eldorado do Sul	430676	1	11
RS	Esteio	430770	1	15
RS	Guaporé	430940	3	7
RS	Independência	431040	1	2
RS	Lagoa Vermelha	431130	3	5
RS	Piratini	431460	1	4
RS	Porto Alegre	431490	31	279
RS	Sananduva	431660	4	4
RS	Santo Ângelo	431750	1	12
RS	Santo Augusto	431780	1	6
RS	São Borja	431800	2	19
RS	Taquara	432120	2	12
RS	Triunfo	432200	1	8
RS	Veranópolis	432280	1	5
SC	Balneário Gaivota	420207	1	3
SC	Criciúma	420460	7	43
SC	Imbituba	420730	1	19
SC	Indaial	420750	11	24
SC	Orleans	421170	2	9
SC	Ouro	421180	1	2
SC	Santo Amaro da Imperatriz	421570	1	9
SC	Tijucas	421800	6	13
SC	Xanxerê	421950	1	12
SE	Lagarto	280350	1	28
SE	Riachuelo	280590	1	4
SP	Aguaí	350030	1	8
SP	Águas de São Pedro	350060	1	1
SP	Álvares Machado	350130	1	7
SP	Araraquara	350320	1	32
SP	Bom Jesus dos Perdões	350710	6	0
SP	Caieiras	350900	11	2
SP	Campina do Monte Alegre	350945	1	2
SP	Cananéia	350990	1	5
SP	Cândido Mota	351000	2	2
SP	Capão Bonito	351020	10	14
SP	Carapicuíba	351060	3	34
SP	Casa Branca	351080	3	5
SP	Cesário Lange	351160	3	3
SP	Colina	351200	1	4
SP	Cruzeiro	351340	4	11
SP	Fernandópolis	351550	1	24
SP	Franca	351620	10	14
SP	Guarulhos	351880	6	156
SP	Ibitinga	351960	2	5
SP	Ipaussu	352090	1	3
SP	Irapuã	352150	2	2
SP	Ituverava	352410	2	11
SP	Jacupiranga	352460	2	6
SP	Laranjal Paulista	352640	3	7
SP	Lençóis Paulista	352680	1	14
SP	Luís Antônio	352760	2	1
SP	Macedônia	352820	1	1
SP	Magda	352830	1	1
SP	Manduri	352860	1	2
SP	Nhandeara	353260	2	3
SP	Novais	353325	1	2
SP	Novo Horizonte	353350	4	0
SP	Osasco	353440	79	123
SP	Pacaembu	353490	1	3
SP	Palmital	353530	1	5
SP	Pardinho	353610	1	0
SP	Pederneiras	353670	1	11
SP	Pedra Bela	353680	1	2
SP	Pedregulho	353700	1	6
SP	Pedro de Toledo	353720	2	4
SP	Poloni	353990	1	1
SP	Presidente Venceslau	354150	1	8
SP	Rafard	354210	1	1
SP	Registro	354260	3	20
SP	Rio Claro	354390	1	25
SP	Rio Grande da Serra	354410	7	11
SP	Riolândia	354420	1	3
SP	Santa Isabel	354680	1	7
SP	Santa Rosa de Viterbo	354760	2	2
SP	São Bernardo do Campo	354870	95	173
SP	São Caetano do Sul	354880	1	29
SP	São José do Rio Preto	354980	2	61
SP	São Sebastião	355070	1	24
SP	São Vicente	355100	14	32
SP	Serrana	355150	1	4

SP	Tabapuã	355260	2	4
SP	Taguaí	355300	1	4
SP	Taquarivaí	355385	1	2
SP	Tatuí	355400	7	17
SP	Taubaté	355410	14	41
SP	Ubarana	355535	1	1
SP	Uchoa	355560	1	4
SP	Vinhedo	355670	1	1
TO	Araguaína	170210	5	48
TO	Araguanã	170215	1	2
TO	Araguatins	170220	3	14
TO	Colinas do Tocantins	170550	1	15
TO	Filadélfia	170770	1	3
TO	Lajeado	171200	1	1
TO	Peixe	171660	1	5
Total	850 Municípios		1402	6357

ANEXO II

QUANTIDADE DE EAP DESCREDENCIADA, POR MUNICÍPIO

UF	Município	IBGE	Descredenciamento	Credenciado atual após descredenciamento
AL	Arapiraca	270030	3	3
AM	Manaus	130260	12	127
AM	Novo Airão	130320	1	0
AP	Santana	160060	2	0
BA	Candeias	290650	2	1
BA	Itapicuru	291650	1	0
BA	Saubara	292975	1	0
ES	Cariacica	320130	1	45
ES	Vila Velha	320520	3	39
GO	Aparecida de Goiânia	520140	1	6
GO	Aragarças	520170	2	0
GO	Cristalina	520620	2	0
GO	Formosa	520800	1	0
GO	Padre Bernardo	521560	1	2
MA	Bom Lugar	210207	1	1
MG	Araguari	310350	6	8
MG	Bom Despacho	310740	1	0
MG	Borda da Mata	310830	1	0
MG	Carmo do Rio Claro	311440	1	1
MG	Coronel Xavier Chaves	311970	1	0
MG	Fronteira	312700	2	0
MG	Inconfidentes	313060	1	0
MG	Ipatinga	313130	2	0
MG	Nanuque	314430	1	0
MG	Poço Fundo	315170	1	1
MG	Ponte Nova	315210	1	1
MG	Sabará	315670	1	12
MG	Santo Antônio do Jacinto	316030	1	1
MG	São Gonçalo do Pará	316180	1	0
MG	Tarumirim	316840	1	0
MG	Uberaba	317010	6	0
MS	Bodoquena	500215	1	0
MS	Rio Brilhante	500720	1	0
MS	Três Lagoas	500830	1	5
MT	Bom Jesus do Araguaia	510185	2	0
MT	Campo Verde	510267	1	4
MT	Jangada	510490	1	1
PA	Belém	150140	11	83
PA	Itaituba	150360	2	0
PE	Pombos	261130	1	1
PE	Recife	261160	1	0
PE	Salgueiro	261220	1	0
PR	Curitiba	410690	6	170
PR	Floresta	410790	1	1
PR	Foz do Iguaçu	410830	7	8
PR	Ivaí	411140	4	0
PR	Londrina	411370	7	9
PR	Mamborê	411400	1	0
PR	Mandaguaçu	411410	1	1
PR	Mauá da Serra	411575	1	0
PR	Pitanga	411960	1	6
PR	Sarandi	412625	1	9
PR	Uraí	412840	1	4
RJ	Campos dos Goytacazes	330100	1	45
RJ	Rio de Janeiro	330455	1	49
RJ	Volta Redonda	330630	1	12
RO	Candeias do Jamari	110080	2	0
RO	Ouro Preto do Oeste	110015	1	0
RS	Alvorada	430060	2	0
RS	Arroio Grande	430130	1	3
RS	Barros Cassal	430200	1	1
RS	Canela	430440	2	22
RS	Esmeralda	430740	1	0
RS	Esteio	430770	5	8
RS	Mariana Pimentel	431198	1	1
RS	Mostardas	431250	1	1
RS	Novo Hamburgo	431340	1	9
RS	Santa Cruz do Sul	431680	1	7
RS	Sapucaia do Sul	432000	1	10
SC	Criciúma	420460	2	0
SC	Florianópolis	420540	54	1
SC	Ilhota	420710	1	0
SC	Itajaí	420820	1	15
SP	Águas de Santa Bárbara	350055	1	1
SP	Aparecida	350250	1	2
SP	Arandu	350310	1	1
SP	Araraquara	350320	11	10
SP	Arujá	350390	1	3
SP	Avaré	350450	2	1
SP	Barrinha	350560	1	1
SP	Barueri	350570	10	85
SP	Campos do Jordão	350970	2	2
SP	Capela do Alto	351030	1	5
SP	Castilho	351100	2	3
SP	Catanduva	351110	3	6
SP	Cristais Paulista	351320	2	0
SP	Cruzeiro	351340	2	2
SP	Cubatão	351350	2	8
SP	Cunha	351360	1	1

SP	Dracena	351440	1	14
SP	Embu-Guaçu	351510	1	0
SP	Franco da Rocha	351640	2	12
SP	Iaras	351925	1	0
SP	Igarapava	352010	1	0
SP	Igaratá	352020	2	4
SP	Itaí	352180	1	5
SP	Itaóca	352215	1	0
SP	Lavínia	352650	4	0
SP	Leme	352670	1	6
SP	Limeira	352690	2	2
SP	Matão	352930	1	7
SP	Miguelópolis	352970	1	3
SP	Mirandópolis	353010	1	1
SP	Mirassol	353030	3	1
SP	Mococa	353050	1	5
SP	Natividade da Serra	353230	1	1
SP	Nova Odessa	353340	4	5
SP	Osasco	353440	3	47
SP	Pacaembu	353490	2	0
SP	Palestina	353500	1	5
SP	Pardinho	353610	1	3
SP	Paulo de Faria	353660	1	1
SP	Peruíbe	353760	1	0
SP	Pindamonhangaba	353800	3	10
SP	Pindorama	353810	1	5
SP	Pradópolis	354090	1	0
SP	Presidente Prudente	354140	2	25
SP	Presidente Venceslau	354150	1	5
SP	Restinga	354270	2	0
SP	Ribeirão Branco	354300	1	0
SP	Rio Grande da Serra	354410	6	2
SP	Riolândia	354420	1	1
SP	Santa Bárbara d'Oeste	354580	3	18
SP	Santo André	354780	33	63
SP	Santos	354850	4	8
SP	São Bento do Sapucaí	354860	1	2
SP	São Bernardo do Campo	354870	2	23
SP	São Caetano do Sul	354880	13	0
SP	São Carlos	354890	6	39
SP	São José do Rio Preto	354980	10	8
SP	Sarapuí	355110	2	4
SP	Taquarituba	355380	1	1
SP	Vargem Grande Paulista	355645	1	5
Total	133 Municípios		372	1206

(*) Republicado por ter saído, no Diário Oficial da União nº 140, de 27 de julho de 2021, Seção 1, páginas 155 a 164, com incorreções no original.

PORTARIA GM/MS Nº 1.975, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Publica lista de desabilitação de propostas dos componentes Ampliação, Construção e Reforma de Unidades Básicas de Saúde habilitadas no ano de 2014, por não cumprimento de prazo de execução e conclusão das obras.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 703 da Seção III - Do Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) - do Capítulo II do Título VII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção IV - Do Componente Ampliação do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) - do Capítulo II do Título VII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título II, Capítulo II, Seção I - Do Componente Reforma do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Título IX - Do financiamento fundo a fundo para execução de obras - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica publicada a Portaria de desabilitação de propostas dos componentes Ampliação, Construção e Reforma de Unidades Básicas de Saúde habilitadas no ano de 2014, constantes do Anexo a esta Portaria, em decorrência do não cumprimento de prazo para execução e conclusão de obra, conforme normativa vigente.

Art. 2º Nos termos do art. 1.117 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017 e conforme preconizado nas Portarias de habilitação, os entes federativos que tiveram suas propostas desabilitadas estarão sujeitos à devolução dos recursos financeiros ao Fundo Nacional de Saúde, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Parágrafo único. Os procedimentos administrativos para devolução dos recursos financeiros estão disponibilizados no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico https://portalfns.saude.gov.br/emissao-de-gru/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

(DESABILITAÇÃO DE 55 PROPOSTAS DE AMPLIAÇÕES DE UBS, 87 PROPOSTAS DE CONSTRUÇÃO DE UBS E 29 PROPOSTAS DE REFORMAS DE UBS)

UF	Município	IBGE	Esfera Administrativa	Nº Proposta	Tipo de Obra	Portaria de Habilitação	Data Portaria de Habilitação	Tipo de Recurso	Motivo da Desabilitação	Valor da Proposta	Valor Total Pago
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270510	MUNICIPAL	13164739000114012	Ampliação UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 197.850,00	R$ 39.570,00
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	270650	MUNICIPAL	11408429000114002	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
AM	BARREIRINHA	130050	MUNICIPAL	11911964000114002	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 409.600,00
AM	BARREIRINHA	130050	MUNICIPAL	11911964000114001	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 409.600,00
AM	BARREIRINHA	130050	MUNICIPAL	11911964000114004	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 409.600,00
AM	BENJAMIN CONSTANT	130060	MUNICIPAL	12507101000114002	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 409.600,00

AM	ITAPIRANGA	130200	MUNICIPAL	11620280000114002	Construção UBS	2619	26/11/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
AM	JAPURÁ	130210	MUNICIPAL	12245586000114003	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 618.400,00
AM	MAUÉS	130290	MUNICIPAL	11793392000114023	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 54.030,00	R$ 10.806,00
AM	MAUÉS	130290	MUNICIPAL	11793392000114008	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 93.600,00	R$ 18.720,00
AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	130353	MUNICIPAL	12804343000114001	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 242.100,00	R$ 48.420,00
AP	SERRA DO NAVIO	160005	MUNICIPAL	11840565000114004	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 102.400,00
AP	ITAUBAL	160025	MUNICIPAL	13750982000114004	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
AP	ITAUBAL	160025	ESTADUAL	06023582000114006	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
BA	FILADÉLFIA	291085	MUNICIPAL	10736471000114007	Ampliação UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 81.750,00	R$ 16.350,00
BA	ITARANTIM	291680	MUNICIPAL	13952632000114003	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 100.000,00	R$ 20.000,00
BA	ITARANTIM	291680	MUNICIPAL	13952632000114002	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
BA	JUAZEIRO	291840	MUNICIPAL	11145615000114004	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 149.952,00	R$ 29.990,40
BA	MEDEIROS NETO	292110	MUNICIPAL	10831179000114003	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 99.951,02	R$ 19.990,20
BA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	292870	MUNICIPAL	11795661000114001	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
BA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	292870	MUNICIPAL	11795661000114002	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 90.600,00	R$ 18.120,00
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	293135	MUNICIPAL	13843896000114012	Reforma UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 57.055,74	R$ 11.411,15
BA	VALENÇA	293290	MUNICIPAL	11159883000114003	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
DF	BRASÍLIA	530010	ESTADUAL	12116247000114004	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
DF	BRASÍLIA	530010	ESTADUAL	12116247000114003	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO	320090	MUNICIPAL	14700048000114004	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
GO	ANÁPOLIS	520110	MUNICIPAL	06169881000114004	Ampliação UBS	2619	26/11/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 218.400,00	R$ 43.680,00
GO	CAIAPÔNIA	520440	MUNICIPAL	07877310000114002	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 99.990,00	R$ 19.998,00
GO	GOIANÉSIA	520860	MUNICIPAL	36975571000114011	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 200.025,00	R$ 40.005,00
GO	IPORÁ	521020	MUNICIPAL	07861703000114011	Ampliação UBS	2109	24/09/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 246.990,00	R$ 49.398,00
GO	NOVO GAMA	521523	MUNICIPAL	10936853000114034	Ampliação UBS	2216	07/10/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 78.750,00	R$ 15.750,00
GO	SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO	522026	MUNICIPAL	11223157000114002	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 106.800,00	R$ 21.360,00
MA	ANAPURUS	210080	MUNICIPAL	11927361000114006	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
MA	BURITIRANA	210235	MUNICIPAL	11476841000114001	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MA	CAMPESTRE DO MARANHÃO	210255	MUNICIPAL	11402239000114001	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MA	CANTANHEDE	210270	MUNICIPAL	11344175000114005	Reforma UBS	2619	26/11/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 149.812,00	R$ 29.962,40
MA	COLINAS	210350	MUNICIPAL	11296379000114001	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MA	COROATÁ	210360	MUNICIPAL	10767573000114019	Reforma UBS	2216	07/10/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 149.930,09	R$ 29.986,02
MA	PALMEIRÂNDIA	210760	MUNICIPAL	12006517000114013	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 55.500,00	R$ 11.100,00
MA	PALMEIRÂNDIA	210760	MUNICIPAL	12006517000114009	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 59.400,00	R$ 11.880,00
MA	PALMEIRÂNDIA	210760	MUNICIPAL	12006517000114008	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 155.400,00	R$ 31.080,00
MA	PINDARÉ-MIRIM	210850	MUNICIPAL	11146975000114005	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
MA	SANTA RITA	211020	MUNICIPAL	11191658000114007	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MA	SANTA RITA	211020	MUNICIPAL	11191658000114005	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MA	SÃO JOÃO BATISTA	211100	MUNICIPAL	13299539000114008	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MG	ALÉM PARAÍBA	310150	MUNICIPAL	17709197000214002	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
MG	ALÉM PARAÍBA	310150	MUNICIPAL	17709197000214033	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 127.275,00	R$ 25.455,00
MG	BICAS	310690	MUNICIPAL	11668831000114005	Ampliação UBS	1921	11/09/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 151.650,00	R$ 30.330,00
MG	CLARAVAL	311640	ESTADUAL	03133408000114055	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MG	CONTAGEM	311860	MUNICIPAL	14237130000114004	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 659.000,00	R$ 131.800,00
MG	CONTAGEM	311860	MUNICIPAL	14237130000114014	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 659.000,00	R$ 131.800,00
MG	CONTAGEM	311860	MUNICIPAL	14237130000114006	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
MG	CONTAGEM	311860	MUNICIPAL	14237130000114002	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
MG	CONTAGEM	311860	MUNICIPAL	14237130000114016	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 659.000,00	R$ 131.800,00
MG	GAMELEIRAS	312733	ESTADUAL	03133408000114045	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MG	GUARANÉSIA	312830	ESTADUAL	03133408000114081	Construção UBS	2216	07/10/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MG	ITAIPÉ	313230	ESTADUAL	03133408000114053	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MG	ITAMBACURI	313270	ESTADUAL	03133408000114054	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MG	JOÃO PINHEIRO	313630	ESTADUAL	03133408000114051	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
MG	PATOS DE MINAS	314800	MUNICIPAL	13918415000114016	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
MG	PIRAÚBA	315130	MUNICIPAL	11980583000114001	Reforma UBS	2109	24/09/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 100.000,00	R$ 20.000,00
MG	RIO PARDO DE MINAS	315560	ESTADUAL	03133408000114047	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00

MG	RUBELITA	315650	ESTADUAL	03133408000114048	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	316030	MUNICIPAL	11802504000114005	Reforma UBS	2619	26/11/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 149.999,50	R$ 29.999,90
MT	CUIABÁ	510340	MUNICIPAL	12063872000114030	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 659.000,00	R$ 527.200,00
MT	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	510710	MUNICIPAL	14602737000114008	Reforma UBS	2832	23/12/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 349.999,86	R$ 69.999,97
PA	BREVES	150180	MUNICIPAL	17298800000114012	Ampliação UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 59.775,00	R$ 11.955,00
PA	CHAVES	150250	MUNICIPAL	13771552000114014	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
PA	CHAVES	150250	MUNICIPAL	13771552000114011	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
PA	ITAITUBA	150360	MUNICIPAL	11291166000114003	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 100.950,00	R$ 20.190,00
PA	MOJU	150470	MUNICIPAL	05105135000414001	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
PA	OURILÂNDIA DO NORTE	150543	ESTADUAL	83369835000114010	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
PA	PARAUAPEBAS	150553	ESTADUAL	83369835000114063	Construção UBS	2619	26/11/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
PA	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	150770	MUNICIPAL	11506487000114003	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
PB	ALHANDRA	250060	MUNICIPAL	11490408000114002	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
PB	ALHANDRA	250060	MUNICIPAL	11490408000114003	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 102.400,00
PB	BARRA DE SANTANA	250157	MUNICIPAL	11109361000114003	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 249.990,00	R$ 49.998,00
PB	BARRA DE SÃO MIGUEL	250170	MUNICIPAL	11228592000114002	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
PB	CUITEGI	250520	MUNICIPAL	11780026000114002	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
PE	ABREU E LIMA	260005	MUNICIPAL	10392418000114008	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 102.400,00
PE	AGRESTINA	260030	MUNICIPAL	10225695000114007	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
PE	AGRESTINA	260030	MUNICIPAL	10225695000114003	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
PE	ALTINHO	260080	MUNICIPAL	08470342000114003	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
PE	ALTINHO	260080	MUNICIPAL	08470342000114006	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 90.660,00	R$ 18.132,00
PE	CAMARAGIBE	260345	MUNICIPAL	41230038000114005	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 60.883,60	R$ 12.176,72
PE	CAMARAGIBE	260345	MUNICIPAL	41230038000114002	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 69.350,00	R$ 13.870,00
PE	CAMARAGIBE	260345	MUNICIPAL	41230038000114009	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 61.346,60	R$ 12.269,32
PE	CAMARAGIBE	260345	MUNICIPAL	41230038000114007	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 40.417,76	R$ 8.083,55
PE	CAPOEIRAS	260380	MUNICIPAL	08807619000114004	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 98.416,50	R$ 19.683,30
PE	CARUARU	260410	MUNICIPAL	11371082000114003	Ampliação UBS	2216	07/10/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 111.990,00	R$ 22.398,00
PE	CEDRO	260430	MUNICIPAL	12424026000114006	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 60.000,00	R$ 12.000,00
PE	CEDRO	260430	MUNICIPAL	12424026000114004	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 153.000,00	R$ 30.600,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	MUNICIPAL	03904395000114020	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 78.525,00	R$ 15.705,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	MUNICIPAL	03904395000114031	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 80.160,00	R$ 16.032,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	MUNICIPAL	03904395000114012	Ampliação UBS	2832	23/12/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 53.400,00	R$ 10.680,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	MUNICIPAL	03904395000114017	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 57.000,00	R$ 11.400,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	MUNICIPAL	03904395000114008	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 96.120,00	R$ 19.224,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	MUNICIPAL	03904395000114016	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 47.552,00	R$ 9.510,40
PE	LIMOEIRO	260890	MUNICIPAL	10628610000114007	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
PE	OURICURI	260990	MUNICIPAL	11434981000114001	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
PE	RECIFE	261160	MUNICIPAL	41090291000114006	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
PE	RECIFE	261160	MUNICIPAL	41090291000114007	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
PE	RECIFE	261160	MUNICIPAL	41090291000114003	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
PE	RECIFE	261160	MUNICIPAL	41090291000114004	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
PE	SERTÂNIA	261410	MUNICIPAL	10373890000114003	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
PI	FRANCISCO AYRES	220410	MUNICIPAL	12024740000114004	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 100.350,00	R$ 20.070,00
PR	CENTENÁRIO DO SUL	410510	MUNICIPAL	09333796000114013	Ampliação UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 196.500,00	R$ 39.300,00
PR	SIQUEIRA CAMPOS	412660	MUNICIPAL	09353968000114006	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 123.750,00	R$ 24.750,00
PR	SIQUEIRA CAMPOS	412660	MUNICIPAL	09353968000114005	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 75.000,00	R$ 15.000,00
RJ	BELFORD ROXO	330045	MUNICIPAL	11868019000114014	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 183.705,00	R$ 36.741,00
RJ	BELFORD ROXO	330045	MUNICIPAL	11868019000114003	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 102.400,00
RJ	ITABORAÍ	330190	MUNICIPAL	11865033000114040	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 102.400,00
RJ	ITABORAÍ	330190	MUNICIPAL	11865033000114042	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 102.400,00
RJ	ITABORAÍ	330190	MUNICIPAL	11865033000114046	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
RJ	ITABORAÍ	330190	MUNICIPAL	11865033000114044	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
RJ	ITABORAÍ	330190	MUNICIPAL	11865033000114049	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 659.000,00	R$ 131.800,00
RJ	ITABORAÍ	330190	MUNICIPAL	11865033000114041	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
RJ	ITABORAÍ	330190	MUNICIPAL	11865033000114043	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00

RJ	ITABORAÍ	330190	MUNICIPAL	11865033000114038	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 99.990,00	R$ 19.998,00
RJ	ITABORAÍ	330190	MUNICIPAL	11865033000114037	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
RJ	PARAÍBA DO SUL	330370	MUNICIPAL	29138385000814013	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
RJ	PARAÍBA DO SUL	330370	MUNICIPAL	29138385000814014	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
RJ	PATY DO ALFERES	330385	MUNICIPAL	11297536000114020	Ampliação UBS	2269	16/10/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 115.905,00	R$ 23.181,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	MUNICIPAL	11715094000114036	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 154.600,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	MUNICIPAL	11715094000114049	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 102.400,00
RJ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	330475	MUNICIPAL	11389542000114006	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
RJ	SÃO GONÇALO	330490	MUNICIPAL	11884903000114025	Construção UBS	1284	12/06/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 0,00
RJ	SÃO GONÇALO	330490	MUNICIPAL	11884903000114018	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 143.100,00	R$ 28.620,00
RJ	TANGUÁ	330575	MUNICIPAL	12246631000114019	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 127.036,80	R$ 25.407,36
RJ	TANGUÁ	330575	MUNICIPAL	12246631000114008	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
RJ	TANGUÁ	330575	MUNICIPAL	12246631000114024	Ampliação UBS	1921	11/09/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 128.100,00	R$ 25.620,00
RN	MAXARANGUAPE	240750	MUNICIPAL	11731856000114005	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 169.950,00	R$ 33.990,00
RN	MAXARANGUAPE	240750	MUNICIPAL	11731856000114014	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 131.472,00	R$ 26.294,40
RN	SÃO RAFAEL	241280	MUNICIPAL	13750841000114001	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 128.250,00	R$ 25.650,00
RO	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	110070	MUNICIPAL	11478439000114001	Ampliação UBS	2269	16/10/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 249.900,00	R$ 49.980,00
RR	AMAJARI	140002	MUNICIPAL	12322548000114017	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
RR	ALTO ALEGRE	140005	MUNICIPAL	15713230000114008	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 174.000,00	R$ 34.800,00
RR	ALTO ALEGRE	140005	MUNICIPAL	15713230000114005	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 131.250,00	R$ 26.250,00
RR	CANTÁ	140017	MUNICIPAL	11856913000114027	Reforma UBS	2269	16/10/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 134.710,40	R$ 26.942,08
RR	CANTÁ	140017	MUNICIPAL	11856913000114003	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 117.785,71	R$ 23.557,14
RR	CANTÁ	140017	MUNICIPAL	11856913000114002	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 120.651,09	R$ 24.130,22
RR	CANTÁ	140017	MUNICIPAL	11856913000114022	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
RR	CANTÁ	140017	MUNICIPAL	11856913000114014	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
RR	CANTÁ	140017	MUNICIPAL	11856913000114005	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 116.732,09	R$ 23.346,42
RR	RORAINÓPOLIS	140047	MUNICIPAL	12236981000114006	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 149.250,00	R$ 29.850,00
RS	CACHOEIRA DO SUL	430300	MUNICIPAL	11965721000114011	Construção UBS	2269	16/10/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
RS	CANDELÁRIA	430420	MUNICIPAL	12052931000114001	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
RS	SANTO ÂNGELO	431750	MUNICIPAL	10836490000114006	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 140.340,00	R$ 28.068,00
RS	SANTO ÂNGELO	431750	MUNICIPAL	10836490000114011	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 107.400,00	R$ 21.480,00
SE	CARMÓPOLIS	280150	MUNICIPAL	11417909000114001	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 81.600,00
SP	IBIÚNA	351970	MUNICIPAL	15822319000114007	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 250.000,00	R$ 50.000,00
SP	IBIÚNA	351970	MUNICIPAL	15822319000114011	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
SP	ITAPETININGA	352230	MUNICIPAL	13781069000114008	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 99.750,00	R$ 19.950,00
SP	ITAPETININGA	352230	MUNICIPAL	13781069000114004	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 99.900,00	R$ 19.980,00
SP	ITAPETININGA	352230	MUNICIPAL	13781069000114009	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 98.700,00	R$ 19.740,00
SP	ITAPEVA	352240	MUNICIPAL	13694379000114001	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 249.885,00	R$ 49.977,00
SP	ITAQUAQUECETUBA	352310	MUNICIPAL	46316600000414004	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 75.000,00	R$ 15.000,00
SP	MARACAÍ	352880	MUNICIPAL	13995524000114002	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 99.990,00	R$ 19.998,00
SP	MARACAÍ	352880	MUNICIPAL	13995524000114003	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 149.999,80	R$ 29.999,96
SP	MONTE MOR	353180	MUNICIPAL	11898978000114003	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 408.000,00	R$ 326.400,00
SP	PIRASSUNUNGA	353930	MUNICIPAL	12094290000114008	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 111.075,00	R$ 22.215,00
SP	RIBEIRÃO PIRES	354330	MUNICIPAL	12928308000114004	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 773.000,00	R$ 618.400,00
SP	SÃO PAULO	355030	MUNICIPAL	13864377000114010	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 349.992,53	R$ 69.998,51
SP	SÃO PAULO	355030	MUNICIPAL	13864377000114011	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 304.920,00	R$ 60.984,00
SP	SÃO PAULO	355030	MUNICIPAL	13864377000114012	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 113.205,76	R$ 22.641,15
SP	SÃO PAULO	355030	MUNICIPAL	13864377000114008	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 349.079,01	R$ 69.815,80
SP	SÃO PAULO	355030	MUNICIPAL	13864377000114013	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 334.536,00	R$ 66.907,20
SP	SÃO PAULO	355030	MUNICIPAL	13864377000114009	Reforma UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 348.264,00	R$ 69.652,80
SP	UBATUBA	355540	MUNICIPAL	11703889000114015	Ampliação UBS	1921	11/09/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 99.600,00	R$ 19.920,00
SP	UBATUBA	355540	MUNICIPAL	11703889000114001	Construção UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 512.000,00	R$ 102.400,00
SP	UBATUBA	355540	MUNICIPAL	11703889000114007	Ampliação UBS	1160	27/05/14	Emenda	Não cumprimento de prazo para conclusão da obra.	R$ 150.000,00	R$ 30.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 1.940, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Desabilita/habilita estabelecimentos de saúde, na Iniciativa Hospital Amigo da Criança- IHAC, como Hospital Amigo da Criança e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Amazonas e Município de Manaus.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Capítulo 1, Seção IV da Portaria de Consolidação do GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Iniciativa do Hospital Amigo da Criança - IHAC, promovida pelo Fundo das Nações Unidas - UNICEF, Organização Mundial de Saúde - OMS e Ministério da Saúde;

Considerando a Declaração da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde atestando que as entidades estão aptas a receber o título de Hospital Amigo da Criança, conforme os critérios de habilitação da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6 de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno - Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas - COCAM/DAPES/SAPS/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.090856/2021-22, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados do código 14.04 e habilitados no código 14.16, na Iniciativa Hospital Amigo da Criança- IHAC, como Hospital Amigo da Criança, os estabelecimentos de saúde constantes no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 881.233,24 (oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Amazonas e Município de Manaus, conforme Anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art.2º ao Fundo Estadual e Municipal de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto da referida Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2021.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	RAZÃO SOCIAL	NOME FANTASIA	GESTÃO	CNPJ	DATA HABILITAÇÃO	PORTARIA HABILITAÇÃO	IMPACTO FINANCEIRO ANUAL PREVISTO
AM	130260	Manaus	3151794	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE SUSAM	MATERNIDADE DE REFERÊNCIA ANA BRAGA	Estadual	00.697.295/0079-67	17/06/2005	321/SAS 21/06/2005	266.577,69
AM	130260	Manaus	3004104	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE SUSAM	MATERNIDADE AZILDA DA SILVA MARREIRO	Estadual	00.697.295/0099-00	17/06/2005	321/SAS 21/06/2005	116.847,54
AM	130260	Manaus	2019558	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE SUSAM	MATERNIDADE BALBINA MESTRINHO	Estadual	00.697.295/0002-88	17/06/2005	321/SAS 21/06/2005	166.031,53
AM	130260	Manaus	2017318	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE SUSAM	MATERNIDADE CIDADE NOVA DONA NAZIRA	Estadual	00.697.295/0017-64	17/06/2005	321/SAS 21/06/2005	127.821,21
AM	130260	Manaus	2013029	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE SUSAM	MATERNIDADE ALVORADA	Estadual	00.697.295/0011-79	24/11/2004	704/SAS 25/11/2004	85.228,50
AM	130260	Manaus	6627595	INSTITUTO DA MULHER DONA LINDU	INSTITUTO DA MULHER DONA LINDU	Estadual	11.729.421/0001-74	31/03/2014	261/SAS 01/04/2014	30.730,18
AM	130260	Manaus	2012480	MANAUS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	MATERNIDADE MUNICIPAL DR. MOURA TAPAJOZ	Municipal	04.461.836/0001-44	03/02/2010	62/SAS 05/02/2010	87.997,19
VALOR TOTAL - INCREMENTO ANUAL										881.233,24

PORTARIA GM/MS Nº 1.966, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 25.404 (vinte e cinco mil e quatrocentos e quatro) leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, correspondente ao mês de julho/2021, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos valores previstos no Anexo a esta Portaria, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O descumprimento das regras previstas na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, ensejará a devolução dos recursos recebidos, nos termos das normas aplicáveis.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário CVD0 - Medida Provisória nº 1.043, de 16 de abril de 2021, no montante de R$ 121.646.105,00 (cento e vinte e um milhões, seiscentos e quarenta e seis mil e cento e cinco reais) e Plano Orçamentário CVF0 - Medida Provisória nº 1.062, de 9 de agosto de 2021, no montante de R$ 1.086.321.895,00 (um bilhão, oitenta e seis milhões, trezentos e vinte e um mil e oitocentos e noventa e cinco reais).

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria são relativas ao mês de julho de 2021 e corresponderão ao montante total de R$ 1.207.968.000,00 (um bilhão, duzentos e sete milhões e novecentos e sessenta e oito mil reais), referente a recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme Anexos I e II.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

UF	IBGE	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	PCEP	GESTÃO DO RECURSO	Nº LEITOS UTI COVID-19 ADULTO (CÓD 26.12)	VALOR CUSTEIO MÊS R$	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	5336171	HOSPITAL REGIONAL DO JURUA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	5336171	HOSPITAL REGIONAL DO JURUA		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
AC	120040	RIO BRANCO	2001578	HOSPITAL GERAL DE CLINICAS DE RIO BRANCO		E	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AC Total							50	2.400.000,00	
AL	270030	ARAPIRACA	2005050	HOSPITAL REGIONAL DE ARAPIRACA		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
AL	270030	ARAPIRACA	2005417	CHAMA		M	11	528.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
AL	270030	ARAPIRACA	2005417	CHAMA		M	14	672.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
AL	270030	ARAPIRACA	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY		E	7	336.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
AL	270030	ARAPIRACA	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270030	ARAPIRACA	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY		E	20	960.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270230	CORURIPE	2010356	CARVALHO BELTRAO SERVICOS DE SAUDE LTDA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270230	CORURIPE	2010356	CARVALHO BELTRAO SERVICOS DE SAUDE LTDA		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
AL	270430	MACEIO	136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS		E	15	720.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
AL	270430	MACEIO	2006448	HOSPITAL VEREDAS		M	9	432.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
AL	270430	MACEIO	2006510	HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA		E	6	288.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
AL	270430	MACEIO	2006510	HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA		E	9	432.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
AL	270430	MACEIÓ	136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS		E	20	960.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	MACEIÓ	136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS		E	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AL	270430	MACEIÓ	2006197	HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF ALBERTO ANTUNES		M	14	672.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	MACEIÓ	2006448	HOSPITAL VEREDAS		M	11	528.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	MACEIÓ	2006510	HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA		E	9	432.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
AL	270430	MACEIÓ	2007037	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO		M	15	720.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	MACEIÓ	9923837	HOSPITAL DA MULHER DRA NISE DA SILVEIRA		E	74	3.552.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	2010631	HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA		M	4	192.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	2010631	HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AL	270670	PENEDO	2003775	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO		M	3	144.000,00	559/GM/MS 26/03/2021

AL	270670	PENEDO	2003775	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
AL	270730	PORTO CALVO	7042671	HOSPITAL REGIONAL DO NORTE		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO		M	2	96.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO		M	3	144.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
AL	270860	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	2010151	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270930	UNIÃO DOS PALMARES	7753470	HOSPITAL REGIONAL DA MATA		E	15	720.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL Total							369	17.712.000,00	
AM	130260	MANAUS	2013606	FUNDACAO DE MEDICINA TROPICAL		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AM	130260	MANAUS	2013649	HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO		E	12	576.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
AM	130260	MANAUS	2013649	HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO		E	40	1.920.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
AM	130260	MANAUS	2017644	HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS HUGV		E	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
AM	130260	MANAUS	2017644	HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS HUGV		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AM	130260	MANAUS	2018098	HOSPITAL PORTUGUES		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AM	130260	MANAUS	2018403	HOSPITAL UNIVERSITARIO FRANCISCA MENDES		E	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
AM	130260	MANAUS	2019574	HOSPITAL P S DR JOAO LUCIO P MACHADO		E	15	720.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
AM	130260	MANAUS	3151794	MATERNIDADE DE REFERENCIA ANA BRAGA		E	5	240.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
AM	130260	MANAUS	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AM	130260	MANAUS	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ		E	80	3.840.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
AM	130260	MANAUS	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ		E	30	1.440.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
AM	130260	MANAUS	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ		E	30	1.440.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
AM	130260	MANAUS	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ		E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
AM Total							287	13.776.000,00	
AP	160030	MACAPA	176664	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO COVID IV		E	66	3.168.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
AP	160030	MACAPA	176664	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO COVID IV		E	19	912.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
AP Total							85	4.080.000,00	
BA	290070	ALAGOINHAS	2487438	HOSPITAL REGIONAL DANTAS BIAO		E	8	384.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	290270	BARRA	3048209	HOSPITAL SANTA RITA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	290320	BARREIRAS	3972925	HOSPITAL DO OESTE		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	290320	BARREIRAS	3972925	HOSPITAL DO OESTE		E	25	1.200.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	290320	BARREIRAS	3972925	HOSPITAL DO OESTE		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
BA	290390	BOM JESUS DA LAPA	4022718	HOSPITAL MUNICIPAL CARMELA DUTRA		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
BA	290460	BRUMADO	2386569	HOSPITAL MUNICIPAL PROF MAGALHAES NETO		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	290520	CAETITE	7319770	HOSPITAL MUNICIPAL DE CAETITE		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	290570	CAMACARI	2388057	HOSPITAL GERAL DE CAMACARI		E	17	816.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	290570	CAMAÇARI	2647036	HOSPITAL SANTA HELENA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	290600	CAMPO FORMOSO	2799839	HOSPITAL SAO FRANCISCO		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	291072	EUNAPOLIS	2556510	HOSPITAL DE TRATAMENTO COVID19 CENTRO ATEND DE EUNAPOLIS		E	2	96.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	291072	EUNÁPOLIS	2556510	HOSPITAL DE TRATAMENTO COVID19 CENTRO ATEND DE EUNAPOLIS		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291072	EUNÁPOLIS	2556510	HOSPITAL DE TRATAMENTO COVID19 CENTRO ATEND DE EUNAPOLIS		E	13	624.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	180505	HOSPITAL DE FEIRA DE SANTANA		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	180505	HOSPITAL DE FEIRA DE SANTANA		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	2799758	HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	2799758	HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE		E	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	2799758	HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	6602533	HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANCA		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291170	GUANAMBI	2804034	HOSPITAL REGIONAL DE GUANAMBI		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	291360	ILHEUS	3906787	HOSPITAL DE ILHEUS		E	1	48.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	291360	ILHEUS	3906787	HOSPITAL DE ILHEUS		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
BA	291360	ILHEUS	7518846	VIDA MEMORIAL		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291360	ILHEUS	9388133	HOSPITAL REGIONAL COSTA DO CACAU		E	11	528.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	291360	ILHEUS	9388133	HOSPITAL REGIONAL COSTA DO CACAU		E	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291360	ILHEUS	9388133	HOSPITAL REGIONAL COSTA DO CACAU		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
BA	291460	IRECÊ	4026896	HOSPITAL REGIONAL DR MARIO DOURADO SOBRINHO		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291460	IRECÊ	4026896	HOSPITAL REGIONAL DR MARIO DOURADO SOBRINHO		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291470	ITABERABA	3245500	HOSPITAL DA CHAPADA		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291470	ITABERABA	3245500	HOSPITAL DA CHAPADA		E	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291480	ITABUNA	2385171	HOSPITAL DE BASE LUIS EDUARDO MAGALHAES		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291480	ITABUNA	2385171	HOSPITAL DE BASE LUIS EDUARDO MAGALHAES		M	20	960.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
BA	291480	ITABUNA	2772280	HOSPITAL CALIXTO MIDLEJ FILHO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291750	JACOBINA	2470748	HOSPITAL REGIONAL VICENTINA GOULART		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291750	JACOBINA	2470748	HOSPITAL REGIONAL VICENTINA GOULART		M	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
BA	291800	JEQUIÉ	2400693	HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES		E	19	912.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
BA	291800	JEQUIÉ	2494930	HOSPITAL SAO VICENTE		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291840	JUAZEIRO	2557509	PROMATRE DE JUAZEIRO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291840	JUAZEIRO	4028155	HOSPITAL REGIONAL DE JUAZEIRO		E	19	912.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291840	JUAZEIRO	4028155	HOSPITAL REGIONAL DE JUAZEIRO		E	1	48.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	291920	LAURO DE FREITAS	131202	HOSPITAL COSTA DOS COQUEIROS		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
BA	291920	LAURO DE FREITAS	607126	HOSPITAL METROPOLITANO		E	20	960.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	291920	LAURO DE FREITAS	607126	HOSPITAL METROPOLITANO		E	80	3.840.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	292400	PAULO AFONSO	2549905	HOSPITAL PAULO AFONSO		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292530	PORTO SEGURO	2802090	HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO LUIS EDUARDO MAGALHAES		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	292530	PORTO SEGURO	6659772	NEUROCCOR		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	292600	REMANSO	2509369	HOSPITAL SAO PEDRO		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	3832	HOSPITAL SANTA ISABEL		M	14	672.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	3980	HOSPITAL ELADIO LASSERRE		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	292740	SALVADOR	4073	HOSPITAL GERAL ERNESTO SIMOES FILHO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	292740	SALVADOR	4073	HOSPITAL GERAL ERNESTO SIMOES FILHO		E	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	4251	HOSPITAL PORTUGUES		M	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	5428	INSTITUTO COUTO MAIA		E	28	1.344.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	5428	INSTITUTO COUTO MAIA		E	40	1.920.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	292740	SALVADOR	103594	HOSPITAL COVID 19 ITAIGARA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	292740	SALVADOR	103594	HOSPITAL COVID 19 ITAIGARA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	103594	HOSPITAL COVID 19 ITAIGARA		M	20	960.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
BA	292740	SALVADOR	106526	HOSPITAL ESPANHOL		E	64	3.072.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	106526	HOSPITAL ESPANHOL		E	95	4.560.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	292740	SALVADOR	108375	HOSPITAL FAMILIA SAGRADA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	108375	HOSPITAL FAMILIA SAGRADA		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
BA	292740	SALVADOR	108375	HOSPITAL FAMILIA SAGRADA		M	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	292740	SALVADOR	559458	HOSPITAL ESPECIALIZADO SALVADOR		M	40	1.920.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
BA	292740	SALVADOR	705136	HOSPITAL CLARA SANTA		M	30	1.440.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
BA	292740	SALVADOR	3956369	MATERNIDADE PROFESSOR JOSE MARIA DE MAGALHAES NETO		E	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
BA	292740	SALVADOR	6595197	HOSPITAL DO SUBURBIO		E	118	5.664.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	9443665	HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR HMS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	292740	SALVADOR	9443665	HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR HMS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
BA	292870	SANTO ANTONIO DE JESUS	6414702	HOSPITAL REGIONAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021

BA	292990	SEABRA	9383298	HOSPITAL REGIONAL DA CHAPADA		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	292990	SEABRA	9383298	HOSPITAL REGIONAL DA CHAPADA		E	7	336.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
BA	292990	SEABRA	9383298	HOSPITAL REGIONAL DA CHAPADA		E	8	384.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	293010	SENHOR DO BONFIM	2770512	HOSPITAL MUNICIPAL DOM ANTONIO MONTEIRO		E	20	960.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	293050	SERRINHA	2801914	HOSPITAL MUNICIPAL DE SERRINHA		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
BA	293050	SERRINHA	2801914	HOSPITAL MUNICIPAL DE SERRINHA		M	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	2301318	HOSPITAL MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS		M	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	293290	VALENCA	2525933	HOSPITAL DR HEITOR GUEDES DE MELLO		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
BA	293290	VALENÇA	2525933	HOSPITAL DR HEITOR GUEDES DE MELLO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	2402076	HOSPITAL GERAL DE VITORIA DA CONQUISTA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	2402084	HCC HOSPITAL DE CLINICA DE CONQUISTA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	2402076	HOSPITAL GERAL DE VITORIA DA CONQUISTA		E	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	2487756	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
BA Total							1372	65.856.000,00	
CE	230110	ARACATI	2372967	HOSPITAL MUNICIPAL DR EDUARDO DIAS		M	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
CE	230120	ARACOIABA	4010779	HOSP MATERN SANTA IZABEL ARACOIABA		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE	230190	BARBALHA	2564211	HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO HMSVP		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE	230190	BARBALHA	2564211	HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO HMSVP		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230190	BARBALHA	2564211	HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO HMSVP		M	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
CE	230190	BARBALHA	2564238	HOSPITAL MATERNIDADE SANTO ANTONIO HMSA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230250	BREJO SANTO	2480646	IMTAVI		M	3	144.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230250	BREJO SANTO	2480646	IMTAVI		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230280	CANINDE	2527413	HOSPITAL E MATERNIDADE REGIONAL SÃO FRANCISCO		M	10	480.000,00	1.147 GM/MS 07/06/2021
CE	230370	CAUCAIA	2562316	HOSP MUN ABELARDO GADELHA DA ROCHA		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230370	CAUCAIA	2562316	HOSP MUN ABELARDO GADELHA DA ROCHA		M	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
CE	230410	CRATEÚS	2481073	HOSPITAL SAO LUCAS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230410	CRATEÚS	2481073	HOSPITAL SAO LUCAS		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230420	CRATO	2415461	CASA DE SAUDE E MATERNIDADE SAO MIGUEL		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
CE	230420	CRATO	2415488	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
CE	230428	EUSEBIO	2611295	HOSPITAL MUNICIPAL DOUTOR AMADEU SA		M	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
CE	230440	FORTALEZA	86673	HOSPITAL ESTADUAL LEONARDO DA VINCI		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE	230440	FORTALEZA	86673	HOSPITAL ESTADUAL LEONARDO DA VINCI		E	154	7.392.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230440	FORTALEZA	86673	HOSPITAL ESTADUAL LEONARDO DA VINCI		E	15	720.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2479214	HM HOSPITAL DE MESSEJANA DR CARLOS ALBERTO STUDART GOMES	PCEP	E	60	2.880.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230440	FORTALEZA	2479214	HM HOSPITAL DE MESSEJANA DR CARLOS ALBERTO STUDART GOMES	PCEP	E	26	1.248.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2479907	H J M A HOSPITAL JOSE MARTINIANO DE ALENCAR	PCEP	E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2479907	H J M A HOSPITAL JOSE MARTINIANO DE ALENCAR	PCEP	E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2497654	HGF HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	PCEP	E	32	1.536.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230440	FORTALEZA	2497654	HGF HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	PCEP	E	34	1.632.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2499363	HGCC HOSPITAL GERAL DR CESAR CALS	PCEP	E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2499363	HGCC HOSPITAL GERAL DR CESAR CALS	PCEP	E	15	720.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2529149	IJF INSTITUTO DR JOSE FROTA CENTRAL		M	30	1.440.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2529149	IJF INSTITUTO DR JOSE FROTA CENTRAL		M	40	1.920.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230440	FORTALEZA	2561417	HOSPITAL SAO JOSE DE DOENCAS INFECCIOSAS	PCEP	E	24	1.152.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230440	FORTALEZA	2561417	HOSPITAL SAO JOSE DE DOENCAS INFECCIOSAS	PCEP	E	4	192.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
CE	230440	FORTALEZA	2561492	HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230440	FORTALEZA	2785900	HOSPITAL GERAL DR WALDEMAR ALCANTARA		E	5	240.000,00	1.147 GM/MS 07/06/2021
CE	230540	ICÓ	2611309	HOSPITAL REGIONAL DE ICO PREFEITO WALFRIDO MONTEIRO SOBRINHO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230550	IGUATU	2675536	HOSPITAL MATERNIDADE AGENOR ARAUJO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230550	IGUATU	2675560	HOSPITAL REGIONAL DE IGUATU		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230550	IGUATU	5292190	HOSPITAL SAO VICENTE		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230640	ITAPIPOCA	153087	HOSPITAL REGIONAL DE ITAPIPOCA		M	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
CE	230640	ITAPIPOCA	2552086	HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230640	ITAPIPOCA	2552086	HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO		M	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
CE	230640	ITAPIPOCA	2552086	HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO		M	17	816.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230640	ITAPIPOCA	2552086	HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO		M	3	144.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	6779522	HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI		E	29	1.392.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	6779522	HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI		E	32	1.536.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230760	LIMOEIRO DO NORTE	2527707	HOSPITAL SAO RAIMUNDO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE	230760	LIMOEIRO DO NORTE	2527707	HOSPITAL SAO RAIMUNDO		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230765	MARACANAU	2806215	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOAO ELISIO DE HOLANDA		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
CE	230765	MARACANAU	2806215	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOAO ELISIO DE HOLANDA		M	20	960.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230770	MARANGUAPE	2554798	HOSP MUNICIPAL DR ARGEU BRAGA HERBSTER		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230770	MARANGUAPE	2554798	HOSP MUNICIPAL DR ARGEU BRAGA HERBSTER		M	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
CE	231130	QUIXADA	2328399	HOSP E MATERNIDADE JESUS MARIA JOSE HMJMJ		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
CE	231140	QUIXERAMOBIM	7061021	HOSPITAL REGIONAL DO SERTAO CENTRAL		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE	231140	QUIXERAMOBIM	7061021	HOSPITAL REGIONAL DO SERTAO CENTRAL		E	32	1.536.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	231140	QUIXERAMOBIM	7061021	HOSPITAL REGIONAL DO SERTAO CENTRAL		E	4	192.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE	231160	REDENÇÃO	2664666	HOSP MATERN PAULO SARASATE		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	231240	SAO GONCALO DO AMARANTE	2427125	HOSP GERAL LUIZA ALCANTARA SILVA		M	8	384.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
CE	231290	SOBRAL	100358	HOSPITAL DR FRANCISCO ALVES		M	15	720.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	231290	SOBRAL	100358	HOSPITAL DR FRANCISCO ALVES		M	5	240.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
CE	231290	SOBRAL	100358	HOSPITAL DR FRANCISCO ALVES		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE	231290	SOBRAL	3021114	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	231290	SOBRAL	3021114	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL		M	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
CE	231290	SOBRAL	3021114	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL		M	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
CE	231290	SOBRAL	6848710	HOSPITAL REGIONAL NORTE		E	30	1.440.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	231290	SOBRAL	6848710	HOSPITAL REGIONAL NORTE		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	231290	SOBRAL	6848710	HOSPITAL REGIONAL NORTE		E	34	1.632.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
CE	231330	TAUÁ	2328046	HOSPITAL DR ALBERTO FEITOSA LIMA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	231330	TAUÁ	2328046	HOSPITAL DR ALBERTO FEITOSA LIMA		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021

CE	231340	TIANGUÁ	2560852	HOSPITAL MATERNIDADE MADALENA NUNES		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE	231340	TIANGUÁ	2560852	HOSPITAL MATERNIDADE MADALENA NUNES		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	231340	TIANGUÁ	2560852	HOSPITAL MATERNIDADE MADALENA NUNES		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE Total							1090	52.320.000,00	
DF	530010	BRASILIA	10456	HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL		E	20	960.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
DF	530010	BRASILIA	10456	HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL		E	20	960.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
DF	530010	BRASILIA	10464	HRAN		E	10	480.000,00	557/GM /MS 26/03/2021
DF	530010	BRASILIA	10472	HRG		E	12	576.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
DF	530010	BRASILIA	10480	HOSPITAL REGIONAL DE CEILANDIA		E	20	960.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
DF	530010	BRASILIA	2672197	HRSAM HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA		E	7	336.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
DF	530010	BRASILIA	3018520	HOSPITAL SAO FRANCISCO		E	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
DF	530010	BRASILIA	5717515	HRSM		E	21	1.008.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
DF	530010	BRASILIA	5717515	HRSM		E	20	960.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
DF	530010	BRASILIA	5717515	HRSM		E	30	1.440.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
DF	530010	BRASILIA	6243495	HOME HOSPITAL ORTOPEDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA		E	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
DF	530010	BRASILIA	6243495	HOME HOSPITAL ORTOPEDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA		E	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
DF	530010	BRASILIA	6243495	HOME HOSPITAL ORTOPEDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA		E	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
DF	530010	BRASILIA	6730914	HOSPITAL SAO MATEUS		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
DF	530010	BRASILIA	6876617	HOSPITAL DA CRIANCA DE BRASILIA JOSE ALENCAR HCB		E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
DF	530010	BRASILIA	7978642	HOSPITAL DAHER LAGO SUL SA		E	8	384.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
DF	530010	BRASILIA	7978642	HOSPITAL DAHER LAGO SUL SA		E	20	960.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
DF Total							228	10.944.000,00	
ES	320060	ARACRUZ	2770326	HOSPITAL SAO CAMILO ARACRUZ		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320060	ARACRUZ	2770326	HOSPITAL SAO CAMILO ARACRUZ		M	4	192.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2485680	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2485729	HIFA HOSPITAL MATERNO INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2485729	HIFA HOSPITAL MATERNO INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2485729	HIFA HOSPITAL MATERNO INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2485729	HIFA HOSPITAL MATERNO INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2547821	HOSPITAL EVANGELICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		E	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2547821	HOSPITAL EVANGELICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		E	13	624.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
ES	320150	COLATINA	2446030	HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS		M	12	576.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320150	COLATINA	2446030	HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS		M	11	528.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320150	COLATINA	2446030	HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
ES	320150	COLATINA	2448424	CASA DE SAUDE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320150	COLATINA	2448521	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320150	COLATINA	2448521	HOSPITAL SAO JOSE		M	11	528.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320150	COLATINA	2448637	SANTA CASA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320150	COLATINA	2448637	SANTA CASA		M	1	48.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
ES	320230	GUACUI	2447029	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUACUI		E	12	576.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
ES	320230	GUACUI	2447029	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUACUI		E	2	96.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
ES	320230	GUACUI	2447029	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUACUI		E	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320280	ITAPEMIRIM	6945368	HECI ITAPEMIRIM		E	20	960.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320280	ITAPEMIRIM	7336578	HOSPITAL MATERNO INFANTIL MENINO JESUS		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
ES	320320	LINHARES	678627	LINHARES MEDICAL CENTER S A		E	20	960.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
ES	320320	LINHARES	2465825	HOSPITAL GERAL DE LINHARES HGL		M	12	576.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320320	LINHARES	2465825	HOSPITAL GERAL DE LINHARES HGL		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320320	LINHARES	2465825	HOSPITAL GERAL DE LINHARES HGL		M	14	672.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
ES	320320	LINHARES	2465833	HOSPITAL RIO DOCE		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320320	LINHARES	2465833	HOSPITAL RIO DOCE		M	8	384.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
ES	320460	SANTA TEREZA	2532190	HOSPITAL MADRE REGINA PROTMANN		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	2547317	HOSPITAL SAO JOSE		M	17	816.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	2547317	HOSPITAL SAO JOSE		M	11	528.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320490	SAO MATEUS	2550687	HOSPITAL DR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
ES	320490	SAO MATEUS	2550687	HOSPITAL DR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES		E	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320490	SAO MATEUS	2550687	HOSPITAL DR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320500	SERRA	2486199	HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA		E	24	1.152.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320500	SERRA	2486199	HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA		E	18	864.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
ES	320500	SERRA	2486199	HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA		E	16	768.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
ES	320500	SERRA	7257406	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES		E	3	144.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320500	SERRA	7257406	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES		E	8	384.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
ES	320500	SERRA	7257406	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES		E	17	816.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
ES	320500	SERRA	7257406	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES		E	50	2.400.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320500	SERRA	7257406	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES		E	140	6.720.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320520	VILA VELHA	2494442	HOSPITAL EVANGÉLICO DE VILA VELHA		E	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
ES	320520	VILA VELHA	2494442	HOSPITAL EVANGÉLICO DE VILA VELHA		E	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
ES	320520	VILA VELHA	2546957	HOSPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIAS		E	6	288.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
ES	320520	VILA VELHA	2678179	HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNARDINO ALVES		E	30	1.440.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
ES	320520	VILA VELHA	5417139	CENTRO MEDICO HOSPITALAR DE VILA VELHA S A		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
ES	320520	VILA VELHA	2494442	HOSPITAL EVANGELICO DE VILA VELHA		E	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320520	VILA VELHA	2494442	HOSPITAL EVANGELICO DE VILA VELHA		E	15	720.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320520	VILA VELHA	2546957	HOSPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIAS		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320520	VILA VELHA	3537943	HSM LTDA		E	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320520	VILA VELHA	3537943	HSM LTDA		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
ES	320520	VILA VELHA	3537943	HSM LTDA		E	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
ES	320520	VILA VELHA	5417139	CENTRO MEDICO HOSPITALAR DE VILA VELHA S A		E	40	1.920.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320520	VILA VELHA	7530706	HOSPITAL ESTADUAL DE VILA VELHA		E	19	912.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
ES	320520	VILA VELHA	7530706	HOSPITAL ESTADUAL DE VILA VELHA		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320530	VITORIA	11738	HOSPITAL SANTA RITA DE CASSIA VITORIA		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320530	VITORIA	11746	HOSPITAL SANTA CASA DE VITORIA		E	12	576.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
ES	320530	VITORIA	11746	HOSPITAL SANTA CASA DE VITORIA		E	2	96.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
ES	320530	VITORIA	11746	HOSPITAL SANTA CASA DE VITORIA		E	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320530	VITORIA	548650	HOSPITAL VITORIA		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320530	VITORIA	4044916	HOSPITAL UNIVERSITARIO CASSIANO ANTONIO MORAES HUCAM		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320530	VITORIA	6559131	HOSPITAL ESTADUAL		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320530	VITORIA	6559131	HOSPITAL ESTADUAL		E	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
ES	320530	VITORIA	7621442	HOSPITAL ESTADUAL DE URGENCIA E EMERGENCIA		E	30	1.440.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
ES Total							908	43.584.000,00	
GO	520110	ANÁPOLIS	3771962	HOSPITAL DE URGENCIAS DR HENRIQUE SANTILLO		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		M	50	2.400.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	2589737	HOSPITAL GARAVELO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	2589737	HOSPITAL GARAVELO		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021

GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	2589737	HOSPITAL GARAVELO		M	13	624.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		M	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		M	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		M	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		M	50	2.400.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
GO	520510	CATALÃO	2442604	HOSPITAL NASR FAIAD		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520510	CATALÃO	2442612	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CATALAO		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520800	FORMOSA	2534967	HOSPITAL REGIONAL DE FORMOSA DR CESAR SAAD FAYAD		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520800	FORMOSA	2534967	HOSPITAL REGIONAL DE FORMOSA DR CESAR SAAD FAYAD		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520800	FORMOSA	2534967	HOSPITAL REGIONAL DE FORMOSA DR CESAR SAAD FAYAD		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
GO	520870	GOIÂNIA	24074	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL CELIA CAMARA		M	29	1.392.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	24074	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL CELIA CAMARA		M	53	2.544.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	86126	HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS DE GOIANIA		E	50	2.400.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	86126	HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS DE GOIANIA		E	50	2.400.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2337800	HOSPITAL JACOB FACURI		M	7	336.000,00	472/GM/MS 17/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2337800	HOSPITAL JACOB FACURI		M	16	768.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2338351	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GOIANIA		M	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2338424	HOSPITAL DAS CLINICAS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2338424	HOSPITAL DAS CLINICAS		M	30	1.440.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2338424	HOSPITAL DAS CLINICAS		M	30	1.440.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2339110	GASTRO SALUSTIANO HOSPITAL		M	27	1.296.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2339110	GASTRO SALUSTIANO HOSPITAL		M	32	1.536.000,00	472/GM/MS 17/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2339234	HOSPITAL RUY AZEREDO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2339234	HOSPITAL RUY AZEREDO		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2506661	HOSPITAL ESTADUAL DE DOENCAS TROPICAIS DR ANUAR AUAD	PCEP	E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2519208	HOSPITAL ORTOPEDICO DE GOIANIA GERALDO PEDRA		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	2673932	CRER		M	20	960.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	3051625	CLINICA DO ESPORTE ORTOPEDIA FRAT E FISIOTERAPIA LTDA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	7743068	HOSPITAL DE URGENCIAS GOV OTAVIO LAGE DE SIQUEIRA HUGOL	PCEP	E	13	624.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIÂNIA	7743068	HOSPITAL DE URGENCIAS GOV OTAVIO LAGE DE SIQUEIRA HUGOL	PCEP	E	14	672.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	520890	GOIÁS	2343525	HOSPITAL DE CARIDADE SAO PEDRO DALCANTARA		M	5	240.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	521150	ITUMBIARA	2589265	HOSPITAL REGIONAL DE ITUMBIARA SAO MARCOS		E	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	521150	ITUMBIARA	2589265	HOSPITAL REGIONAL DE ITUMBIARA SAO MARCOS		E	22	1.056.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	521150	ITUMBIARA	2589265	HOSPITAL REGIONAL DE ITUMBIARA SAO MARCOS		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
GO	521150	ITUMBIARA	2789647	HOSPITAL MUNICIPAL MODESTO DE CARVALHO		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
GO	521180	JARAGUÁ	2361949	HOSPITAL ESTADUAL DE JARAGUA SANDINO DE AMORIM		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	521190	JATAÍ	2535556	HOSPITAL DAS CLINICAS DR SERAFIM DE CARVALHO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	521190	JATAÍ	2535556	HOSPITAL DAS CLINICAS DR SERAFIM DE CARVALHO		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	521190	JATAÍ	2535556	HOSPITAL DAS CLINICAS DR SERAFIM DE CARVALHO		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
GO	521250	LUZIÂNIA	2340194	HOSPITAL REGIONAL DE LUZIANIA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	521250	LUZIÂNIA	2340194	HOSPITAL REGIONAL DE LUZIANIA		E	20	960.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	521310	MINEIROS	8013543	HOSPITAL MUNICIPAL DR EVARISTO VILELA MACHADO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	521310	MINEIROS	8013543	HOSPITAL MUNICIPAL DR EVARISTO VILELA MACHADO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	521880	RIO VERDE	2340690	HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO VERDE GOIAS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	521880	RIO VERDE	2340690	HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO VERDE GOIAS		M	15	720.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	521930	SANTA HELENA DE GOIAS	6665322	HOSPITAL DE URGENCIA DA REGIAO SUDOESTE		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
GO	522010	SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	3912140	HOSPITAL VITAL		M	9	432.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	522010	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	2382474	HOSPITAL REGIONAL DE S LUIS DE MONTES BELOS DR GERALDO LANDO		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	522010	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	2382474	HOSPITAL REGIONAL DE S LUIS DE MONTES BELOS DR GERALDO LANDO		E	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
GO	522140	TRINDADE	5095808	HOSPITAL DE URGENCIAS DE TRINDADE WALDA FERREIRA DOS SANTOS		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	522160	URUAÇU	547484	HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO COVID DO CENTRO NORTE GOIANO		E	20	960.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
GO	522160	URUAÇU	547484	HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO COVID DO CENTRO NORTE GOIANO		E	40	1.920.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
GO Total							916	43.968.000,00	
MA	210005	ACAILANDIA	2463016	HOSPITAL MUNICIPAL DE ACAILANDIA		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MA	210120	BACABAL	2458055	HOSPITAL MARIA SOCORRO BRANDAO		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
MA	210120	BACABAL	2460262	HOSPITAL REGIONAL LAURA VASCONCELOS		E	2	96.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MA	210120	BACABAL	2460262	HOSPITAL REGIONAL LAURA VASCONCELOS		E	6	288.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210140	BALSAS	9336508	HOSPITAL REGIONAL DE BALSAS		E	6	288.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MA	210140	BALSAS	9336508	HOSPITAL REGIONAL DE BALSAS		E	12	576.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210300	CAXIAS	3388301	COMPLEXO HOSPITALAR GENTIL FILHO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MA	210300	CAXIAS	7891067	HOSPITAL REGIONAL DE CAXIAS DR EVERALDO FERREIRA ARAGAO		E	6	288.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210300	CAXIAS	7891067	HOSPITAL REGIONAL DE CAXIAS DR EVERALDO FERREIRA ARAGAO		E	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MA	210300	CAXIAS	7891067	HOSPITAL REGIONAL DE CAXIAS DR EVERALDO FERREIRA ARAGAO		E	8	384.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
MA	210320	CHAPADINHA	9613374	HOSPITAL REGIONAL DE CHAPADINHA		E	12	576.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MA	210360	COROATA	7088302	HOSPITAL REGIONAL ALEXANDRE MAMEDE TROVAO DE COROATA		E	12	576.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210480	GRAJAÚ	145602	UTI GRAJAU		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210530	IMPERATRIZ	2452383	HRMI HOSPITAL REGIONAL MATERNO INFANTIL DE IMPERATRIZ		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MA	210530	IMPERATRIZ	9065768	HOSPITAL MACRORREGIONAL DRA RUTH NOLETO		E	30	1.440.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210530	IMPERATRIZ	9065768	HOSPITAL MACRORREGIONAL DRA RUTH NOLETO		E	1	48.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MA	210570	LAGO DA PEDRA	188425	HOSPITAL REGIONAL DR RUBENS JORGE		E	4	192.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210570	LAGO DA PEDRA	188425	HOSPITAL REGIONAL DR RUBENS JORGE		E	1	48.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MA	210570	LAGO DA PEDRA	188425	HOSPITAL REGIONAL DR RUBENS JORGE		E	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MA	210860	PINHEIRO	2310511	HOSPITAL REGIONAL DR ANTENOR ABREU		M	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
MA	210860	PINHEIRO	7826060	HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO		E	1	48.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MA	210860	PINHEIRO	7826060	HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO		E	3	144.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MA	210860	PINHEIRO	7826060	HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO		E	6	288.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210860	PINHEIRO	7826060	HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO		E	4	192.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MA	210860	PINHEIRO	7826060	HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO		E	6	288.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
MA	210910	PRESIDENTE DUTRA	6483089	HOSPITAL DE URGENCIA E EMERGENCIA DE PRESIDENTE DUTRA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MA	210990	SANTA INÊS	9077413	HOSPITAL REGIONAL TOMAS MARTINS		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210990	SANTA INÊS	9077413	HOSPITAL REGIONAL TOMAS MARTINS		E	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MA	211003	SANTA LUZIA DO PARUA	2311313	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA LUZIA DO PARUA		E	8	384.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	211003	SANTA LUZIA DO PARUA	2311313	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA LUZIA DO PARUA		E	2	96.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MA	211130	SAO LUIS	180637	HOSPITAL DR RAIMUNDO LIMA SLZ		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MA	211130	SAO LUIS	2309254	MATERNIDADE DE ALTA COMPLEXIDADE DO MARANHAO		E	6	288.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
MA	211130	SAO LUIS	2309254	MATERNIDADE DE ALTA COMPLEXIDADE DO MARANHAO		E	8	384.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MA	211130	SAO LUIS	2309475	HOSPITAL DR GENESIO REGO		E	8	384.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	211130	SAO LUIS	2309475	HOSPITAL DR GENESIO REGO		E	12	576.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MA	211130	SAO LUIS	2464594	HOSPITAL DE REF EST DE ALTA COMPLEXIDADE DR CARLOS MACIEIRA		E	74	3.552.000,00	499/GM/MS 17/03/2021

MA	211130	SAO LUIS	2464594	HOSPITAL DE REF EST DE ALTA COMPLEXIDADE DR CARLOS MACIEIRA		E	8	384.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MA	211130	SAO LUIS	2726653	EBSERH HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SAO LUIS		M	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	211130	SAO LUIS	5446546	HOSPITAL DE REFERENCIA COVID 19 HOSPITAL DA MULHER		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MA	211130	SAO LUIS	9161449	HOSPITAL DE CUIDADOS INTENSIVOS HCI		E	11	528.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MA	211130	SAO LUIS	9161449	HOSPITAL DE CUIDADOS INTENSIVOS HCI		E	21	1.008.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MA	211130	SAO LUIS	9161449	HOSPITAL DE CUIDADOS INTENSIVOS HCI		E	41	1.968.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	211130	SAO LUIS	9161449	HOSPITAL DE CUIDADOS INTENSIVOS HCI		E	9	432.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MA	211220	TIMON	2452782	HOSPITAL REGIONAL ALARICO NUNES PACHECO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MA	211220	TIMON	2452782	HOSPITAL REGIONAL ALARICO NUNES PACHECO		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA Total							492	23.616.000,00	
MG	310120	AIURUOCA	2760681	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	310150	ALÉM PARAÍBA	2122677	HOSPITAL SAO SALVADOR		E	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310160	ALFENAS	2171945	SANTA CASA DE ALFENAS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310160	ALFENAS	2171945	SANTA CASA DE ALFENAS		M	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310170	ALMENARA	2108992	HOSPITAL DERALDO GUIMARAES		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MG	310340	ARAÇUAI	2134276	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO ARACUAI		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310350	ARAGUARI	2145960	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARAGUARI		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	310350	ARAGUARI	2145960	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARAGUARI		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	310350	ARAGUARI	2145960	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARAGUARI		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MG	310400	ARAXA	2164620	SANTA SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	3	144.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MG	310400	ARAXÁ	2164620	SANTA SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	7	336.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	310420	ARCOS	2168693	SANTA CASA DE ARCOS		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MG	310490	BAEPENDI	2761106	HOSPITAL CONEGO MONTE RASO		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310560	BARBACENA	2098474	HOSPITAL POLICLINICA E MATERNIDADE DE BARBACENA		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	310560	BARBACENA	2098474	HOSPITAL POLICLINICA E MATERNIDADE DE BARBACENA		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	310560	BARBACENA	2098938	HOSPITAL IBIAPABA CEBAMS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	310560	BARBACENA	2138875	SANTA CASA MISERICORDIA BARBACENA		M	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	310560	BARBACENA	2138875	SANTA CASA MISERICORDIA BARBACENA		M	4	192.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27014	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE		M	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27863	HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES		M	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	7866801	HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC		M	5	240.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	7866801	HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC		M	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	7866801	HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC		M	9	432.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	26808	HOSPITAL EVANGELICO DE BELO HORIZONTE		M	6	288.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	26840	COMPLEXO HOSPITALAR SAO FRANCISCO		M	8	384.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27014	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE		M	15	720.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27014	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE		M	16	768.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27014	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE		M	60	2.880.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27022	HOSPITAL JULIA KUBITSCHEK		M	9	432.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27022	HOSPITAL JULIA KUBITSCHEK		M	29	1.392.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27863	HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES		M	9	432.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2181770	HOSPITAL EDUARDO DE MENEZES		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2192896	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS HOB		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2192896	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS HOB		M	21	1.008.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2200457	ASSOCIACAO MARIO PENNA		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2200457	ASSOCIACAO MARIO PENNA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2200457	ASSOCIACAO MARIO PENNA		M	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2695324	HOSPITAL DA BALEIA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	7866801	HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	7866801	HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	7866801	HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC		M	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	310670	BETIM	2126494	HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO		M	70	3.360.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	310670	BETIM	2126494	HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310670	BETIM	2126494	HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO		M	20	960.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MG	310670	BETIM	2126494	HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO		M	30	1.440.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MG	310710	BOA ESPERANÇA	2775972	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BOA ESPERANCA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	310740	BOM DESPACHO	2168707	HOSP SANTA CASA DE BOM DESPACHO		M	4	192.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	310740	BOM DESPACHO	2168707	HOSP SANTA CASA DE BOM DESPACHO		M	16	768.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	311120	CAMPO BELO	2192020	SANTA CASA DE CAMPO BELO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	311230	CAPELINHA	2135124	FUNDACAO HOSPITALAR SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	311330	CARANGOLA	2114267	HOSPITAL EVANGELICO DE CARANGOLA		E	6	288.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	311330	CARANGOLA	2114267	HOSPITAL EVANGELICO DE CARANGOLA		E	6	288.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	311340	CARATINGA	6697054	CASU IRMA DENISE		M	30	1.440.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	311340	CARATINGA	6697054	CASU IRMA DENISE		M	40	1.920.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	311530	CATAGUASES	2098911	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CATAGUASES		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	311800	CONGONHAS	2172259	HOSPITAL BOM JESUS		M	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	107689	HOSPITAL MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE		M	4	192.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	107689	HOSPITAL MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	2098326	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE		M	17	816.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	311860	CONTAGEM	2200473	HOSPITAL MUNICIPAL DE CONTAGEM		M	31	1.488.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	311860	CONTAGEM	2200473	HOSPITAL MUNICIPAL DE CONTAGEM		M	39	1.872.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	311860	CONTAGEM	2200473	HOSPITAL MUNICIPAL DE CONTAGEM		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
MG	311930	COROMANDEL	2197693	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE COROMANDELDR SEBASTIAO MACHADO		M	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	7082886	HOSPITAL DR JOSE MARIA MORAIS		M	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	7082886	HOSPITAL DR JOSE MARIA MORAIS		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	7082886	HOSPITAL DR JOSÉ MARIA MORAIS		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MG	312090	CURVELO	2148293	HOSPITAL IMACULADA CONCEICAO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	312090	CURVELO	2148293	HOSPITAL IMACULADA CONCEIÇÃO		M	5	240.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MG	312090	CURVELO	2178559	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	312090	CURVELO	2178559	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	312090	CURVELO	2178559	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	312090	CURVELO	2178559	HOSPITAL SANTO ANTÔNIO		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021

MG	312160	DIAMANTINA	2135132	SANTA CASA DE CARIDADE		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	312160	DIAMANTINA	2135132	SANTA CASA DE CARIDADE		M	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MG	312230	DIVINÓPOLIS	2159252	HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	312510	EXTREMA	2127881	HOSPITAL E MATERN SAO LUCAS DE EXTREMA		E	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	312610	FORMIGA	2142376	HOSPITAL SAO LUIZ DE FORMIGA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	312610	FORMIGA	2142376	HOSPITAL SAO LUIZ DE FORMIGA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	2118661	HOSPITAL BOM SAMARITANO		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	2118661	HOSPITAL BOM SAMARITANO		M	18	864.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	2222043	HOSPITAL MUNICIPAL		M	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	312800	GUANHÃES	2144530	HOSPITAL REGIONAL IMACULADA CONCEICAO		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	312870	GUAXUPE	2796449	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUAXUPE		M	3	144.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	312870	GUAXUPE	2796449	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUAXUPE		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	312870	GUAXUPE	2796449	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUAXUPE		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	312980	IBIRITE	6892256	HOSPITAL E MATERNIDADE REGIONAL DE IBIRITE		M	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	313130	IPATINGA	2193310	HOSPITAL MUNICIPAL ELIANE MARTINS		M	7	336.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	313130	IPATINGA	2193310	HOSPITAL MUNICIPAL ELIANE MARTINS		M	13	624.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313130	IPATINGA	2193310	HOSPITAL MUNICIPAL ELIANE MARTINS		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MG	313130	IPATINGA	2205440	HOSPITAL MARCIO CUNHA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313130	IPATINGA	2205440	HOSPITAL MARCIO CUNHA		M	15	720.000,00	568/GM/MS 29/03/2021
MG	313170	ITABIRA	2218690	FSFX O S S HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS CHAGAS		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313170	ITABIRA	2218690	FSFX O S S HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS CHAGAS		M	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MG	313240	ITAJUBA	2127687	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAJUBA		M	8	384.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	313240	ITAJUBA	2127687	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAJUBA		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		M	15	720.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	313310	ITANHANDÚ	2764792	CASA DE CARIDADE DE ITANHANDU		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313330	ITAOBIM	2139073	HOSPITAL VALE DO JEQUITINHONHA		M	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313330	ITAOBIM	2139073	HOSPITAL VALE DO JEQUITINHONHA		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313380	ITAUNA	2105780	HOSPITAL MANOEL GONCALVES		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
MG	313380	ITAUNA	2105780	HOSPITAL MANOEL GONCALVES		M	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	313380	ITAUNA	2105780	HOSPITAL MANOEL GONCALVES		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313420	ITUIUTABA	196495	CMIN CENTRO DE MEDICINA INTENSIVA DE MINAS GERAIS		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313420	ITUIUTABA	2200902	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	313510	JANAUBA	2205939	FUNDAJAN		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
MG	313510	JANAUBA	6920977	HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA		M	2	96.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
MG	313510	JANAUBA	6920977	HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	313510	JANAUBA	6920977	HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA		M	13	624.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	313520	JANUARIA	2204622	HOSPITAL MUNICIPAL DE JANUARIA		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	313620	JOAO MONLEVADE	2709848	HOSPITAL MARGARIDA		M	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	2101777	HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO CARNEIRO VALADARES		M	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2153084	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS		M	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2153114	IBG SAUDE		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2221756	HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA		M	8	384.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2221756	HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA		M	8	384.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2221772	HSVP JUIZ DE FORA		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	3019063	HOSPITAL ALBERT SABIN		M	9	432.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2111624	HOSPITAL REGIONAL JOAO PENIDO	PCEP	E	11	528.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2153882	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2208156	HPS DR MOZART GERALDO TEIXEIRA		M	2	96.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2208156	HPS DR MOZART GERALDO TEIXEIRA		M	8	384.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2218798	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2218798	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2221756	HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2221756	HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	3013588	HOSPITAL MONTE SINAI		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	3013588	HOSPITAL MONTE SINAI		M	2	96.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	3013588	HOSPITAL MONTE SINAI		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313720	LAGOA DA PRATA	2132877	HOSPITAL SAO CARLOS		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313760	LAGOA SANTA	2120542	LAGOA SANTA HOSPITAL LINDOURO AVELAR		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	313820	LAVRAS	2111659	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LAVRAS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313820	LAVRAS	2111659	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LAVRAS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313820	LAVRAS	2112175	HOSPITAL VAZ MONTEIRO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313840	LEOPOLDINA	2122650	CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE		E	2	96.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	313840	LEOPOLDINA	2122650	CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE		E	15	720.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	313840	LEOPOLDINA	2122650	CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE		E	1	48.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
]MG	313940	MANHUAÇU	2173166	HOSPITAL CESAR LEITE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313940	MANHUAÇU	2173166	HOSPITAL CESAR LEITE		M	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	313960	MANTENA	2099217	HOSPITAL EVANGELICO DE MANTENA		M	1	48.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	313960	MANTENA	2099217	HOSPITAL EVANGELICO DE MANTENA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	314310	MONTE CARMELO	9847227	HOSPITAL MUNICIPAL DE MONTE CARMELO		M	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314310	MONTE CARMELO	9847227	HOSPITAL MUNICIPAL DE MONTE CARMELO		M	14	672.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	7366108	HOSPITAL DAS CLINICAS DOUTOR MARIO RIBEIRO DA SILVEIRA		M	19	912.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	9321330	HOSPITAL PRO VIDA		M	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2149990	HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2149990	HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2149990	HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS		M	9	432.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2219638	HOSPITAL AROLDO TOURINHO		M	4	192.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2219638	HOSPITAL AROLDO TOURINHO		M	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2219646	HOSPITAL DILSON GODINHO		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2219654	HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTE DE FARIA		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2219654	HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTE DE FARIA		M	14	672.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	7366108	HOSPITAL DAS CLINICAS DOUTOR MARIO RIBEIRO DA SILVEIRA		M	20	960.000,00	501/GM/MS 19/03/2021

MG	314390	MURIAÉ	2195453	HOSPITAL DO CANCER DE MURIAE		E	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314390	MURIAÉ	4042085	CASA DE CARIDADE DE MURIAE HOSPITAL SAO PAULO		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	314390	MURIAÉ	4042085	CASA DE CARIDADE DE MURIAE HOSPITAL SAO PAULO		E	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	314520	NOVA SERRANA	2143801	HOSPITAL SAO JOSE DE NOVA SERRANA		M	17	816.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314560	OLIVEIRA	2144298	HOSPITAL SAO JUDAS TADEU DE OLIVEIRA		E	4	192.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	314560	OLIVEIRA	2144298	HOSPITAL SAO JUDAS TADEU DE OLIVEIRA		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	314610	OURO PRETO	2163829	OURO PRETO SANTA CASA DE OURO PRETO		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314610	OURO PRETO	2163829	OURO PRETO SANTA CASA DE OURO PRETO		M	15	720.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
MG	314710	PARA DE MINAS	2206064	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	314710	PARA DE MINAS	2206064	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		E	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		E	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	314800	PATOS DE MINAS	2726726	HOSPITAL REGIONAL ANTONIO DIAS		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	314810	PATROCINIO	2209187	PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DOUTOR CARLOS AFONSO NUNES		M	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314810	PATROCINIO	2209195	HOSPITAL SANTA CASA DE PATROCINIO		M	9	432.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	314810	PATROCINIO	2209195	HOSPITAL SANTA CASA DE PATROCINIO		M	9	432.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314860	PEÇANHA	2103257	HOSPITAL SANTO ANTONIO DE PECANHA		M	4	192.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	314860	PEÇANHA	2103257	HOSPITAL SANTO ANTONIO DE PECANHA		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	315120	PIRAPORA	2119528	HOSPITAL DR MOISES MAGALHAES FREIRE		M	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	315120	PIRAPORA	2119528	HOSPITAL DR MOISES MAGALHAES FREIRE		M	1	48.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	315120	PIRAPORA	2119528	HOSPITAL DR MOISES MAGALHAES FREIRE		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2129469	SANTA CASA DE POCOS DE CALDAS		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2129469	SANTA CASA DE POCOS DE CALDAS		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2129566	HOSPITAL SANTA LUCIA HOSPITAL DO CORAÇÃO		M	12	576.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2129566	HOSPITAL SANTA LUCIA HOSPITAL DO CORACAO		M	18	864.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2111640	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2111640	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES		M	5	240.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2111640	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES		M	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2206382	HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO		M	3	144.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2206382	HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO		M	11	528.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2206382	HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO		M	6	288.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	315220	PORTEIRINHA	2205971	SANTA CASA E HOSPITAL SAO VICENTE		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	315250	POUSO ALEGRE	2127989	HOSPITAL DAS CLIN SAMUEL LIBANIO POUSO ALEGRE		M	20	960.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	2756749	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JUDAS TADEU		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	315580	RIO POMBA	2149419	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO RIO POMBA		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	315700	SALINAS	2204649	HOSPITAL MUNICIPAL DR OSWALDO PREDILIANO SANTANA		M	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	315960	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	2208822	HOSPITAL ANTONIO MOREIRA DA COSTA STA RITA SAPUCAI		E	4	192.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	315960	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	2208822	HOSPITAL ANTONIO MOREIRA DA COSTA STA RITA SAPUCAI		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	315780	SANTA LUZIA	2164299	HOSPITAL DE SAO JOAO DE DEUS		M	6	288.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MG	315780	SANTA LUZIA	2164299	HOSPITAL DE SAO JOAO DE DEUS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316070	SANTOS DUMONT	2796562	HOSPITAL DE SANTOS DUMONT		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	316210	SÃO GOTARDO	2100681	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO GOTARDO		M	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	2161354	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI		M	8	384.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	2161354	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI		M	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	2161354	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	2161354	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	2173565	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCES		M	3	144.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	2173565	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCES		M	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	2173565	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCES		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	316370	SAO LOURENCO	2764814	CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO		M	3	144.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	316370	SAO LOURENCO	2764814	CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO		M	2	96.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MG	316370	SAO LOURENCO	2764814	CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO		M	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	316370	SAO LOURENCO	2764814	CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO		M	14	672.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316470	SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO	2146525	SANTA CASA DE PARAISO		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	316800	TAIOBEIRAS	2098369	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316800	TAIOBEIRAS	2098369	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	2	96.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	316800	TAIOBEIRAS	2098369	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	316860	TEÓFILO OTONI	2184834	HOSPITAL BOM SAMARITANO		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	316860	TEÓFILO OTONI	2208172	HOSPITAL SANTA ROSALIA		M	4	192.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	316860	TEÓFILO OTONI	2208172	HOSPITAL SANTA ROSALIA		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316860	TEÓFILO OTONI	2210924	HOSPITAL PHILADELFIA		M	17	816.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316940	TRES PONTAS	2139200	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO HOSP SAO FRANCISCO DE ASSIS		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	316940	TRES PONTAS	2139200	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO HOSP SAO FRANCISCO DE ASSIS		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	2760657	HOSPITAL SAO SEBASTIAO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	2760657	HOSPITAL SAO SEBASTIAO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316970	TURMALINA	2135108	HOSPITAL SAO VICENTE TURMALINA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316990	UBA	2195437	HOSPITAL SANTA ISABEL		E	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
MG	316990	UBA	2195437	HOSPITAL SANTA ISABEL		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316990	UBA	2195437	HOSPITAL SANTA ISABEL		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	317010	UBERABA	2206595	HOSPITAL DE CLINICAS DA UFTM		M	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MG	317010	UBERABA	9141839	HOSPITAL REGIONAL JOSE ALENCAR		M	15	720.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	317010	UBERABA	9141839	HOSPITAL REGIONAL JOSE ALENCAR		M	25	1.200.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2146355	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA		M	8	384.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2146355	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2146355	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA		M	8	384.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2146355	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA		M	9	432.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2146355	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA		M	7	336.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2151855	HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC		M	8	384.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2151855	HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2151855	HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2151855	HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC		M	24	1.152.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	6601804	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DR ODELMO LEAO CARNEIRO		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	317040	UNAI	62197	INTENSI LIFE		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	317040	UNAI	62197	INTENSI LIFE		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	317040	UNAI	2760924	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOAQUIM BROCHADO		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	317070	VARGINHA	2761041	HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS		M	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	317070	VARGINHA	2761041	HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	317070	VARGINHA	2761041	HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	317120	VESPASIANO	6856209	HOSPITAL DE DEUS		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	317130	VICOSA	2099438	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

MG	317130	VICOSA	2099454	HOSPITAL SAO SEBASTIAO		M	7	336.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
MG	317200	VISCONDE DE RIO BRANCO	2760843	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA		E	2	96.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG Total							2508	120.384.000,00	
MS	500100	APARECIDA DO TABOADO	7456530	FUNDACAO HOSPITALAR ENFERMEIRO PEDRO FRANCISCO SOARES		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MS	500100	APARECIDA DO TABOADO	7456530	FUNDACAO HOSPITALAR ENFERMEIRO PEDRO FRANCISCO SOARES		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MS	500190	BATAGUASSU	2371782	SANTA CASA DE BATAGUASSU		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	9717	SANTA CASA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	9725	HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL		M	13	624.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	9725	HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL		M	25	1.200.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	9725	HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL		M	35	1.680.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	9725	HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL		M	12	576.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	2599856	CLINICA DE CAMPO GRANDE SA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	2646773	HOSPITAL ADVENTISTA DE CAMPO GRANDE UNIDADE MATRIZ		M	14	672.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	2646773	HOSPITAL ADVENTISTA DE CAMPO GRANDE UNIDADE MATRIZ		M	16	768.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	3984338	HOSPITAL GERAL EL KADRI LTDA		M	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500320	CORUMBÁ	2376334	SANTA CASA DE CORUMBA		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MS	500320	CORUMBÁ	2376334	SANTA CASA DE CORUMBA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500325	COSTA RICA	2375826	FUNDACAO HOSPITALAR DE COSTA RICA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500325	COSTA RICA	2375826	FUNDACAO HOSPITALAR DE COSTA RICA		M	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500330	COXIM	6426190	HOSPITAL REGIONAL DR ALVARO FONTOURA SILVA		M	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500330	COXIM	6426190	HOSPITAL REGIONAL DR ALVARO FONTOURA SILVA		M	3	144.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
MS	500370	DOURADOS	2371375	HOSPITAL EVANGELICO DR SRA GOLDSBY KING		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500370	DOURADOS	2710935	EBSERH HOSPITAL UNIVERSITARIO GRANDE DOURADOS		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MS	500370	DOURADOS	2710935	EBSERH HOSPITAL UNIVERSITARIO GRANDE DOURADOS		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500370	DOURADOS	2710935	EBSERH HOSPITAL UNIVERSITARIO GRANDE DOURADOS		M	9	432.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MS	500370	DOURADOS	3074889	HOSPITAL SANTA RITA LTDA		M	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MS	500370	DOURADOS	5610044	HOSPITAL DA VIDA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500370	DOURADOS	5610044	HOSPITAL DA VIDA		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MS	500500	JARDIM	2558289	HOSPITAL MARECHAL RONDON		M	6	288.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500570	NAVIRAI	2710498	HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVIRAI		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MS	500570	NAVIRAÍ	2710498	HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVIRAI		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500620	NOVA ANDRADINA	2371243	FUNDACAO SERVICOS DE SAUDE DE NOVA ANDRADINA FUNSAU NA		M	8	384.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MS	500630	PARANAÍBA	2375850	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARANAIBA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MS	500630	PARANAÍBA	2375850	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARANAIBA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MS	500660	PONTA PORA	2651610	HOSPITAL REGIONAL DR JOSE DE SIMONE NETTO		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MS	500660	PONTA PORÃ	2651610	HOSPITAL REGIONAL DR JOSE DE SIMONE NETTO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MS	500660	PONTA PORÃ	2651610	HOSPITAL REGIONAL DR JOSE DE SIMONE NETTO		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MS	500660	PONTA PORÃ	2651610	HOSPITAL REGIONAL DR JOSE DE SIMONE NETTO		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500790	SIDROLÂNDIA	2370816	SOCIEDADE BENEFICENTE DONA ELMIRIA SILVERIO BARBOSA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MS	500830	TRES LAGOAS	2756951	HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MS	500830	TRES LAGOAS	2756951	HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MS	500830	TRES LAGOAS	2756951	HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MS	500830	TRES LAGOAS	2756951	HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS Total							354	16.992.000,00	
MT	510020	ÁGUA BOA	2473046	HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA		M	4	192.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510020	ÁGUA BOA	2473046	HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA		M	6	288.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MT	510025	ALTA FLORESTA	3913899	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510025	ALTA FLORESTA	3913899	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA		M	4	192.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MT	510025	ALTA FLORESTA	3913899	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	2395886	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL MILTON PESSOA MORBECK		M	4	192.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	2395886	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL MILTON PESSOA MORBECK		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510250	CÁCERES	2534460	HOSPITAL REGIONAL DR ANTONIO FONTES		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510250	CÁCERES	2534460	HOSPITAL REGIONAL DR ANTONIO FONTES		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510267	CAMPO VERDE	2396106	HOSPITAL MUNICIPAL CORACAO DE JESUS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510267	CAMPO VERDE	2396106	HOSPITAL MUNICIPAL CORACAO DE JESUS		M	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MT	510340	CUIABA	2495015	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA		M	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MT	510340	CUIABA	2495015	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510340	CUIABA	2495015	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA		M	55	2.640.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
MT	510340	CUIABA	2655411	HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MULLER EBSERH		M	8	384.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510340	CUIABA	7349270	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO DE CUIABÁ		M	20	960.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MT	510340	CUIABA	7349270	HOSPITAL MUNICIPAL SAO BENEDITO DE CUIABA		M	40	1.920.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
MT	510340	CUIABA	9841903	HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MT	510340	CUIABA	9841903	HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510340	CUIABA	9841903	HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA		E	15	720.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510340	CUIABA	9841903	HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA		E	30	1.440.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510515	JUINA	4069803	HOSPITAL MUNICIPAL DE JUINA DR HIDEO SAKUNO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510525	LUCAS DO RIO VERDE	2767953	HOSPITAL SAO LUCAS LUCAS DO RIO VERDE		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510622	NOVA MUTUM	181277	HOSPITAL REGIONAL HILDA STRENGER RIBEIRO		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510622	NOVA MUTUM	181277	HOSPITAL REGIONAL HILDA STRENGER RIBEIRO		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510622	NOVA MUTUM	181277	HOSPITAL REGIONAL HILDA STRENGER RIBEIRO		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MT	510642	PEIXOTO DE AZEVEDO	2699842	HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397463	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397463	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397463	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS		M	5	240.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397463	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS		M	3	144.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397463	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS		M	7	336.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MT	510706	QUERENCIA	4070070	HOSPITAL MUNICIPAL DE QUERENCIA		M	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MT	510760	RONDONOPOLIS	2396866	SANTA CASA DE RONDONOPOLIS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510760	RONDONOPOLIS	2396866	SANTA CASA DE RONDONOPOLIS		M	15	720.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510760	RONDONOPOLIS	2604434	HOSPITAL REG IRMA ELZA GIOVANELLA		E	20	960.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MT	510760	RONDONOPOLIS	2604434	HOSPITAL REG IRMA ELZA GIOVANELLA		E	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510790	SINOP	6085423	HOSPITAL REGIONAL JORGE DE ABREU		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510790	SINOP	6085423	HOSPITAL REGIONAL JORGE DE ABREU		E	14	672.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510790	SINOP	6085423	HOSPITAL REGIONAL JORGE DE ABREU		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MT	510795	TANGARÁ DA SERRA	2767384	HOSPITAL MUNICIPAL ARLETE DAISY CICHETTI DE BRITO		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	2391635	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		M	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	19	912.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	40	1.920.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MT Total							585	28.080.000,00	
PA	150060	ALTAMIRA	5597501	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DA TRANSAMAZONICA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150080	ANANINDEUA	2328798	HOSPITAL DAS CLINICAS DE ANANINDEUA		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PA	150080	ANANINDEUA	6250564	HOSPITAL MODELO DE ANANINDEUA		M	5	240.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150140	BELEM	90301	HOSPITAL DE RETAGUARDA DOM VICENTE ZICO		M	2	96.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021

PA	150140	BELEM	90301	HOSPITAL DE RETAGUARDA DOM VICENTE ZICO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PA	150140	BELEM	2332671	HOSPITAL D LUIZ I		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PA	150140	BELEM	2332981	HOSPITAL UNIVERSITARIO JOAO DE BARROS BARRETO		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PA	150140	BELEM	2333015	HOSPITAL REDENTOR		M	9	432.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PA	150140	BELEM	2333031	HOSPITAL DE CLINICAS GASPAR VIANA		E	17	816.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150140	BELEM	2752700	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA		E	30	1.440.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150140	BELEM	7486413	HOSPITAL PUBLICO ESTADUAL GALILEU		E	8	384.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PA	150140	BELEM	9917322	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DR ABELARDO SANTOS		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PA	150140	BELEM	9917322	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DR ABELARDO SANTOS		E	85	4.080.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150170	BRAGANÇA	2678403	HOSPITAL SANTO ANTONIO MARIA ZACCARIA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150240	CASTANHAL	7641	ABSJ		E	12	576.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150270	CONCEIÇAO DO ARAGUAIA	2328992	HOSPITAL REGIONAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA		E	12	576.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150360	ITAITUBA	179817	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO TAPAJOS ITAITUBA		E	75	3.600.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150420	MARABA	5599504	HOSPITAL REGIONAL DO SUDESTE DO PARA DR GERALDO VELOSO		E	25	1.200.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150613	REDENÇAO	5498465	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO ARAGUAIA		E	21	1.008.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150680	SANTAREM	5585422	HOSPITAL REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS DO PA DR WALDEMAR PENNA		E	45	2.160.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PA	150810	TUCURUI	2621649	HOSPITAL MUNICIPAL DE TUCURUI		M	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PA Total							426	20.448.000,00	
PB	250370	CAJAZEIRAS	2613476	HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	250370	CAJAZEIRAS	2613476	HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS		E	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	250370	CAJAZEIRAS	2613476	HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS		E	12	576.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	220337	HOSPITAL DE CLINICAS DE CAMPINA GRANDE		E	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	220337	HOSPITAL DE CLINICAS DE CAMPINA GRANDE		E	45	2.160.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	2362287	INSTITUTO DE SAUDE ELPIDIO DE ALMEIDA		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	2363070	HOSPITAL MUNICIPAL PEDRO I COVID 19		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	2613743	SAS		M	9	432.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	2676060	HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIROUFCG		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	147907	HOSPITAL PRONTOVIDA		M	4	192.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	147907	HOSPITAL PRONTOVIDA		M	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	147907	HOSPITAL PRONTOVIDA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	147907	HOSPITAL PRONTOVIDA		M	34	1.632.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399555	HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ISABEL		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399555	HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ISABEL		M	30	1.440.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399628	COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA GOV TARCISIO BURITY		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399717	COMPLEXO DE DOENCAS INFECTO CONTAGIOSAS CLEMENTINO FRAGA		E	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399717	COMPLEXO DE DOENCAS INFECTO CONTAGIOSAS CLEMENTINO FRAGA		E	3	144.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399717	COMPLEXO DE DOENCAS INFECTO CONTAGIOSAS CLEMENTINO FRAGA		E	12	576.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2400243	HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY		M	12	576.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2593262	HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA		E	25	1.200.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2707527	MATERNIDADE FREI DAMIAO		E	12	576.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2707527	MATERNIDADE FREI DAMIAO		E	2	96.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2707527	MATERNIDADE FREI DAMIAO		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	250890	MAMANGUAPE	7666772	HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE	PCEP	E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PB	251080	PATOS	2605473	COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO		E	4	192.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	251080	PATOS	2605473	COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO		E	16	768.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	251080	PATOS	2605473	COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO		E	12	576.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PB	251370	SANTA RITA	9467718	HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSE MARIA PIRES		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	251370	SANTA RITA	9467718	HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSE MARIA PIRES		E	12	576.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	251370	SANTA RITA	9467718	HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSE MARIA PIRES		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PB	251370	SANTA RITA	9467718	HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES		E	12	576.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PB Total							417	20.016.000,00	
PE	260010	AFOGADOS DA INGAZEIRA	2428385	HOSPITAL REGIONAL EMILIA CAMARA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260010	AFOGADOS DA INGAZEIRA	2428385	HOSPITAL REGIONAL EMILIA CAMARA		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	260010	AFOGADOS DA INGAZEIRA	2428385	HOSPITAL REGIONAL EMILIA CAMARA		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260110	ARARIPINA	2639262	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260110	ARARIPINA	2639262	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	260110	ARARIPINA	2639262	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA		E	20	960.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	260110	ARARIPINA	2639262	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PE	260120	ARCOVERDE	2551764	HOSPITAL REGIONAL RUI DE BARROS CORREIA		E	8	384.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	260120	ARCOVERDE	2551764	HOSPITAL REGIONAL RUI DE BARROS CORREIA		E	12	576.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260120	ARCOVERDE	3369293	HOSPITAL MEMORIAL ARCOVERDE LTDA		E	6	288.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	260190	BEZERROS	2344254	HOSPITAL JESUS PEQUENINO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260190	BEZERROS	2344254	HOSPITAL JESUS PEQUENINO		E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PE	260190	BEZERROS	2344254	HOSPITAL JESUS PEQUENINO		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	6559379	HOSPITAL DOM HELDER CAMARA		E	40	1.920.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	260410	CARUARU	5093619	HOSPITAL MUNICIPAL DE CARUARU DR MANOEL AFONSO PORTO NETO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PE	260410	CARUARU	7498810	HOSPITAL MESTRE VITALINO		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	260410	CARUARU	7498810	HOSPITAL MESTRE VITALINO		E	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
PE	260410	CARUARU	7498810	HOSPITAL MESTRE VITALINO		E	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	260410	CARUARU	7498810	HOSPITAL MESTRE VITALINO		E	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260410	CARUARU	7498810	HOSPITAL MESTRE VITALINO		E	20	960.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260600	GARANHUNS	2639009	CASA DE SAUDE PERPETUO SOCORRO		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PE	260600	GARANHUNS	2702983	HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260640	GRAVATÁ	2435802	H G G DR PAULO DA VEIGA PESSOA		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARAPES	2319454	HOSPITAL MEMORIAL GUARARAPES		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARAPES	5356067	HOSPITAL MEMORIAL JABOATAO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260890	LIMOEIRO	7551584	HOSPITAL DO VALE		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260890	LIMOEIRO	7551584	HOSPITAL DO VALE		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260960	OLINDA	2344858	MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE		E	18	864.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260960	OLINDA	2344858	MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE		E	42	2.016.000,00	1.147 GM/MS 07/06/2021
PE	260960	OLINDA	2344882	HOSPITAL DO TRICENTENARIO		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260960	OLINDA	3015920	HOSPITAL CIDADE PATRIMONIO		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PE	260990	OURICURI	2712040	HOSPITAL REGIONAL FERNANDO BEZERRA		E	2	96.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260990	OURICURI	2712040	HOSPITAL REGIONAL FERNANDO BEZERRA		E	8	384.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PE	261000	PALMARES	2428393	HOSPITAL REGIONAL DE PALMARES DR SILVIO MAGALHAES		E	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	261070	PAULISTA	5707234	HOSPITAL NOSSA SENHORA DO Ó PAULISTA		E	14	672.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PE	261070	PAULISTA	6431569	HOSPITAL MIGUEL ARRAES		E	20	960.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	261110	PETROLINA	2430118	NEUROCARDIO		E	7	336.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PE	261110	PETROLINA	2430118	NEUROCARDIO		E	8	384.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PE	261110	PETROLINA	6042414	HU UNIVASF		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PE	261110	PETROLINA	6042414	HU UNIVASF		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	261110	PETROLINA	7297394	UPAE DR EMANUEL ALIRIO BRANDAO PETROLINA		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261110	PETROLINA	7297394	UPAE DR EMANUEL ALIRIO BRANDAO PETROLINA		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261110	PETROLINA	9569723	INSTITUTO MEMORIAL DO VALE		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261160	RECIFE	396	HOSPITAL DAS CLINICAS		E	8	384.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
PE	261160	RECIFE	426	HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS		E	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261160	RECIFE	434	IMIP		E	30	1.440.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	477	HOSPITAL OSWALDO CRUZ		E	20	960.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	477	HOSPITAL OSWALDO CRUZ		E	13	624.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261160	RECIFE	566	HOSPITAL MARIA LUCINDA		E	4	192.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
PE	261160	RECIFE	566	HOSPITAL MARIA LUCINDA		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	582	HOSPITAL DE CANCER DE PERNAMBUCO		E	20	960.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	261160	RECIFE	981	HOSPITAL CORREIA PICANCO		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021

PE	261160	RECIFE	1120	REAL HOSPITAL PORTUGUES		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PE	261160	RECIFE	1120	REAL HOSPITAL PORTUGUES		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	1120	REAL HOSPITAL PORTUGUES		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	261160	RECIFE	1120	REAL HOSPITAL PORTUGUES		E	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261160	RECIFE	134252	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS		E	47	2.256.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261160	RECIFE	134252	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS		E	73	3.504.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	134252	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS		E	20	960.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261160	RECIFE	147028	SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA		E	15	720.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	147028	SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA		E	30	1.440.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	261160	RECIFE	147028	SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
PE	261160	RECIFE	265500	US 111 HOSPITAL EDUARDO CAMPOS DA PESSOA IDOSA DO RECIFE		M	70	3.360.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PE	261160	RECIFE	2427427	HOSPITAL BARAO DE LUCENA	PCEP	E	8	384.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	2752808	HOSPITAL EVANGELICO DE PERNAMBUCO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261160	RECIFE	2752808	HOSPITAL EVANGELICO DE PERNAMBUCO		E	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
PE	261160	RECIFE	2752808	HOSPITAL EVANGELICO DE PERNAMBUCO		M	10	480.000,00	769/GM/MS 22/04/2021
PE	261160	RECIFE	2802783	HOSPITAL GETULIO VARGAS	PCEP	E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	3374599	HOSPITAL SAO MARCOS		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261160	RECIFE	6683630	HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DO O RECIFE		E	30	1.440.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PE	261160	RECIFE	6683630	HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DO O RECIFE		E	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	261160	RECIFE	7958838	US 444 HOSPITAL DA MULHER DO RECIFE DRA MERCES PONTES CUNHA		M	20	960.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PE	261160	RECIFE	7958838	US 444 HOSPITAL DA MULHER DO RECIFE DRA MERCES PONTES CUNHA		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	261220	SALGUEIRO	2356287	HOSPITAL REGIONAL INACIO DE SA		E	20	960.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261390	SERRA TALHADA	226491	HOSPITAL EDUARDO CAMPOS		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261390	SERRA TALHADA	226491	HOSPITAL EDUARDO CAMPOS		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	261390	SERRA TALHADA	226491	HOSPITAL EDUARDO CAMPOS		E	20	960.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261390	SERRA TALHADA	226491	HOSPITAL EDUARDO CAMPOS		E	30	1.440.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PE	261390	SERRA TALHADA	2348489	HOSPITAL PROFESSOR AGAMENON MAGALHAES		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261640	VITORIA DE SANTO ANTAO	2712008	HOSPITAL JOAO MURILO E POLICLINICA DE VITORIA		E	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	261640	VITORIA DE SANTO ANTAO	2712008	HOSPITAL JOAO MURILO E POLICLINICA DE VITORIA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE Total							1284	61.632.000,00	
PI	220190	BOM JESUS	2364816	HOSP REG DE BOM JESUS		E	9	432.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	220390	FLORIANO	2365146	HOSPITAL REGIONAL TIBERIO NUNES		M	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	220700	OEIRAS	2777762	HOSP REG DEOLINDO COUTO		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	220770	PARNAIBA	8015899	HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE		M	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
PI	220770	PARNAIBA	8015899	HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PI	220770	PARNAIBA	8015899	HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE		M	20	960.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
PI	220800	PICOS	4009622	HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PI	220840	PIRIPIRI	2777746	HOSP REG CHAGAS RODRIGUES		M	15	720.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	220840	PIRIPIRI	2777746	HOSP REG CHAGAS RODRIGUES		M	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PI	221060	SAO RAIMUNDO NONATO	2777649	HOSP REG SEN CANDIDO FERRAZ		E	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PI	221060	SAO RAIMUNDO NONATO	2777649	HOSP REG SEN CANDIDO FERRAZ		E	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PI	221060	SAO RAIMUNDO NONATO	2777649	HOSP REG SEN CANDIDO FERRAZ		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	2323338	INSTITUTO DE DOENCAS TROPICAIS NATAN PORTELLA		M	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	2323397	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	2323451	HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	2323524	HOSPITAL GERAL DO MONTE CASTELO		M	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	2726971	HOSPITAL GETULIO VARGAS		M	20	960.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PI	221100	TERESINA	2726971	HOSPITAL GETULIO VARGAS		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PI	221100	TERESINA	2726971	HOSPITAL GETULIO VARGAS		M	30	1.440.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	3285391	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI		M	30	1.440.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	5828856	UNIDADE DE URGENCIA DE TERESINA PROF ZENON ROCHA HUT		M	30	1.440.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PI	221100	TERESINA	5828856	UNIDADE DE URGENCIA DE TERESINA PROF ZENON ROCHA HUT		M	18	864.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PI Total							327	15.696.000,00	
PR	410140	APUCARANA	2439360	HNSG HOSPITAL DA PROVIDENCIA		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410140	APUCARANA	2439360	HNSG HOSPITAL DA PROVIDENCIA		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	410150	ARAPONGAS	2576341	HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE		E	3	144.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410150	ARAPONGAS	2576341	HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE		E	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410150	ARAPONGAS	2576341	HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	410150	ARAPONGAS	2576341	HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PR	410150	ARAPONGAS	2576341	HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410150	ARAPONGAS	2576341	HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PR	410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	4051165	ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE MOACIR MICHELETTO		E	14	672.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	4051165	ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE MOACIR MICHELETTO		E	14	672.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410240	BANDEIRANTES	2577410	SANTA CASA DE BANDEIRANTES		E	7	336.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
PR	410240	BANDEIRANTES	2577410	SANTA CASA DE BANDEIRANTES		E	3	144.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	410370	CAMBE	2730650	SANTA CASA DE CAMBE		E	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PR	410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	13633	HOSPITAL ANGELINA CARON		E	20	960.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PR	410420	CAMPO LARGO	13846	HOSPITAL DO ROCIO		E	52	2.496.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14109	HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14109	HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	7	336.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14109	HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	7	336.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14125	CENTER CLINICAS		M	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14125	CENTER CLINICAS		M	1	48.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	410480	CASCAVEL	2738252	HOSPITAL DO CORACAO		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PR	410480	CASCAVEL	2738368	HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA		E	12	576.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
PR	410480	CASCAVEL	2738368	HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA		E	15	720.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410480	CASCAVEL	2738368	HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA		E	23	1.104.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	410480	CASCAVEL	2738368	HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA		E	20	960.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	410480	CASCAVEL	9543767	HOSPITAL MUNICIPAL DE RETAGUARDA ALLAN BRAME PINHO		E	14	672.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410480	CASCAVEL	9543767	HOSPITAL MUNICIPAL DE RETAGUARDA ALLAN BRAME PINHO		E	16	768.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PR	410540	CHOPINZINHO	7039344	INSTITUTO SAO RAFAEL		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410540	CHOPINZINHO	7039344	INSTITUTO SÃO RAFAEL		M	3	144.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	410550	CIANORTE	2735989	FUNDHOSPAR FUNDACAO HOSPITALAR DO PARANA		M	6	288.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410590	COLORADO	2733307	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CLARA		M	20	960.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	2577380	CEGEN		E	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	15245	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO MACKENZIE		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	15245	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO MACKENZIE		M	30	1.440.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15245	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO MACKENZIE		M	33	1.584.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15245	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EVANGÉLICO MACKENZIE		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	410690	CURITIBA	15334	HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA		M	15	720.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15334	HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15334	HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA		M	20	960.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	15334	HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA		M	35	1.680.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15369	COMPLEXO HOSPITALAR DO TRABALHADOR		M	18	864.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15369	COMPLEXO HOSPITALAR DO TRABALHADOR		M	64	3.072.000,00	431/GM/MS 11/03/2021

PR	410690	CURITIBA	15423	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO PARANA		M	2	96.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15423	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO PARANA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15423	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO PARANA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	15644	HOSPITAL ERASTO GAERTNER		M	1	48.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15644	HOSPITAL ERASTO GAERTNER		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15644	HOSPITAL ERASTO GAERTNER		M	4	192.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	2384299	COMPLEXO HOSPITAL DE CLINICAS		M	11	528.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	2384299	COMPLEXO HOSPITAL DE CLINICAS		M	16	768.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410690	CURITIBA	2384299	COMPLEXO HOSPITAL DE CLINICAS		M	61	2.928.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410690	CURITIBA	3075516	HOSPITAL SAO VICENTE		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS		M	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS		M	12	576.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS		M	29	1.392.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS		M	40	1.920.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS		M	49	2.352.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS		M	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PR	410830	FOZ DO IGUACU	5061989	HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	410830	FOZ DO IGUACU	5061989	HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410830	FOZ DO IGUACU	5061989	HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	410830	FOZ DO IGUACU	5061989	HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410830	FOZ DO IGUACU	5061989	HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK		M	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	6424341	HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECOITS F B		E	4	192.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	6424341	HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECOITS F B		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	6424341	HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECOITS F B		E	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410860	GOIOERE	2735970	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GOIOERE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410940	GUARAPUAVA	213845	HOSPITAL REGIONAL DE GUARAPUAVA		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410940	GUARAPUAVA	213845	HOSPITAL REGIONAL DE GUARAPUAVA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PR	410940	GUARAPUAVA	213845	HOSPITAL REGIONAL DE GUARAPUAVA		E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PR	411070	IRATI	2783789	SANTA CASA DE IRATI		E	7	336.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	411070	IRATI	2783789	SANTA CASA DE IRATI		E	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PR	411320	LAPA	17663	HOSPITAL REGIONAL DA LAPA SAO SEBASTIAO		E	6	288.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PR	411320	LAPA	17663	HOSPITAL REGIONAL DA LAPA SAO SEBASTIAO		E	1	48.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	411330	LARANJEIRAS DO SUL	2741873	INSTITUTO SAO JOSE		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	411370	LONDRINA	2781859	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DO NORTE DO PARANA		M	66	3.168.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411370	LONDRINA	2781859	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ		M	40	1.920.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PR	411520	MARINGÁ	2587335	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DE MARINGA		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411520	MARINGÁ	2594714	SANTA CASA DE MARINGA HOSPITAL E MAT M AUXILIADORA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411520	MARINGÁ	2743477	HOSPITAL MUNICIPAL DE MARINGA THELMA VILLANOVA KASPROWICZ		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411520	MARINGÁ	2743477	HOSPITAL MUNICIPAL DE MARINGA THELMA VILLANOVA KASPROWICZ		M	16	768.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	411580	MEDIANEIRA	2582716	HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA LUZ		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	411670	NOVA AURORA	2573172	HOSPITAL DR AURELIO		E	4	192.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PR	411670	NOVA AURORA	2573172	HOSPITAL DR AURELIO		E	6	288.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	411760	PALMAS	2738287	INSTITUTO SANTA PELIZZARI		M	3	144.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PR	411760	PALMAS	2738287	INSTITUTO SANTA PELIZZARI		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	411790	PALOTINA	4054695	HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO QUINTO ABRAO DELAZERI		E	8	384.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PR	411790	PALOTINA	4054695	HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO QUINTO ABRAO DELAZERI		E	2	96.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PR	411820	PARANAGUA	2687127	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL		E	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PR	411820	PARANAGUA	2687127	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411820	PARANAGUA	2687127	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL		E	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	411820	PARANAGUA	2687127	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL		E	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	411840	PARANAVAI	2754738	SANTA CASA DE PARANAVAI		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	411840	PARANAVAI	2754738	SANTA CASA DE PARANAVAI		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PR	411850	PATO BRANCO	17884	ISSAL		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411990	PONTA GROSSA	6542638	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS		E	8	384.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	411990	PONTA GROSSA	6542638	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411990	PONTA GROSSA	6542638	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	411990	PONTA GROSSA	6542638	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PR	412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	3316300	HOSPITAL REGIONAL DO NORTE PIONEIRO		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	3316300	HOSPITAL REGIONAL DO NORTE PIONEIRO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	412625	SARANDI	2825589	METROPOLITANA DE SARANDI		E	14	672.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	412625	SARANDI	2825589	METROPOLITANA DE SARANDI		E	31	1.488.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	412625	SARANDI	2825589	METROPOLITANA DE SARANDI		E	3	144.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	412710	TELEMACO BORBA	2740435	IDF		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	412710	TELEMACO BORBA	2740435	IDF		E	8	384.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	412710	TELEMACO BORBA	7442157	HOSPITAL REGIONAL DE TELEMACO BORBA		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	412710	TELEMACO BORBA	7442157	HOSPITAL REGIONAL DE TELEMACO BORBA		E	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	412770	TOLEDO	4056752	HOESP		E	8	384.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	412770	TOLEDO	4056752	HOESP		E	16	768.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	412810	UMUARAMA	2679736	ASSOCIACAO BENEFICENTE SAO FRANCISCO DE ASSIS		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	412810	UMUARAMA	7845138	UOPECCAN FILIAL UMUARAMA		E	17	816.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	412810	UMUARAMA	7845138	UOPECCAN FILIAL UMUARAMA		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	412820	UNIÃO DA VITÓRIA	2568349	HOSPITAL REGIONAL DE CARIDADE NOSSA SRA APARECIDA		E	8	384.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR Total							1555	74.640.000,00	
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	126772	HOSPITAL DE REFERENCIA COVID 19		M	20	960.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	2281384	HOSPITAL DE PRAIA BRAVA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330045	BELFORD ROXO	2289571	HOSPITAL MUNICIPAL DE BELFORD ROXO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330045	BELFORD ROXO	9887725	HOSPITAL CENTRAL DA BAIXADA FLUMINENSE		M	16	768.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	2696940	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		M	40	1.920.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	2696940	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO		M	15	720.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287374	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287382	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CAMPOS		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287447	HOSPITAL ESCOLA ALVARO ALVIM		M	7	336.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287579	HOSPITAL FERREIRA MACHADO		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2298317	HOSPITAL DOS PLANTADORES DE CANA		M	12	576.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	3002187	HOSPITAL GERAL DE GUARUS		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330140	CONCEICAO DE MACABU	2290073	HOSPITAL MUNICIPAL ANA MOREIRA		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330150	CORDEIRO	9491619	HOSPITAL DE CORDEIRO		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	105805	HOSPITAL SAO JOSE		M	100	4.800.000,00	559/GM/MS 26/03/2021

RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	6007317	HOSPITAL MUNICIPAL MOACYR RODRIGUES DO CARMO		M	6	288.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330185	GUAPIMIRIM	6146376	HOSPITAL MUNICIPAL JOSE RABELLO DE MELLO		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RJ	330190	ITABORAI	131237	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JUDAS TADEU		M	17	816.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330190	ITABORAI	131237	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JUDAS TADEU		M	13	624.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RJ	330190	ITABORAI	2268922	HOSPITAL MUNICIPAL DESEMBARGADOR LEAL JUNIOR HMDLJ		M	8	384.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RJ	330200	ITAGUAI	2284634	HOSPITAL MUNICIPAL SAO FRANCISCO XAVIER		M	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330200	ITAGUAI	2284634	HOSPITAL MUNICIPAL SAO FRANCISCO XAVIER		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330240	MACAE	2697041	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA DE MACAE		M	8	384.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330240	MACAE	5412447	HOSPITAL PUBLICO MUNICIPAL DE MACAE HPM		M	11	528.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330240	MACAE	5412447	HOSPITAL PUBLICO MUNICIPAL DE MACAE HPM		M	22	1.056.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330270	MARICÁ	9895124	ERNESTO CHE GUEVARA SMSM		M	40	1.920.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
RJ	330290	MIGUEL PEREIRA	2283239	HOSPITAL MUNICIPAL LUIZ GONZAGA		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330300	MIRACEMA	2285932	HOSPITAL DE MIRACEMA		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RJ	330330	NITEROI	12513	HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS TORTELLY		M	13	624.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330330	NITEROI	12521	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA		E	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RJ	330330	NITERÓI	12769	SES RJ INSTITUTO ESTADUAL DE DOENCAS DO TORAX ARY PARREIRAS		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	2272784	HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTA		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	2272784	HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTA		M	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RJ	330350	NOVA IGUACU	679550	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL DR RICARDO CRUZ		E	60	2.880.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RJ	330370	PARAÍBA DO SUL	2276186	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330390	PETROPOLIS	88935	HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA HNSA		M	45	2.160.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330390	PETROPOLIS	2275589	HOSPITAL MUNICIPAL DR NELSON DE SA EARP		M	13	624.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330390	PETROPOLIS	3030415	BENEFICENCIA PORTUGUESA DE PETROPOLIS		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330415	QUISSAMA	2267209	HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA MARIA DE JESUS		M	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330415	QUISSAMA	2267209	HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA MARIA DE JESUS		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2270234	SESDEC HOSPITAL ESTADUAL GETULIO VARGAS		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2270609	SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL LOURENCO JORGE		M	9	432.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2273411	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2280167	HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTINO FRAGA FILHO		M	25	1.200.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2280167	HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTINO FRAGA FILHO		M	15	720.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2280183	HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR		M	35	1.680.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2288338	INI FIOCRUZ		M	114	0,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2288338	INI FIOCRUZ		M	6	0,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2295407	SMS HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA FARIA AP 52		M	7	336.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2295415	HOSPITAL UNIVERSITARIO GAFFREE E GUINLE		M	7	336.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2296306	SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL SALGADO FILHO		M	18	864.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2298120	SMS HOSPITAL MUNICIPAL ALBERT SCHWEITZER AP 51		M	32	1.536.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2298724	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ANCHIETA		E	16	768.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2298724	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ANCHIETA		E	14	672.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2298724	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ANCHIETA		E	17	816.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	5717256	SMS HOSPITAL MUNICIPAL RONALDO GAZOLLA AP 33		M	213	10.224.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	5717256	SMS HOSPITAL MUNICIPAL RONALDO GAZOLLA AP 33		M	12	576.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	6716849	SMS COORD DE EMERGENCIA REGIONAL CER LEBLON AP 21		M	20	960.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	6716849	SMS COORD DE EMERGENCIA REGIONAL CER LEBLON AP 21		M	15	720.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	6995462	SMS HOSPITAL MUNICIPAL PEDRO II AP 53		M	24	1.152.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	7166494	SMS HOSPITAL MUNICIPAL EVANDRO FREIRE AP 31		M	15	720.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	7166494	SMS HOSPITAL MUNICIPAL EVANDRO FREIRE AP 31		M	24	1.152.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330480	SAO FIDELIS	2283328	HOSPITAL ARMANDO VIDAL		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	113115	HOSPITAL DE RETAGUARDA GONCALENSE		M	11	528.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	113891	HOSPITAL FRANCISCANO		M	17	816.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	2696746	PRONTO SOCORRO CENTRAL DR ARMANDO GOMES DE SA COUTO		M	7	336.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330490	SÃO GONÇALO	113115	HOSPITAL DE RETAGUARDA GONCALENSE		M	19	912.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RJ	330490	SÃO GONÇALO	2298031	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES GERAL SÃO GONÇALO		M	16	768.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	2298708	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO JOAO DE MERITI ABDON GONCALVES		M	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330530	SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	2704633	HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO		M	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RJ	330540	SAPUCAIA	2274310	PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE SAPUCAIA		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330580	TERESÓPOLIS	2292386	HOSPITAL SAO JOSE		M	18	864.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330580	TERESÓPOLIS	2297795	HOSPITAL DAS CLINICAS DE TERESOPOLIS		M	23	1.104.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330600	TRÊS RIOS	2294923	HOSPITAL DE CLINICAS NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		M	10	480.000,00	559/GM/Ms 26/03/2021
RJ	330610	VALENCA	2292912	HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RJ	330620	VASSOURAS	2273748	HUV HOSPITAL UNIVERSITARIO DE VASSOURAS		M	40	1.920.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330620	VASSOURAS	2273748	HUV HOSPITAL UNIVERSITARIO DE VASSOURAS		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330630	VOLTA REDONDA	9074457	SES RJ HOSP REGIONAL MEDIO PARAIBA DRA ZILDA ARNS NEUMANN		E	140	6.720.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330630	VOLTA REDONDA	9074457	SES RJ HOSP REGIONAL MEDIO PARAIBA DRA ZILDA ARNS NEUMANN		E	40	1.920.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RJ Total							1714	76.512.000,00	
RN	240020	AÇU	2410486	HOSPITAL REGIONAL NELSON INACIO DOS SANTOS	PCEP	E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	240100	APODI	2410443	HOSPITAL REGIONAL HELIO MORAIS MARINHO	PCEP	E	5	240.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
RN	240200	CAICO	6778550	HOSPITAL REGIONAL TELECILA FREITAS FONTES		E	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RN	240200	CAICO	6778550	HOSPITAL REGIONAL TELECILA FREITAS FONTES		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240200	CAICO	6778550	HOSPITAL REGIONAL TELECILA FREITAS FONTES		E	20	960.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	240310	CURRAIS NOVOS	2476487	HOSPITAL DR MARIANO COELHO		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240450	GUAMARE	2474506	HOSPITAL MANOEL LUCAS DE MIRANDA		M	5	240.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
RN	240580	JOAO CAMARA	2474751	HOSPITAL REGIONAL DE JOAO CAMARA		E	1	48.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RN	240580	JOAO CAMARA	2474751	HOSPITAL REGIONAL DE JOAO CAMARA		E	6	288.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN	240710	MACAÍBA	2473577	HOSPITAL REGIONAL ALFREDO MESQUITA	PCEP	E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240710	MACAÍBA	2473577	HOSPITAL REGIONAL ALFREDO MESQUITA	PCEP	E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN	240800	MOSSORO	2410281	HOSPITAL MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO		M	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
RN	240800	MOSSORO	2410281	HOSPITAL MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240800	MOSSORO	2410281	HOSPITAL MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RN	240800	MOSSORO	2503654	HOSPITAL RAFAEL FERNANDES		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN	240800	MOSSORO	2503689	HOSPITAL REGIONAL DR TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA		E	1	48.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RN	240800	MOSSORO	2503689	HOSPITAL REGIONAL DR TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA		E	3	144.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RN	240800	MOSSORO	2503689	HOSPITAL REGIONAL DR TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA		E	9	432.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	240800	MOSSORO	3675580	HOSPITAL DA LMECC		E	8	384.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RN	240810	NATAL	282715	HOSPESC HOSPITAL DOS PESCADORES		M	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RN	240810	NATAL	2408260	HOSPITAL COLONIA DR JOAO MACHADO	PCEP	E	13	624.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN	240810	NATAL	2408260	HOSPITAL COLONIA DR JOAO MACHADO	PCEP	E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240810	NATAL	2408260	HOSPITAL COLONIA DR JOAO MACHADO	PCEP	E	12	576.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RN	240810	NATAL	2408260	HOSPITAL COLONIA DR JOÃO MACHADO	PCEP	E	3	144.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RN	240810	NATAL	2408570	HOSPITAL DR JOSE PEDRO BEZERRA	PCEP	E	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RN	240810	NATAL	2653982	HUOL HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES		M	9	432.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN	240810	NATAL	2653982	HUOL HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES		M	1	48.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RN	240810	NATAL	2679469	HOSPITAL CENTRAL CORONEL PEDRO GERMANO		E	3	144.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RN	240810	NATAL	2679469	HOSPITAL CENTRAL CORONEL PEDRO GERMANO		E	7	336.000,00	735 GM/MS 19/04/2021

RN	240810	NATAL	3708926	HOSPITAL MUNICIPAL DE NATAL		M	21	1.008.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RN	240810	NATAL	4013484	HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO	PCEP	E	26	1.248.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	240810	NATAL	4013484	HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO	PCEP	E	9	432.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RN	240325	PARNAMIRIM	2473380	HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	240940	PAU DOS FERROS	2409275	HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE	PCEP	E	3	144.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	240940	PAU DOS FERROS	2409275	HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE	PCEP	E	3	144.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN	240940	PAU DOS FERROS	2409275	HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE	PCEP	E	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240940	PAU DOS FERROS	2409275	HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE	PCEP	E	2	96.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
RN	241120	SANTA CRUZ	4014138	HOSPITAL MUNICIPAL ALUIZIO BEZERRA		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	241150	SANTO ANTONIO	2375265	HOSPITAL REGIONAL LINDOLFO GOMES VIDAL	PCEP	E	2	96.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RN	241150	SANTO ANTÔNIO	2375265	HOSPITAL REGIONAL LINDOLFO GOMES VIDAL	PCEP	E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	241200	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	4014235	HOSPITAL MATERNIDADE BELARMINA MONTE		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN	241260	SÃO PAULO DO PONTENGI	2475227	HOSPITAL REGIONAL MONSENHOR EXPEDITO SOBRAL DE MEDEIROS		E	6	288.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN Total							346	16.608.000,00	
RO	110002	ARIQUEMES	102091	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 C DE AFECCOES RESPIRATORIAS		M	12	576.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RO	110002	ARIQUEMES	102091	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 C DE AFECCOES RESPIRATORIAS		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RO	110002	ARIQUEMES	102091	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 C DE AFECCOES RESPIRATORIAS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RO	110004	CACOAL	6599877	HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL HRC		E	28	1.344.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RO	110011	JARU	2808609	HOSPITAL MUNICIPAL SANDOVAL DE ARAUJO DANTAS JARU		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RO	110011	JARU	2808609	HOSPITAL MUNICIPAL SANDOVAL DE ARAUJO DANTAS JARU		M	5	240.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
RO	110012	JI-PARANA	2495279	HOSPITAL DR CLAUDIONOR COUTO RORIZ		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RO	110012	JI-PARANA	3152928	HOSPITAL CANDIDO RONDON		E	6	288.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RO	110020	PORTO VELHO	2493853	CEMETRON PORTO VELHO		E	18	864.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RO	110020	PORTO VELHO	2515369	HOSPITAL SAMAR		E	33	1.584.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RO	110020	PORTO VELHO	2515369	HOSPITAL SAMAR		E	18	864.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
RO	110020	PORTO VELHO	4001303	HOSPITAL DE BASE PORTO VELHO		E	12	576.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RO	110020	PORTO VELHO	7068336	HOSPITAL DE AMOR AMAZONIA		E	22	1.056.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
RO	110030	VILHENA	2798484	HOSPITAL REGIONAL ADAMASTOR TEIXEIRA DE OLIVEIRA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RO Total							195	9.360.000,00	
RR	140010	BOA VISTA	2319659	HOSPITAL GERAL DE RORAIMA HGR		E	54	2.592.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RR Total							54	2.592.000,00	
RS	430040	ALEGRETE	2248328	SANTA CASA DE ALEGRETE		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430040	ALEGRETE	2248328	SANTA CASA DE ALEGRETE		E	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430040	ALEGRETE	2248328	SANTA CASA DE ALEGRETE		E	1	48.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RS	430040	ALEGRETE	2248328	SANTA CASA DE ALEGRETE		E	2	96.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RS	430060	ALVORADA	2232081	HOSPITAL ALVORADA		E	6	288.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RS	430160	BAGÉ	2261987	SANTA CASA DE CARIDADE DE BAGE		E	3	144.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430160	BAGÉ	2261987	SANTA CASA DE CARIDADE DE BAGE		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430210	BENTO GONÇALVES	2241021	HOSPITAL TACCHINI		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430210	BENTO GONÇALVES	2241021	HOSPITAL TACCHINI		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	2266474	HOSPITAL DE CARIDADE E BENEFICENCIA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	2266474	HOSPITAL DE CARIDADE E BENEFICENCIA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430310	CACHOEIRINHA	2232103	HOSPITAL PADRE JEREMIAS		E	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430310	CACHOEIRINHA	2232103	HOSPITAL PADRE JEREMIAS		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430310	CACHOEIRINHA	2232103	HOSPITAL PADRE JEREMIAS		E	6	288.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	430350	CAMAQUA	2257548	HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA DE CAMAQUA		E	4	192.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RS	430350	CAMAQUA	2257548	HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA DE CAMAQUA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430390	CAMPO BOM	2232073	HOSPITAL DE CAMPO BOM DR LAURO REUS		M	12	576.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
RS	430440	CANELA	2235609	HOSPITAL DE CANELA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430440	CANELA	2235609	HOSPITAL DE CANELA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430440	CANELA	2235609	HOSPITAL DE CANELA		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RS	430460	CANOAS	2232014	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430460	CANOAS	2232014	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS		M	30	1.440.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430460	CANOAS	3508528	HOSPITAL UNIVERSITARIO		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430460	CANOAS	3508528	HOSPITAL UNIVERSITARIO		M	28	1.344.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430460	CANOAS	3626245	HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO PREF DR MARCOS ANTONIO RONCHETTI		M	11	528.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430463	CAPÃO DA CANOA	2707969	HOSPITAL BENEFICIENTE SANTA LUZIA		E	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	430470	CARAZINHO	2262274	HOSPITAL DE CARIDADE DE CARAZINHO		M	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430470	CARAZINHO	2262274	HOSPITAL DE CARIDADE DE CARAZINHO		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223538	HOSPITAL GERAL		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223538	HOSPITAL GERAL		M	7	336.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223538	HOSPITAL GERAL		M	8	384.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223538	HOSPITAL GERAL		M	18	864.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223546	HOSPITAL POMPEIA		M	7	336.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223562	HOSPITAL VIRVI RAMOS		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223562	HOSPITAL VIRVI RAMOS		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430535	CHARQUEADAS	9528792	HOSPITAL DE CHARQUEADAS		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430535	CHARQUEADAS	9528792	HOSPITAL DE CHARQUEADAS		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430610	CRUZ ALTA	2263858	HOSPITAL DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430610	CRUZ ALTA	2263858	HOSPITAL DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430660	DOM PEDRITO	2262002	HOSPITAL SAO LUIZ		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430680	ENCANTADO	2252228	HOSPITAL SANTA TERESINHA ENCANTADO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430700	ERECHIM	2707918	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM		E	6	288.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430700	ERECHIM	2707918	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM		E	3	144.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430700	ERECHIM	2707918	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430700	ERECHIM	2707918	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430700	ERECHIM	2707918	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RS	430750	ESPUMOSO	2246813	HOSPITAL NOTRE DAME SAO SEBASTIAO		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430770	ESTEIO	2232030	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA SAO CAMILO DE ESTEIO		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430770	ESTEIO	2232030	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA SAO CAMILO DE ESTEIO		M	12	576.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RS	430780	ESTRELA	2252260	HOSPITAL ESTRELA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430790	FARROUPILHA	2240335	HOSPITAL SAO CARLOS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430790	FARROUPILHA	2240335	HOSPITAL SAO CARLOS		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430790	FARROUPILHA	2240335	HOSPITAL SAO CARLOS		M	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RS	430800	FAXINAL DO SOTURNO	2244101	HOSPITAL DE CARIDADE SAO ROQUE		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430850	FREDERICO WESTPHALEN	2228602	HOSPITAL DIVINA PROVIDENCIA FREDWEST		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430860	GARIBALDI	2257645	HOSPITAL SAO PEDRO		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430860	GARIBALDI	2257645	HOSPITAL SAO PEDRO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430910	GRAMADO	2241153	HOSPITAL ARCANJO SAO MIGUEL		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430920	GRAVATAÍ	2232049	HOSPITAL DOM JOAO BECKER		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430920	GRAVATAÍ	2232049	HOSPITAL DOM JOAO BECKER		M	6	288.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430930	GUAIBA	181927	HOSPITAL REGIONAL NELSON CORNETET		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431010	IGREJINHA	2227665	HOSPITAL BOM PASTOR		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431020	IJUI	2261030	HOSPITAL BOM PASTOR IJUI		E	4	192.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431020	IJUI	2261030	HOSPITAL BOM PASTOR IJUI		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431020	IJUI	2261057	HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI		E	4	192.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	431020	IJUI	2261057	HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431020	IJUI	2261057	HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI		E	11	528.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	431140	LAJEADO	2252287	HOSPITAL BRUNO BORN		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431240	MONTENEGRO	2257556	HOSPITAL MONTENEGRO		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431240	MONTENEGRO	2257556	HOSPITAL MONTENEGRO		E	4	192.000,00	735 GM/MS 19/04/2021

RS	431340	NOVO HAMBURGO	2232146	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA DE NOVO HAMBURGO FSNH		M	3	144.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431340	NOVO HAMBURGO	2232146	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA DE NOVO HAMBURGO FSNH		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431340	NOVO HAMBURGO	2232146	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA DE NOVO HAMBURGO FSNH		M	17	816.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431350	OSÓRIO	2257815	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	431350	OSÓRIO	2257815	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431370	PALMEIRA DAS MISSOES	2235323	HOSPITAL DE CARIDADE PALMEIRA DAS MISSOES		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
RS	431390	PANAMBI	2254956	HOSPITAL PANAMBI		M	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RS	431405	PAROBE	2227762	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS		E	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	431405	PAROBE	2227762	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431405	PAROBE	2227762	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS		E	12	576.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431405	PAROBE	2227762	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS		E	16	768.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431410	PASSO FUNDO	2246929	HOSPITAL DE CLINICAS DE PASSO FUNDO		E	23	1.104.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431410	PASSO FUNDO	2246988	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431410	PASSO FUNDO	2246988	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431410	PASSO FUNDO	2246988	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	15	720.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431440	PELOTAS	2252295	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431440	PELOTAS	2252694	HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL		M	2	96.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	431440	PELOTAS	2252694	HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431440	PELOTAS	2252694	HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL		M	1	48.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RS	431440	PELOTAS	2253046	UCPEL HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO DE PAULA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431440	PELOTAS	2253046	UCPEL HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO DE PAULA		M	3	144.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
RS	431440	PELOTAS	2253054	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PELOTAS		M	6	288.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237253	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PORTO ALEGRE		M	36	1.728.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237253	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PORTO ALEGRE		M	54	2.592.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237261	HOSPITAL BENEFICENCIA PORTUGUESA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237571	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO SA		M	44	0,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237571	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO SA		M	63	0,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237598	HOSPITAL DIVINA PROVIDENCIA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237601	HOSPITAL DE CLINICAS		M	50	2.400.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237601	HOSPITAL DE CLINICAS		M	85	4.080.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237849	INSTITUTO DE CARDIOLOGIA		M	24	1.152.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2262568	HOSPITAL SAO LUCAS DA PUCRS		M	14	672.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2693801	ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2693801	ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2693801	ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA		M	14	672.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2693801	ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA		M	16	768.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	5026253	HOSPITAL PORTO ALEGRE		M	12	576.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	7092571	HOSPITAL INDEPENDENCIA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	7092571	HOSPITAL INDEPENDENCIA		M	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	7092571	HOSPITAL INDEPENDENCIA		M	8	384.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	7513151	HOSPITAL RESTINGA E EXTREMO SUL		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	7513151	HOSPITAL RESTINGA E EXTREMO SUL		M	30	1.440.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RS	431530	QUARAI	2248247	FUNDACAO HOSPITALAR DE CARIDADE DE QUARAI		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	431560	RIO GRANDE	2707675	HOSPITAL UNIVERSITARIO DR MIGUEL RIET CORREA JR		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RS	431560	RIO GRANDE	2232995	SANTA CASA DO RIO GRANDE		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431560	RIO GRANDE	2232995	SANTA CASA DO RIO GRANDE		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	2248239	HOSPITAL AUXILIADORA		E	3	144.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	2248239	HOSPITAL AUXILIADORA		E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	2254964	HOSPITAL SANTA CRUZ		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	2254964	HOSPITAL SANTA CRUZ		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	2255936	HOSPITAL ANA NERY		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	2244306	HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	2244306	HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	2244306	HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	2244306	HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	9575936	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	9575936	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	9575936	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA		E	15	720.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	9575936	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA		E	8	384.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RS	431720	SANTA ROSA	3017060	HOSPITAL VIDA SAUDE		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RS	431720	SANTA ROSA	3017060	HOSPITAL VIDA SAUDE		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431720	SANTA ROSA	3017060	HOSPITAL VIDA SAUDE		M	15	720.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431720	SANTA ROSA	3017060	HOSPITAL VIDA SAUDE		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RS	431720	SANTA ROSA	3017060	HOSPITAL VIDA SAUDE		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RS	431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	2248220	SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	6	288.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RS	431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	2248220	SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	4	192.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RS	431740	SANTIAGO	2244357	HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTIAGO		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431740	SANTIAGO	2244357	HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTIAGO		E	16	768.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	431760	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	6389104	HOSPITAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	431750	SANTO ÂNGELO	2259907	HOSPITAL SANTO ANGELO		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431750	SANTO ÂNGELO	2259907	HOSPITAL SANTO ANGELO		E	9	432.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431800	SÃO BORJA	2248298	HOSPITAL IVAN GOULART		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431830	SÃO GABRIEL	2248204	SANTA CASA DE SAO GABRIEL		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431840	SAO JERONIMO	6424236	HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO		E	2	96.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	2232022	HOSPITAL CENTENARIO		M	4	192.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
RS	431840	SÃO JERÔNIMO	6424236	HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO		E	3	144.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	431840	SÃO JERÔNIMO	6424236	HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO		E	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431840	SÃO JERÔNIMO	6424236	HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO		E	3	144.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431840	SÃO JERÔNIMO	6424236	HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	2232022	HOSPITAL CENTENARIO		M	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	2232022	HOSPITAL CENTENARIO		M	16	768.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431990	SAPIRANGA	2232154	HOSPITAL SAPIRANGA		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431990	SAPIRANGA	2232154	HOSPITAL SAPIRANGA		E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021

RS	431990	SAPIRANGA	2232154	HOSPITAL SAPIRANGA		E	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	2232162	FUNDACAO HOSPITALAR DE SAPUCAIA DO SUL		M	2	96.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	2232162	FUNDACAO HOSPITALAR DE SAPUCAIA DO SUL		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	2232162	FUNDACAO HOSPITALAR DE SAPUCAIA DO SUL		M	20	960.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RS	432080	SOLEDADE	2246961	HOSPITAL FREI CLEMENTE SOLEDADE		E	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	432080	SOLEDADE	2246961	HOSPITAL FREI CLEMENTE SOLEDADE		E	6	288.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	432120	TAQUARA	2227932	HOSPITAL BOM JESUS		E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	432120	TAQUARA	2227932	HOSPITAL BOM JESUS		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	432120	TAQUARA	2227932	HOSPITAL BOM JESUS		E	15	720.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	432130	TAQUARI	9563873	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432140	TENTENTE PORTELA	5384117	HOSPITAL SANTO ANTONIO TENENTE PORTELA		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432150	TORRES	2707950	HOSPITAL BENEFICENTE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432160	TRAMANDAI	2793008	HOSPITAL TRAMANDAI		E	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RS	432160	TRAMANDAI	2793008	HOSPITAL TRAMANDAI		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	432160	TRAMANDAI	2793008	HOSPITAL TRAMANDAI		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432160	TRAMANDAI	2793008	HOSPITAL TRAMANDAI		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	432180	TRÊS DE MAIO	2250837	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	432240	URUGUAIANA	2248190	SANTA CASA DE URUGUAIANA		E	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432240	URUGUAIANA	2248190	SANTA CASA DE URUGUAIANA		E	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	432250	VACARIA	2241048	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	2236370	HOSPITAL SAO SEBASTIAO MARTIR		M	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	2236370	HOSPITAL SAO SEBASTIAO MARTIR		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432300	VIAMÃO	5223962	INSTITUTO DE CARDIOLOGIA HOSPITAL VIAMAO		E	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	432300	VIAMÃO	5223962	INSTITUTO DE CARDIOLOGIA HOSPITAL VIAMAO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS Total							1748	78.768.000,00	
SC	420140	ARARANGUA	2691515	IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420140	ARARANGUA	2691515	IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO		E	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SC	420140	ARARANGUA	2691515	IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420140	ARARANGUA	2691515	IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420200	BALNEARIO CAMBORIU	6854729	HOSPITAL MUNICIPAL RUTH CARDOSO		M	11	528.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420200	BALNEARIO CAMBORIU	6854729	HOSPITAL MUNICIPAL RUTH CARDOSO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420230	BIGUAÇU	7486596	HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU HELMUTH NASS		M	10	480.000,00	769/GM/MS 22/04/2021
SC	420240	BLUMENAU	2558246	HOSPITAL SANTA ISABEL		M	16	768.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420240	BLUMENAU	2558246	HOSPITAL SANTA ISABEL		M	25	1.200.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SC	420240	BLUMENAU	2558254	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	20	960.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SC	420290	BRUSQUE	2522411	HOSPITAL AZAMBUJA		M	22	1.056.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420300	CACADOR	2301830	HOSPITAL MAICÉ		E	8	384.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420300	CACADOR	2301830	HOSPITAL MAICE		E	2	96.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420300	CACADOR	2301830	HOSPITAL MAICE		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420380	CANOINHAS	2491249	HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420380	CANOINHAS	2491249	HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS		M	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420420	CHAPECO	2537788	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE		M	12	576.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SC	420420	CHAPECO	2537788	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420420	CHAPECO	2537788	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE		M	35	1.680.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420420	CHAPECO	2537788	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE		M	50	2.400.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420430	CONCORDIA	2303892	HOSPITAL SAO FRANCISCO		M	1	48.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420430	CONCORDIA	2303892	HOSPITAL SAO FRANCISCO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420430	CONCORDIA	2303892	HOSPITAL SAO FRANCISCO		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420460	CRICIUMA	451126	HOSPITAL DE RETAGUARDA RIO MAINA		M	20	960.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SC	420460	CRICIUMA	2758164	HOSPITAL SÃO JOSÉ		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420460	CRICIUMA	2758164	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420460	CRICIUMA	2758164	HOSPITAL SAO JOSE		M	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420480	CURITIBANOS	2302101	HOSPITAL HELIO ANJOS ORTIZ		E	3	144.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420480	CURITIBANOS	2302101	HOSPITAL HELIO ANJOS ORTIZ		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	19305	HOSPITAL DE FLORIANOPOLIS		E	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	19305	HOSPITAL DE FLORIANOPOLIS		E	15	720.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	19305	HOSPITAL DE FLORIANOPOLIS		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	19402	IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	2664879	HOSPITAL NEREU RAMOS		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	2664879	HOSPITAL NEREU RAMOS		E	6	288.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	2691841	HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS		E	14	672.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	3157245	HOSPITAL UNIV PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO		E	6	288.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	3157245	HOSPITAL UNIV PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	3157245	HOSPITAL UNIV PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO		E	2	96.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SC	420590	GASPAR	2691485	HOSPITAL DE GASPAR		M	20	960.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SC	420690	IBIRAMA	2691884	HOSPITAL DR WALDOMIRO COLAUTTI		E	10	480.000,00	769/GM/MS 22/04/2021
SC	420690	IBIRAMA	2691884	HOSPITAL DR WALDOMIRO COLAUTTI		E	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SC	420700	IÇARA	2420015	FUNDACAO SOCIAL HOSPITALAR DE ICARA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420730	IMBITUBA	2385880	HOSPITAL SAO CAMILO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420750	INDAIAL	2521873	HOSPITAL BEATRIZ RAMOS		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420750	INDAIAL	2521873	HOSPITAL BEATRIZ RAMOS		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420820	ITAJAI	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SC	420820	ITAJAI	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN		M	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420820	ITAJAI	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN		M	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420820	ITAJAI	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN		M	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420820	ITAJAI	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN		M	45	2.160.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420850	ITUPORANGA	2377829	HOSPITAL BOM JESUS		E	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420850	ITUPORANGA	2377829	HOSPITAL BOM JESUS		E	1	48.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SC	420890	JARAGUA DO SUL	2306336	HOSPITAL SÃO JOSÉ		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	2306336	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	2306344	HOSPITAL JARAGUA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420900	JOACABA	2560771	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA		E	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420900	JOACABA	2560771	HOSPITAL UNIVERSITARIO SANTA TEREZINHA		E	4	192.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420900	JOACABA	2560771	HOSPITAL UNIVERSITARIO SANTA TEREZINHA		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420910	JOINVILLE	2436450	HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT		M	27	1.296.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420910	JOINVILLE	2436450	HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT		M	13	624.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420910	JOINVILLE	2436469	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE		M	13	624.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

SC	420910	JOINVILLE	2436469	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE		M	20	960.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420910	JOINVILLE	2436469	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		M	12	576.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420910	JOINVILLE	2436469	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420910	JOINVILLE	2521296	HOSPITAL BETHESDA		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420910	JOINVILLE	2521296	HOSPITAL BETHESDA		M	16	768.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420910	JOINVILLE	2521296	HOSPITAL BETHESDA		M	18	864.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420930	LAGES	2504316	SOCIEDADE MAE DA DIVINA PROVIDENCIAHOSP N SRA DOS PRAZERES		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420930	LAGES	2504316	SOCIEDADE MAE DA DIVINA PROVIDENCIAHOSP N SRA DOS PRAZERES		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420930	LAGES	2504332	HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS		M	7	336.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420930	LAGES	2504332	HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420930	LAGES	2504332	HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS		M	9	432.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SC	420930	LAGES	2504332	HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS		E	11	528.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420930	LAGES	2504332	HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS		E	9	432.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420930	LAGES	2662914	HOSPITAL SEARA DO BEM MATERNO E INFANTIL		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420940	LAGUNA	2558017	HOSPITAL DE CARIDADE S B J DOS PASSOS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	421010	MAFRA	2379333	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	14	672.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	421010	MAFRA	2379333	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	421150	NOVA TRENTO	2778831	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEICAO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	421150	NOVA TRENTO	2778831	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO		M	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SC	421480	RIO DO SUL	2568713	HOSPITAL REGIONAL ALTO VALE		M	5	240.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SC	421500	RIO NEGRINHO	2521695	HOSPITAL RIO NEGRINHO		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SC	421480	RIO DO SUL	2568713	HOSPITAL REGIONAL ALTO VALE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	421580	SAO BENTO DO SUL	2521792	HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMILIA		M	5	240.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SC	421630	SÃO JOÃO BATISTA	2418967	HOSPITAL MONSENHOR JOSE LOCKS DE SAO JOAO BATISTA		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SC	421660	SÃO JOSÉ	2555646	HOSPITAL REGIONAL DE SAO JOSE DRHOMERO MIRANDA GOMES		E	14	672.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	421720	SAO MIGUEL DO OESTE	6683134	HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO		E	2	96.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	6683134	HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	6683134	HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO		E	12	576.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	421660	SÃO JOSÉ	2302969	ICSC		E	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	421660	SÃO JOSÉ	2302969	ICSC		E	9	432.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	421660	SÃO JOSÉ	2555646	HOSPITAL REGIONAL DE SAO JOSE DRHOMERO MIRANDA GOMES		E	19	912.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	421820	TIMBO	2537192	HOSPITAL E MATERNIDADE OASE		E	29	1.392.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	421870	TUBARÃO	2491710	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SC	421870	TUBARÃO	2491710	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	421930	VIDEIRA	2302500	HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SC	421950	XANXERE	2411393	HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC		E	4	192.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	421950	XANXERE	2411393	HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	421950	XANXERE	2411393	HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC Total							1105	53.040.000,00	
SE	280030	ARACAJU	2232	HOSPITAL SANTA IZABEL		M	8	384.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SE	280030	ARACAJU	2275	HOSPITAL SAO JOSE		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SE	280030	ARACAJU	2283	HOSPITAL DE CIRURGIA		E	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SE	280030	ARACAJU	2283	HOSPITAL DE CIRURGIA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SE	280030	ARACAJU	2283	HOSPITAL DE CIRURGIA		E	10	480.000,00	635/GM/MS 07/04/2021
SE	280030	ARACAJU	2283	HOSPITAL DE CIRURGIA		E	5	240.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SE	280030	ARACAJU	2534	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SERGIPE HUSE		M	5	240.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SE	280030	ARACAJU	2444259	CLINICA RENASCENCA SA		E	18	864.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SE	280030	ARACAJU	2816210	HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO		E	12	576.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SE	280030	ARACAJU	2816210	HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO		E	16	768.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SE	280030	ARACAJU	3225798	HOSPITAL DO CORACAO		M	7	336.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SE	280210	ESTANCIA	2423529	HOSPITAL REGIONAL AMPARO DE MARIA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SE	280210	ESTANCIA	2423529	HOSPITAL REGIONAL AMPARO DE MARIA		E	21	1.008.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SE	280210	ESTANCIA	6901743	HOSPITAL REGIONAL DE ESTANCIA JESSE FONTES		E	3	144.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SE	280210	ESTANCIA	6901743	HOSPITAL REGIONAL DE ESTANCIA JESSE FONTES		E	7	336.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SE	280210	ESTANCIA	6901743	HOSPITAL REGIONAL DE ESTANCIA JESSE FONTES		E	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SE	280350	LAGARTO	2421518	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SE	280350	LAGARTO	2421518	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SE	280350	LAGARTO	6568343	HOSPITAL UNIV MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO		E	13	624.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SE	280350	LAGARTO	6568343	HOSPITAL UNIV MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO		E	7	336.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SE Total							201	9.648.000,00	
SE	280350	LAGARTO	6568343	HOSPITAL UNIV MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO		E	7	336.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SE Total							201	9.648.000,00	
SP	350010	ADAMANTINA	2077647	SANTA CASA DE ADAMANTINA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350010	ADAMANTINA	2077647	SANTA CASA DE ADAMANTINA		M	4	192.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	350160	AMERICANA	2058790	HOSPITAL MUNICIPAL DR WALDEMAR TEBALDI		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	350170	AMERICO BRASILIENSE	6164366	HOSPITAL ESTADUAL AMERICO BRASILIENSE		E	20	960.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	350190	AMPARO	2078848	SANTA CASA ANNA CINTRA		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350190	AMPARO	2078848	SANTA CASA ANNA CINTRA		M	11	528.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	350210	ANDRADINA	2082691	SANTA CASA DE ANDRADINA		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350250	APARECIDA	2083051	SANTA CASA DE APARECIDA		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	350280	ARAÇATUBA	2078775	SANTA CASA DE ARACATUBA HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS		E	6	288.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
SP	350280	ARAÇATUBA	2078775	SANTA CASA DE ARACATUBA HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS		E	19	912.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350280	ARAÇATUBA	2078775	SANTA CASA DE ARACATUBA HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS		E	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	350320	ARARAQUARA	2082527	SANTA CASA DE ARARAQUARA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	350330	ARARAS	2081253	HOSPITAL SAO LUIZ DE ARARAS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350330	ARARAS	2081253	HOSPITAL SAO LUIZ DE ARARAS		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	350330	ARARAS	2081253	HOSPITAL SAO LUIZ DE ARARAS		M	15	720.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	350380	ARTUR NOGUEIRA	9208127	INSTITUTO MEDIZIN DE SAUDE IMEDIS		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350390	ARUJA	6628842	PAM POSTO DE ATENDIMENTO MEDICO BARRETO COVID 19		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	350400	ASSIS	2081083	SANTA CASA DE ASSIS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350400	ASSIS	2083094	HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350400	ASSIS	2083094	HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS		E	4	192.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	350450	AVARE	2083604	SANTA CASA DE AVARE		M	1	48.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
SP	350450	AVARÉ	2083604	SANTA CASA DE AVARE		M	4	192.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350450	AVARÉ	2083604	SANTA CASA DE AVARE		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350550	BARRETOS	9662561	HOSPITAL DE AMOR NOSSA SENHORA		M	36	1.728.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350550	BARRETOS	9662561	HOSPITAL DE AMOR NOSSA SENHORA		M	16	768.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	350570	BARUERI	6095666	HOSPITAL MUNICIPAL DE BARUERI DR FRANCISCO MORAN		M	46	2.208.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	350570	BARUERI	6095666	HOSPITAL MUNICIPAL DE BARUERI DR FRANCISCO MORAN		M	6	288.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SP	350590	BATATAIS	2082853	HOSPITAL MAJOR ANTONIO CANDIDO BATATAIS		M	7	336.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	350590	BATATAIS	2082853	HOSPITAL MAJOR ANTONIO CANDIDO BATATAIS		M	2	96.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	350600	BAURU	2790602	HOSPITAL ESTADUAL BAURU		E	36	1.728.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	350635	BERTIOGA	2083272	HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	350635	BERTIOGA	2083272	HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021

SP	350650	BIRIGUI	2078252	SANTA CASA DE BIRIGUI		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	350750	BOTUCATU	2748223	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	350750	BOTUCATU	2748223	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350750	BOTUCATU	2748223	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU		E	24	1.152.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350760	BRAGANCA PAULISTA	2688433	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BRAGANCA PAULISTA		M	6	288.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	350760	BRAGANCA PAULISTA	2688433	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BRAGANCA PAULISTA		M	17	816.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350760	BRAGANCA PAULISTA	2704900	HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO NA PROV DE DEUS		E	3	144.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	350760	BRAGANCA PAULISTA	2704900	HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO NA PROV DE DEUS		E	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350760	BRAGANCA PAULISTA	2704900	HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO NA PROV DE DEUS		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	350850	CAÇAPAVA	2024756	HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA AJUDA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	350900	CAIERAS	6817203	HOSPITAL DE CLINICAS CAIEIRAS		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350940	CAJURU	2023016	CASA DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO CAJURU		M	6	288.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	350940	CAJURU	2023016	CASA DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO CAJURU		M	3	144.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
SP	350950	CAMPINAS	2022648	HOSPITAL IRMAOS PENTEADO E SANTA CASA DE CAMPINAS		M	7	336.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	350950	CAMPINAS	2022648	HOSPITAL IRMAOS PENTEADO E SANTA CASA DE CAMPINAS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350950	CAMPINAS	2022648	HOSPITAL IRMAOS PENTEADO E SANTA CASA DE CAMPINAS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	350950	CAMPINAS	2079798	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UNICAMP DE CAMPINAS		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350950	CAMPINAS	2081490	HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350950	CAMPINAS	2081490	HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS		M	24	1.152.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SP	350950	CAMPINAS	2081946	CASA DE SAUDE		M	14	672.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350950	CAMPINAS	2082128	HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350950	CAMPINAS	2082128	HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO		M	4	192.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SP	350950	CAMPINAS	6053858	COMPLEXO HOSPITALAR PREFEITO EDIVALDO ORSI		M	15	720.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	350950	CAMPINAS	6053858	COMPLEXO HOSPITALAR PREFEITO EDIVALDO ORSI		M	40	1.920.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	2087219	HOSPITAL DE CLINICAS CAMPO LIMPO PAULISTA		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
SP	351020	CAPAO BONITO	2079097	SANTA CASA DE CAPAO BONITO		M	5	240.000,00	1.147 GM/MS 07/06/2021
SP	351020	CAPAO BONITO	2079097	SANTA CASA DE CAPAO BONITO		M	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	92894	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL NORTE		E	30	1.440.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	92894	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL NORTE		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	2082926	CASA DE SAUDE STELLA MARIS		M	1	48.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	2082926	CASA DE SAUDE STELLA MARIS		M	6	288.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	2082926	CASA DE SAUDE STELLA MARIS		M	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	2082926	CASA DE SAUDE STELLA MARIS		M	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351060	CARAPICUIBA	2792168	HOSPITAL GERAL DE CARAPICUIBA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351110	CATANDUVA	2089335	HOSP ESCOLA EMILIO CARLOS CATANDUVA		E	3	144.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	351110	CATANDUVA	2089335	HOSP ESCOLA EMILIO CARLOS CATANDUVA		E	4	192.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351110	CATANDUVA	2089335	HOSP ESCOLA EMILIO CARLOS CATANDUVA		E	13	624.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351110	CATANDUVA	2089335	HOSP ESCOLA EMILIO CARLOS CATANDUVA		E	15	720.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	351280	COSMÓPOLIS	9639659	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE COSMOPOLIS		M	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	351300	COTIA	2792141	HOSPITAL REGIONAL DE COTIA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351300	COTIA	2792141	HOSPITAL REGIONAL DE COTIA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351340	CRUZEIRO	2024691	SANTA CASA		M	4	192.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	351340	CRUZEIRO	2024691	SANTA CASA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351340	CRUZEIRO	2024691	SANTA CASA		M	12	576.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	351350	CUBATÃO	2078473	HOSPITAL DR LUIZ CAMARGO DA FONSECA E SILVA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	351380	DIADEMA	2080028	HOSPITAL MUNICIPAL DE DIADEMA HMD		M	20	960.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	351380	DIADEMA	2080028	HOSPITAL MUNICIPAL DE DIADEMA HMD		M	20	960.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	351380	DIADEMA	2084163	HOSPITAL ESTADUAL DE DIADEMA HOSPITAL SERRARIA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351440	DRACENA	2750988	SANTA CASA DE DRACENA		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	351440	DRACENA	2750988	SANTA CASA DE DRACENA		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	351500	EMBU DAS ARTES	2079011	HOSPITAL LEITO IRMA ANETTE MARLENE FERNANDES DE MELLO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351500	EMBU DAS ARTES	2079011	HOSPITAL LEITO IRMA ANETTE MARLENE FERNANDES DE MELLO		M	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	2751623	HOSPITAL FRANCISCO ROSAS		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	2751623	HOSPITAL FRANCISCO ROSAS		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351550	FERNANDOPOLIS	2093324	SANTA CASA DE FERNANDOPOLIS		E	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351550	FERNANDOPOLIS	2093324	SANTA CASA DE FERNANDOPOLIS		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	2080079	HOSPITAL DR OSIRIS FLORINDO COELHO FERRAZ DE VASCONCELOS		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	2080079	HOSPITAL DR OSIRIS FLORINDO COELHO FERRAZ DE VASCONCELOS		E	16	768.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351620	FRANCA	502138	HOSPITAL ESTADUAL COVID19 FRANCA		E	15	720.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	351620	FRANCA	2705982	SANTA CASA DE FRANCA		E	30	1.440.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351620	FRANCA	2705982	SANTA CASA DE FRANCA		E	7	336.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	351630	FRANCISCO MORATO	3028399	HOSPITAL ESTADUAL PROF CARLOS DA SILVA LACAZ FCO MORATO		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	2798220	HOSPITAL PREVINA		M	27	1.296.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	6878687	HOSPITAL ESTADUAL DR ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	6878687	HOSPITAL ESTADUAL DR ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	351670	GARCA	9680500	AHBB		M	4	192.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SP	351670	GARCA	9680500	AHBB		M	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351840	GUARATINGUETA	2081512	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUARATINGUETA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
SP	351840	GUARATINGUETA	2081512	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUARATINGUETA		M	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351870	GUARUJA	2754843	HOSPITAL SANTO AMARO		M	3	144.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351870	GUARUJA	2754843	HOSPITAL SANTO AMARO		M	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	351870	GUARUJA	2754843	HOSPITAL SANTO AMARO		M	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351880	GUARULHOS	2079410	COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO DE GUARULHOS		E	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351880	GUARULHOS	2079410	COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO DE GUARULHOS		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	351880	GUARULHOS	2079410	COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO DE GUARULHOS		E	18	864.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	351880	GUARULHOS	2080338	HOSPITAL GERAL DE GUARULHOS PROF DR WALDEMAR DE CARVALHO		E	15	720.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351880	GUARULHOS	2080338	HOSPITAL GERAL DE GUARULHOS PROF DR WALDEMAR DE CARVALHO		E	25	1.200.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351880	GUARULHOS	2082861	HOSP MUNICIPAL DE URGENCIAS HMU		M	22	1.056.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	351907	HORTOLÂNDIA	2087715	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL GOVERNADOR MARIO COVAS		M	7	336.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	351960	IBITINGA	2082640	SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE IBITINGA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

SP	352010	IGARAPAVA	2079348	SANTA CASA DE IGARAPAVA		M	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SP	352044	ILHA SOLTEIRA	2078511	HOSPITAL REGIONAL DE ILHA SOLTEIRA		E	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352040	ILHABELA	2747871	HOSPITAL MUNICIPAL GOV MARIO COVAS JR		M	6	288.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
SP	352050	INDAIATUBA	2784602	HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352050	INDAIATUBA	2784602	HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO		M	10	480.000,00	769/GM/MS 22/04/2021
SP	352130	IPUA	2080451	SANTA CASA DE IPUA		M	15	720.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	352210	ITANHAEM	2087804	HOSPITAL REGIONAL JORGE ROSSMANN DE ITANHAEM		E	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352210	ITANHAEM	2087804	HOSPITAL REGIONAL JORGE ROSSMANN DE ITANHAEM		E	12	576.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	352220	ITAPECERICA DA SERRA	2792176	HOSPITAL GERAL DE ITAPECERICA DA SERRA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	352230	ITAPETININGA	3139050	HOSPITAL DR LEO ORSI BERNARDES ITAPETININGA		M	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352230	ITAPETININGA	3139050	HOSPITAL DR LEO ORSI BERNARDES ITAPETININGA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352230	ITAPETININGA	3139050	HOSPITAL DR LEO ORSI BERNARDES ITAPETININGA		M	1	48.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	352240	ITAPEVA	2027186	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352250	ITAPEVI	2078104	HOSPITAL GERAL DE ITAPEVI		E	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352250	ITAPEVI	2078104	HOSPITAL GERAL DE ITAPEVI		E	15	720.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	352260	ITAPIRA	2081091	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPIRA		M	15	720.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352260	ITAPIRA	2081091	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPIRA		M	1	48.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	352270	ITÁPOLIS	2079836	SANTA CASA DE MISERICORDIA ITAPOLIS		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	2078562	HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	352340	ITATIBA	2023709	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITATIBA		M	12	576.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	352340	ITATIBA	2023709	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITATIBA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352390	ITU	2092298	SANTA CASA DE ITU		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352400	ITUPEVA	2078538	HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352400	ITUPEVA	2078538	HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA		M	4	192.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	352410	ITUVERAVA	2751704	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITUVERAVA		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352410	ITUVERAVA	2751704	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITUVERAVA		M	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	352430	JABOTICABAL	2025477	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA ISABEL DE JABOTICABAL		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352430	JABOTICABAL	2025477	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA ISABEL DE JABOTICABAL		M	3	144.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	352440	JACAREI	2085194	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS		M	4	192.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352440	JACAREI	2096412	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JACAREI		M	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352440	JACAREI	2096412	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JACAREI		M	6	288.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	352450	JACI	2081466	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA DIVINA PROVIDENCIA		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	352470	JAGUARIÚNA	2023474	HOSPITAL MUNICIPAL WALTER FERRARI		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352470	JAGUARIÚNA	2023474	HOSPITAL MUNICIPAL WALTER FERRARI		M	9	432.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352480	JALES	2079895	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JALES		E	1	48.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352480	JALES	2079895	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JALES		E	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352530	JAU	2083086	HOSPITAL AMARAL CARVALHO JAU		E	9	432.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	352530	JAU	2791722	SANTA CASA DE JAU		M	28	1.344.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352590	JUNDIAI	2786435	HCSVP HOSPITAL SAO VICENTE		M	17	816.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SP	352590	JUNDIAI	2786435	HCSVP HOSPITAL SAO VICENTE		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352590	JUNDIAI	2786435	HCSVP HOSPITAL SAO VICENTE		M	29	1.392.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352640	LARANJAL PAULISTA	2079976	SANTA CASA DE LARANJAL PAULISTA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352640	LARANJAL PAULISTA	2079976	SANTA CASA DE LARANJAL PAULISTA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352670	LEME	2078074	SANTA CASA DE LEME		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352670	LEME	2078074	SANTA CASA DE LEME		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352670	LEME	2078074	SANTA CASA DE LEME		M	8	384.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
SP	352680	LENCOIS PAULISTA	2077582	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE		M	2	96.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	352680	LENCOIS PAULISTA	2077582	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE		M	7	336.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	352680	LENÇOIS PAULISTA	2077582	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352690	LIMEIRA	2081458	SANTA CASA DE LIMEIRA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352690	LIMEIRA	2081458	SANTA CASA DE LIMEIRA		M	9	432.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
SP	352690	LIMEIRA	2087103	SOCIEDADE OPERARIA HUMANITARIA LIMEIRA		M	16	768.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352690	LIMEIRA	2087103	SOCIEDADE OPERARIA HUMANITARIA LIMEIRA		M	13	624.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	352710	LINS	2758245	SANTA CASA DE LINS		M	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	352710	LINS	2758245	SANTA CASA DE LINS		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
SP	352720	LORENA	2087111	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA LORENA		M	18	864.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352730	LOUVEIRA	2079917	SANTA CASA DE LOUVEIRA		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	352730	LOUVEIRA	2079917	SANTA CASA DE LOUVEIRA		M	6	288.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	352900	MARILIA	2025507	HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352900	MARILIA	2025507	HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA		E	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352900	MARILIA	2025507	HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA		E	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	352900	MARILIA	2025507	HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA		E	4	192.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	352900	MARILIA	2083116	SANTA CASA DE MARILIA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352900	MARILIA	2083116	SANTA CASA DE MARILIA		M	2	96.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	352900	MARILIA	5860490	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE MARILIA		M	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352900	MARILIA	5860490	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE MARILIA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352930	MATAO	2090961	HOSPITAL CARLOS FERNANDO MALZONI MATAO		E	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	352930	MATAO	2090961	HOSPITAL CARLOS FERNANDO MALZONI MATAO		E	8	384.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352940	MAUA	2082349	HOSPITAL DE CLINICAS DR RADAMES NARDINI		M	30	1.440.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	352940	MAUA	2082349	HOSPITAL DE CLINICAS DR RADAMES NARDINI		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353010	MIRANDOPOLIS	2083019	HOSPITAL ESTADUAL DE MIRANDOPOLIS DR OSWALDO BRANDI FARIA		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353050	MOCOCA	2705222	SANTA CASA DE MOCOCA MOCOCA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	2080680	HOSPITAL DAS CLINICAS LUZIA DE PINHO MELO MOGI DAS CRUZES		E	28	1.344.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	2084236	CENTRO ESP EM REABILITACAO DR ARNALDO PEZZUTI CAVALCANTI MOG		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	2084236	CENTRO ESP EM REABILITACAO DR ARNALDO PEZZUTI CAVALCANTI MOG		E	30	1.440.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	7473702	HOSP MUN DE MOGI DAS CRUZES PREF WALDEMAR COSTA FILHO		M	40	1.920.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	7473702	HOSP MUN DE MOGI DAS CRUZES PREF WALDEMAR COSTA FILHO		M	26	1.248.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	353070	MOGI GUACU	2096463	SANTA CASA DE MOGI GUACU		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353070	MOGI GUACU	2096498	HOSPITAL MUNICIPAL DR TABAJARA RAMOS		M	2	96.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	353070	MOGI GUACU	2096498	HOSPITAL MUNICIPAL DR TABAJARA RAMOS		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353070	MOGI GUACU	2096498	HOSPITAL MUNICIPAL DR TABAJARA RAMOS		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021

SP	353080	MOGI MIRIM	2088193	IRMANDADE DA STA CASA DE MISERICORD DE MOGI MIRIM MOGI MIRIM		M	14	672.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	353130	MONTE ALTO	2028204	SANTA CASA DE MONTE ALTO		M	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353130	MONTE ALTO	2028204	SANTA CASA DE MONTE ALTO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353190	MORRO AGUDO	2745801	HOSPITAL SAO MARCOS MORRO AGUDO		M	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	353350	NOVO HORIZONTE	2088487	SANTA CASA DE NOVO HORIZONTE		M	4	192.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353350	NOVO HORIZONTE	2088487	SANTA CASA DE NOVO HORIZONTE		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353390	OLIMPIA	2082845	SANTA CASA DE OLIMPIA		M	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	353390	OLIMPIA	2082845	SANTA CASA DE OLIMPIA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353390	OLIMPIA	2082845	SANTA CASA DE OLIMPIA		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353440	OSASCO	8028	HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO GIGLIO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353440	OSASCO	8028	HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO GIGLIO		M	22	1.056.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	353440	OSASCO	8052	HOSPITAL REGIONAL DR VIVALDO MARTINS SIMOES OSASCO		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	353440	OSASCO	8052	HOSPITAL REGIONAL DR VIVALDO MARTINS SIMOES OSASCO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353440	OSASCO	8052	HOSPITAL REGIONAL DR VIVALDO MARTINS SIMOES OSASCO		E	20	960.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	353440	OSASCO	8052	HOSPITAL REGIONAL DR VIVALDO MARTINS SIMOES OSASCO		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	353460	OSVALDO CRUZ	2082586	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OSVALDO CRUZ		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353460	OSVALDO CRUZ	2082586	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OSVALDO CRUZ		M	4	192.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	353470	OURINHOS	4049020	SANTA CASA DE OURINHOS		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353470	OURINHOS	4049020	SANTA CASA DE OURINHOS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353550	PARAGUAÇU PAULISTA	2082519	SANTA CASA DE PARAGUACU PAULISTA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353550	PARAGUAÇU PAULISTA	2082519	SANTA CASA DE PARAGUACU PAULISTA		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353620	PARIQUERA-AÇU	2077434	HOSPITAL DR LEOPOLDO BEVILACQUA		E	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	353620	PARIQUERA-AÇU	2077434	HOSPITAL DR LEOPOLDO BEVILACQUA		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353650	PAULINIA	2081059	HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA		M	4	192.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	353650	PAULINIA	2081059	HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA		M	6	288.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SP	353650	PAULINIA	2081059	HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA		M	4	192.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	353670	PEDERNEIRAS	2791749	SANTA CASA DE PEDERNEIRAS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353670	PEDERNEIRAS	2791749	SANTA CASA DE PEDERNEIRAS		M	3	144.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	353710	PEDREIRA	2078422	FUNBEPE PEDREIRA		M	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	353710	PEDREIRA	2078422	FUNBEPE PEDREIRA		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353730	PENÁPOLIS	2078503	SANTA CASA DE PENAPOLIS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353780	PIEDADE	2083175	SANTA CASA PIEDADE		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353800	PINDAMONHANGABA	2755092	SANTA CASA DE PINDAMONHANGABA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353800	PINDAMONHANGABA	2755092	SANTA CASA DE PINDAMONHANGABA		M	2	96.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	353870	PIRACICABA	2087057	HOSPITAL DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353870	PIRACICABA	2087057	HOSPITAL DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA		M	8	384.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353870	PIRACICABA	2772310	SANTA CASA DE PIRACICABA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353870	PIRACICABA	2772310	SANTA CASA DE PIRACICABA		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353870	PIRACICABA	9425802	HOSPITAL REGIONAL DE PIRACICABA		E	12	576.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353870	PIRACICABA	9425802	HOSPITAL REGIONAL DE PIRACICABA		E	18	864.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	353930	PIRASSUNUNGA	2785382	SANTA CASA DE PIRASSUNUNGA		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354070	PORTO FERREIRA	2082322	HOSPITAL DONA BALBINA		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354100	PRAIA GRANDE	2716097	COMPLEXO HOSPITALAR IRMA DULCE O S S		M	30	1.440.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354100	PRAIA GRANDE	2716097	COMPLEXO HOSPITALAR IRMA DULCE O S S		M	30	1.440.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	354130	PRESIDENTE EPITÁCIO	2751038	SANTA CASA DE PRESIDENTE EPITACIO		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	2080532	SANTA CASA HOSP DR ARISTOTELES OLIVEIRA MARTINS PRES PRUDENT		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	2080532	SANTA CASA HOSP DR ARISTOTELES OLIVEIRA MARTINS PRES PRUDENT		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	2755130	HOSPITAL DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO PRESIDENTE PRUDENTE		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	2755130	HOSPITAL DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO PRESIDENTE PRUDENTE		E	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	2755130	HOSPITAL DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO PRESIDENTE PRUDENTE		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	354160	PROMISSÃO	2790610	HOSPITAL GERAL PREFEITO MIGUEL MARTIN GUALDA DE PROMISSAO		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354220	RANCHARIA	2081873	HOSPITAL E MATERNIDADE DE RANCHARIA		E	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354260	REGISTRO	2079593	HOSPITAL SAO JOAO REGISTRO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354260	REGISTRO	9556095	HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO REGISTRO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354260	REGISTRO	9556095	HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO REGISTRO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354260	REGISTRO	9556095	HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO REGISTRO		E	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2080400	HOSPITAL IMACULADA CONCEIÇÃO RIBEIRÃO PRETO		M	2	96.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2080400	HOSPITAL IMACULADA CONCEICAO RIBEIRAO PRETO		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2081164	HOSPITAL SANTA LYDIA RIBEIRAO PRETO		M	21	1.008.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2081164	HOSPITAL SANTA LYDIA RIBEIRAO PRETO		M	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2081164	HOSPITAL SANTA LYDIA RIBEIRAO PRETO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2082187	HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO		E	19	912.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2082187	HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO		E	12	576.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2082187	HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO		E	21	1.008.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2082187	HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO		E	26	1.248.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2084414	SANTA CASA DE RIBEIRAO PRETO		M	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2084414	SANTA CASA DE RIBEIRAO PRETO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	5171946	HOSPITAL SAO LUCAS RIBEIRANIA		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	354390	RIO CLARO	2082888	SANTA CASA DE RIO CLARO		M	8	384.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354390	RIO CLARO	2082888	SANTA CASA DE RIO CLARO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354400	RIO DAS PEDRAS	2766167	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO RIO DAS PEDRAS		M	5	240.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	354580	SANTA BARBARA D'OESTE	2079232	HOSPITAL SANTA BARBARA		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354580	SANTA BARBARA D'OESTE	2079232	HOSPITAL SANTA BARBARA		M	15	720.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	354580	SANTA BARBARA D'OESTE	2079232	HOSPITAL SANTA BARBARA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	2084058	SANTA CASA MISER STACRUZ RIO PARDO		M	5	240.000,00	769/GM/MS 22/04/2021
SP	354660	SANTA FÉ DO SUL	2093332	SANTA CASA DE SANTA FE DO SUL		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354780	SANTO ANDRE	8923	CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO		M	70	3.360.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354780	SANTO ANDRE	8923	CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354780	SANTO ANDRE	8923	CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354780	SANTO ANDRE	8923	CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO		M	32	1.536.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354780	SANTO ANDRE	2080273	HOSPITAL ESTADUAL MARIO COVAS DE SANTO ANDRE		E	13	624.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	354850	SANTOS	104795	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL VITORIA		M	40	1.920.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354850	SANTOS	2025752	SANTA CASA DE SANTOS		M	30	1.440.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SP	354850	SANTOS	2079720	HOSPITAL GUILHERME ALVARO SANTOS		E	19	912.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354850	SANTOS	2079720	HOSPITAL GUILHERME ALVARO SANTOS		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021

SP	354850	SANTOS	2080354	HOSPITAL SANTO ANTONIO SANTOS		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354850	SANTOS	2698471	SECAO HOSPITAL MUNICIPAL DR ARTHUR DOMINGUES PINTO		M	13	624.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	354850	SANTOS	6998704	COMPLEXO HOSPITALAR DOS ESTIVADORES		M	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354850	SANTOS	6998704	COMPLEXO HOSPITALAR DOS ESTIVADORES		M	20	960.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105759	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DE URGENCIA		M	9	432.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105759	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DE URGENCIA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105759	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DE URGENCIA		M	70	3.360.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105767	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL ANCHIETA		M	1	48.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105767	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL ANCHIETA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105767	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL ANCHIETA		M	19	912.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	2069776	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO CENTRAL		M	19	912.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	7373465	HOSPITAL DE CLINICAS MUNICIPAL		M	20	960.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	7373465	HOSPITAL DE CLINICAS MUNICIPAL		M	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354880	SAO CAETANO DO SUL	2082594	COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354880	SAO CAETANO DO SUL	2082594	COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL		M	40	1.920.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354880	SAO CAETANO DO SUL	6938361	HOSPITAL SAO CAETANO		M	30	1.440.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	354890	SAO CARLOS	2080931	SANTA CASA DE SAO CARLOS		M	16	768.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354890	SAO CARLOS	5586348	HOSPITAL UNIVERST DA UFSCAR PROF DR HORACIO C PANEPUCCI		M	4	192.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SP	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	2084228	SANTA CASA DE MISERICORDIA DONA CAROLINA MALHEIROS SJBV		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354940	SÃO JOAQUIM DA BARRA	2080044	SANTA CASA DE SAO JOAQUIM DA BARRA		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	2080923	HOSPITAL SAO VICENTE		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	2080923	HOSPITAL SAO VICENTE		M	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	2077396	HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO		E	20	960.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	2077396	HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO		E	30	1.440.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	2077396	HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO		E	49	2.352.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	2798298	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOSE DO RIO PRETO		M	12	576.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	2798298	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOSE DO RIO PRETO		M	36	1.728.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	6236596	HOSPITAL ESTADUAL JOAO PAULO II SAO JOSE DO RIO PRETO		E	8	384.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	2748029	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOSE DOS CAMPOS		E	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	9491252	DR RUBENS SAVASTANO HOSPITAL REGIONAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355010	SÃO MANUEL	2080443	HOSPITAL DA CASA PIA SAO VICENTE DE PAULA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	102075	HOSPITAL MUNICIPAL BELA VISTA SANTA DULCE DOS POBRES		M	70	3.360.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	102105	HOSPITAL MUNICIPAL BRASILANDIA		M	222	10.656.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	158100	HOSPITAL MUNICIPAL BRIGADEIRO		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	158119	COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOROCABANA		M	6	288.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	158119	COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOROCABANA		M	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	161438	HOSPITAL MUNICIPAL GUARAPIRANGA		M	20	960.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	161438	HOSPITAL MUNICIPAL GUARAPIRANGA		M	140	6.720.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2028840	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO		E	7	336.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2028840	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO		E	3	144.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2028840	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2028840	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO		E	50	2.400.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2066092	HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2066572	HOSPITAL HELIOPOLIS UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL I SP		E	8	384.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2066572	HOSPITAL HELIOPOLIS UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL I SP		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2071568	HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORACAO INCOR SAO PAULO		E	19	912.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2071568	HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORACAO INCOR SAO PAULO		E	21	1.008.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2075717	HOSP MUN MATERNIDADE PROFESSOR MARIO DEGNI		M	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2075962	HOSP DA STA CASA DE STO AMARO		M	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2076896	HOSPITAL SAO LUIZ GONZAGA		M	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077426	HOSPITAL ESTADUAL DE VILA ALPINA ORG SOCIAL SECONCI SAO PAUL		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077426	HOSPITAL ESTADUAL DE VILA ALPINA ORG SOCIAL SECONCI SAO PAUL		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077450	HOSP MUN PIRITUBA JOSE SOARES HUNGRIA		M	1	48.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077450	HOSP MUN PIRITUBA JOSE SOARES HUNGRIA		M	70	3.360.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077477	HOSPITAL SANTA MARCELINA SAO PAULO		E	44	2.112.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077477	HOSPITAL SANTA MARCELINA SAO PAULO		E	35	1.680.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077485	HOSPITAL SÃO PAULO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP SÃO PAULO		E	19	912.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077485	HOSPITAL SAO PAULO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP SAO PAULO		E	54	2.592.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077493	HOSPITAL GERAL DE SAO MATEUS SAO PAULO		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077493	HOSPITAL GERAL DE SAO MATEUS SAO PAULO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077523	UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL II HOSPITAL IPIRANGA SP		E	3	144.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077523	UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL II HOSPITAL IPIRANGA SP		E	15	720.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077574	CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI SAO PAULO		E	20	960.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077574	CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI SAO PAULO		E	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077574	CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI SAO PAULO		E	15	720.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077574	CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI SAO PAULO		E	8	384.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077620	HOSPITAL GERAL SANTA MARCELINA DE ITAIM PAULISTA SAO PAULO		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077639	HOSP MUN PROF DR WALDOMIRO DE PAULA		M	59	2.832.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077639	HOSP MUN PROF DR WALDOMIRO DE PAULA		M	1	48.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077671	HOSPITAL GERAL DO GRAJAU PROF LIBER JOHN ALPHONSE DI DIO SP		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2078015	HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SAO PAULO		E	20	960.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2078015	HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SAO PAULO		E	130	6.240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2079186	HOSP MUN MAT ESC DR MARIO DE MORAES A SILVA		M	7	336.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2079240	HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA GUAIANASES SAO PAULO		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2079240	HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA GUAIANASES SAO PAULO		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2079240	HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA GUAIANASES SAO PAULO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2079445	HOSPITAL SANTA ISABEL		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2080346	HOSP MUN DR CARMINO CARICCHIO		M	6	288.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2080346	HOSP MUN DR CARMINO CARICCHIO		M	4	192.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2080494	HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA		M	20	960.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2080583	HOSP MUN TIDE SETUBAL		M	6	288.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2080583	HOSP MUN TIDE SETUBAL		M	90	4.320.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2081970	HOSP MUN JABAQUARA ARTUR RIBEIRO DE SABOYA		M	33	1.584.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2082225	HOSPITAL KATIA DE SOUZA RODRIGUES TAIPAS SAO PAULO		E	11	528.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2082225	HOSPITAL KATIA DE SOUZA RODRIGUES TAIPAS SAO PAULO		E	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2082829	HOSP MUN PROFESSOR DOUTOR ALIPIO CORREA NETTO		M	6	288.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2082829	HOSP MUN PROFESSOR DOUTOR ALIPIO CORREA NETTO		M	4	192.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2084473	HOSP MUN DR IGNACIO PROENCA DE GOUVEA		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2084473	HOSP MUN DR IGNACIO PROENCA DE GOUVEA		M	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2088495	INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA IDPC SAO PAULO		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2088495	INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA IDPC SAO PAULO		E	23	1.104.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2088495	INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA IDPC SAO PAULO		E	7	336.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2091313	HOSPITAL REGIONAL SUL SAO PAULO		E	7	336.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2091313	HOSPITAL REGIONAL SUL SAO PAULO		E	11	528.000,00	623/GM/MS 06/04/2021

SP	355030	SAO PAULO	2091313	HOSPITAL REGIONAL SUL SAO PAULO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2091585	HOSPITAL ESTADUAL DE SAPOPEMBA SAO PAULO		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2091755	HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO DR JOSE PANGELLA SAO PAULO		E	11	528.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2091755	HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO DR JOSE PANGELLA SAO PAULO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2091755	HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO DR JOSE PANGELLA SAO PAULO		E	25	1.200.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2688573	HOSPITAL GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA SAO PAULO		E	14	672.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2688573	HOSPITAL GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA SAO PAULO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2688689	SANTA CASA DE SAO PAULO HOSPITAL CENTRAL SAO PAULO		E	52	2.496.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2688689	SANTA CASA DE SAO PAULO HOSPITAL CENTRAL SAO PAULO		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2688689	SANTA CASA DE SÃO PAULO HOSPITAL CENTRAL SÃO PAULO		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	355030	SAO PAULO	2786680	HOSP MUN FERNANDO MAURO PIRES DA ROCHA		M	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	3212130	HOSP MUN VER JOSE STOROPOLLI		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	3212130	HOSP MUN VER JOSE STOROPOLLI		M	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	5420938	HOSP MUN CARMEN PRUDENTE		M	18	864.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	5420938	HOSP MUN CARMEN PRUDENTE		M	30	1.440.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	5718368	HOSP MUN M BOI MIRIM		M	110	5.280.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	5718368	HOSP MUN M BOI MIRIM		M	15	720.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	355030	SAO PAULO	5718368	HOSP MUN M BOI MIRIM		M	30	1.440.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	7252455	HOSPITAL PROFESSORA LYDIA STOROPOLI		M	20	960.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	7711980	HOSP MUN GILSON DE CASSIA MARQUES DE CARVALHO		M	35	1.680.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	7711980	HOSP MUN GILSON DE CASSIA MARQUES DE CARVALHO		M	8	384.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	7992890	UNIDADE DE INTERNACAO DE COVID HOSPITAL CAPELA DO SOCORRO		M	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	7992890	UNIDADE DE INTERNACAO DE COVID HOSPITAL CAPELA DO SOCORRO		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	7992890	UNIDADE DE INTERNACAO DE COVID HOSPITAL CAPELA DO SOCORRO		M	5	240.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	9465464	HOSP MUN JOSANIAS CASTANHA BRAGA		M	4	192.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	9465464	HOSP MUN JOSANIAS CASTANHA BRAGA		M	165	7.920.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355040	SÃO PEDRO	2084422	SANTA CASA DE SAO PEDRO		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355060	SAO ROQUE	2082721	HOSPITAL E MATERNIDADE SOTERO DE SOUZA		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
SP	355070	SÃO SEBASTIÃO	2765934	HOSPITAL DE CLINICAS DE SAO SEBASTIAO		M	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355100	SAO VICENTE	3021378	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO VICENTE		M	1	48.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
SP	355100	SÃO VICENTE	3021378	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO VICENTE		M	9	432.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354890	SÃO CARLOS	2080931	SANTA CASA DE SAO CARLOS		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354890	SÃO CARLOS	2080931	SANTA CASA DE SAO CARLOS		M	8	384.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354890	SÃO CARLOS	5586348	HOSPITAL UNIVERST DA UFSCAR PROF DR HORACIO C PANEPUCCI		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355150	SERRANA	9773657	HOSPITAL ESTADUAL DE SERRANA		E	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355170	SERTAOZINHO	2084171	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE SERTAOZINHO		M	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355170	SERTAOZINHO	2084171	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE SERTAOZINHO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355210	SOCORRO	2079704	HOSPITAL DR RENATO SILVA DE SOCORRO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355210	SOCORRO	2079704	HOSPITAL DR RENATO SILVA DE SOCORRO		M	2	96.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SP	355220	SOROCABA	2081695	CONJUNTO HOSPITALAR SOROCABA		E	15	720.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355220	SOROCABA	2081695	CONJUNTO HOSPITALAR SOROCABA		E	8	384.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	355220	SOROCABA	2708779	SANTA CASA DE SOROCABA		M	55	2.640.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355220	SOROCABA	9491112	HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355220	SOROCABA	9491112	HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	355220	SOROCABA	9491112	HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355220	SOROCABA	9491112	HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355240	SUMARE	2083981	HOSPITAL ESTADUAL SUMARE		E	6	288.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	355240	SUMARE	2083981	HOSPITAL ESTADUAL SUMARE		E	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355240	SUMARE	2083981	HOSPITAL ESTADUAL SUMARE		E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	355280	TABOAO DA SERRA	2079828	HOSPITAL GERAL PIRAJUSSARA TABOAO DA SERRA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	355370	TAQUARITINGA	2078295	SANTA CASA DE TAQUARITINGA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355380	TAQUARITUBA	2079879	SANTA CASA DE TAQUARITUBA		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355400	TATUI	2079135	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TATUÍ		M	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	355400	TATUÍ	2079135	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TATUI		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355400	TATUÍ	2079135	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TATUI		M	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	355410	TAUBATE	2749319	HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITARIO DE TAUBATE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355410	TAUBATE	2749319	HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITARIO DE TAUBATE		M	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355410	TAUBATE	3126838	HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA		E	4	192.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	355410	TAUBATE	3126838	HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA		E	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355500	TUPÃ	2080664	SANTA CASA DE TUPA		E	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355540	UBATUBA	2702193	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE UBATUBA		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355540	UBATUBA	2702193	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE UBATUBA		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355620	VALINHOS	2097877	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE VALINHOS		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355670	VINHEDO	2699915	SANTA CASA DE VINHEDO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355700	VOTORANTIM	2087618	HOSPITAL MUNICIPAL DE VOTORANTIM		M	7	336.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355700	VOTORANTIM	2087618	HOSPITAL MUNICIPAL DE VOTORANTIM		M	2	96.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355710	VOTUPORANGA	2081377	SANTA CASA DE VOTUPORANGA		E	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355710	VOTUPORANGA	2081377	SANTA CASA DE VOTUPORANGA		E	8	384.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355710	VOTUPORANGA	2081377	SANTA CASA DE VOTUPORANGA		E	1	48.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355710	VOTUPORANGA	2081377	SANTA CASA DE VOTUPORANGA		E	2	96.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP Total							6162	295.776.000,00	
TO	170210	ARAGUAINA	2600536	HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAÍNA		M	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	170210	ARAGUAINA	2755165	HOSPITAL DOM ORIONE DE ARAGUAINA		E	15	720.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	170210	ARAGUAINA	7998864	INSTITUTO SINAI		E	20	960.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	170210	ARAGUAÍNA	2600536	HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAINA		E	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
TO	170210	ARAGUAÍNA	3663051	HOSPITAL MUNICIPAL DE ARAGUAINA		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
TO	170255	AUGUSTINOPOLIS	2468972	HOSPITAL REGIONAL DE AUGUSTINOPOLIS		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	170950	GURUPI	2786109	HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
TO	170950	GURUPI	2786109	HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI		E	21	1.008.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	172100	PALMAS	2755246	HOSPITAL OSWALDO CRUZ		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021

TO	172100	PALMAS	2786117	HOSPITAL GERAL DE PALMAS DR FRANCISCO AYRES		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
TO	172100	PALMAS	2786117	HOSPITAL GERAL DE PALMAS DR FRANCISCO AYRES		E	20	960.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	172100	PALMAS	5252849	HOSPITAL ESTADUAL DE COMBATE A COVID 19 HECC		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	172100	PALMAS	6454283	INSTITUTO DE TERAPIA INTENSIVA DO TOCANTINS		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
TO	172100	PALMAS	6773907	INTENSICARE IOP		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
TO	172100	PALMAS	7373120	HOSPITAL PALMAS MEDICAL HPM		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
TO	172100	PALMAS	9268944	UTI HOSPITAL SANTA THEREZA		E	20	960.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	171820	PORTO NACIONAL	2786125	HOSPITAL REGIONAL DE PORTO NACIONAL		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO Total							193	9.264.000,00	
Total Geral							24971	1.187.712.000,00	

ANEXO II

UF	IBGE	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	PCEP	GESTÃO DO RECURSO	Nº LEITOS UTI COVID-19 PEDIÁTRICO (CÓD 26.13)	VALOR CUSTEIO MÊS R$	PORTARIA DE HABILITAÇÃO
AL	270430	MACEIÓ	9923837	HOSPITAL DA MULHER DRA NISE DA SILVEIRA		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
AL Total							10	480.000,00	
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	6602533	HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANCA		E	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	292740	SALVADOR	4278	HOSPITAL MARTAGAO GESTEIRA		M	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
BA	292740	SALVADOR	5428	INSTITUTO COUTO MAIA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	292740	SALVADOR	9443665	HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR HMS		M	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA Total							32	1.536.000,00	
CE	230190	BARBALHA	2564238	HOSPITAL MATERNIDADE SANTO ANTONIO HMSA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
CE	230440	FORTALEZA	2499363	HGCC HOSPITAL GERAL DR CESAR CALS	PCEP	E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2526638	SOPAI HOSPITAL INFANTIL		M	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2563681	HIAS HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN		M	8	384.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE Total							38	1.824.000,00	
DF	530010	BRASILIA	6876617	HOSPITAL DA CRIANCA DE BRASILIA JOSE ALENCAR HCB		E	10	480.000,00	947 GM/MS 11/05/2021
DF Total							10	480.000,00	
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2485729	HIFA		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
ES	320150	COLATINA	2446030	HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS		M	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
ES	320530	VITORIA	11800	HOSPITAL INFANTIL NOSSA SENHORA DA GLORIA		E	7	336.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
ES Total							22	1.056.000,00	
MA	211130	SÃO LUÍS	2464594	HOSPITAL DE REF EST DE ALTA COMPLEXIDADE DR CARLOS MACIEIRA		E	9	432.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MA Total							9	432.000,00	
MG	312160	DIAMANTINA	2761203	HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DA SAUDE		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
MG	312230	DIVINÓPOLIS	2159252	HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	312230	DIVINÓPOLIS	2159252	HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS		M	5	240.000,00	769/GM/MS 22/04/2021
MG Total							20	960.000,00	
MT	510340	CUIABÁ	2495015	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA		M	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
MT Total							10	480.000,00	
PA	150140	BELEM	2752700	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA		E	15	720.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150680	SANTAREM	5585422	HOSPITAL REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS DO PA DR WALDEMAR PENNA		E	7	336.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PA Total							22	1.056.000,00	
PB	250400	CAMPINA GRANDE	7113692	HOSPITAL MUNICIPAL DR SEVERINO BEZERRA DE CARVALHO		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	251080	PATOS	2605481	HOSPITAL INFANTIL NOALDO LEITE		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB Total							12	576.000,00	
PE	260960	OLINDA	2344858	MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PE	260960	OLINDA	2344858	MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE		E	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PE	261160	RECIFE	434	IMIP		E	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
PE	261160	RECIFE	434	IMIP		E	6	288.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PE	261160	RECIFE	477	HOSPITAL OSWALDO CRUZ		E	6	288.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PE	261160	RECIFE	2427427	HOSPITAL BARAO DE LUCENA	PCEP	E	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PE Total							42	2.016.000,00	
PI	221100	TERESINA	2323249	HOSPITAL INFANTIL LUCIDIO PORTELLA		M	9	432.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PI Total							9	432.000,00	
PR	410690	CURITIBA	15563	HOSPITAL INFANTIL PEQUENO PRINCIPE		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410690	CURITIBA	2384299	COMPLEXO HOSPITAL DE CLINICAS		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411370	LONDRINA	2781859	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DO NORTE DO PARANA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	411520	MARINGÁ	2594714	SANTA CASA DE MARINGA HOSPITAL E MAT M AUXILIADORA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR Total							20	960.000,00	
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2269341	SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL JESUS		M	8	384.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	2704595	HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS		M	6	288.000,00	947 GM/MS 11/05/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	2704595	HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS		M	1	48.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ Total							15	720.000,00	
RN	240810	NATAL	2654261	HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES		E	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
RN	240810	NATAL	2654261	HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES		E	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RN Total							15	720.000,00	
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237253	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PORTO ALEGRE		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237571	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO		M	11	0,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RS	431720	SANTA ROSA	2254611	HOSPITAL VIDA SAUDE		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RS Total							26	720.000,00	
SC	420240	BLUMENAU	2558254	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	5	240.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	2691868	HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMAO		E	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SC	420820	ITAJAÍ	2744937	HOSPITAL INFANTIL PEQUENO ANJO		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420910	JOINVILLE	6048692	HOSPITAL INFANTIL DR JESER AMARANTE FARIA		M	5	240.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SC	420930	LAGES	2662914	HOSPITAL SEARA DO BEM MATERNO E INFANTIL		M	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021

SC	421870	TUBARAO	2491710	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		E	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC Total							31	1.488.000,00	
SE	280030	ARACAJU	5714397	MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SE Total							6	288.000,00	
SP	350950	CAMPINAS	2081490	HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS		M	6	288.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
SP	351620	FRANCA	2705982	SANTA CASA DE FRANCA		E	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	352690	LIMEIRA	2081458	SANTA CASA DE LIMEIRA		M	4	192.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	354260	REGISTRO	9556095	HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO REGISTRO		E	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	354780	SANTO ANDRE	8923	CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO		M	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	354850	SANTOS	2025752	SANTA CASA DE SANTOS		M	9	432.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	2077396	HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO		E	14	672.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	355030	SÃO PAULO	2078325	HOSP MUN INFANTIL MENINO JESUS		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	355030	SÃO PAULO	2088517	HOSPITAL INFANTIL CANDIDO FONTOURA SAO PAULO		E	20	960.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
SP Total							78	3.744.000,00	
TO	170210	ARAGUAINA	3663051	HOSPITAL MUNICIPAL DE ARAGUAINA		M	6	288.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO Total							6	288.000,00	
Total Geral							433	20.256.000,00	

PORTARIA GM/MS Nº 1.974, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Renova a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) Itanhaém (Litoral Sul) e Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II - Do Componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 442, de 26 de março de 2019, que renova a qualificação e especifica a composição do incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) vinculadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Itanhaém (SP); e

Considerando documentação apresentada pelos Municípios em Propostas SAIPS, a correspondente avaliação e aprovação da Coordenação-Geral de Urgência por meio do Parecer Técnico nº 1268/2020-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.059630/2013-44, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) Itanhaém (Litoral Sul) e das Unidades Móveis destinadas ao Serviço e Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), dos Municípios descritos no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, de acordo com o art. 928 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Ficam mantidos os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Municípios, no montante anual de R$ 1.940.802 (um milhão, novecentos e quarenta mil e oitocentos e dois reais).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	GESTÃO	CNES	DESCRIÇÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	AMAZÔNIA LEGAL	CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO	INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL (R$)
352210	SP	ITANHAÉM	MUNICIPAL	6941192	CRU	129568	NÃO	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS	207.858,00
				6198236	USA	129569			116.652,00
				6953050	USB	129570			105.528,00
				6953077	USB	129571			105.528,00
				7295510	USB	129574			105.528,00
353110		MONGAGUÁ		6914691	USA	129575			116.652,00
				6972101	USB	129577			105.528,00
				6972128	USB	129578			105.528,00
353720		PEDRO DE TOLEDO		7228368	USB	129160			105.528,00
353760		PERUÍBE		6964869	USA	130501			116.652,00
				6912273	USB	130505			105.528,00
				6964893	USB	130501			105.528,00
354100		PRAIA GRANDE		6946127	USA	134456			116.652,00
				6946135	USB				105.528,00
				6946178	USB				105.528,00
				6946151	USB				105.528,00
				6946143	USB				105.528,00
TOTAL (R$)									1.940.802,00

PORTARIA GM/MS Nº 1.976, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Habilita o Hospital Santo Amaro como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco (GAR) Tipo I e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Município de Guarujá.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o disposto no art. 35, que estabelece a combinação de critérios segundo a análise técnica de programas e projetos para o estabelecimento de valores, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando o disposto no art. 3º e no art. 4º, que determinam a forma de repasse de recursos aos estados, municípios e Distrito Federal e as condições para que os entes recebam os recursos, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências da saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas de governo, especialmente o disposto no parágrafo único de seu art. 22, que condiciona a entrega dos recursos à instituição e ao funcionamento do Fundo e do Conselho de Saúde no âmbito do ente da federação e à elaboração do Plano de Saúde;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a estados, Distrito Federal e municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.160, de 28 de dezembro de 2012, que aprova a Etapa IV do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de São Paulo e aloca recursos financeiros para sua implementação;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 889, de 8 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos às Redes no SCNES;

Considerando o Capítulo II, Anexo II - Rede Cegonha - Título III - Das diretrizes de organização da atenção à saúde na gestação de alto risco - Capítulo IV e Título IV - das diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de unidade neonatal no âmbito do SUS - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando o Plano de Ação Regional da Rede Cegonha do respectivo Estado, aprovado pela Deliberação CIB 29/2012, de 19 de abril de 2012; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Guarujá/SP na Proposta SAIPS nº 84614 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - COSMU/DAPES/SAPS/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.042243/2021-89, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco (GAR) Tipo I, o estabelecimento descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A referida unidade poderá ser submetida à avaliação de técnicos da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, terão suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 893.520,00 (oitocentos e noventa e três mil e quinhentos e vinte reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Município de Guarujá.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Guarujá, IBGE 351870, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2021.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS	VALOR ANUAL
SP	351870	GUARUJA	HOSPITAL SANTO AMARO	2754843	MUNICIPAL	I	14.13 - ATENÇÃO HOSPITALAR DE REFERÊNCIA À GESTAÇÃO DE ALTO RISCO TIPO I	6	R$ 893.520,00

PORTARIA GM/MS Nº 1.978, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Exclui propostas do Anexo da Portaria nº 3.173/GM/MS, de 23 de novembro de 2020, que cancela propostas de recursos financeiros de Capital destinados à execução de obras de construção de UPA 24h e as propostas de recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Urgência e Emergência repassados aos Estados e Municípios; e

Considerando o Parecer Técnico nº 729/2021, da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.105093/2012-31, e o Parecer Técnico nº 808/2021, da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.037968/2011-83, resolve:

Art. 1º Ficam excluídas, do Anexo da Portaria GM/MS nº 3.173, de 23 de novembro de 2020, as propostas relacionadas no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	PROGRAMA	TIPO	PROPONENTE	PORTE	PROPOSTA SISMOB/ FNS/MS UPA 24h	NUP/SEI	PORTARIA DE REF. INVEST. UPA 24h	VALOR DA PROPOSTA (R$)	VALOR REPASSADO UPA 24h (R$)	PROPOSTA FNS/MS EQUIPAMENTOS	PORTARIA DE REF. EQUIPAMENTOS	VALOR REPASSADO EQUIPAMENTOS (R$)
RJ	RIO DAS OSTRAS	2012 PAC2	NOVA	SMS	II	02341.441000/1120-03	25000.105093/2012-31	PORTARIA GM/MS Nº 1.344, DE 29 DE JUNHO DE 2012	2.000.000,00	2.000.000,00	02341.441000/1160-04 399.600,00 e 02341441000117703 409.950,00	PORTARIA GM/MS Nº 2.589, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016 PORTARIA GM/MS Nº 3.075, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017	809.550,00
RO	ROLIM DE MOURA	2011 PAC2	NOVA	SMS	II	07851.282000/1100-12	25000.037968/2011-83	PORTARIA GM/MS Nº 1.734, DE 28 DE JULHO DE 2011	2.000.000,00	2.000.000,00	07851.282000/1150-09	PORTARIA GM/MS Nº 1.799, DE 5 DE NOVENMBRO DE 2015	253.517,00

PORTARIA GM/MS Nº 1.981, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Renova a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Minas Gerais e Município de Santo Antônio do Monte.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.268, de 25 de maio de 2017, que qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, nova) e estabelece recursos a serem destinados ao Estado de Minas Gerais e Município de Santo Antônio do Monte (MG);

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.535, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados à Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) - Título IV - Do Componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de Serviços de Urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Santo Antônio do Monte (MG) em Proposta SAIPS nº 116518, a aprovação e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Urgência por meio do Parecer Técnico nº 556/2020-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.012831/2017-10, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), do Município de Santo Antônio do Monte (MG), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, de acordo com o § 1º do art. 83, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica mantido o recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Minas Gerais e Município de Santo Antônio do Monte, no montante anual de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CUSTEIO	CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO	AMAZÔNIA LEGAL	INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL (R$)
MG	316040	Santo Antônio do Monte	7933401	Municipal	116518	Opção III	82.01 - QUALIFICAÇÃO UPA 24h NOVA - OPÇÃO III	NÃO	840.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 1.982, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Renova a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Jaguaré) e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Município de São José do Rio Preto.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.535, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados à Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) - Título IV - Do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de Serviços de Urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 761, de 27 de março de 2018, que altera a opção e o valor de custeio da Habilitação/Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento, para (UPA 24h, nova, Opção VIII) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de São Jose do Rio Preto;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.398, de 17 de julho de 2018, que renova a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. Domingo Marcolino Braile - Jaguaré) e mantém recursos destinados ao Estado de São Paulo e Município de São José do Rio Preto (SP); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de São José do Rio Preto (SP) em proposta SAIPS nº 114366 e a correspondente avaliação e aprovação da Coordenação-Geral de Urgência por meio do Parecer Técnico 473/2020-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.034812/2013-11, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Jaguaré), do Município de São José do Rio Preto (SP), conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, em conformidade com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica mantido o recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Município de São José do Rio Preto, no montante anual de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CUSTEIO	CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO	AMAZÔNIA LEGAL	INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL (R$)
354980	SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	6270131	MUNICIPAL	114366	Opção VIII	82.03 - QUALIFICAÇÃO UPA 24h NOVA - OPÇÃO VIII	NÃO	3.000.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 1.983, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Exclui o Município Araguaína - TO do Anexo II da Portaria nº 1.497/GM/MS, de 05 de julho de 2021, que credenciou estados, municípios e Distrito Federal a receberem incentivos financeiros referentes às equipes de Atenção Primária Prisional - eAPP.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica excluído do Anexo II da Portaria GM/MS nº 1.497, de 5 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 126, de 7 de julho de 2021, Seção 1, página 496, o Município de Araguaína - TO, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

MUNICÍPIO EXCLUÍDO DO ANEXO II DA PORTARIA Nº 1.497/GM/MS, DE 5 DE JULHO DE 2021

PROPOSTA	IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	COMPONENTE	QTD. EQUIPES	VALOR POR EQUIPE	VALOR TOTAL
139945	170210	TO	ARAGUAINA	2467658	EABP2	1	R$ 23.221,90	R$ 23.221,90

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 360, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de recurso administrativo em face de revogação de deferimento de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado de análise de recurso administrativo em sede de reconsideração de recurso administrativo de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.013413/2018-12

Razão Social: GACC - GRUPO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA COM CÂNCER

CNPJ: 01.146.603/0001-69

Município/UF: São José dos Campos/SP

DADOS DO PROJETO

Título do projeto: Expansão do Serviço de Neurologia para rede SUS atendida pelo CTFM/GACC.

Extrato do projeto (Resumo): Expandir o serviço de neurocirurgia oncológica no Hospital Centro de Tratamento Infanto Juvenil Fabiana Macedo de Morais, do Grupo de Assistência à Criança com Câncer - CTFM/GAAC, proporcionando aumento do serviço de neurologia por meio de tratamento especializado e integral aos pacientes da rede SUS com neoplasia de Sistema Nervoso Central atendimentos pela Instituição.

Prazo de execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses.

Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 3.834.535,69 (três milhões, oitocentos e trinta e quatro mil quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: Parecer Técnico nº 744/2021-DAET/CGAE/DAET/SAES/MS (0020406245).

Resultado: APROVADO, EM SEDE DE RECONSIDERAÇÃO, EM FACE DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

Valor aprovado: R$ 3.834.535,69 (três milhões oitocentos e trinta e quatro mil quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

Prazo de execução aprovado: 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 2º Fica revogada a Portaria GAB/SE nº 1.283, de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 248, de 24 de dezembro de 2019, Seção 1, página 294.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 814, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Indefere a Renovação do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba, com sede em Guariba (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 527/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.111201/2020-14, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba, CNPJ nº 48.662.167/0001-44, com sede em Guariba (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 816, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Indefere a Concessão do CEBAS do Círculo Operário Caxiense, com sede em Caxias do Sul (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 532/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.496034/2017-75, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Círculo Operário Caxiense, CNPJ nº 88.645.403/0001-39, com sede em Caxias do Sul (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA Nº 44, DE 20 DE JULHO DE 2021 (*)

Credencia municípios e Distrito Federal a fazerem jus a transferência dos incentivos financeiros federais de custeio referentes aos Agentes Comunitários de Saúde.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, que regulamenta o disposto no § 1º do art. 9º-C e no § 1º do art. 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Lei nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar normas que regulam o exercício profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias; e

Considerando a Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021, que consolida as normas sobre Atenção Primária à Saúde, resolve:

Art. 1º Credenciar os municípios e o Distrito Federal, conforme descrito no Anexo a esta Portaria, a fazerem jus a transferência dos incentivos financeiros federais de custeio referentes aos Agentes Comunitários de Saúde, com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. As transferências dos valores referentes aos ACS credenciados

ocorrerão de acordo com o estabelecido nos Títulos I e II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos incentivos financeiros federais para custeio das ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, bem como o normatizado na Seção I, do Capítulo I, do Título I da Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, do Bloco de Atenção Básica, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0002 - Agente Comunitário de Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde - FNS adotará as medidas necessárias para as transferências dos incentivos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

NÚMERO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE CREDENCIADOS, POR MUNICÍPIO E DISTRITO FEDERAL

UF	Município	IBGE	Novo credenciamento de ACS	Credenciado atual após novos credenciamentos
AC	Assis Brasil	120005	4	22
AC	Bujari	120013	5	32
AC	Capixaba	120017	6	36
AC	Cruzeiro do Sul	120020	62	249
AC	Epitaciolândia	120025	12	52
AC	Feijó	120030	8	57
AC	Mâncio Lima	120033	5	52
AC	Manoel Urbano	120034	1	24
AC	Marechal Thaumaturgo	120035	8	56
AC	Porto Walter	120039	3	28
AC	Tarauacá	120060	48	127
AL	Carneiros	270180	2	23
AL	Coité do Nóia	270200	1	25
AL	Colônia Leopoldina	270210	7	54
AL	Girau do Ponciano	270290	15	102
AL	Japaratinga	270360	4	21
AL	Limoeiro de Anadia	270420	4	72
AL	Major Isidoro	270440	2	50
AL	Maragogi	270450	12	81
AL	Novo Lino	270560	1	32
AL	Olivença	270600	2	29
AL	Ouro Branco	270610	2	29
AL	Palestina	270620	3	13
AL	Palmeira dos Índios	270630	15	183
AL	Pão de Açúcar	270640	1	61
AL	Piranhas	270710	3	63
AL	Poço das Trincheiras	270720	2	36
AL	Porto Real do Colégio	270750	4	50
AL	Santa Luzia do Norte	270790	1	18
AL	São Sebastião	270880	4	85
AL	Senador Rui Palmeira	270895	2	35
AM	Anamã	130008	9	43
AM	Anori	130010	10	59
AM	Autazes	130030	1	123
AM	Beruri	130063	15	60
AM	Canutama	130090	8	47
AM	Codajás	130130	3	81
AM	Eirunepé	130140	11	99
AM	Guajará	130165	5	50
AM	Humaitá	130170	9	156
AM	Ipixuna	130180	10	79
AM	Lábrea	130240	21	133
AM	Manacapuru	130250	27	274
AM	Manaquiri	130255	28	94
AM	Manaus	130260	600	1919
AM	Manicoré	130270	23	173
AM	Nhamundá	130300	2	67
AM	Novo Airão	130320	4	56
AM	Novo Aripuanã	130330	10	70
AM	Presidente Figueiredo	130353	34	111
AM	Rio Preto da Eva	130356	2	90
AM	São Gabriel da Cachoeira	130380	45	111
AM	São Paulo de Olivença	130390	20	121
AM	São Sebastião do Uatumã	130395	2	42
AM	Tabatinga	130406	33	186
AM	Urucurituba	130440	4	68
AP	Amapá	160010	8	24
AP	Calçoene	160020	10	30
AP	Cutias	160021	6	18
AP	Ferreira Gomes	160023	2	22
AP	Itaubal	160025	3	17
AP	Pedra Branca do Amapari	160015	13	44
AP	Porto Grande	160053	21	49
AP	Serra do Navio	160005	2	16
AP	Tartarugalzinho	160070	20	52
AP	Vitória do Jari	160080	3	43
BA	Adustina	290035	6	42
BA	América Dourada	290115	16	40
BA	Antônio Gonçalves	290180	5	29
BA	Barra	290270	30	134
BA	Barreiras	290320	70	339
BA	Belmonte	290340	23	58
BA	Boninal	290400	2	36
BA	Cairu	290540	2	35
BA	Candiba	290660	4	32
BA	Canudos	290682	6	35
BA	Capim Grosso	290687	6	73
BA	Cardeal da Silva	290700	1	23
BA	Central	290760	6	43
BA	Cipó	290790	4	43
BA	Cocos	290810	9	47
BA	Conceição da Feira	290820	10	56
BA	Conceição do Jacuípe	290850	10	65
BA	Coração de Maria	290890	3	57
BA	Crisópolis	290960	1	45
BA	Cristópolis	290970	2	35
BA	Dias d'Ávila	291005	72	203
BA	Dom Basílio	291010	1	30
BA	Esplanada	291060	17	93
BA	Floresta Azul	291100	1	27
BA	Ibicoara	291220	7	49

BA	Iraquara	291440	10	63
BA	Irecê	291460	12	159
BA	Itabela	291465	8	76
BA	Itaguaçu da Bahia	291535	3	36
BA	Itapitanga	291660	1	26
BA	Itaquara	291670	6	21
BA	Ituberá	291730	15	70
BA	Jaguarari	291770	8	84
BA	Livramento de Nossa Senhora	291950	2	108
BA	Macarani	291970	3	42
BA	Mansidão	292045	3	34
BA	Morro do Chapéu	292170	1	89
BA	Mutuípe	292240	5	56
BA	Nordestina	292265	5	33
BA	Nova Itarana	292280	3	21
BA	Paratinga	292370	13	68
BA	Pilão Arcado	292440	12	81
BA	Prado	292550	3	70
BA	Presidente Dutra	292560	4	38
BA	Ribeira do Pombal	292660	12	135
BA	Salvador	292740	315	1600
BA	São Felipe	292910	5	53
BA	São Francisco do Conde	292920	25	100
BA	Sebastião Laranjeiras	293000	1	29
BA	Senhor do Bonfim	293010	4	177
BA	Umburanas	293245	11	48
BA	Várzea Nova	293315	3	32
CE	Acopiara	230030	10	136
CE	Alcântaras	230050	2	29
CE	Assaré	230160	2	59
CE	Beberibe	230220	24	134
CE	Boa Viagem	230240	18	136
CE	Caridade	230300	6	42
CE	Cascavel	230350	21	174
CE	Caucaia	230370	200	663
CE	Cedro	230380	10	64
CE	Coreaú	230400	7	58
CE	Cruz	230425	2	62
CE	Farias Brito	230430	2	49
CE	Frecheirinha	230450	1	35
CE	Granja	230470	3	137
CE	Independência	230560	8	65
CE	Ipaumirim	230570	2	31
CE	Itaiçaba	230620	1	20
CE	Itaitinga	230625	18	86
CE	Itarema	230655	5	95
CE	Itatira	230660	3	54
CE	Jaguaruana	230700	2	84
CE	Jijoca de Jericoacoara	230725	6	50
CE	Jucás	230740	5	62
CE	Lavras da Mangabeira	230750	1	79
CE	Martinópole	230790	5	28
CE	Milagres	230830	4	69
CE	Missão Velha	230840	14	88
CE	Morada Nova	230870	2	127
CE	Moraújo	230880	4	22
CE	Nova Olinda	230920	3	39
CE	Nova Russas	230930	12	81
CE	Novo Oriente	230940	1	72
CE	Paramoti	231040	2	31
CE	Pedra Branca	231050	3	108
CE	Piquet Carneiro	231090	2	42
CE	Potengi	231120	2	28
CE	Quiterianópolis	231126	3	52
CE	Quixeré	231150	2	54
CE	Reriutaba	231170	3	46
CE	Senador Sá	231280	5	19
CE	Solonópole	231300	1	46
CE	Tauá	231330	12	147
CE	Tururu	231355	5	41
CE	Uruburetama	231380	4	55
CE	Uruoca	231390	2	35
DF	Brasília	530010	1000	1974
ES	Cariacica	320130	489	530
ES	Nova Venécia	320390	3	118
ES	Santa Maria de Jetibá	320455	9	90
ES	Vitória	320530	3	365
GO	Acreúna	520013	9	53
GO	Alexânia	520030	24	69
GO	Alto Horizonte	520055	4	16
GO	Anicuns	520130	1	55
GO	Aporé	520150	2	10
GO	Baliza	520310	3	13
GO	Bonfinópolis	520355	2	23
GO	Buriti Alegre	520390	6	24
GO	Cachoeira Alta	520410	9	31
GO	Caldas Novas	520450	100	179
GO	Caldazinha	520455	2	10
GO	Campinorte	520470	4	32
GO	Campo Limpo de Goiás	520485	7	19
GO	Corumbá de Goiás	520580	4	28
GO	Crixás	520640	2	42
GO	Gouvelândia	520915	10	15
GO	Leopoldo de Bulhões	521230	1	19
GO	Mambaí	521270	7	22
GO	Morrinhos	521380	22	115
GO	Nazário	521440	3	23
GO	Ouvidor	521550	6	17
GO	Padre Bernardo	521560	29	85
GO	São Francisco de Goiás	521990	3	16
GO	Serranópolis	522050	5	16
GO	Taquaral de Goiás	522100	1	9
MA	Amarante do Maranhão	210060	7	130
MA	Anapurus	210080	1	39
MA	Apicum-Açu	210083	8	50
MA	Arari	210100	8	87

MA	Bela Vista do Maranhão	210177	1	35
MA	Bom Lugar	210207	3	53
MA	Buriti Bravo	210230	10	66
MA	Buritirana	210235	1	50
MA	Cachoeira Grande	210237	3	29
MA	Cajapió	210240	1	36
MA	Cajari	210250	3	64
MA	Campestre do Maranhão	210255	2	39
MA	Cândido Mendes	210260	3	58
MA	Carutapera	210290	3	66
MA	Central do Maranhão	210312	2	26
MA	Centro do Guilherme	210315	3	40
MA	Cidelândia	210325	8	46
MA	Colinas	210350	2	118
MA	Conceição do Lago-Açu	210355	4	50
MA	Davinópolis	210375	5	35
MA	Estreito	210405	26	117
MA	Gonçalves Dias	210440	2	56
MA	Governador Archer	210450	1	31
MA	Governador Edison Lobão	210455	1	56
MA	Governador Luiz Rocha	210462	3	22
MA	Graça Aranha	210470	5	19
MA	Grajaú	210480	27	204
MA	Icatu	210510	2	88
MA	Igarapé Grande	210520	1	33
MA	Itapecuru Mirim	210540	3	203
MA	João Lisboa	210550	3	65
MA	Lago da Pedra	210570	2	144
MA	Lago dos Rodrigues	210594	1	26
MA	Lago Verde	210590	7	52
MA	Lajeado Novo	210598	5	23
MA	Marajá do Sena	210635	4	27
MA	Maranhãozinho	210637	3	47
MA	Matinha	210650	4	73
MA	Miranda do Norte	210675	32	77
MA	Monção	210690	5	104
MA	Morros	210710	3	62
MA	Nova Iorque	210730	1	14
MA	Nova Olinda do Maranhão	210735	10	61
MA	Olho d'Água das Cunhãs	210740	17	59
MA	Olinda Nova do Maranhão	210745	3	45
MA	Pastos Bons	210800	1	55
MA	Paulo Ramos	210810	10	63
MA	Pedro do Rosário	210825	14	83
MA	Penalva	210830	3	117
MA	Peri Mirim	210840	5	47
MA	Porto Franco	210900	13	65
MA	Presidente Dutra	210910	16	134
MA	Presidente Médici	210923	1	20
MA	Presidente Sarney	210927	9	63
MA	Presidente Vargas	210930	4	35
MA	Raposa	210945	17	89
MA	Rosário	210960	2	126
MA	Santa Filomena do Maranhão	210975	8	25
MA	Santa Inês	210990	17	228
MA	Santa Rita	211020	13	117
MA	São João do Soter	211107	7	59
MA	São Mateus do Maranhão	211150	1	116
MA	São Pedro da Água Branca	211153	3	33
MA	São Raimundo das Mangabeiras	211160	3	53
MA	São Roberto	211167	2	21
MA	São Vicente Ferrer	211170	5	73
MA	Satubinha	211172	4	42
MA	Senador Alexandre Costa	211174	3	33
MA	Sítio Novo	211180	3	59
MA	Trizidela do Vale	211223	2	58
MA	Turiaçu	211240	9	115
MA	Turilândia	211245	14	79
MA	Urbano Santos	211260	14	83
MA	Vargem Grande	211270	2	158
MA	Viana	211280	13	157
MA	Vila Nova dos Martírios	211285	16	40
MG	Abre Campo	310030	1	34
MG	Águas Vermelhas	310100	1	34
MG	Além Paraíba	310150	6	42
MG	Alterosa	310200	9	36
MG	Alto Caparaó	310205	2	15
MG	Antônio Carlos	310290	2	25
MG	Arceburgo	310410	6	24
MG	Baldim	310500	6	18
MG	Boa Esperança	310710	10	80
MG	Bom Jesus do Amparo	310770	3	15
MG	Brasilândia de Minas	310855	5	41
MG	Buenópolis	310920	1	26
MG	Cachoeira Dourada	310980	1	7
MG	Cambuquira	311070	5	32
MG	Campanha	311090	8	40
MG	Caparaó	311210	1	14
MG	Capitão Enéas	311270	2	38
MG	Careaçu	311360	1	17
MG	Carmésia	311380	3	7
MG	Carmo do Cajuru	311420	11	43
MG	Carmo do Rio Claro	311440	12	42
MG	Cascalho Rico	311500	3	8
MG	Centralina	311580	2	26
MG	Chapada Gaúcha	311615	4	32
MG	Cônego Marinho	311783	1	19
MG	Confins	311787	2	16
MG	Congonhas do Norte	311810	3	13
MG	Conquista	311820	1	17
MG	Coronel Fabriciano	311940	143	275
MG	Cristais	312020	3	28
MG	Cristália	312030	1	15
MG	Crucilândia	312060	1	13
MG	Datas	312100	1	14
MG	Delta	312125	9	26
MG	Divinópolis	312230	185	284
MG	Elói Mendes	312360	15	56
MG	Estiva	312450	12	28
MG	Extrema	312510	8	91
MG	Felisburgo	312560	3	19

MG	Fernandes Tourinho	312580	2	9
MG	Gonçalves	312740	3	11
MG	Guaranésia	312830	3	46
MG	Ibertioga	312940	2	13
MG	Ibiaí	312960	2	21
MG	Ijaci	313040	3	16
MG	Imbé de Minas	313055	1	17
MG	Itajubá	313240	30	132
MG	Itamarandiba	313250	4	85
MG	Itueta	313410	1	15
MG	Ituiutaba	313420	70	135
MG	Jaíba	313505	11	97
MG	Jampruca	313507	2	14
MG	Joaíma	313600	7	39
MG	João Monlevade	313620	13	68
MG	Ladainha	313700	2	45
MG	Lagoa Dourada	313740	2	28
MG	Lajinha	313770	5	50
MG	Laranjal	313800	2	17
MG	Luminárias	313870	1	14
MG	Mantena	313960	17	69
MG	Mar de Espanha	313980	3	32
MG	Martins Soares	314053	3	21
MG	Mata Verde	314055	1	21
MG	Mateus Leme	314070	14	62
MG	Moema	314240	1	19
MG	Montezuma	314345	1	21
MG	Nova Era	314470	8	27
MG	Nova Ponte	314500	16	39
MG	Nova Resende	314510	11	42
MG	Nova Serrana	314520	24	165
MG	Orizânia	314587	1	20
MG	Ouro Fino	314600	15	31
MG	Padre Carvalho	314625	3	16
MG	Pavão	314850	5	21
MG	Pedrinópolis	314920	2	9
MG	Piedade de Caratinga	315015	3	21
MG	Pirajuba	315070	5	15
MG	Piumhi	315150	19	87
MG	Planura	315160	5	23
MG	Ponto dos Volantes	315217	1	30
MG	Prata	315280	5	58
MG	Raposos	315390	12	29
MG	Resende Costa	315420	5	29
MG	Resplendor	315430	5	43
MG	Rio do Prado	315510	1	13
MG	Rio Manso	315530	2	15
MG	Rubim	315660	1	26
MG	Sabará	315670	143	214
MG	Salto da Divisa	315710	1	18
MG	Santa Cruz de Minas	315733	3	15
MG	Santa Juliana	315770	21	35
MG	Santa Margarida	315790	3	41
MG	Santa Maria de Itabira	315800	2	25
MG	Santa Rita do Sapucaí	315960	6	68
MG	Santana do Manhuaçu	315890	1	22
MG	Santo Antônio do Amparo	315990	1	35
MG	Santo Antônio do Monte	316040	1	71
MG	São Domingos das Dores	316095	2	14
MG	São Francisco de Sales	316130	6	15
MG	São Gonçalo do Abaeté	316170	6	21
MG	São João do Manhuaçu	316255	3	29
MG	São João do Manteninha	316257	2	15
MG	São Joaquim de Bicas	316292	14	49
MG	São José do Alegre	316320	1	7
MG	São José do Mantimento	316360	1	7
MG	Senador Firmino	316570	2	20
MG	Serro	316710	5	52
MG	Sete Lagoas	316720	48	349
MG	Setubinha	316555	3	31
MG	Silvianópolis	316740	3	16
MG	Sobrália	316770	1	14
MG	Teixeiras	316850	1	29
MG	Teófilo Otoni	316860	14	351
MG	Turmalina	316970	1	47
MG	Turvolândia	316980	2	13
MG	Vazante	317100	2	51
MS	Água Clara	500020	19	39
MS	Anastácio	500070	15	55
MS	Aparecida do Taboado	500100	9	45
MS	Aral Moreira	500124	11	30
MS	Bodoquena	500215	2	22
MS	Brasilândia	500230	1	26
MS	Chapadão do Sul	500295	10	56
MS	Corumbá	500320	8	181
MS	Costa Rica	500325	1	48
MS	Deodápolis	500345	5	32
MS	Dourados	500370	20	288
MS	Juti	500515	6	17
MS	Ponta Porã	500660	80	231
MS	Terenos	500800	10	48
MT	Alto Paraguai	510050	5	21
MT	Aripuanã	510140	10	56
MT	Barra do Bugres	510170	25	67
MT	Bom Jesus do Araguaia	510185	3	20
MT	Campos de Júlio	510268	2	19
MT	Cocalinho	510310	1	16
MT	Gaúcha do Norte	510385	2	14
MT	Glória D'Oeste	510395	1	9
MT	Jangada	510490	6	27
MT	Nobres	510590	9	41
MT	Nossa Senhora do Livramento	510610	8	34
MT	Nova Maringá	510890	4	19
MT	Nova Monte Verde	510895	3	28
MT	Nova Nazaré	510617	1	11
MT	Nova Santa Helena	510619	1	11

MT	Nova Ubiratã	510624	7	30
MT	Peixoto de Azevedo	510642	20	77
MT	Porto Esperidião	510682	8	38
MT	Querência	510706	7	49
MT	Ribeirão Cascalheira	510718	2	22
MT	Rondonópolis	510760	250	535
MT	Santa Terezinha	510777	3	26
MT	Sapezal	510787	20	41
MT	Serra Nova Dourada	510788	2	5
MT	Tesouro	510810	5	11
MT	Vila Rica	510860	18	60
PA	Abaetetuba	150010	120	464
PA	Afuá	150030	21	129
PA	Água Azul do Norte	150034	3	92
PA	Altamira	150060	187	305
PA	Anajás	150070	22	90
PA	Aurora do Pará	150095	10	88
PA	Bagre	150110	16	95
PA	Baião	150120	37	112
PA	Belterra	150145	4	55
PA	Breu Branco	150178	61	168
PA	Bujaru	150190	32	93
PA	Cachoeira do Arari	150200	16	76
PA	Cachoeira do Piriá	150195	20	113
PA	Cametá	150210	125	340
PA	Canaã dos Carajás	150215	17	102
PA	Conceição do Araguaia	150270	11	134
PA	Concórdia do Pará	150275	16	100
PA	Cumaru do Norte	150276	6	44
PA	Curralinho	150280	36	109
PA	Floresta do Araguaia	150304	3	59
PA	Garrafão do Norte	150307	1	83
PA	Goianésia do Pará	150309	45	115
PA	Gurupá	150310	11	107
PA	Igarapé-Açu	150320	11	114
PA	Magalhães Barata	150410	2	26
PA	Melgaço	150450	26	92
PA	Moju	150470	34	152
PA	Mojuí dos Campos	150475	1	57
PA	Monte Alegre	150480	14	180
PA	Nova Timboteua	150500	7	48
PA	Oeiras do Pará	150520	4	87
PA	Ourilândia do Norte	150543	4	89
PA	Portel	150580	117	190
PA	Prainha	150600	2	87
PA	Redenção	150613	17	219
PA	Rio Maria	150616	1	50
PA	Rurópolis	150619	36	160
PA	Salvaterra	150630	38	69
PA	Santana do Araguaia	150670	81	189
PA	São Félix do Xingu	150730	86	391
PA	São João da Ponta	150746	4	21
PA	São João de Pirabas	150747	7	70
PA	São Sebastião da Boa Vista	150770	13	83
PA	Sapucaia	150775	2	17
PA	Terra Alta	150796	2	37
PA	Terra Santa	150797	6	55
PA	Xinguara	150840	5	123
PB	Alagoa Nova	250040	3	52
PB	Alcantil	250053	1	14
PB	Alhandra	250060	4	49
PB	Amparo	250073	1	6
PB	Aparecida	250077	3	21
PB	Araruna	250100	14	51
PB	Aroeiras	250130	1	48
PB	Assunção	250135	1	10
PB	Baía da Traição	250140	4	22
PB	Barra de Santa Rosa	250160	3	38
PB	Brejo do Cruz	250280	3	35
PB	Cachoeira dos Índios	250330	1	26
PB	Cajazeiras	250370	18	155
PB	Cajazeirinhas	250375	1	8
PB	Campo de Santana	251640	1	27
PB	Conceição	250440	3	47
PB	Cruz do Espírito Santo	250490	2	38
PB	Cubati	250500	1	19
PB	Damião	250535	1	13
PB	Desterro	250540	1	21
PB	Gurjão	250650	1	9
PB	Imaculada	250670	1	30
PB	Juazeirinho	250770	7	45
PB	Junco do Seridó	250780	3	18
PB	Logradouro	250855	1	11
PB	Malta	250880	2	14
PB	Mari	250910	1	55
PB	Massaranduba	250920	2	35
PB	Montadas	250950	1	14
PB	Monte Horebe	250960	1	12
PB	Monteiro	250970	2	76
PB	Nova Palmeira	251030	3	12
PB	Olivedos	251050	1	10
PB	Passagem	251070	1	6
PB	Patos	251080	32	269
PB	Pitimbu	251190	10	48
PB	Poço de José de Moura	251207	1	11
PB	Prata	251220	1	11
PB	Quixabá	251260	1	5
PB	Remígio	251270	3	46
PB	Salgadinho	251300	1	10
PB	São Domingos do Cariri	251394	1	7
PB	São José de Piranhas	251450	1	49
PB	São Miguel de Taipu	251500	2	18
PB	São Sebastião de Lagoa de Roça	251510	3	29
PB	São Sebastião do Umbuzeiro	251520	2	9
PB	Sapé	251530	6	128
PB	Seridó	251540	3	27

PB	Serra Branca	251550	3	34
PB	Soledade	251610	4	37
PB	Sousa	251620	4	161
PB	Teixeira	251670	2	38
PB	Tenório	251675	1	8
PB	Uiraúna	251690	4	38
PB	Umbuzeiro	251700	1	25
PE	Altinho	260080	5	52
PE	Amaraji	260090	2	57
PE	Angelim	260100	2	28
PE	Arcoverde	260120	39	157
PE	Barreiros	260140	7	107
PE	Bom Jardim	260220	11	98
PE	Brejinho	260250	1	19
PE	Brejo da Madre de Deus	260260	29	127
PE	Cabrobó	260300	16	86
PE	Caetés	260320	12	72
PE	Canhotinho	260370	7	62
PE	Carnaíba	260390	2	49
PE	Cedro	260430	3	30
PE	Correntes	260470	2	46
PE	Feira Nova	260540	14	55
PE	Granito	260630	2	19
PE	Inajá	260700	14	58
PE	Itambé	260765	9	91
PE	Jataúba	260800	8	43
PE	Jatobá	260805	7	37
PE	Jupi	260830	1	37
PE	Jurema	260840	3	38
PE	Lagoa do Carro	260845	12	45
PE	Machados	260910	10	40
PE	Maraial	260920	1	28
PE	Moreno	260940	61	154
PE	Nazaré da Mata	260950	6	81
PE	Orocó	260980	4	37
PE	Palmares	261000	39	158
PE	Pombos	261130	10	55
PE	Primavera	261140	6	31
PE	Quipapá	261150	6	65
PE	Ribeirão	261180	25	119
PE	Rio Formoso	261190	12	54
PE	Salgadinho	261210	10	27
PE	Salgueiro	261220	9	139
PE	Santa Cruz do Capibaribe	261250	121	270
PE	Santa Maria da Boa Vista	261260	5	105
PE	Santa Maria do Cambucá	261270	5	35
PE	Santa Terezinha	261280	3	30
PE	São José da Coroa Grande	261340	15	52
PE	São José do Egito	261360	6	85
PE	São Vicente Ferrer	261380	4	45
PE	Serrita	261400	4	48
PE	Sirinhaém	261420	21	115
PE	Tabira	261460	1	71
PE	Tamandaré	261485	7	58
PE	Terezinha	261510	1	18
PE	Tracunhaém	261550	5	34
PE	Triunfo	261570	3	38
PE	Tupanatinga	261580	28	68
PE	Venturosa	261600	4	46
PE	Vicência	261630	16	82
PI	Alto Longá	220030	1	36
PI	Altos	220040	4	101
PI	Anísio de Abreu	220070	2	25
PI	Barras	220120	4	116
PI	Belém do Piauí	220157	1	9
PI	Beneditinos	220160	1	26
PI	Bertolínia	220170	1	14
PI	Brasileira	220196	1	21
PI	Buriti dos Montes	220202	1	21
PI	Cajueiro da Praia	220208	1	19
PI	Campo Alegre do Fidalgo	220211	1	13
PI	Campo Grande do Piauí	220213	1	15
PI	Campo Maior	220220	2	117
PI	Canto do Buriti	220230	2	53
PI	Capitão de Campos	220240	1	29
PI	Cocal	220270	1	69
PI	Cocal dos Alves	220272	1	15
PI	Coronel José Dias	220285	1	12
PI	Corrente	220290	3	67
PI	Cristalândia do Piauí	220300	1	21
PI	Cristino Castro	220310	1	26
PI	Curimatá	220320	1	28
PI	Currais	220323	1	12
PI	Dirceu Arcoverde	220335	1	18
PI	Dom Inocêncio	220345	1	24
PI	Esperantina	220370	4	99
PI	Ipiranga do Piauí	220480	1	25
PI	Jaicós	220520	2	48
PI	João Costa	220535	1	8
PI	Joaquim Pires	220540	1	36
PI	Luís Correia	220570	10	76
PI	Luzilândia	220580	1	64
PI	Madeiro	220585	1	21
PI	Matias Olímpio	220610	1	27
PI	Murici dos Portelas	220669	1	23
PI	Nossa Senhora dos Remédios	220680	1	22
PI	Pedro II	220790	3	97
PI	Piripiri	220840	3	159
PI	Porto	220850	1	31

PI	Redenção do Gurguéia	220870	1	22
PI	Santa Luz	220930	1	15
PI	São João da Canabrava	220985	1	12
PI	São João da Varjota	220995	1	12
PI	São João do Arraial	220997	1	20
PI	São João do Piauí	221000	2	52
PI	São Julião	221030	1	16
PI	São Miguel da Baixa Grande	221038	1	6
PI	São Pedro do Piauí	221050	1	36
PI	São Raimundo Nonato	221060	4	85
PI	Sebastião Leal	221063	1	11
PI	Sigefredo Pacheco	221065	1	25
PI	Sussuapara	221093	1	17
PR	Abatiá	410010	4	19
PR	Alvorada do Sul	410080	4	21
PR	Araruna	410170	3	29
PR	Araucária	410180	44	166
PR	Curitiba	410690	85	547
PR	Douradina	410725	5	22
PR	Doutor Camargo	410730	1	11
PR	Enéas Marques	410740	2	15
PR	Faxinal	410760	11	43
PR	Floresta	410790	4	17
PR	Flórida	410810	1	5
PR	Francisco Beltrão	410840	30	197
PR	Guamiranga	410895	2	22
PR	Ibaiti	410970	14	78
PR	Ibema	410975	7	16
PR	Imbituva	411010	15	57
PR	Ipiranga	411050	8	32
PR	Iretama	411080	8	20
PR	Jacarezinho	411180	14	66
PR	Lupionópolis	411380	1	12
PR	Mariópolis	411530	7	15
PR	Matinhos	411570	8	56
PR	Mercedes	411585	1	14
PR	Nova Cantu	411680	3	13
PR	Nova Esperança do Sudoeste	411695	3	13
PR	Palotina	411790	1	49
PR	Paranacity	411810	6	16
PR	Paranaguá	411820	98	241
PR	Quedas do Iguaçu	412090	26	70
PR	Rancho Alegre	412130	2	10
PR	Rancho Alegre D'Oeste	412135	1	5
PR	Rio Azul	412200	3	38
PR	Santa Izabel do Oeste	412380	5	28
PR	Tamarana	412667	2	27
PR	Terra Boa	412720	6	43
PR	Tibagi	412750	9	51
PR	Tupãssi	412795	3	12
RJ	Angra dos Reis	330010	25	323
RJ	Armação dos Búzios	330023	30	62
RJ	Barra do Piraí	330030	64	104
RJ	Barra Mansa	330040	57	238
RJ	Belford Roxo	330045	994	1277
RJ	Cardoso Moreira	330115	1	32
RJ	Duas Barras	330160	7	29
RJ	Itaguaí	330200	47	145
RJ	Italva	330205	6	36
RJ	Magé	330250	60	473
RJ	Paraíba do Sul	330370	18	111
RJ	Paty do Alferes	330385	22	69
RJ	Piraí	330400	3	73
RJ	Porciúncula	330410	8	47
RJ	São Fidélis	330480	43	97
RJ	São João de Meriti	330510	200	777
RJ	São José de Ubá	330513	1	18
RJ	Tanguá	330575	11	86
RJ	Valença	330610	20	185
RJ	Varre-Sai	330615	4	21
RN	Alto do Rodrigues	240070	11	36
RN	Antônio Martins	240090	1	18
RN	Arês	240120	6	36
RN	Baía Formosa	240140	1	23
RN	Baraúna	240145	15	61
RN	Bom Jesus	240170	2	26
RN	Caiçara do Rio do Vento	240190	1	9
RN	Cerro Corá	240270	2	28
RN	Governador Dix-Sept Rosado	240430	1	33
RN	Itajá	240485	1	19
RN	Itaú	240490	2	15
RN	Jardim do Seridó	240570	1	30
RN	Lagoa d'Anta	240620	1	17
RN	Lajes Pintadas	240680	1	12
RN	Lucrécia	240690	1	10
RN	Major Sales	240725	2	10
RN	Monte Alegre	240780	6	49
RN	Mossoró	240800	54	533
RN	Nova Cruz	240830	4	93
RN	Parazinho	240880	1	13
RN	Passagem	240920	1	8
RN	Patu	240930	2	32
RN	Pau dos Ferros	240940	8	76
RN	Pedro Velho	240980	5	37
RN	Portalegre	241020	2	20
RN	Pureza	241040	2	19
RN	Rio do Fogo	240895	3	27
RN	Santo Antônio	241150	15	60
RN	São Miguel do Gostoso	241255	3	26
RN	Sítio Novo	241370	3	14
RN	Tenente Laurentino Cruz	241415	1	15
RN	Tibau do Sul	241420	5	35
RO	Guajará-Mirim	110010	40	122
RO	Ji-Paraná	110012	100	290
RO	Machadinho D'Oeste	110013	20	100
RO	Monte Negro	110140	9	48

RO	Nova União	110143	2	23
RR	Bonfim	140015	2	37
RR	Caracaraí	140020	5	57
RR	Mucajaí	140030	9	52
RS	Arambaré	430085	2	9
RS	Arroio do Tigre	430120	2	32
RS	Arroio dos Ratos	430110	5	22
RS	Balneário Pinhal	430163	3	25
RS	Bom Retiro do Sul	430240	1	11
RS	Cachoeirinha	430310	5	70
RS	Camaquã	430350	12	48
RS	Campo Bom	430390	2	83
RS	Candiota	430435	3	24
RS	Capão do Leão	430466	12	12
RS	Capela de Santana	430468	2	19
RS	Carazinho	430470	47	77
RS	Charqueadas	430535	9	58
RS	Erebango	430697	2	7
RS	Giruá	430900	3	35
RS	Itaqui	431060	68	94
RS	Jacutinga	431090	1	9
RS	Lagoa Bonita do Sul	431123	1	7
RS	Lajeado do Bugre	431142	1	6
RS	Mariana Pimentel	431198	2	2
RS	Nonoai	431270	7	29
RS	Osório	431350	20	65
RS	Palmitinho	431380	1	18
RS	Quaraí	431530	31	57
RS	Santa Vitória do Palmar	431730	3	46
RS	Santiago	431740	10	68
RS	São Borja	431800	15	116
RS	São José do Norte	431850	7	37
RS	São José do Ouro	431860	4	12
RS	Seberi	432020	2	27
RS	Taquari	432130	12	49
RS	Tavares	432135	1	8
RS	Trindade do Sul	432195	1	15
RS	Xangri-lá	432380	21	40
SC	Aurora	420190	1	14
SC	Balneário Camboriú	420200	16	96
SC	Balneário Piçarras	421280	2	52
SC	Barra Velha	420210	10	57
SC	Biguaçu	420230	26	112
SC	Blumenau	420240	231	488
SC	Braço do Norte	420280	5	65
SC	Camboriú	420320	5	102
SC	Canelinha	420370	2	23
SC	Chapecó	420420	10	334
SC	Erval Velho	420520	1	11
SC	Garopaba	420570	19	58
SC	Herval d'Oeste	420670	13	39
SC	Imbituba	420730	15	112
SC	Ipuaçu	420768	2	19
SC	Ipumirim	420770	3	19
SC	Itajaí	420820	120	431
SC	Jaguaruna	420880	2	50
SC	Nova Veneza	421160	4	38
SC	Rio das Antas	421440	1	16
SC	Santo Amaro da Imperatriz	421570	12	54
SC	São Francisco do Sul	421620	91	132
SC	Treviso	421835	1	10
SC	Treze de Maio	421840	1	18
SE	Aquidabã	280020	5	54
SE	Areia Branca	280050	2	44
SE	Campo do Brito	280100	5	40
SE	Canhoba	280110	1	10
SE	Canindé de São Francisco	280120	11	75
SE	Capela	280130	10	78
SE	Carira	280140	1	50
SE	Carmópolis	280150	11	40
SE	Cristinápolis	280170	4	45
SE	Feira Nova	280220	1	14
SE	General Maynard	280250	3	8
SE	Gracho Cardoso	280260	1	15
SE	Japaratuba	280330	5	47
SE	Muribeca	280430	1	19
SE	Pedra Mole	280500	1	8
SE	Pinhão	280520	1	16
SE	Poço Redondo	280540	13	87
SE	Poço Verde	280550	12	55
SE	Simão Dias	280710	2	101
SE	Tobias Barreto	280740	10	130
SE	Tomar do Geru	280750	4	34
SE	Umbaúba	280760	19	63
SP	Águas de Santa Bárbara	350055	6	15
SP	Altinópolis	350100	2	27
SP	Amparo	350190	10	95
SP	Andradina	350210	43	143
SP	Araçariguama	350275	30	30
SP	Aramina	350300	1	13
SP	Areias	350350	3	10
SP	Artur Nogueira	350380	25	77
SP	Aspásia	350395	1	5
SP	Bálsamo	350480	4	11
SP	Bananal	350490	4	20
SP	Bariri	350520	24	48
SP	Barra Bonita	350530	3	14
SP	Barra do Chapéu	350535	1	14
SP	Bauru	350600	6	138
SP	Bebedouro	350610	30	139
SP	Bofete	350690	21	21
SP	Botucatu	350750	35	101
SP	Cajati	350925	20	59
SP	Canas	350995	6	12
SP	Chavantes	355720	1	5
SP	Colômbia	351210	1	16
SP	Cosmorama	351290	5	18
SP	Eldorado	351480	7	39

SP	Estiva Gerbi	355730	5	20
SP	Estrela d'Oeste	351520	6	21
SP	Fernando Prestes	351560	1	14
SP	Florínia	351610	1	7
SP	Franco da Rocha	351640	93	200
SP	Guapiaçu	351750	33	54
SP	Guapiara	351760	2	43
SP	Guaraci	351790	9	27
SP	Holambra	351905	21	37
SP	Iepê	351990	2	20
SP	Igaraçu do Tietê	352000	40	60
SP	Indiana	352060	1	12
SP	Ipeúna	352110	14	19
SP	Itaporanga	352280	4	29
SP	Itaquaquecetuba	352310	40	165
SP	Itatinga	352350	6	8
SP	Juquitiba	352620	7	77
SP	Lavrinhas	352660	6	18
SP	Macatuba	352800	1	18
SP	Macedônia	352820	2	9
SP	Miguelópolis	352970	40	56
SP	Mirante do Paranapanema	353020	1	46
SP	Mongaguá	353110	29	91
SP	Monte Azul Paulista	353150	23	48
SP	Nova Granada	353300	18	36
SP	Nova Independência	353320	2	10
SP	Nuporanga	353360	7	19
SP	Óleo	353380	6	6
SP	Palestina	353500	10	20
SP	Pardinho	353610	2	2
SP	Pederneiras	353670	10	73
SP	Pedreira	353710	3	41
SP	Pedro de Toledo	353720	2	28
SP	Peruíbe	353760	69	148
SP	Pindorama	353810	5	18
SP	Pirapora do Bom Jesus	353910	20	47
SP	Platina	353970	3	8
SP	Pontal	354020	7	61
SP	Pontalinda	354025	1	8
SP	Porangaba	354050	7	19
SP	Pradópolis	354090	8	12
SP	Queiroz	354180	4	9
SP	Quintana	354200	2	17
SP	Regente Feijó	354240	4	51
SP	Restinga	354270	1	14
SP	Ribeirão Branco	354300	12	41
SP	Rubiácea	354440	1	8
SP	Saltinho	354515	8	12
SP	Salto de Pirapora	354530	1	103
SP	Santana de Parnaíba	354730	30	131
SP	São Bento do Sapucaí	354860	6	18
SP	São João de Iracema	354925	1	5
SP	Taciba	355290	2	16
SP	Tarumã	355395	3	27
SP	Taubaté	355410	40	167
SP	Terra Roxa	355440	5	23
SP	Ubirajara	355550	2	12
SP	Urânia	355580	2	23
SP	Vera Cruz	355660	2	12
SP	Votorantim	355700	16	32
TO	Aliança do Tocantins	170035	3	14
TO	Aparecida do Rio Negro	170110	1	13
TO	Araguacema	170190	3	22
TO	Axixá do Tocantins	170290	1	26
TO	Bandeirantes do Tocantins	170305	1	11
TO	Barra do Ouro	170307	2	14
TO	Bom Jesus do Tocantins	170330	3	13
TO	Buriti do Tocantins	170380	8	31
TO	Cachoeirinha	170382	1	6
TO	Caseara	170390	2	16
TO	Couto de Magalhães	170600	5	18
TO	Darcinópolis	170650	1	17
TO	Esperantina	170740	5	29
TO	Goiatins	170900	3	41
TO	Gurupi	170950	35	219
TO	Lagoa da Confusão	171190	4	32
TO	Lagoa do Tocantins	171195	3	12
TO	Lavandeira	171215	1	6
TO	Luzinópolis	171245	1	9
TO	Monte do Carmo	171360	3	25
TO	Monte Santo do Tocantins	171370	1	8
TO	Natividade	171420	2	25
TO	Nova Rosalândia	171500	2	12
TO	Novo Acordo	171510	2	12
TO	Palmeirante	171570	4	19
TO	Palmeiras do Tocantins	171380	3	20
TO	Pequizeiro	171665	2	17
TO	Porto Nacional	171820	23	140
TO	Rio da Conceição	171865	2	6
TO	Sampaio	171880	2	12
TO	Santa Rosa do Tocantins	171890	1	14
TO	Santa Tereza do Tocantins	171900	1	8
TO	São Bento do Tocantins	172010	2	16
TO	São Miguel do Tocantins	172020	4	36
TO	Taguatinga	172090	6	47
TO	Tocantínia	172110	3	19
TO	Wanderlândia	172208	8	35
Total	929 Municípios e Distrito Federal		13415	62791

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 136, de 21-7-2021, Seção 1, páginas 375 a 384, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 58, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Cancela a adesão das Unidades de Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde ao Programa Saúde na Hora.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando a Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o Programa Saúde na Hora;

Considerando a Seção XII, do Capítulo II, do Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento do Programa Saúde na Hora; e

Considerando a Subseção I, da Seção IV, do Capítulo I, do Título I da Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021, que dispõe sobre as equipes e serviços participantes do Programa Saúde na Hora, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a adesão ao Programa Saúde na Hora das Unidades de Saúde da Família - USF e das Unidades Básicas de Saúde - UBS, descritas no Anexo a esta Portaria, considerando as informações da competência do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES abril de 2021:

I - por não atendimento dos requisitos previstos no art. 519-I da Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro 2017, no prazo de até 6 (seis) competências consecutivas do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES contado da data de publicação da portaria de homologação da adesão; ou

II - por ocorrência da suspensão de que trata o art. 172-M da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro 2017, após 6 (seis) competências consecutivas do SCNES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

USF E UBS COM ADESÃO CANCELADA AO PROGRAMA SAÚDE NA HORA

UF	Município	IBGE	CNES	Tipo de adesão	Número da Portaria de adesão	Data de publicação da Portaria de adesão	Motivo do cancelamento
AL	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	270580	2719797	USF com 60 horas com saúde bucal	2953	12/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AL	QUEBRANGULO	270760	6459102	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
AM	ATALAIA DO NORTE	130020	2016664	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
AM	BARCELOS	130040	5362911	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	BERURI	130063	3654567	USF com 60 horas com saúde bucal	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	CANUTAMA	130090	6860435	USF com 60 horas	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	ITACOATIARA	130190	2017342	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
AM	MANAUS	130260	3809706	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
AM	MANAUS	130260	2011743	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	MANAUS	130260	2013940	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	MANAUS	130260	2013894	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	MANAUS	130260	3809757	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
AM	MANAUS	130260	2013479	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	NHAMUNDÁ	130300	2016532	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	PARINTINS	130340	5602041	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	PARINTINS	130340	9640347	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	130390	7489307	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AM	UARINI	130426	3320413	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AP	LARANJAL DO JARI	160027	2020157	USF com 60 horas com saúde bucal	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AP	LARANJAL DO JARI	160027	9692223	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AP	MAZAGÃO	160040	9344276	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AP	OIAPOQUE	160050	2021455	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
AP	SANTANA	160060	2020920	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
AP	SANTANA	160060	2020955	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	AMÉLIA RODRIGUES	290110	2771543	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
BA	BRUMADO	290460	2386429	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
BA	BRUMADO	290460	2771977	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	BRUMADO	290460	2771632	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	CAMAÇARI	290570	6636381	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	CAMAÇARI	290570	2387840	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	CARAVELAS	290690	2804972	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	FEIRA DE SANTANA	291080	3995259	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	JEQUIÉ	291800	3649229	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	MAIRI	292010	2493101	USF com 60 horas	1569	23/06/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
BA	UMBURANAS	293245	2525518	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	293330	2486490	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	293330	2486571	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	293330	2487675	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	293330	2486431	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	293330	2486563	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	CAUCAIA	230370	2562413	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	CAUCAIA	230370	2562073	USF com 60 horas com saúde bucal	3198	10/12/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	FORTALEZA	230440	3394557	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
CE	FORTALEZA	230440	2529440	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
CE	FORTALEZA	230440	9686479	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	FORTALEZA	230440	7904886	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	FORTALEZA	230440	2482142	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	JAGUARETAMA	230670	2563800	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	JUAZEIRO DO NORTE	230730	2717646	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
CE	JUAZEIRO DO NORTE	230730	4011554	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
CE	JUAZEIRO DO NORTE	230730	2426110	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
CE	MARACANAÚ	230765	3008606	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	PACATUBA	230970	7325398	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	PACATUBA	230970	2373440	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
CE	QUIXADÁ	231130	2565803	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	QUIXADÁ	231130	2565811	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	QUIXADÁ	231130	2565846	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	RUSSAS	231180	2564033	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	RUSSAS	231180	2564009	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	RUSSAS	231180	2564084	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	RUSSAS	231180	2724960	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
CE	TEJUÇUOCA	231335	2726203	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
DF	BRASÍLIA	530010	0010774	USF com 60 horas	2154	16/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
DF	BRASÍLIA	530010	0011185	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
DF	BRASÍLIA	530010	0011223	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto

DF	BRASÍLIA	530010	0011126	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
DF	BRASÍLIA	530010	0010871	USF com 60 horas	2154	16/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
DF	BRASÍLIA	530010	0010731	USF com 60 horas	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
DF	BRASÍLIA	530010	5038669	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
DF	BRASÍLIA	530010	7108923	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
DF	BRASÍLIA	530010	7299877	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
DF	BRASÍLIA	530010	6216021	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
DF	BRASÍLIA	530010	0010650	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
DF	BRASÍLIA	530010	2779374	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
DF	BRASÍLIA	530010	0011266	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	320120	2547546	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
ES	MIMOSO DO SUL	320340	2448149	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
ES	MUNIZ FREIRE	320370	2654733	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
ES	MUQUI	320380	5700779	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
ES	SANTA MARIA DE JETIBÁ	320455	2403226	USF com 60 horas	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
ES	SANTA MARIA DE JETIBÁ	320455	2403900	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
ES	SERRA	320500	2499487	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
ES	SERRA	320500	2522772	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
ES	SOORETAMA	320501	2675676	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
ES	VITÓRIA	320530	0011827	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
ES	VITÓRIA	320530	0011789	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
ES	VITÓRIA	320530	0012262	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
ES	VITÓRIA	320530	0012254	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	2371472	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	2438372	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	2371421	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	2361531	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	5250544	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	9745815	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	7793383	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	9037039	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	2371545	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	3059901	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	ANÁPOLIS	520110	6066623	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	520140	6821855	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	520140	5152259	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	520140	2358557	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	520140	6821804	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	520140	2589745	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	520140	7078080	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	CIDADE OCIDENTAL	520549	3005070	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	CIDADE OCIDENTAL	520549	7713320	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	DOVERLÂNDIA	520725	2535289	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
GO	FORMOSA	520800	5523850	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	FORMOSA	520800	3507890	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	FORMOSA	520800	2440350	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
GO	GOIÂNIA	520870	2664739	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	NERÓPOLIS	521450	2769840	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	NOVO GAMA	521523	2383926	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	NOVO GAMA	521523	2439905	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	PLANALTINA	521760	2361493	USF com 60 horas com saúde bucal	3198	10/12/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
GO	SENADOR CANEDO	522045	2769344	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MA	BACABAL	210120	2460084	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	BACABAL	210120	2460122	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	BARRA DO CORDA	210160	2756374	USF com 60 horas	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	CAMPESTRE DO MARANHÃO	210255	5435617	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	CODÓ	210330	5474914	USF com 60 horas	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	CODÓ	210330	5474892	USF com 60 horas com saúde bucal	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	CODÓ	210330	2449714	USF com 60 horas	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	CODÓ	210330	2449722	USF com 60 horas	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	COLINAS	210350	2591219	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	210500	5020344	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	IGARAPÉ GRANDE	210520	6226302	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	PAÇO DO LUMIAR	210750	6800181	USF com 60 horas	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	PEDREIRAS	210820	2457687	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	ROSÁRIO	210960	6869246	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	211125	2457342	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	SÃO LUÍS	211130	2309297	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	211150	2458519	USF com 60 horas com saúde bucal	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	SERRANO DO MARANHÃO	211178	2614103	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	SÍTIO NOVO	211180	2717751	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MA	SÍTIO NOVO	211180	2656183	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	ALMENARA	310170	2120046	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	ALMENARA	310170	2120062	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	BOCAIÚVA	310730	2185164	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	BOM JESUS DO GALHO	310780	2775301	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	CANA VERDE	311190	6637663	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	CONTAGEM	311860	2190893	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto

MG	CONTAGEM	311860	2190486	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	CONTAGEM	311860	2190540	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	CONTAGEM	311860	2189968	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	CONTAGEM	311860	2190095	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	CORAÇÃO DE JESUS	311880	7097883	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	CORINTO	311910	2156431	USF com 60 horas	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	CORONEL FABRICIANO	311940	2140985	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	CORONEL FABRICIANO	311940	2141027	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	DOM CAVATI	312250	2103400	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	FORMOSO	312620	2101297	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MG	GOVERNADOR VALADARES	312770	2119161	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MG	GOVERNADOR VALADARES	312770	2220008	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	GOVERNADOR VALADARES	312770	2222078	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MG	IBIRITÉ	312980	5086604	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	IPATINGA	313130	2193051	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	IPATINGA	313130	2193094	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	IPATINGA	313130	2193159	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	ITABIRA	313170	2709686	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	ITABIRA	313170	2709716	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	ITABIRA	313170	3563766	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	ITABIRA	313170	7019955	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JOANÉSIA	313610	2140381	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JUIZ DE FORA	313670	6778291	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JUIZ DE FORA	313670	2221748	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JUIZ DE FORA	313670	6563139	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JUIZ DE FORA	313670	2153343	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JUIZ DE FORA	313670	2221683	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JUIZ DE FORA	313670	2221705	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JUIZ DE FORA	313670	2218755	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JUIZ DE FORA	313670	2221594	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JUIZ DE FORA	313670	2153637	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	JUIZ DE FORA	313670	2153424	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	LADAINHA	313700	2220180	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	LADAINHA	313700	2186217	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	LAGOA FORMOSA	313750	7445415	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	LAVRAS	313820	2112159	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	MATA VERDE	314055	2119862	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	MATIPÓ	314090	2115018	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	MINAS NOVAS	314180	6385435	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	MONTES CLAROS	314330	3688100	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	MONTES CLAROS	314330	2219352	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	MONTES CLAROS	314330	2219115	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	MONTES CLAROS	314330	2219107	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	MONTES CLAROS	314330	2150026	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	PATOS DE MINAS	314800	9024565	USF com 60 horas com saúde bucal	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	PRESIDENTE OLEGÁRIO	315340	2101467	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	REDUTO	315415	9225404	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	RIBEIRÃO DAS NEVES	315460	2182130	USF com 60 horas	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	SANTA RITA DE MINAS	315935	6123147	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	SÃO FRANCISCO	316110	2104636	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	SÃO JOÃO DA PONTE	316240	3022153	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	TAIOBEIRAS	316800	2193914	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	TAIOBEIRAS	316800	2193930	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	TAIOBEIRAS	316800	2185547	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	TIMÓTEO	316870	2219816	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	TIRADENTES	316880	2796880	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	TOCANTINS	316900	2162776	USF com 60 horas	2154	16/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MG	UBERABA	317010	6305628	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MG	VIÇOSA	317130	2099446	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	VIÇOSA	317130	3805131	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MG	VIÇOSA	317130	6479359	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MS	CAMPO GRANDE	500270	6585612	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MS	DOURADOS	500370	2711117	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MS	DOURADOS	500370	2710862	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MS	JARAGUARI	500490	2651467	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MS	NOVA ANDRADINA	500620	3881032	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MS	TRÊS LAGOAS	500830	2757125	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	510610	2391139	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	3316505	USF com 60 horas	513	25/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	3326721	USF com 60 horas	513	25/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PA	ANANINDEUA	150080	6686451	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PA	ANANINDEUA	150080	6613365	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PA	BELÉM	150140	9055290	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PA	BELÉM	150140	5244544	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	BELÉM	150140	2336995	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	BRAGANÇA	150170	2678764	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	BRAGANÇA	150170	7382324	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	BRAGANÇA	150170	2678772	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	BRAGANÇA	150170	7520735	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	BRAGANÇA	150170	2678683	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	BRAGANÇA	150170	6786588	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	BRAGANÇA	150170	6547877	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	CAPANEMA	150220	2314355	USF com 60 horas com saúde bucal	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	CAPITÃO POÇO	150230	2317117	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	CAPITÃO POÇO	150230	5597722	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	SANTARÉM	150680	2330237	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	SANTARÉM	150680	2330318	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PA	SANTARÉM	150680	3736695	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PB	CAMPINA GRANDE	250400	5116279	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PB	CAMPINA GRANDE	250400	2362392	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PB	CAMPINA GRANDE	250400	5053137	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto

PB	CAMPINA GRANDE	250400	2595435	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PB	CAMPINA GRANDE	250400	5932416	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PB	CAMPINA GRANDE	250400	5053129	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PB	PATOS	251080	2605082	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PB	PATOS	251080	2605112	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PE	PAULISTA	261070	2348950	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	510	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PE	PETROLINA	261110	2637251	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PE	PETROLINA	261110	2429861	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PE	PETROLINA	261110	2429799	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PE	PETROLINA	261110	3132374	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PE	RECIFE	261160	6362508	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PI	ALTOS	220040	2367483	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PI	ALTOS	220040	2367440	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PI	ALTOS	220040	2367491	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PI	ALTOS	220040	2367513	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PI	ALTOS	220040	2367548	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PI	CARACOL	220250	2366711	USF ou UBS 60 horas Simplificado	519	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PI	CARACOL	220250	7911351	USF ou UBS 60 horas Simplificado	519	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PI	MIGUEL ALVES	220620	2368846	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PI	MIGUEL ALVES	220620	2368803	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PI	PAVUSSU	220785	2369419	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	ABATIÁ	410010	2576732	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	AGUDOS DO SUL	410030	7519591	USF com 60 horas	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	410040	0013145	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	ASSAÍ	410190	2576317	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CANTAGALO	410445	2741393	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CASCAVEL	410480	2736721	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CORBÉLIA	410630	2737418	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0017132	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PR	CURITIBA	410690	0016934	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0017485	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	2715899	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0016853	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0017353	USF com 60 horas com saúde bucal	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0016985	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0017310	USF com 60 horas com saúde bucal	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	3507815	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0017019	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0017361	USF com 60 horas com saúde bucal	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0015474	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0017000	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0017108	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	3298949	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0016950	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0016799	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0017264	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0016810	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	CURITIBA	410690	0017558	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PR	CURITIBA	410690	0016993	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PR	LARANJAL	411325	2742659	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	MAMBORÊ	411400	9190066	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	MARIALVA	411480	3384810	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	MARIALVA	411480	2774259	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	MARILENA	411500	2754363	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	MARINGÁ	411520	2586185	USF com 60 horas	1569	23/06/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PR	MARINGÁ	411520	2586355	USF com 60 horas com saúde bucal	2462	17/09/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PR	MATINHOS	411570	3499235	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	PARAÍSO DO NORTE	411800	2754436	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	PARANAGUÁ	411820	6249000	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PR	PARANAGUÁ	411820	6302920	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	PARANAGUÁ	411820	2557363	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	PARANAGUÁ	411820	2557460	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PR	PARANAGUÁ	411820	2557444	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	PARANAGUÁ	411820	2557428	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	RIO BONITO DO IGUAÇU	412215	6498558	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	SANTA ISABEL DO IVAÍ	412370	2754541	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	412410	2782715	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PR	SÃO JOÃO DO IVAÍ	412500	2588366	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	SÃO JOÃO DO IVAÍ	412500	2587769	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	412550	0018791	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
PR	SARANDI	412625	2735512	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	ANGRA DOS REIS	330010	2280965	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	ANGRA DOS REIS	330010	7332343	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	ANGRA DOS REIS	330010	9591028	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	BELFORD ROXO	330045	3800490	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	BELFORD ROXO	330045	3023125	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	BELFORD ROXO	330045	5351847	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	BELFORD ROXO	330045	3023095	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	BELFORD ROXO	330045	2289660	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	BELFORD ROXO	330045	2289407	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	GUAPIMIRIM	330185	2290294	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	MARICÁ	330270	2266938	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	MARICÁ	330270	2266881	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	MARICÁ	330270	2266784	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	2284219	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	9090851	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	6156827	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	2284502	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	2284251	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	7524609	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	3328090	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	PARAÍBA DO SUL	330370	2294281	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	PARAÍBA DO SUL	330370	2276216	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	PARAÍBA DO SUL	330370	2276119	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	PARAÍBA DO SUL	330370	2290979	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	PETRÓPOLIS	330390	3340635	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	PIRAÍ	330400	2267071	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	PIRAÍ	330400	2295598	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto

RJ	PIRAÍ	330400	2800942	USF com 60 horas com saúde bucal	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RESENDE	330420	7949472	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2269309	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2269546	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2269902	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2270455	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2708205	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	3416321	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	3567559	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5154197	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5670357	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6023320	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6571956	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6635709	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6762042	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7810172	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7908237	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	9061398	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7036884	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6029841	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6387152	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6677711	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7998678	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	9078983	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2269538	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5879655	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7088574	USF com 60 horas com saúde bucal	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7874162	USF com 60 horas com saúde bucal	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	9307265	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2270420	USF com 60 horas com saúde bucal	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2270439	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	3785025	USF com 60 horas com saúde bucal	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5315050	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5467136	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7052049	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7523246	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	9127100	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2280205	USF com 60 horas com saúde bucal	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2270579	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2778696	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6681379	USF com 60 horas com saúde bucal	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2269848	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2270463	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2269627	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7021771	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	4046307	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2277328	USF com 60 horas	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5621801	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6974708	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5456932	USF com 60 horas com saúde bucal	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	9057706	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5546583	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6496989	USF com 60 horas com saúde bucal	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2269759	USF com 60 horas	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6029922	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2269651	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2270250	USF com 60 horas	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2708426	USF com 60 horas	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	2269732	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7036914	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7894554	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	SÃO GONÇALO	330490	2814811	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	SÃO GONÇALO	330490	5469902	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	SÃO GONÇALO	330490	6931324	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	SÃO GONÇALO	330490	3284611	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	SÃO GONÇALO	330490	5473993	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	SÃO GONÇALO	330490	5469953	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	TERESÓPOLIS	330580	2292408	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	TERESÓPOLIS	330580	2292475	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	VOLTA REDONDA	330630	3269892	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	VOLTA REDONDA	330630	0024848	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	VOLTA REDONDA	330630	2797178	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	VOLTA REDONDA	330630	2797135	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	VOLTA REDONDA	330630	0024635	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RJ	VOLTA REDONDA	330630	0024554	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	VOLTA REDONDA	330630	5987938	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RN	ALEXANDRIA	240050	2407469	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RN	MOSSORÓ	240800	2503778	USF com 60 horas	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RN	MOSSORÓ	240800	2503573	USF com 60 horas	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RN	MOSSORÓ	240800	2389010	USF com 60 horas	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RN	PARNAMIRIM	240325	5479584	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RO	CANDEIAS DO JAMARI	110080	7342160	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RO	PORTO VELHO	110020	2496577	USF com 60 horas com saúde bucal	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RO	PORTO VELHO	110020	6670547	USF com 60 horas com saúde bucal	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RO	VILHENA	110030	2789418	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RR	CARACARAÍ	140020	2589893	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	BAGÉ	430160	2261294	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	BAGÉ	430160	2261391	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2636	09/10/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	BAGÉ	430160	2261251	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	BAGÉ	430160	3374726	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2636	09/10/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	BARÃO DE COTEGIPE	430170	2249448	USF com 60 horas com saúde bucal	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	BARRACÃO	430180	2245329	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	CANELA	430440	2235544	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	CANELA	430440	2235501	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	CANELA	430440	2235528	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	CANOAS	430460	2230100	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	CANOAS	430460	6725821	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	CANOAS	430460	2230275	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	CANOAS	430460	7864353	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	CANOAS	430460	6817750	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2952	11/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	CAXIAS DO SUL	430510	2239205	USF com 60 horas com saúde bucal	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	CAXIAS DO SUL	430510	6889190	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	ELDORADO DO SUL	430676	2224887	USF com 60 horas	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	GUAPORÉ	430940	2238128	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	IRAÍ	431050	2228173	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto

RS	MATA	431210	2241404	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PELOTAS	431440	2253356	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PELOTAS	431440	2253267	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PELOTAS	431440	2254018	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PELOTAS	431440	2253593	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PELOTAS	431440	2253259	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PELOTAS	431440	2253224	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PELOTAS	431440	2253135	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PELOTAS	431440	2253216	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PLANALTO	431470	2228459	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264870	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	6883354	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264471	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264382	USF com 60 horas	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264528	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2693437	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264269	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	8006822	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	5878632	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264854	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264439	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	7076584	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	5007518	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237377	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264692	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237288	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264951	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	3321428	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237237	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264544	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237733	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264722	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	3437159	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264218	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	6676227	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264366	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264587	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264463	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	5377978	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237482	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	8006873	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	3321401	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264552	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237512	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	3927997	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264943	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237423	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264315	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	5473764	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2265001	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264331	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	5473810	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	7449283	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264234	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237911	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264455	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264250	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237954	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	8006857	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	6883257	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	7049579	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237210	USF com 60 horas	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264730	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237946	USF ou UBS 60 horas Simplificado	674	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264633	USF com 60 horas	1352	14/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264706	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264846	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2265125	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264285	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	PORTO ALEGRE	431490	2265095	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2264684	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2265168	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2265109	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2237369	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	PORTO ALEGRE	431490	2265079	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	SÃO BORJA	431800	4067215	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	SÃO BORJA	431800	4067274	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	SÃO BORJA	431800	4067223	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	431862	2238470	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	431880	2233126	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	SAPIRANGA	431990	7108419	USF com 60 horas com saúde bucal	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	SAPIRANGA	431990	2229420	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	URUGUAIANA	432240	2247275	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	VIAMÃO	432300	2231263	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
RS	VIAMÃO	432300	2231441	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	ÁGUAS DE CHAPECÓ	420050	2537966	USF com 60 horas	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	BOM RETIRO	420260	2300672	USF com 60 horas	1569	23/06/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SC	BRUSQUE	420290	2513021	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	2692511	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	2692104	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	6935257	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	0019771	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	2622726	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	0019542	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	2692546	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	0019488	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	2692481	USF com 60 horas	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto

SC	FLORIANÓPOLIS	420540	0020028	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	0019658	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	0019739	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	0019585	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	0019550	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	3186717	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	0019275	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	ITAJAÍ	420820	2514141	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SC	ITAJAÍ	420820	2513862	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SC	JOINVILLE	420910	9529888	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SC	MONTE CASTELO	421110	4061632	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	NOVA ITABERABA	421145	2537907	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SC	PALHOÇA	421190	2624702	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	PALHOÇA	421190	2418339	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	PALHOÇA	421190	3804496	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	PALHOÇA	421190	7124619	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	PALHOÇA	421190	2418355	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	PALHOÇA	421190	7797893	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	PALHOÇA	421190	5819393	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	PALHOÇA	421190	2665093	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	PALHOÇA	421190	2641534	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	PORTO BELO	421350	7283288	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	SÃO JOSÉ	421660	2663848	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	SÃO JOSÉ	421660	3069648	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	SÃO JOSÉ	421660	2663783	USF com 60 horas	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	SÃO JOSÉ	421660	2663805	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	SÃO JOSÉ	421660	2778793	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	SÃO JOSÉ	421660	2663856	USF com 60 horas	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	SÃO JOSÉ	421660	2663759	USF com 60 horas	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	SÃO JOSÉ	421660	2663589	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	SÃO JOSÉ	421660	2663651	USF com 60 horas	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	SÃO JOSÉ	421660	2663546	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	TIJUCAS	421800	7063237	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	3012	26/11/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	TREVISO	421835	2663538	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SC	WITMARSUM	421940	2377349	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SE	ARACAJU	280030	0002364	USF com 60 horas com saúde bucal	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SE	ARACAJU	280030	0002844	USF com 60 horas com saúde bucal	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SE	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	280120	2477084	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SE	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	280120	2477122	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SE	CRISTINÁPOLIS	280170	2421003	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SE	FREI PAULO	280230	2423618	USF com 60 horas com saúde bucal	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SE	LAGARTO	280350	2503808	USF com 60 horas com saúde bucal	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SE	POÇO REDONDO	280540	2420139	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SE	SÃO DOMINGOS	280680	7503180	USF com 60 horas	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SE	SIMÃO DIAS	280710	2422263	USF com 60 horas	672	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	ÁLVARES MACHADO	350130	2751119	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	ARAÇATUBA	350280	9003398	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	ARAÇATUBA	350280	2039060	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	ARAÇATUBA	350280	2031558	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	BARRINHA	350560	2062240	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	BIRIGUI	350650	2061333	USF com 60 horas	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	BRAGANÇA PAULISTA	350760	2688107	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	CAMPINAS	350950	2022699	USF com 60 horas com saúde bucal	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	CAMPINAS	350950	3956296	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	CAPÃO BONITO	351020	2052091	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	CAPÃO BONITO	351020	2064308	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	CASTILHO	351100	2063182	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	CATANDUVA	351110	2025981	USF com 60 horas com saúde bucal	2462	17/09/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	EMBU-GUAÇU	351510	2056402	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	FRANCO DA ROCHA	351640	2706075	USF ou UBS 60 horas Simplificado	530	26/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	IRAPUÃ	352150	7126042	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	ITAPEVI	352250	3380831	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	ITAPEVI	352250	3380866	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	JANDIRA	352500	2074354	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	JANDIRA	352500	2746638	USF com 60 horas	431	20/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	LENÇÓIS PAULISTA	352680	7259182	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	MAUÁ	352940	2053594	USF com 60 horas	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	MIGUELÓPOLIS	352970	5115949	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	MIRANDÓPOLIS	353010	2074958	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	NOVAIS	353325	2716194	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2636	09/10/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	PONTAL	354020	2083396	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	POTIRENDABA	354080	2038234	USF com 60 horas	2154	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	REGINÓPOLIS	354250	2790327	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SALTO DE PIRAPORA	354530	2061821	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SANTO ANDRÉ	354780	0008575	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SANTO ANDRÉ	354780	3554570	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	354870	7489390	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	354870	2045389	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	354870	7709188	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	354870	2037750	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	354870	2037602	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	354870	2037351	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	354870	2045397	Intenção de adesão ao formato USF com 75 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO CAETANO DO SUL	354880	5877121	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	354980	2097087	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	354980	2096986	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	SÃO PAULO	355030	3121135	USF com 60 horas com saúde bucal	3198	10/12/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO PAULO	355030	6269567	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	SÃO PAULO	355030	2787881	USF com 60 horas com saúde bucal	3198	10/12/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO PAULO	355030	2788667	USF com 60 horas com saúde bucal	3198	10/12/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO PAULO	355030	2091739	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	SÃO PAULO	355030	9129855	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SÃO PAULO	355030	7270941	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	SÃO PAULO	355030	2787776	USF com 60 horas com saúde bucal	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	SOROCABA	355220	2044064	USF com 60 horas	1604	27/06/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SUZANO	355250	5733286	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SUZANO	355250	7267800	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SUZANO	355250	2773465	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	SUZANO	355250	6382428	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto

SP	TABAPUÃ	355260	9442235	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	TABOÃO DA SERRA	355280	3272826	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	TABOÃO DA SERRA	355280	3844358	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	TABOÃO DA SERRA	355280	2061279	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	TABOÃO DA SERRA	355280	3844064	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
SP	VARGEM GRANDE PAULISTA	355645	2792230	USF com 60 horas	513	25/03/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
TO	ARAGUATINS	170220	9236635	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
TO	ARAGUATINS	170220	7125348	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1569	23/06/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
TO	ITAPIRATINS	171090	2486946	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
TO	MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	171250	2468913	USF ou UBS 60 horas Simplificado	673	03/04/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
TO	RECURSOLÂNDIA	171850	2467577	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Não atendimento dos requisitos no prazo previsto
TOTAL	246 MUNICÍPIOS		644 USF OU UBS		-	-	-

PORTARIA Nº 59, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Cancela a adesão das Unidades de Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde ao Programa Saúde na Hora.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando a Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Portaria GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o Programa Saúde na Hora;

Considerando a Seção XII, do Capítulo II, do Título II da Portaria GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento do Programa Saúde na Hora; e

Considerando a Subseção I, da Seção IV, do Capítulo I, do Título I da Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021, que dispõe sobre as equipes e serviços participantes do Programa Saúde na Hora, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a adesão ao Programa Saúde na Hora das Unidades de Saúde da Família - USF e das Unidades Básicas de Saúde - UBS, descritas no Anexo a esta Portaria, considerando as informações da competência do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES maio de 2021:

I - por não atendimento dos requisitos previstos no art. 519-I da Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro 2017, no prazo de até 6 (seis) competências consecutivas do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES contado da data de publicação da portaria de homologação da adesão; ou

II - por ocorrência da suspensão de que trata o art. 172-M da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro 2017, após 6 (seis) competências consecutivas do SCNES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

USF E UBS COM ADESÃO CANCELADA AO PROGRAMA SAÚDE NA HORA

UF	MUNICÍPIO	IBGE	CNES	TIPO DE ADESÃO	NÚMERO DA PORTARIA DE ADESÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA DE ADESÃO	MOTIVO DO CANCELAMENTO
AM	URUCURITUBA	130440	7057202	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
AM	URUCURITUBA	130440	9622934	USF ou UBS 60 horas Simplificado	1299	22/05/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
CE	FORTALEZA	230440	2528584	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MG	CONTAGEM	311860	7301189	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2128	16/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MS	CAMPO GRANDE	500270	7108001	USF com 60 horas com saúde bucal	1604	27/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	3820599	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6793231	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6852203	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5620287	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	3416372	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	9057722	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5417708	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	9442251	USF com 60 horas	1311	22/05/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	PORTO ALEGRE	431490	6883184	USF com 60 horas com saúde bucal	1352	14/06/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SC	ITAPEMA	420830	2303191	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	SÃO PAULO	355030	9188177	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	SÃO PAULO	355030	2752182	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
TOTAL	8 MUNICÍPIOS		17 USF E UBS		-	-	

PORTARIA Nº 60, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Cancela a adesão das Unidades de Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde ao Programa Saúde na Hora.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando a Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Portaria GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o Programa Saúde na Hora;

Considerando a Seção XII, do Capítulo II, do Título II da Portaria GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento do Programa Saúde na Hora; e

Considerando a Subseção I, da Seção IV, do Capítulo I, do Título I da Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021, que dispõe sobre as equipes e serviços participantes do Programa Saúde na Hora, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a adesão ao Programa Saúde na Hora das Unidades de Saúde da Família - USF e das Unidades Básicas de Saúde - UBS, descritas no Anexo a esta Portaria, considerando as informações da competência do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES junho de 2021:

I - por não atendimento dos requisitos previstos no art. 519-I da Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro 2017, no prazo de até 6 (seis) competências consecutivas do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES contado da data de publicação da portaria de homologação da adesão; ou

II - por ocorrência da suspensão de que trata o art. 172-M da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro 2017, após 6 (seis) competências consecutivas do SCNES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

USF E UBS COM ADESÃO CANCELADA AO PROGRAMA SAÚDE NA HORA

UF	MUNICÍPIO	IBGE	CNES	TIPO DE ADESÃO	NÚMERO DA PORTARIA DE ADESÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA DE ADESÃO	MOTIVO DO CANCELAMENTO
AM	ITACOATIARA	130190	2017326	USF com 60 horas com saúde bucal	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
AM	MARAÃ	130280	2017482	USF com 60 horas	2462	17/09/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
CE	MARANGUAPE	230770	7052502	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
GO	ABADIA DE GOIÁS	520005	9655093	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
MG	VARGINHA	317070	2763729	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PA	BELÉM	150140	5247810	USF com 60 horas	3198	10/12/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PR	PARANAGUÁ	411820	2557401	USF com 60 horas	1888	01/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
PR	TOLEDO	412770	9002995	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas	2636	09/10/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	7119798	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	3567540	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	5546591	USF com 60 horas com saúde bucal	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	CANOAS	430460	2230062	Intenção de adesão ao formato USF com 60 horas com saúde bucal	2128	16/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
RS	CANOAS	430460	2230127	USF com 60 horas com saúde bucal	431	20/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SC	ITAJAÍ	420820	6889697	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SC	MODELO	421090	2553074	USF ou UBS 60 horas Simplificado	2502	21/09/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	JACAREÍ	352440	2084996	USF com 60 horas com saúde bucal	513	25/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	354980	2096781	USF com 60 horas	2077	12/08/19	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
TO	PARANÃ	171620	2469154	USF ou UBS 60 horas Simplificado	519	26/03/20	Suspensão do custeio da USF por seis competências consecutivas do SCNES
TOTAL	15 MUNICÍPIOS		18 USF E UBS		-	-	-

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 3.165, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, inciso I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018 e o art. 23, § 2º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) cautelar(es) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: OFFICER INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ: 05355135000193
Produto - (Lote): ÁLCOOL GEL 70% MARCA Q-ÓTIMO (TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 3182553/21-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório no ensaio de análise de rotulagem e teor de álcool etílico comprovado no Laudo de Análise nº 2254.1P.1/2021/INCQS/FIOCRUZ, emitido pelo INCQS referente ao produto ÁLCOOL GEL 70% USO GERAL, marca Q-ÓTIMO, lote nº 015/21, data de fabricação 01/2021 e data de validade 01/2023 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 4.123, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece os critérios e os procedimentos para a transferência de recursos financeiros dos instrumentos de repasse.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE-FUNASA, no uso das atribuições conferidas pelos incisos II e XII, do artigo 14, do Anexo I, do Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, publicado no DOU de 4 de outubro de 2016, que aprovou o Estatuto da Funasa, alterado pelo Decreto nº 10.476, de 27 de agosto de 2020, publicado no DOU de 28 de agosto de 2020, e

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer os critérios e os procedimentos para a transferência de recursos financeiros, o acompanhamento e a prestação de contas das ações de saneamento e saúde ambiental, custeadas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) por intermédio de Convênios, Termos de Compromisso e Termos de Execução Descentralizada;

CONSIDERANDO as normas previstas no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e nas demais legislações esparsas concernentes às transferências de recursos da União;

CONSIDERANDO a inexistência de regramento específico atinente ao procedimento de liberação de recursos, na Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que disciplina a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento;

CONSIDERANDO a instituição da Plataforma +Brasil no âmbito da administração pública federal, por meio do Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, tendo por objetivo integrar e centralizar à informatização e à operacionalização das transferências de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União;

CONSIDERANDO a necessidade de atribuir controles para minimizar riscos relacionados à aplicação de recursos transferidos aos convenentes para execução das ações da Funasa;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 7.983, de 08 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União;

CONSIDERANDO a existência de sistemas de informações para celebração e acompanhamento da execução de instrumentos de repasse;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os critérios técnicos e administrativos aplicáveis à gestão de instrumentos de repasse celebrados por esta Fundação Nacional de Saúde, aos preceitos de desburocratização e controle de resultados;

CONSIDERANDO a delegação de competências consignada pela Portaria Funasa nº 1.914, de 5 de abril de 2018, por meio da qual as Superintendências Estaduais da Funasa assumem a gestão dos instrumentos de repasse após a desconcentração do processo administrativo; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 25100.013297/2019-94, resolve:

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros dos instrumentos de repasse de que tratam os objetos dos serviços e ações de Engenharia de Saúde Pública e de Saúde Ambiental custeadas pela Funasa.

CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria são adotadas as seguintes definições:

I - aprovação técnica do projeto/termo de referência: procedimento realizado no âmbito dos Departamentos finalísticos e Superintendências Estaduais da Funasa que consiste na verificação pelas Divisões de Engenharia de Saúde Pública e Serviços de Saúde Ambiental da Funasa quanto ao atendimento, por parte do convenente, de todos os requisitos estabelecidos para aprovação do projeto básico ou termo de referência, para efeito de celebração e/ou liberação de parcelas;

II - aprovação administrativa: procedimento realizado no âmbito da Coordenação-Geral de Convênios e das Superintendências Estaduais da Funasa que consiste na verificação de atendimento dos requisitos administrativos definidos pela Diretoria Executiva, em atenção às normas e jurisprudência aplicáveis à matéria, relacionados às condições para a celebração e acompanhamento dos instrumentos de repasse;

III - Relatório de Andamento (RA): relatório padronizado a ser preenchido e encaminhado pelo convenente à Funasa, no SIGA, quando couber, contendo a documentação necessária para a caracterização da execução física do objeto;

IV - Relatório de Avaliação do Andamento (RAA): relatório padronizado a ser elaborado pela área técnica de engenharia ou de saúde ambiental no SIGA e registrado no PLATAFORMA +BRASIL, quando couber, de forma a avaliar a documentação encaminhada por meio de Relatório de Andamento, podendo subsidiar a liberação de primeira parcela ou parcela única pela Funasa;

V - Relatório de Visita Técnica (RVT): relatório padronizado a ser elaborado no SIGA e registrado no PLATAFORMA +BRASIL, quando couber, quando da realização de visita técnica pela área técnica de engenharia ou de saúde ambiental, de forma a avaliar a documentação encaminhada por meio de Relatório de Andamento e a situação da execução do objeto, podendo subsidiar a liberação de parcela pela Funasa ou atestar a situação do objeto;

VI - Relatório Informativo (RI): relatório a ser utilizado nos casos em que os instrumentos de repasse já tenham parecer técnico emitido nos processos, contudo, há indisponibilidade do técnico responsável pelo mesmo em inserir tais informações no sistema;

VII - Relatórios de Acompanhamento na Plataforma +Brasil (RAPB): relatório elaborado na Plataforma +Brasil, a partir de visita técnica, quando couber, pelas áreas técnicas de engenharia ou de saúde ambiental. O técnico responsável deverá indicar no campo de conclusão se o relatório foi gerado a partir de visita ou não, de forma a avaliar a documentação encaminhada por meio de Relatório de Andamento (RA) a fim de garantir a liberação da primeira parcela ou parcela única pela Funasa;

VIII - Relatório de Monitoramento Administrativo (RMA): relatório padronizado a ser inserido na Plataforma +Brasil, quando da realização do acompanhamento administrativo do instrumento de repasse pela área de gestão de convênios da Funasa, no qual será analisado o atendimento das condicionantes administrativas, a fim de garantir a liberação de cada parcela pela Funasa;

IX - Sistema Eletrônico de Informações da Funasa (SEI): ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos;

X - Sistema Integrado de Gerenciamento de Ações da Funasa (SIGA): sistema interno que tem por objetivo permitir o registro e a realização de atos de proposta, celebração e acompanhamento dos instrumentos de transferência celebrados junto à Funasa;

XI - Conformidade Financeira: procedimento realizado no módulo de Acompanhamento e Fiscalização da Plataforma +Brasil, pela área de gestão de convênios que consiste na aferição do percentual de execução financeira do instrumento celebrado em relação ao repasse financeiro por meio de levantamento de documentação de suporte para a execução financeira de convênios, realizada de forma contínua, durante toda a vigência do instrumento, registrado em item do RMA, cujo objetivo é identificar a compatibilidade entre a execução financeira e o planejado e eventuais impropriedades ou irregularidades no compasso da respectiva execução financeira;

XII - visita técnica preliminar: visita realizada pela área técnica da Funasa previamente à aprovação do projeto básico/termo de referência;

XIII - Boletim de Medição ou Planilha de Levantamento de Eventos: Documentos a serem elaborados pelo convenente na Plataforma + Brasil, contendo a documentação necessária para a caracterização da execução física do objeto. O convenente deverá, sempre que necessário, inserir ainda documentos complementares na aba Anexos da Execução (ART de fiscalização e execução, diário de obras e outros que se fizerem necessários);

XIV - Relatório do Aceite do Processo de Licitação: documento a ser elaborado no módulo de Acompanhamento e Fiscalização da Plataforma +Brasil, para apreciação e aceite da licitação.

XV - Projeto Básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços de engenharia, elaborados com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra ou serviço de engenharia e a definição dos métodos e do prazo de execução;

XVI - Termo de Referência: documento apresentado quando o objeto do instrumento envolver aquisição de bens ou prestação de serviços, incluídos os serviços comuns de engenharia, que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração Pública, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado da região onde será executado o objeto, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto.

§ 1º Os relatórios mencionados deverão ser devidamente registrados em sistemas oficiais.

§ 2º A conformidade financeira deverá ser elaborada e registrada no módulo de acompanhamento e fiscalização na Plataforma + Brasil.

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES PARA A LIBERAÇÃO DE RECURSOS

Seção I - Regras Gerais

Art. 3º A liberação de recursos dos instrumentos de repasse, exceto os Termos de Execução Descentralizados, está condicionada à observância das seguintes condições gerais:

I - para o recebimento da primeira parcela ou única:

a) aprovação do projeto básico/termo de referência;

b) aceite do processo licitatório;

c) comprovação do aporte financeiro da contrapartida proporcional à parcela a ser liberada, quando for o caso.

II - para o recebimento das parcelas subsequentes:

a) comprovação de que a execução físico-financeira está em conformidade com o plano de trabalho aprovado, se referindo a no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente; e

b) comprovação do aporte financeiro da contrapartida, quando for o caso.

§ 1º A liberação das parcelas ocorrerá em estrita observância ao cronograma de desembolso, previsto no plano de trabalho, que deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

§ 2º O cronograma de desembolso, previsto no plano de trabalho, deve ser ajustado aos valores resultantes da licitação, mediante aditivo, após o aceite da licitação pela Funasa.

§ 3º O plano de trabalho deve ser ajustado aos valores resultantes da licitação mediante aditivo.

§ 4º A liberação das parcelas fica condicionada à manifestação técnica, atestando a compatibilidade do desembolso com o plano de trabalho e à manifestação administrativa quanto ao atendimento dos requisitos documentais.

§ 5º O aceite da licitação deverá ser realizado pelas áreas finalísticas da Funasa.

§ 6º A autorização para liberação de recursos é ato privativo do Presidente da Funasa ou do seu substituto legal nos casos de afastamentos legais do titular, após manifestação conclusiva das áreas técnicas e administrativas recomendando a liberação da parcela, nos termos do art. 18.

Seção II - Da aprovação do projeto básico e/ou termo de referência e da liberação de recursos para financiamento do projeto básico e do licenciamento ambiental

Art. 4º O projeto básico e/ou termo de referência deverá (ão) ser apresentado (s) previamente à celebração do instrumento, podendo ter a sua apresentação prorrogada em até 24 (vinte e quatro) meses ficando como condição a ser cumprida pelo convenente, no prazo da condição de cláusula suspensiva, conforme definido no instrumento, sob pena de extinção.

§ 1º O projeto básico e/ou termo de referência deverá (ão) ser enviado (s) para análise na Plataforma +Brasil, em funcionalidade própria deste sistema.

§ 2º O prazo da cláusula suspensiva mencionada no caput, será definido em cláusula específica do instrumento.

§ 3º O projeto básico deverá ser elaborado em conformidade com as diretrizes técnicas da Funasa, expostas em seus manuais técnicos, página eletrônica, publicações, entre outros.

§ 4º As especificações do termo de referência para os instrumentos enquadrados no nível IV, art. 3º da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, ou seja, para execução de custeio ou aquisição de equipamentos com valores de repasse iguais ou superiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais) e inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), deverão ser tornadas públicas pelo Departamento de Engenharia em Saúde Pública ou pelo Departamento de Saúde Ambiental em momento anterior à celebração dos respectivos instrumentos.

§ 5º Caso o projeto básico ou o termo de referência não seja enviado para análise por meio da Plataforma +Brasil, no prazo fixado no instrumento, proceder-se-á à extinção do instrumento de repasse.

Art. 5º Na aprovação do projeto básico, a área técnica deverá emitir parecer técnico conclusivo, abordando todos os aspectos técnicos, principalmente o dimensionamento da obra, o cálculo dos quantitativos dos serviços, a adequação dos orçamentos aos preços de referência e de mercado, das metas descritas e previsão de alcance de funcionalidade do objeto.

§ 1º Caso o parecer técnico conclusivo seja contrário a aprovação do projeto básico, será concedido prazo, contados da notificação com aviso de recebimento, conforme estabelecido no anexo I desta Portaria, para que o convenente promova as regularizações. No caso do não atendimento, proceder-se-á à rescisão do convênio ou termo de compromisso.

§ 2º A aprovação do projeto básico/termo de referência deverá ocorrer após a realização de visita técnica preliminar pela área técnica em que for verificada as informações constantes no projeto apresentado.

§ 3º A visita técnica preliminar deverá ser agendada somente quando a documentação de projeto atender aos critérios constantes nos manuais técnicos da Funasa e demais diretrizes para aprovação de projeto.

§ 4º A aprovação do projeto básico, nos casos de obras de engenharia, deverá ser precedida de visita técnica preliminar, quando será observado se os componentes do projeto de engenharia contemplam detalhamentos necessários com nível de precisão adequada para o completo entendimento do empreendimento proposto e de acordo com a realidade local.

§ 5º No caso de objetos de instrumentos de repasse relacionados à aquisição de veículos coletores compactadores, a visita técnica preliminar pode ser dispensada pela área finalística. Quando a visita técnica preliminar for dispensada, o responsável pela análise do projeto poderá solicitar documentações complementares à convenente, como relatórios fotográficos recentes e informações circunstanciadas, com vistas a se comprovar a capacidade local para recebimento do objeto.

§ 6º Se, após a aprovação, houver divergência com o plano de trabalho, este deverá ser alterado, observado o disposto no art. 7º, §4º, desta portaria.

§ 7º A execução do instrumento deve ser sempre compatível com o plano de trabalho aprovado, de modo que a eventual alteração do plano de trabalho deve ser prévia à execução.

Art. 6º Quando a Funasa admitir a apresentação do projeto básico posteriormente à celebração do instrumento, é possível liberar recursos, até 5% (cinco por cento) do valor total do instrumento, para custear a elaboração do projeto básico e do procedimento de licenciamento ambiental.

§ 1º O valor referido no caput será deduzido daquele concernente ao da primeira parcela prevista no cronograma de desembolso do instrumento.

§ 2º A liberação de recursos para a finalidade disposta no caput se dará após a celebração do instrumento de transferência, em conformidade com o cronograma de liberação pactuado.

§ 3º O custeio pela Funasa do projeto básico em até 5% do valor total do instrumento não se aplica às ações de Melhorias Sanitárias Domiciliares e Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, Pesquisa e Educação em Saúde e Plano Municipal, Intermunicipais e Regionais de Saneamento.

§ 4º O projeto deverá ser apresentado conforme prazo estabelecido em cláusula do instrumento de repasse, caso o projeto financiado não tenha aprovação técnica ou o valor desembolsado não seja aplicado na elaboração, deverá ser providenciado o ressarcimento à União do valor desembolsado para a elaboração do projeto básico, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de reprovação do projeto ou do comunicado pelo convenente do não interesse ao financiamento.

Seção III - Do aceite da licitação

Art. 7º A liberação da primeira parcela ou de parcela única somente poderá ocorrer após o aceite da licitação pela área técnica de engenharia ou de saúde ambiental da Funasa.

§ 1º O procedimento de aceite da licitação compreende a verificação dos seguintes aspectos:

I - contemporaneidade do certame licitatório;

II - preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, as metas e etapas pactuadas e a planilha orçamentária aprovada;

III - enquadramento entre o objeto pactuado com o efetivamente licitado; e

IV - existência de declaração expressa firmada por representante legal do convenente, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, quanto ao processo licitatório.

§ 2º O aceite do processo licitatório, para os instrumentos enquadrados no regime simplificado, deverá ser efetivado no prazo estabelecido no anexo I desta Portaria.

§ 3º Constatada a divergência de valores entre o plano de trabalho aprovado e o da licitação homologada pelo convenente, a área técnica deverá, através de funcionalidade específica na Plataforma +Brasil, requerer atualização do plano de trabalho.

§ 4º Para os instrumentos enquadrados no regime simplificado, quando o valor do projeto básico ou termo de referência aceito for inferior, em até 10% (dez por cento) do valor pactuado e constante do plano de trabalho aprovado, o aditivo, quando não importar impacto nas etapas seguintes, poderá ser celebrado posteriormente à liberação da primeira parcela desde que antes do encerramento do convênio, previamente à apresentação da prestação de contas final.

Art. 8º A licitação será considerada contemporânea, quando o edital de licitação, para consecução do objeto do instrumento de repasse, for publicado após a assinatura do respectivo instrumento, sendo que, naqueles voltados à execução de obras de engenharia, deve ser publicado após a aprovação do projeto básico.

Parágrafo único. Na licitação, para obras de engenharia, deve ser utilizado o projeto aprovado, sob pena de extinção do instrumento de repasse.

Art. 9º A contemporaneidade não é exigida, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, em casos devidamente justificados pelo convenente e desde que aceito pela Funasa, nas seguintes condições:

I - a licitação tenha sido realizada antes da assinatura do instrumento, mas seja demonstrado que:

a) a contratação é economicamente mais vantajosa para o convenente, se comparada com a realização de uma nova licitação;

b) a licitação tenha seguido as regras estabelecidas na legislação específica, bem como à obrigatoriedade da existência de previsão de recursos orçamentários no instrumento celebrado que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de serviços a serem executados; e

c) o objeto da licitação guarde compatibilidade com o objeto do instrumento, caracterizado no plano de trabalho, sendo vedada a utilização de objetos genéricos ou indefinidos;

II - tenha havido adesão a uma ata de registro de preços, tendo o registro sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento, desde que:

a) a ata esteja vigente;

b) a ata permita motivadamente a adesão;

c) fique demonstrado que a adesão é mais vantajosa para o convenente, se comparada com a realização de uma nova licitação; e

d) a especificação dos itens a serem adquiridos esteja de acordo com o plano de trabalho aprovado; e

III - o contrato tenha sido celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento, desde que:

a) a licitação tenha seguido as regras estabelecidas na legislação específica, inclusive quanto à obrigatoriedade da existência de previsão de recursos orçamentários que assegurassem o pagamento das obrigações decorrentes do processo licitatório;

b) o contrato esteja vigente;

c) fique demonstrado que o aproveitamento do contrato é economicamente mais vantajoso para o convenente, se comparado com a realização de uma nova licitação; e

d) a empresa vencedora da licitação venha mantendo, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo único. Somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária e a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório.

Seção IV - Do depósito da contrapartida

Art. 10 A contrapartida, se houver, será definida no plano de trabalho aprovado pelo instrumento de repasse de acordo a legislação em vigor, quando da celebração.

§ 1º A contrapartida, seja por opção do proponente ou sempre que se fizer necessário para complementação do valor concedente, visando ao atingimento de funcionalidade do objeto, poderá ter o valor ampliado na fase de execução.

§ 2º Os aportes de contrapartida deverão obedecer ao cronograma de desembolso, constante do plano de trabalho, sendo o seu depósito prévio condição para a liberação de recursos pela Funasa, observando-se as seguintes diretrizes:

I - se a liberação de recursos for em parcela única, a contrapartida deve ser integralmente depositada na conta específica do instrumento, em uma única parcela, em momento anterior ao repasse da Funasa;

II - se a liberação de recursos for em parcelas, o primeiro aporte da contrapartida deve ocorrer antes da liberação da primeira parcela dos recursos pela Funasa, assim como o depósito da última parcela da contrapartida deve ser anterior à última parcela a ser liberada pela Funasa, não havendo, porém, a necessidade de correspondência entre o número de parcelas.

CAPÍTULO III - DA FORMA DE LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Seção I - Da liberação do recurso de acordo com o objeto e valor de repasse

Art. 11 Os instrumentos de repasse terão seus recursos liberados em parcelas e percentuais, que variam de acordo com o objeto e o valor do repasse, conforme discriminação a seguir:

I - para a realização de obras e serviços de engenharia, com valores de repasse da Funasa:

a) inferiores a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), os recursos serão liberados em duas parcelas nos percentuais de 50% e 50% respectivamente;

b) iguais ou superiores a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e inferiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), os recursos serão liberados em 3 (três) parcelas, nos percentuais de 20%, 60% e 20% respectivamente; e

c) iguais ou superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), os recursos serão liberados em 5 (cinco) parcelas, nos percentuais de 20% cada.

II - para a realização de custeio, derivados de ações do Departamento de Saúde Ambiental, com valores de repasse da Funasa:

a) inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), os recursos serão liberados em duas parcelas nos percentuais de 40% e 60% respectivamente e

b) iguais ou superiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), os recursos serão liberados em 3 (três) parcelas, nos percentuais de 20%, 40% e 40% respectivamente.

III - para a realização de aquisição de equipamentos e veículos, o desembolso deverá ocorrer em parcela única;

§ 1º Para a execução de custeio ou para a aquisição de equipamentos e/ou veículos, enquadrados no regime simplificado, a liberação deve ocorrer em até sessenta dias, contado da data do aceite do processo licitatório.

§ 2º A liberação da parcela única, para os instrumentos que tenham por objeto a aquisição de equipamentos, fica condicionada à comprovação efetiva da existência da unidade apropriada para instalação e utilização dos equipamentos e/ou veículos e comprovada caracterização de solução integral do sistema (etapa útil).

§ 3º Instrumentos que reúnam, simultaneamente, objetos referentes à aquisição de equipamentos e à execução de obras e/ou serviços correlatos, terão liberados os recursos de forma independente, sendo condicionada a liberação dos recursos referentes a aquisição de equipamentos e veículos à conclusão das obras e serviços, exceto nos casos em que as etapas do Plano de Trabalho possam ser conduzidas de maneira independente e simultânea:

a) inferiores a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), os recursos serão liberados em duas parcelas nos percentuais de 50% e 50% respectivamente;

b) iguais ou superiores a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e inferiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), os recursos serão liberados em 3 (três) parcelas, nos percentuais de 20%, 60% e 20% respectivamente; e

c) iguais ou superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), os recursos serão liberados em 5 (cinco) parcelas, nos percentuais de 20 % cada.

§ 4º Os Planos Municipais, Intermunicipais e Regionais de Saneamento Básico ou de Gestão de Resíduos Sólidos se enquadram como em serviços de engenharia, compreendendo o valor mínimo mencionado no inciso I deste artigo.

Seção II - Da instrução para liberação de recursos

Subseção I - Primeira parcela ou parcela única

Art. 12 Para fins de instrução para liberação da primeira parcela ou de parcela única, em relação aos instrumentos que tramitam na Plataforma +Brasil, o convenente deverá incluir na aba Anexos da Execução os seguintes documentos:

I - cópia do extrato da publicação do edital de licitação;

II - cópia do termo de homologação e adjudicação da licitação;

III - cópia de declaração ou de documento que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

IV - cópia do contrato de execução ou fornecimento e do extrato de sua publicação, quando exigível;

V - cópia da planilha orçamentária vencedora do certame licitatório;

VI - anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução e de fiscalização, ou documentos equivalentes registrados nos respectivos Conselhos de Classe, conforme atribuições definidas em regulamento específico, com a assinatura e aprovação do representante legal do convenente do recurso;

VII - cópia do Cadastro Nacional de Obras (CNO) do empreendimento;

VIII - cópia de documento com código e descrição da atividade econômica principal da empresa executora de serviços, conforme Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE 2.0;

IX - comprovante de aporte da contrapartida pactuada, cujo depósito deverá ser efetuado na conta bancária específica do instrumento, em conformidade com os valores estabelecidos no cronograma de desembolso, e

X - cópia da Ordem de Serviço.

§ 1º Fica dispensada a inserção no SIGA dos documentos descritos nos incisos I a X na forma de Relatório de Andamento (RA).

§ 2º Em relação aos instrumentos que tramitam somente no SIGA, o convenente deverá elaborar o Relatório de Andamento (RA), padronizado pela Funasa, em conformidade com a definição contida no inciso III do artigo 2º, devendo ser acompanhado dos documentos elencados nos incisos I a X do caput.

Subseção II - Parcelas subsequentes à primeira

Art. 13 Para fins de instrução para liberação das parcelas subsequentes à primeira, em relação aos instrumentos que tramitam na Plataforma +Brasil, o convenente deverá elaborar Boletim de Medição ou Planilha de Levantamento de Eventos, conforme definição no inciso IX do art. 2º, que deverá ser preenchido de forma a demonstrar a execução física compatível com, no mínimo, 70% do total de recursos anteriormente liberados e deverá vir acompanhado dos seguintes documentos:

I - cópia do boletim de medição;

II - fotografias Georreferenciadas das etapas do empreendimento executadas ou em execução, demonstrando a sua evolução em relação à última parcela liberada, e

III - comprovação de aporte da contrapartida pactuada, cujo depósito deverá ser efetuado na conta específica, em conformidade com os valores estabelecidos no cronograma de desembolso.

§ 1º Quando a documentação mencionada nos incisos do caput já tiver sido inserida na Plataforma +Brasil, deverá constar no processo administrativo a indicação da funcionalidade do sistema em que foi incluída a peça documental.

§ 2º Em relação aos instrumentos que tramitam no SIGA, o convenente deverá elaborar o Relatório de Andamento (RA), padronizado pela Funasa, em conformidade com a definição contida no inciso III do artigo 2º, que deverá ser preenchido de forma a demonstrar a execução física compatível com, no mínimo, 70% do total de recursos anteriormente liberados, devendo ser acompanhado dos documentos elencados nos incisos I a III do caput.

§ 3º Aos instrumentos cujos objetos financiem ações de educação em saúde ambiental, aplica-se somente o disposto no inciso III deste artigo, para liberação de cada parcela.

Art. 14 Nos instrumentos para apoio à elaboração de plano municipal, intermunicipais e regionais de saneamento ou de gestão de resíduos sólidos, quando aplicável, o convenente deverá elaborar Boletim de Medição ou Planilha de Levantamento de Eventos na Plataforma + Brasil, conforme definição no inciso XIII do art. 2º, deverá ser preenchido de forma a demonstrar a execução física compatível com, no mínimo, 70% do total de recursos anteriormente liberados e deverá vir acompanhado dos seguintes documentos:

I - comprovação de depósito da contrapartida proporcional, na conta específica do instrumento de transferência, em conformidade com os valores estabelecidos no cronograma de desembolso do plano de trabalho;

II - para os instrumentos para apoio ao plano municipal, intermunicipais e regionais com valores de repasse inferiores a R$1.500.000.00 (um milhão e quinhentos mil reais), a liberação da segunda parcela, será após aprovação dos produtos A e B;

Seção III - Análise técnica e administrativa para a liberação de recursos

Art. 15 A área técnica e a administrativa de gestão de convênios da respectiva Superintendência Estadual da Funasa, de acordo com as atribuições específicas, realizarão análises, para fins de liberação das parcelas.

Parágrafo único. A área técnica finalística responsável pelo acompanhamento da execução dos instrumentos de repasse relacionados aos Planos Municipais, Intermunicipais e Regionais de Saneamento Básico ou de Gestão de Resíduos Sólidos é constituída pelo respectivo Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica regido pela Portaria Funasa nº 913, de 3 de dezembro de 2015.

Art.16 A área técnica de engenharia ou de saúde ambiental realizará análise conclusiva sobre a conformidade da documentação apresentada, dispostos nos art. 12 e 13, pelo convenente e a respeito da possibilidade de liberação da parcela, mediante o preenchimento do Relatório de Acompanhamento da Plataforma +Brasil (RAPB) a ser elaborado na Plataforma +Brasil, Relatório de Avaliação do Andamento (RAA) ou Relatório de Visita Técnica (RVT) a ser elaborado no SIGA.

§ 1º Para fins de liberação das parcelas subsequentes à primeira, deverá ser realizada visita no local de intervenção pela área técnica de engenharia ou de saúde ambiental, com a emissão de Relatório, conforme descrito no caput, atestando a existência e conformidade da documentação apresentada pelo convenente e a execução física compatível com, no mínimo, 70% do total de recursos anteriormente liberados, bem como se manifestando conclusivamente quanto à liberação da parcela.

§ 2º Quando o Relatório (RAPB, RAA ou RVT) demonstrar execução superior ao exigido para a liberação da parcela subsequente, em que o percentual apresentado seja compatível com o exigido para liberação da parcela e ainda da parcela seguinte, poderá haver liberação de ambas, observada a devida disponibilidade orçamentária e financeira; e ainda a conformidade financeira ou a emissão do parecer da prestação de contas parcial nos casos previstos, realizada pela área de gestão de convênios.

§ 3º Para os instrumentos em que a liberação da parcela seja baseada na avaliação dos documentos que comprovem a evolução do objeto, como nos casos de Planos de Saneamento Básico, o Departamento de Saúde Ambiental e o Departamento de Engenharia em Saúde Pública, mediante ato regulamentar próprio, poderão estabelecer metodologias próprias para acompanhamento da execução.

§ 4º Sempre que necessário, para corrigir ou complementar informação consignada em um Relatório (RAPB, RAA ou RVT), a área técnica de engenharia ou de saúde ambiental poderá emitir um novo Relatório, independentemente da realização de visita no local da intervenção, contendo referência expressa ao relatório a ser retificado ou complementado.

Art. 17 A área de gestão de convênios fará análise da documentação alusiva aos requisitos administrativos, mediante a emissão do Relatório de Monitoramento Administrativo (RMA).

§ 1º Para fins de liberação da primeira parcela, deverá ser observado o fiel atendimento aos requisitos administrativos de celebração, bem como à comprovação do depósito da primeira parcela da contrapartida, quando prevista no plano de trabalho.

§2º No caso dos convênios celebrados sob a égide da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, para a liberação das parcelas subsequentes à primeira, deverá ser exigida a comprovação da execução financeira do objeto, por meio de documentação inserida na Plataforma +Brasil e ratificada por parecer da área de gestão de convênios atestando a conformidade financeira.

§ 3º A Coordenação-Geral de Convênios, quando do exame de conformidade, por critérios de amostragem, poderá realizar averiguação quanto à instrução de liberação de recursos, subsidiando na adoção de medidas para sanar possíveis intercorrências detectadas.

Seção IV - Procedimento para a liberação de recursos

Art. 18 O fluxo de análise, autorizações e prazos para liberação de recursos financeiros obedecerá ao disposto neste artigo e Anexo II.

I - Elaboração dos relatórios de acompanhamento que atestem a conformidade dos dados e documentos apresentados pelo convenente.

II - Caso seja identificada a necessidade de verificação in loco, após realizada a visita técnica no local do empreendimento, o técnico responsável pelo acompanhamento concluirá as informações pertinentes nos relatórios de acompanhamento;

III - Após a emissão pela área técnica de engenharia e saúde pública ou saúde ambiental do Relatório de Acompanhamento conclusivo que recomende a liberação de recursos, a área de gestão de convênios deverá analisar e instruir o processo para autorização da liberação de parcela, mediante a emissão do Relatório de Monitoramento Administrativo (RMA);

IV - Após o preenchimento dos relatórios de acompanhamento que recomendem a liberação de recursos, bem como do relatório de monitoramento administrativo, o Superintendente Estadual da Funasa, deverá autorizar a liberação da parcela;

V - Após a autorização do Superintendente Estadual, competirá à Diretoria Executiva, subsidiada pela Coordenação-Geral de Convênios, sem juízo de valor a respeito das análises e procedimentos efetuados pelas Superintendências Estaduais, o encaminhamento dos instrumentos de repasse aptos para liberação de recursos ao Presidente da Funasa que, por sua vez, possui a atribuição exclusiva para autorizar os repasses financeiros no escopo de instrumentos de repasse.

§ 1º É de responsabilidade das Superintendências Estaduais os registros dos relatórios e pareceres que subsidiarão a liberação de recursos ou a indicação de eventuais pendências que impeçam a instrução para autorização da liberação de parcela, nos sistemas de informações para celebração e acompanhamento da execução de instrumentos de repasse.

§ 2º Os técnicos responsáveis pela análise, devem solicitar documentos e providências técnicas e administrativas aos convenentes, quando se fizerem necessárias, lançando os respectivos registros nos sistemas de informações para celebração e acompanhamento da execução de instrumentos de repasse, quando couber.

§ 3º Todos os prazos estabelecidos no anexo II deverão ser cumpridos ou na excepcionalidade, serem apresentados os motivos do não cumprimento, sob pena de apuração de responsabilidade no atraso da liberação do recurso.

Seção V - Da forma e dos requisitos para liberação de recursos para termos de execução descentralizada

Art. 19 Os Termos de Execução Descentralizada (TED) voltados à execução de ações das áreas de Engenharia de Saúde Pública ou de Saúde Ambiental terão seus recursos liberados em parcelas em conformidade com os cronogramas definidos no Plano de Trabalho, aprovado pela área técnica e no respectivo Termo de Execução.

Art. 20 A liberação das parcelas de Termos de Execução Descentralizada obedecerá aos seguintes critérios:

I- para instrumentos que financiem ações de saúde ambiental, capacitação e /ou elaboração de Planos Municipais, Intermunicipais e Regionais de Saneamento Básico ou Gestão de Resíduos Sólidos:

a) a primeira parcela será liberada, mediante a aprovação do Plano de Trabalho e do orçamento detalhado, por meio de Parecer Técnico fundamentado, exarado por Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (NICT) e ratificado pelo Superintendente Estadual;

b) as parcelas subsequentes serão liberadas após emissão de Parecer Técnico fundamentado pelo NICT, homologado pelo Superintendente Estadual, atestando a compatibilidade de execução física com os recursos anteriormente liberados.

II - para os demais Termos de Execução Descentralizada

a) a primeira parcela será repassada, mediante a aprovação do Plano de Trabalho e do Projeto Básico/ Termo de Referência ou do Projeto de Pesquisa, conforme o objeto da avença, por meio de Parecer Técnico fundamentado, exarado pela área técnica correspondente;

b) as parcelas subsequentes serão repassadas após emissão de Parecer Técnico fundamentado, exarado pela área técnica correspondente, atestando a compatibilidade de execução física com os recursos anteriormente liberados.

Parágrafo único. A razão contábil da conta e a relação de pagamentos deverão ser apresentadas pela Unidade Gestora Recebedora anteriormente a liberação da segunda parcela e subsequentes, previstas nos incisos I, alínea b e II, alínea b, para fins de análise da conformidade financeira.

CAPÍTULO IV - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I - Do acompanhamento físico da execução

Art. 21 A Funasa fará o acompanhamento do objeto pactuado, a fim de verificar a sua conformidade financeira e a execução física de acordo com o plano de trabalho, mediante análise dos documentos inseridos nos sistemas oficiais bem como pela realização de visitas ao local da execução das obras ou prestação de serviços, nos casos em que couber, observados os seguintes critérios:

§ 1º Para obras e serviços de engenharia:

a) com valores inferiores a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), através de visita no local de intervenção, sendo considerados os marcos de execução de 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento) do cronograma de execução física, podendo ocorrer outras vistorias quando identificada a necessidade pela Funasa;

b) para obras e serviços de engenharia com valores iguais ou superiores a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e inferiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no mínimo, 3 (três) visitas no local de intervenção, sendo considerados os marcos de execução de 30% (trinta por cento), 60% (sessenta por cento) e 100% (cem por cento) do cronograma de execução física, além da especificidade e o andamento da execução do objeto pactuado;

c) para obras e serviços de engenharia com valores iguais ou superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no mínimo, 5 (cinco) visitas no local de intervenção, considerados os marcos de execução de 20% (vinte por cento), 40% (quarenta por cento), 60% (sessenta por cento), 80% (oitenta por cento) e 100% (cem por cento) do cronograma de execução física, além da especificidade e o andamento da execução do objeto pactuado.

§ 2º Outras visitas poderão ocorrer, quando identificada a necessidade pela Funasa, em função dos seguintes fatores:

a) complexidade de cada empreendimento;

b) magnitude dos recursos envolvidos e eventuais problemas e falhas detectados;

c) informações constantes nos sistemas oficiais, boletins de medição e fotos georreferenciadas insuficientes para verificar o andamento da obra ou entrega do bem ou serviço; e

d) ocorrência de trilhas de auditoria, não saneadas, que apontem indícios de irregularidades na execução.

Art. 22 No acompanhamento, a área técnica deverá observar:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

III - a regularidade das informações registradas pelo convenente nos sistemas oficiais; e

IV - o cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas.

§ 1º O acompanhamento da execução do instrumento será feito por representante da Funasa, devidamente designado para tal atribuição, em até 10 (dez) dias da assinatura do instrumento.

§ 2º Os atos de acompanhamento da execução do objeto e fiscalização do instrumento deverão ser devidamente registrados na Plataforma +Brasil, e no SIGA quando couber.

§ 3º Para os instrumentos, enquadrados no regime simplificado, a verificação da execução do objeto ocorre mediante comprovação da compatibilidade com o projeto e a conclusão da fase ou etapa prevista no plano de trabalho, sem a necessidade de medição de serviços unitários executados que não compõem etapa concluída.

§ 4º A conformidade financeira deverá ser aferida durante toda a execução do objeto, devendo ser complementada pelo acompanhamento e avaliação do cumprimento da execução física do objeto, quando da análise da prestação de contas final.

Art. 23 O convenente deverá elaborar, na Plataforma +Brasil, boletim de medição e planilha de levantamento de eventos, ou, no SIGA, Relatório de Andamento (RA) padronizado pela Funasa, com periodicidade máxima de 3 (três) meses, para fins de acompanhamento da situação de execução dos objetos financiados por instrumentos de repasse.

§ 1º A partir do recebimento do boletim de medição ou planilha de levantamento de eventos ou o Relatório de Andamento (RA) as áreas técnicas de engenharia ou de saúde ambiental deverão emitir Relatório de Acompanhamento e Fiscalização (RAPB) indicando se foi realizada ou não visita in loco, ou Relatório de Avaliação do Andamento (RAA) ou Relatório de Visita Técnica (RVT), conforme o caso.

§ 2º A proposta de ajuste ou alteração do plano de trabalho do instrumento de repasse, quando solicitada pelos convenentes, deverá ser registrada nas abas especificas da Plataforma +Brasil em funcionalidade específica.

§ 3º A proposta referida no parágrafo anterior, deverá ser analisada pelas áreas de engenharia ou saúde ambiental, com parecer técnico na Plataforma +Brasil, em funcionalidade específica.

§ 4º As alterações autorizadas pelas áreas de engenharia ou saúde ambiental da Funasa somente poderão ser executadas após a devida formalização no instrumento e/ou nos sistemas.

Seção II - Do acompanhamento financeiro da execução

Art. 24 O acompanhamento financeiro do instrumento de transferência, pela área de gestão de convênios, se inicia após a disponibilização dos recursos na conta do instrumento e será realizada no SIGA e na Plataforma +Brasil, quando for o caso.

§1º O convenente deverá disponibilizar à Funasa, na Plataforma +Brasil, os documentos necessários para a aferição da conformidade financeira do instrumento, no caso dos convênios celebrados sob a égide da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

§ 2º Nos instrumentos celebrados anteriormente à publicação da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e já iniciada a execução, para o acompanhamento financeiro, o convenente deverá apresentar, no SIGA, o Relatório de Acompanhamento (RA), acompanhado dos seguintes documentos, quando não disponibilizados na Plataforma +Brasil:

I - relação de pagamentos; e

II - extrato bancário.

§ 3º Nos casos em que houver indícios de irregularidade na execução financeira do instrumento, a Funasa poderá realizar visita na localidade em que estiverem sendo contabilizados os documentos de execução financeira.

§ 4º A qualquer tempo, os servidores responsáveis poderão solicitar a suspensão do repasse de recursos e o bloqueio dos recursos porventura já repassados, caso seja detectada irregularidade na execução de quaisquer dos instrumentos de transferência, mediante a emissão de Parecer circunstanciado e aprovado pelo chefe da respectiva área, registrado nos sistemas oficiais, na forma da legislação vigente.

§ 5º Detectada a irregularidade do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, será suspensa a liberação dos recursos, com a fixação do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, o qual poderá ser prorrogado por igual período.

§ 6º Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, a Funasa, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano ao erário.

§ 7º Caso as justificativas não sejam acatadas, a Funasa abrirá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o convenente regularizar a pendência e, havendo danos ao erário, deverá adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento.

§ 8º A Funasa comunicará o convenente, para as providências dos §§ 4º e 6º,

mediante correspondência com aviso de recebimento (AR), devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil, com envio de cópia para a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento.

§ 9º Havendo indício de crime ou ato de improbidade, a Funasadeverá comunicar à Advocacia-Geral da União (PFE/FUNASA) e ao Ministério Público.

§ 10 Nos instrumentos enquadrados no regime simplificado, sendo detectada irregularidade ou descumprimento pelo convenente, a Funasa suspenderá a liberação das parcelas, sendo aquele notificado para apresentar justificativa no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 11 Caso não aceitas as razões apresentadas pelo convenente, a concedente fixará prazo de 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos, que se não for feita, deverá ser instaurada a Tomadas de Contas Especial.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 Todos os instrumentos de transferência celebrados pela Funasa, independente da época, passarão a ser regidos pelas normas desta Portaria, atinente à liberação de recursos, acompanhamento e prestação de contas.

§ 1º Aos instrumentos celebrados anteriormente à edição desta Portaria aplicar-se-à todas as regras, exceto quanto aos percentuais de liberação de recursos em razão dos valores, nos termos do art.11, que continuarão sendo regidos pelas normas vigentes à época da celebração.

§ 2º Não haverá prestação de contas parcial nos instrumentos celebrados pela Funasa, aplicando-se as regras previstas na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, relativas à liberação de recursos e prestação de contas, com fundamento no art. 2º, I, "a" da referida Portaria, inclusive aos instrumentos celebrados com cláusulas obrigatórias de prestações de contas parciais.

§ 3º Os instrumentos, cujas ações financiem a capacitação e/ou execução de Planos Municipais de Saneamento Básico, celebrados anteriormente à vigência desta Portaria, permanecerão regidos pelo disposto na norma então vigente.

Art. 26 Os documentos originários ou registrados na Plataforma +Brasil bem como no SIGA poderão ser referenciados no SEI por meio de links disponíveis para acesso público.

Art. 27 As informações consignadas no boletim de medição e planilha de levantamento de eventos ou no Relatório de Andamento (RA) são de responsabilidade exclusiva dos convenentes e de seus responsáveis técnicos, que fiscalizam a execução do objeto pactuado com recursos transferidos pela Funasa, inclusive quanto à anexação da documentação exigida.

Parágrafo único. Havendo alteração de responsável técnico pela execução ou pela fiscalização do objeto do instrumento de transferência, o convenente deverá comunicar de imediato à Funasa e apresentar nova Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documentos de responsabilidade técnica registrados no Conselho de Classe correspondente que comprovem tal alteração.

Art. 28 Caberá às áreas técnicas de engenharia ou e saúde ambiental organizar e manter agenda com programação periódica de visitas, quando cabível ao objeto, bem como manter atualizados os registros de todos os objetos financiados em andamento sob a responsabilidade da Superintendência Estadual nos sistemas de informação.

Art. 29 Enquanto a Plataforma +Brasil não contemplar o registro dos Termos de Execução Descentralizada, a celebração, liberação de parcelas, acompanhamento e prestação de contas serão realizadas por meio do processo administrativo de celebração e registradas no SIAFI, no que couber.

Art. 30 Enquanto o SIGA não integrar os relatórios de acompanhamento da Plataforma +Brasil, os procedimentos referentes à liberação de recursos continuarão com a atual tramitação.

Art. 31 Enquanto os Termos de Compromisso não forem totalmente migrados para a Plataforma +Brasil, a liberação de parcelas, acompanhamento e prestação de contas serão realizadas e registradas nos sistemas de informações oficiais para celebração e acompanhamento da execução de instrumentos de repasse.

Art. 32 Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência da Funasa.

Art. 33 Fica revogada a Portaria Funasa nº 5.598, 12 de setembro de 2018.

Art. 34 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANNE GOMES DA SILVA

ANEXO I

I - Prazos para apresentação e análise de projeto básico, saneamento de suas pendências, início das ações afetas ao procedimento licitatório, seu respectivo aceite e designação de servidor responsável pelo acompanhamento.

NÍVEL	TIPO	VALORES DE REPASSE	VIGÊNCIA DOS INSTRUMENTOS	APRESENTAÇÃO DE PROJETO BÁSICO (CLÁUSULA SUSPENSIVA)	ANÁLISE DE PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA	SANEAMENTO DE PENDÊNCIAS DO PROJETO BÁSICO	INÍCIO DAS AÇÕES AFETAS AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO	ACEITE DO PROCESSO LICITATÓRIO PELO CONCEDENTE	DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO
I	Obras e serviços de engenharia	igual ou superior a R$250.000,00 e inferiores a R$750.000,00	Prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas, limitada a trinta e seis meses	Até vinte e quatro meses de acordo com a cláusula específica do instrumento, contado da data da assinatura do instrumento.	Até trinta dias, contados do recebimento do projeto básico	Até quarenta e cinco dias da data de notificação com aviso de recebimento, prorrogáveis por igual período.	prazo máximo de sessenta dias, contado da data de emissão do laudo de análise técnica	Até trinta dias, contado da data da sua apresentação	No prazo máximo de dez dias contado da assinatura do instrumento
I-A	Obras e serviços de engenharia	igual ou superior a R$750.000,00 e inferiores a R$1.500.000,00					prazo máximo de sessenta dias, contado da data de emissão do laudo de análise técnica	Até trinta dias, contado da data da sua apresentação.	
II	Obras e serviços de engenharia	igual ou superior a R$1.500.000,00 e inferiores a R$5.000.000,00	Prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas, limitada a quarenta e oito meses		Até sessenta dias, contados do recebimento do projeto básico.		Até sessenta dias e poderá ser prorrogado uma única vez, contados: a) da data de assinatura, em instrumentos celebrados sem cláusula suspensiva; ou b) do aceite do termo de referência ou da emissão do laudo de análise técnica, em instrumentos celebrados com cláusula suspensiva.	Até sessenta dias, contado da data da sua apresentação.	
III	Obras e serviços de engenharia	igual ou superior a R$5.000.000,00	Prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas, limitada a sessenta meses				Até sessenta dias e poderá ser prorrogado uma única vez, contados: a) da data de assinatura, em instrumentos celebrados sem cláusula suspensiva; ou b) do aceite do termo de referência ou da emissão do laudo de análise técnica, em instrumentos celebrados com cláusula suspensiva.		
IV	Custeio ou aquisição de equipamentos	igual ou superior a R$100.000,00 e inferiores a R$1.000.000,00	Prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas, limitada a trinta e seis meses	Até vinte e quatro meses de acordo com a cláusula específica do instrumento, contado da data da assinatura do instrumento.	Até trinta dias, contados do recebimento do termo de referência.		Prazo máximo de sessenta dias, contado da data de assinatura do instrumento ou aceite do termo de referência	Até trinta dias, contado da data da sua apresentação	
V	Custeio ou aquisição de equipamentos	igual ou superior a R$1.000.000,00			Até sessenta dias, contados do recebimento do termo referência.		Até sessenta dias e poderá ser prorrogado uma única vez, contados: a) da data de assinatura, em instrumentos celebrados sem cláusula suspensiva; ou b) do aceite do termo de referência ou da emissão do laudo de análise técnica, em instrumentos celebrados com cláusula suspensiva.	Até sessenta dias, contado da data da sua apresentação	

II - Prazos para o fluxo de análise e autorizações para liberação de recursos financeiros.

FASE DO FLUXO	VALORES DE REPASSE	TIPOS DE INSTRUMENTO DE REPASSE	PRAZO
Emissão de Relatório de Acompanhamento da P+B (RAPB) ou Relatório de Avaliação do Andamento (RAA)	Todos os níveis	Todos exceto TED	cinco dias úteis da inclusão do boletim de medição e planilha de levantamento de eventos na P+B ou da inclusão do RA no SIGA
Emissão de Relatório de Acompanhamento da P+B (RAPB) ou Relatório de Visita Técnica (RVT)	Todos os níveis	Todos exceto TED	dez dias úteis da realização da visita técnica
Emissão de Relatório de Monitoramento Administrativo (RMA)	Todos os níveis	Todos exceto TED	cinco dias úteis da inclusão do RAPB, RAA ou RVT
Registro de recomendação para liberação da parcela pelo Superintendente Estadual	Todos os níveis	Todos exceto TED	Três dias úteis da inclusão do RMA

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA/MTP Nº 45, DE 13 DE AGOSTO DE 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, e tendo em vista o Processo nº 10132.100315/2021-47, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de julho de 2021, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 1.404,59 (um mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 2º O Ministério do Trabalho e Previdência, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38145/2021/ME (SEI 17918798), resolve:

Não Conhecer o Recurso Administrativo n.º 46218.005440/2009-55 interposto pelo STR-São Pedro do Butiá - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro do Butiá, CNPJ 94.449.071/0001-10 , nos autos do Processo Administrativo nº 46218.008638/2008-18, com respaldo no art. 63, inciso I, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25745/2021/ME (SEI 16173843), resolve:

Conhecer e Deferir o recurso administrativo nº 46000.004602/2017-93, interposto pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transportes de Cargas Em Geral e Passageiros do Município do Rio de Janeiro - SCVRTTCGPMRJ - CNPJ: 33.644.493/0001-51, em face da decisão de publicação do pedido de registro sindical nº 47427.002188/2014-97, do SINCAERJ - Sindicato dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 21.010.744/0001-67, exarada no Diário Oficial da União (DOU) de 02/06/2017, e

CANCELAR o registro sindical do SINCAERJ - Sindicato dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 21.010.744/0001-67, pedido de registro sindical nº 47427.002188/2014-97, nos termos do art. 53 da Lei Nº 9.784/99 c/c art. 27, inciso I da Portaria 17.593/2020,

ANULAR a exclusão da categoria Motoristas de Ambulância da representação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Niterói, CNPJ 29.541.596/0001-19, Carta Sindical L001 P001 A1940.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO CEARÁ
SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

PORTARIA SRTB-CE/ME Nº 9.781, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

O Superintendente Regional do Trabalho no Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Portaria Ministerial nº 1095/2010, de 07/07/2015, publicado no DOU de 20/05/2015, resolve:

Art. 1º Conceder autorização à empresa MALWEE MALHAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.293.262/0023-25, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia Santos Dumont, S/N, bairro Lagoa Seca, Pacajus/CE, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, bem como pelo Relatório de Fiscalização apresentado, pelo prazo de 02(dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4552/2002. Concede-se o prazo de 30(trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção de trabalho.

FÁBIO ZECH SYLVESTRE

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 465, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

Área: 1 ARTES CêNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181300 - TURMA DA MÔNICA EM...
Maurício de Sousa Produções Ltda
CNPJ/CPF: 47.257.902/0001-71
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

182163 - Reciclar é Preciso
A. A. CARDOSO - PRODUCOES - ME
CNPJ/CPF: 14.029.511/0001-40
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/08/2021 à 31/12/2021

182326 - A VERDADE
NITIREN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.777.210/0001-04
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

182784 - SAÚDE EM CENA
INMED BRASIL
CNPJ/CPF: 00.696.000/0001-78
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

182803 - ETA Festival! Esquetes de Teatro Acessível
Escola de Gente-Comunicação em Inclusão
CNPJ/CPF: 04.999.034/0001-92
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

Área: 3 MúSICA (Artigo 18 , § 1º)
181343 - Turnê Orquestras do Sul
EMERSON JOAO MAICA - ME
CNPJ/CPF: 13.450.877/0001-26
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

182003 - Turnê Oito Baixos de Botão
Daiane dos Santos Corrêa
CNPJ/CPF: 006.423.020-14
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

182060 - Soul Solidário
CW Produções e Eventos LTDA ME
CNPJ/CPF: 06.037.150/0001-56
Cidade: Contagem - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

182140 - Leva Viola - circulação de orquestras
ALPHA PRODUCOES CULTURAIS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 10.361.232/0001-29
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 18/09/2021

182587 - Encontros Musicais Arte e Rua
People's Palace Projects do Brasil
CNPJ/CPF: 05.465.506/0001-90
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

Área: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
170768 - FÉ, ENGENHO E ARTE TRÊS FRANCISCOS - MESTRES DO BARROCO NO BRASIL-EXPOSIÇÃO
ASSOCIACAO MUSEU DE ARTE SACRA DE SAO PAULO - SAMAS
CNPJ/CPF: 67.848.994/0001-71
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

182603 - Festival de Fotografia de Paranapiacaba
ALFAVISUAL COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 06.787.974/0001-43
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

203552 - Ateliê Casa Bracher (ACB)
INCENTIVE - PROJETOS E CAPTACAO DE RECURSOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.434.356/0001-73
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 27/04/2021 à 31/12/2021

Área: 5 PATRIMôNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
203031 - Carnaval - Patrimônio Cultural Imaterial de SP.
Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo
CNPJ/CPF: 56.089.030/0001-70
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 16/08/2021 à 31/12/2021

Área: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181883 - Seminário Poético-musical e Mostra de Poemas de Passo Fundo
SARAGUASSU PINTO NERI
CNPJ/CPF: 956.756.630-53
Cidade: Taquara - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

183321 - Livro O Sítio Da Menina Luíza
DANIEL LELLIS KRUPELIS
CNPJ/CPF: 219.033.728-36
Cidade: Bauru - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

202421 - HANS ULRICH OBRIST - Entrevistas Brasileiras Vol. II
EDITORA DE LIVROS COBOGO LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.929.767/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 16/08/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 466, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 201379 - Especialistas da Alegria Hospital Erastinho, publicado na portaria nº 0178/20 de 09/03/2020, no D.O.U. de 10/03/2020, para Especialistas da Alegria - Kids.

Art. 2.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 184221 - Obverso - Volume 1: A arte e as suas circunstâncias, publicado na portaria nº 0689/18 de 31/10/2018, no D.O.U. de 01/11/2018.

Onde se lê: O Obverso - Volume 1: A arte e suas circunstâncias, é uma exposição de artes inédita que aborda a produção literária como ponto de partida para interação artística. A literatura é um elemento essencial para transformação da sociedade e que registra e influencia a forma de pensar o mundo e de produzir arte. O Volume 1 do Obverso tem como objetivo promover a percepção da literatura em sua dimensão artística, aproximando o público de personagens e da produção literária como um ofício que encontra parelelos em outras formas de produção artística. A exposição terá como programa de suporte a realização de palestras que abordarão desdobramentos do tema

principal além de programa educativo com visitas guiadas. Ao final do projeto será feita a publicação de um livro de ensaios com o artigos inéditos dos curadores e dos palestrantes convidados.

Leia-se: O Obverso - Volume 1: A arte e suas circunstâncias, é uma exposição de artes inédita que aborda a produção literária como ponto de partida para interação artística. A literatura é um elemento essencial para transformação da sociedade e que registra e influencia a forma de pensar o mundo e de produzir arte. O Volume 1 do Obverso tem como objetivo promover a percepção da literatura em sua dimensão artística, aproximando o público de personagens e da produção literária como um ofício que encontra parelelos em outras formas de produção artística. A exposição terá como programa de suporte a realização de palestras online que abordarão desdobramentos do tema principal além de programa educativo com visitas guiadas. Ao final do projeto será feita a publicação de um livro de ensaios com o artigos inéditos dos curadores e dos palestrantes convidados.

PRONAC: 200306 - Forro Miudinho, publicado na portaria nº 0039/20 de 17/01/2020, no D.O.U. de 20/01/2020.

Onde se lê: O Premiado espetáculo "FORRÓ MIUDINHO" (2015) faz parte da trilogia composta também pelos musicais infantis 'Sambinha' (2013) e 'Bossa Novinha - A Festa do Pijama' (2014), todos de Ana Velloso, com direção de Sergio Módena, direção Musical de Ricardo Rente. O espetáculo se dedica a apresentar ao público infantil, através do teatro, um dos mais importantes gêneros da nossa música - o Forró. Esta prosta propõe mais uma temporada de dois meses no Estado do Rio de Janeiro (20 apresentações) e uma temporada de 01 mês na cidade de São Paulo (10 apresentações)

Leia-se: O Premiado espetáculo "FORRÓ MIUDINHO" (2015) faz parte da trilogia composta também pelos musicais infantis 'Sambinha' (2013) e 'Bossa Novinha - A Festa do Pijama' (2014), todos de Ana Velloso, com direção de Sergio Módena, direção Musical de Ricardo Rente. O espetáculo se dedica a apresentar ao público infantil, através do teatro, um dos mais importantes gêneros da nossa música - o Forró. Esta proposta propõe mais uma temporada no Estado do Rio de Janeiro com 10 apresentações - ao vivo e 10 transmissões online - geradas a partir das apresentações ao vivo; e uma temporada na cidade de São Paulo com 10 apresentações ao vivo.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 94-E, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR - PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

21-0100 CAMPO DE BATALHA 2
Processo: 01416.005098/2021-13
Proponente: OCEAN PRODUÇÃO DE FILMES LTDA
Cidade/UF: Florianópolis / SC
CNPJ: 04.069.379/0001-47
Valor total aprovado: R$ 1.199.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.139.050,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 800, realizada em 05/08/2021

20-0101 CAINDO NA REAL
Processo: 01416.002733/2021-01
Proponente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.700.630/0001-18
Valor total aprovado: R$ 6.315.789,47
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 800, realizada em 05/08/2021

Art. 2º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

MAURO GONÇALVES DE SOUZA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 49, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

II - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

III - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

IV - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: BRF S/A
Empreendimento: Planta Industrial Alimentícia de Tatuí da BRF S/A
Processo nº 01506.001497/2020-15
Projeto: Acompanhamento Arqueológico da Ampliação da Planta Industrial Alimentícia de Tatuí da BRF S/A
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Ana Flávia de Araújo Silva
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Tatuí, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Luvizotto Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Luvizotto
Processo nº 01506.007356/2016-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Luvizotto
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Valéria Marques dos Santos Tavares
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Cerquilho, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Fernando Henrique de Melo - ME
Empreendimento: Residencial Eco Park
Processo nº 01506.000543/2020-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a área de implantação do Residencial Eco Park
Arqueólogo Coordenador: Diego Barrocá
Arqueólogo de Campo: Diego Barrocá
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Taciba, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Skaf Urbanização e Participação Ltda
Empreendimento: Loteamento Comercial e Residencial Jardim Europa
Processo nº 01506.001098/2020-46
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Comercial e Residencial Jardim Europa
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Job Lôbo
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Residencial Flamboyant Empreendimento Imobiliário Alvares Machado SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Flamboyant
Processo nº 01506.000682/2021-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a área de implantação do Loteamento Residencial Flamboyant
Arqueólogo Coordenador e de Campo: Diego Barrocá
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Álvares Machado, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Empreendimentos Imobiliários Jardim Steck Ltda
Empreendimento: Residencial Jardim Steck
Processo nº 01506.003124/2018-56
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação do Residencial Jardim Steck
Arqueólogo Coordenador e de Campo: David Lugli Turtera Pereira
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Município de Louveira, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: FEW Cascavel Incorporadora Ltda
Empreendimento: Loteamento Bertolucci – Fase I, II e III
Processo nº 01508.000465/2021-55
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Bertolucci – Fase I, II e III
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Coordenadora de Campo: Amanda Lopes da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - LAEE - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Cascavel, estado do Paraná.
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Maria Luiza Rodrigues de Vasconcellos
Empreendimento: Villagio São Bento
Processo nº 01506.004650/2018-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Villagio São Bento
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Rafaela Torres Simões Faustino
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Paulínia, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: M5 Agropecuária Ltda
Empreendimento: M5/M7 Agropecuária
Processo nº 01514.001731/2020-05
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da M5/M7 Agropecuária
Arqueólogo Coordenador: Mauro de Almeida e Silva
Arqueólogo de Campo: Júlio César da Silva Marins
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Município de Guarda-Mor e Paracatu, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN
Empreendimento: Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) São Luiz Gonzaga
Processo nº 01512.000336/2018-01
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) São Luiz Gonzaga
Arqueólogo Coordenador: Jorge Luiz de Oliveira Viana
Arqueóloga de Campo: Luciana da Silva Peixoto
Apoio Institucional: Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL) - Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Área de Abrangência: Município de São Luiz Gonzaga, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mosaic Fertilizantes P&K Ltda
Empreendimento: Depósito de Estéril 2 - PDE2 do Complexo Minerário de Patrocínio - CMP
Processo nº 01514.000218/2021-70
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Depósito Estéril 2 - DPE2 do Complexo Minerário de Patrocínio - CMP

Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Kaic Bueno Batista
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Patrocínio, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

12-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Voltalia Energia do Brasil Ltda
Empreendimento: Complexo Eólico Serra da Borracha
Processo nº 01502.000603/2021-56
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Serra da Borracha
Arqueólogo Coordenador: Pedro Antônio Carvalho Teixeira
Arqueólogo de Campo: Fábio Origuela de Lira
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Curaçá, estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses

13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda
Empreendimento: Conjunto Fotovoltaico Assú - Centrais fotovoltaicas Assu II, Assu III e Assu IV
Processo nº 01421.000137/2021-17
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Conjunto Fotovoltaico Assú - Centrais fotovoltaicas Assu II, Assu III e Assu IV
Arqueóloga Coordenadora: Lilian Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Área de Abrangência: Município de Assú, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

Conselho Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA CN-CNMP Nº 81, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

A CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3°, da Constituição da República e nos arts. 18, incisos I, II, VII e XIV, 67 e 68, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1 Retificar a Portaria CNMP-CN n° 66, de 19 de julho de 2021, que instaurou a Correição Ordinária em Órgãos de Controle Disciplinar nas unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no Diário Oficial da União, no dia 20/07/2021, edição 135, seção 1, página 93, mantendo todos os seus efeitos, conforme segue:

Onde se lê:

"1. Instaurar correição ordinária nos Órgãos de Controle Disciplinar do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, cujos trabalhos serão realizados no período de 25 a 27 de agosto de 2021, de forma remota, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais;"

...

"3. Designar, no período supracitado, as servidoras do Conselho Nacional do Ministério Público Larissa Lago Barbosa Bezerril e Michelle Almeida Nogueira para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização da correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços;"

Leia-se:

"1. Instaurar correição ordinária nos Órgãos de Controle Disciplinar do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, cujos trabalhos serão realizados no período de 13 a 16 de setembro de 2021, de forma presencial, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais;"

...

"3. Designar, no período supracitado, as servidoras do Conselho Nacional do Ministério Público Larissa Lago Barbosa Bezerril e Maíra Feitosa Seródio Araújo para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização da correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços;"

RINALDO REIS LIMA
Corregedor

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

3ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2021

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Feitos com Pedido de Vista

Processo NF-000068.2021.04.001/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: MIG PLUS AGROINDUSTRIAL LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE SERAFINA CORRÊA - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

II - Recursos administrativos

Processo PP-003717.2018.04.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA, NOTICIANTE: SIGILOSO, INVESTIGADO: SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE E REGIÃO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-004082.2019.01.000/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: 4ID MEDICOS ASSOCIADOS EIRELI, NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 4ª REGIÃO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-001949.2019.02.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: DESTAKE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI EPP (TRANSPORTADORA DESTAKE), INQUIRIDO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-000146.2019.02.005/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-000877.2019.23.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo PP-000858.2020.15.002/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: SIMEDI MEDICINA DIAGNÓSTICA SOCIEDADE SIMPLES, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA, DIAGNÓSTICO POR IMAGENS E TERAPIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000440.2021.01.000/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-001458.2021.01.000/0 - Assunto: 5.CONATPA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO , NOTICIANTE: SINDICATO DOS GUARDAS PORTUARIOS EMPREG DE AUTORIDADE PORTUAR DOS MUNIC DE ARRAIAL DO CABO, ANGRA DOS REIS, ITAGUAI, NITEROI E RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo PP-000810.2021.09.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INVESTIGADO: DBM CURSOS DE IDIOMAS LTDA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000520.2021.17.000/5 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: FEDERACAO DOS/AS TRABALHADORES/AS DO RAMO FINANCEIRO DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E ESPIRITO SANTO , NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO RAMO FINANCEIRO NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SINTRAF-ES , NOTICIANTE: ANA MARIA ZAMPROGNO ALVARENGA, NOTICIADO: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000539.2021.03.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ROSELY ESTEVES CORRÊA , NOTICIANTE: ANTONIO RODRIGUES , NOTICIADO: CARLUCIO KLEBER BORGES ARAUJO, NOTICIADO: JOÃO BATISTA DA SILVEIRA, NOTICIADO: ROGERLAN AUGUSTA DE MORAIS - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

Processo NF-000057.2021.15.008/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE CIDADANIA - IBC, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE MAIRINQUE, NOTICIANTE: SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

Processo IC-000791.2014.13.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E CULTURAL DA PARAÍBA, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB, NOTICIANTE: PRT 13ª REGIÃO (JOSÉ CAETANO DOS SANTOS FILHO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo IC-001698.2017.02.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: FISIOKIDS FISIOTERAPIA LTDA, INQUIRIDO: FUNDAÇÃO JOSE LUIZ EGYDIO SETUBAL, NOTICIANTE: JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO CAPITAL, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo IC-000074.2018.21.002/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ADRIANO MAGNO DA SILVA, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS, NOTICIANTE: PATRICIA ROSANA DOS SANTOS SÁ, NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo IC-005936.2019.02.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: CEETEPS CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA, INQUIRIDO: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (ETEC PROFESSOR CAMARGO ARANHA), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo IC-000921.2019.19.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO MARIO MAFRA, NOTICIANTE: CONDOMINIO PARQUE DOS EUCALYPTOS, INQUIRIDO: SECOVI/AL - SACREM (SECOVI/AL - SINDICATO DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS - SACREM - SINDICATO DAS EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE CONDOMÍNIOS E DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ), NOTICIANTE: SIGILOSO, INQUIRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EDIFICIOS E CONDOMINIOS NO ESTADO DE ALAGOAS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-001186.2020.08.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANONIMO , NOTICIADO: UNIMED BELÉM - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo IC-002843.2020.10.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ACEL ADMINISTRAÇÃO DE CURSOS EDUCACIONAIS LTDA, NOTICIANTE: SAEP/DF - SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR EM ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo IC-000054.2020.15.005/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE OSVALDO CRUZ - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo IC-000043.2020.17.002/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A, NOTICIANTE: SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ESPÍRITO SANTO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo PP-000919.2020.23.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: RENATO WENDER DE LIMA BRANDÃO, INVESTIGADO: SINDICATO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000142.2021.02.001/6 - Assunto: 4.CONAP, 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: FUNDAÇÃO CRIANÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, NOTICIADO: FUNDAÇÃO CRIANÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-001808.2021.03.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: COMERCIAL DAHANA LIMITADA, NOTICIADO: DECMINAS DISTRIBUIÇAO E LOGISTICA S/A, NOTICIADO: MAIELLO GESTAO EM CARGAS EIRELI, NOTICIADO: MULTI FORMATO DISTRIBUIDORA SOCIEDADE ANÔNIMA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE CONTAGEM , BETIM E REGIÃO - SINTRAMOV CT - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-001093.2021.05.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: LIMPURB - EMPRESA DE LIMPEZA URBANA DE SALVADOR, NOTICIANTE: MARILENE DOS SANTOS LINS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000764.2021.06.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000492.2021.24.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL, NOTICIANTE: MILTON LOPES SALLES - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo IC-001215.2019.17.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S/A, NOTICIANTE: EX OFFICIO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo PP-002622.2020.10.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS/DF , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000093.2020.12.006/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: PATRICK LUCIAN WIGGERS, NOTICIADO: SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO DE LAGES - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-001188.2021.01.000/8 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BASKETBALL, NOTICIADO: FEDERAÇÃO DE BASQUETEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE:

SINDICATO DOS TRABALHADORES E COLABORADORES DA ARBITRAGEM ESPORTIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-001811.2021.01.000/6 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES E COLABORADORES DA ARBITRAGEM ESPORTIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000344.2021.02.002/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo PP-000063.2021.02.003/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INVESTIGADO: EO SOLUÇÕES CUSTOMIZADAS LTDA, INVESTIGADO: SANTOS BRASIL LOGÍSTICA S.A., NOTICIANTE: SINDROD - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE SANTOS - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000757.2021.04.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDESP/RS, NOTICIADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDI-VIGILANTES DO SUL - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000868.2021.04.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL SÃO JUDAS TADEU, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000558.2021.17.000/8 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO TOM JOBIM, NOTICIADO: CYRO BACH MONTEIRO ME, NOTICIANTE: SINDICONDOMÍNIOS - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAL, COMERCIAL E MISTO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

III - Declínios de atribuições

Processo IC-001158.2019.21.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 16ª REGIÃO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES EM CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO RN - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000193.2021.06.002/7 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: EDJANE CARLA, NOTICIADO: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE/PE - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000232.2021.13.001/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: SECRETARIA DA EDUCACAO DO MUNICIPIO DE SUMÉ-PB, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000292.2021.20.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO/SE - SINTRASE - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-000549.2020.15.007/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: MPF - PROCURADORIA DA REPÚBLICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE TANABI - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000140.2021.14.001/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO (artigo 2º, § 6º da Resolução n. 69/2007, do CSMPT), NOTICIADO: SINDICATO DOS FISCAIS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL - SAFIM/CZS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000334.2021.05.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: RAIMUNDO DA CONCEICAO DE JESUS FRAGA, NOTICIADO: SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCACAO BASICA, PROFISSIONAL E TECNOLOGICA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000178.2021.06.002/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: HOSPITAL MUNICIPAL MARIA ALICE GOMES LAFAYETTE - MUNICÍPIO DE SERTÂNIA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000207.2021.16.000/0 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, NOTICIADO: HOSPITAL E MATERNIDADE NAILA GONÇALO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE BACABEIRA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

IV - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-000075.2013.01.004/2, IC-000608.2014.01.000/8, IC-001099.2014.01.000/5, IC-003750.2014.01.000/8, IC-003059.2017.01.000/1, IC-004862.2017.01.000/6, IC-005130.2017.01.000/3, IC-000168.2017.01.002/0, IC-000140.2018.01.000/6, IC-000194.2018.01.007/4, IC-002003.2019.01.000/2, IC-006397.2019.01.000/6, IC-006758.2019.01.000/5, IC-006893.2019.01.000/0, IC-001175.2020.01.000/3, NF-001309.2020.01.000/5, IC-001450.2020.01.000/5, IC-001570.2020.01.000/5, IC-002159.2020.01.000/0, IC-003663.2020.01.000/9, IC-003689.2020.01.000/4, IC-005964.2020.01.000/2, IC-006186.2020.01.000/6, IC-006369.2020.01.000/4, IC-007349.2020.01.000/0, PP-007459.2020.01.000/3, IC-008242.2020.01.000/2, IC-000591.2020.01.001/4, IC-000256.2020.01.002/3, IC-000289.2020.01.002/4, IC-001132.2020.01.004/4, IC-001559.2020.01.004/4, PP-000501.2020.01.005/2, IC-000480.2020.01.006/7, IC-000591.2020.01.006/9, IC-000751.2020.01.006/6, IC-001163.2020.01.006/5, IC-001362.2020.01.006/4, IC-000161.2020.01.007/5, IC-000413.2021.01.000/2, IC-000423.2021.01.000/0, PP-000695.2021.01.000/0, PP-000901.2021.01.000/3, NF-001007.2021.01.000/4, IC-001063.2021.01.000/0, NF-002010.2021.01.000/0, NF-000207.2021.01.001/5, NF-000112.2021.01.002/3, NF-000096.2021.01.008/0, NF-000106.2021.01.008/7, IC-003657.2016.01.000/2, IC-003794.2016.01.000/9, IC-006663.2018.01.000/5, IC-004976.2019.01.000/5, IC-000345.2019.01.002/9, IC-000263.2019.01.004/4, IC-000644.2019.01.006/0, IC-000654.2020.01.000/1, IC-001232.2020.01.000/9, IC-001474.2020.01.000/0, IC-001592.2020.01.000/9, IC-001862.2020.01.000/1, IC-001970.2020.01.000/4, IC-002130.2020.01.000/9, IC-002949.2020.01.000/2, IC-003760.2020.01.000/0, IC-004274.2020.01.000/0, IC-005396.2020.01.000/9, IC-005471.2020.01.000/6, IC-005712.2020.01.000/5, IC-008015.2020.01.000/5, IC-008616.2020.01.000/4, IC-000541.2020.01.004/0, IC-000712.2020.01.004/1, IC-000799.2020.01.004/4, IC-001061.2020.01.004/0, NF-000144.2021.01.000/6, NF-001154.2021.01.000/7, PP-001176.2021.01.000/0, NF-001217.2021.01.000/5, NF-002177.2021.01.000/4, NF-002203.2021.01.000/5, NF-000036.2021.01.002/0, NF-000182.2021.01.003/5, NF-000212.2021.01.004/3, NF-000223.2021.01.004/7, NF-000151.2021.01.005/9, IC-000021.2021.01.006/3, NF-000118.2021.01.007/6, NF-000108.2021.01.008/0, NF-000115.2021.01.008/8, IC-005172.2009.01.000/0, IC-000297.2015.01.000/7, IC-000892.2015.01.000/4, IC-005164.2015.01.000/0, IC-005721.2016.01.000/4, IC-000280.2017.01.000/0, IC-007134.2017.01.000/1, IC-002993.2018.01.000/3, IC-002999.2018.01.000/6, IC-003478.2018.01.000/0, IC-003970.2018.01.000/2, IC-005529.2018.01.000/7, IC-005644.2018.01.000/0, IC-006360.2018.01.000/7, IC-000531.2018.01.004/1, IC-000954.2018.01.006/0, IC-000262.2018.01.007/8, IC-002017.2019.01.000/0, IC-003719.2019.01.000/0, IC-004625.2019.01.000/6, IC-004626.2019.01.000/1, IC-004659.2019.01.000/7, IC-005449.2019.01.000/4, IC-006504.2019.01.000/7, IC-006550.2019.01.000/7, IC-006661.2019.01.000/6, IC-000280.2019.01.001/7, IC-001062.2019.01.004/0, IC-000031.2019.01.006/6, IC-000434.2019.01.006/7, IC-000203.2020.01.000/6, IC-002094.2020.01.000/1, IC-003136.2020.01.000/0, IC-003989.2020.01.000/6, IC-005112.2020.01.000/1, IC-006288.2020.01.000/4, IC-006412.2020.01.000/1, IC-006688.2020.01.000/3, PP-007702.2020.01.000/5, IC-007863.2020.01.000/6, IC-007903.2020.01.000/5, IC-008014.2020.01.000/0, PP-008169.2020.01.000/6, PP-008481.2020.01.000/7, IC-008582.2020.01.000/0, NF-008731.2020.01.000/7, IC-000197.2020.01.001/0, IC-000334.2020.01.001/3, IC-000046.2020.01.002/5, IC-000183.2020.01.002/8, IC-000297.2020.01.002/9, IC-000371.2020.01.002/4, PP-000258.2020.01.003/7, IC-000696.2020.01.004/7, IC-000702.2020.01.004/4, IC-000830.2020.01.004/1, IC-001329.2020.01.004/0, IC-001511.2020.01.004/5, NF-000308.2020.01.007/2, NF-000326.2020.01.007/4, IC-000035.2020.01.008/0, PP-000602.2021.01.000/5, NF-001180.2021.01.000/4, PP-001300.2021.01.000/8, NF-001339.2021.01.000/6, PP-001850.2021.01.000/6, NF-002348.2021.01.000/5, NF-000218.2021.01.001/9, IC-000032.2021.01.002/1, IC-000013.2021.01.004/6, NF-000201.2021.01.004/0, IC-000210.2021.01.004/0, NF-000265.2021.01.004/9, NF-000384.2021.01.004/5, NF-000433.2021.01.004/0, PP-000033.2021.01.005/4, PP-000064.2021.01.005/6, NF-000167.2021.01.005/4, PP-000073.2021.01.007/0, PP-001557.2007.01.000/6, IC-004787.2015.01.000/5, IC-004809.2015.01.000/2, IC-001821.2016.01.000/9, IC-001909.2016.01.000/7, IC-004955.2016.01.000/1, IC-001418.2017.01.000/3, IC-001497.2017.01.000/9, IC-006457.2017.01.000/4, IC-004590.2018.01.000/4, IC-006349.2018.01.000/3, IC-001061.2019.01.000/1, IC-001282.2019.01.000/4, IC-004218.2019.01.000/7, IC-004436.2019.01.000/3, IC-004599.2019.01.000/5, IC-005122.2019.01.000/1, IC-005260.2019.01.000/3, IC-006165.2019.01.000/1, IC-006325.2019.01.000/0, IC-006855.2019.01.000/6, NF-000027.2019.01.004/8, IC-000621.2019.01.005/6, IC-000579.2020.01.000/0, IC-000802.2020.01.000/9, IC-001285.2020.01.000/7, IC-001444.2020.01.000/0, IC-002199.2020.01.000/6, IC-002803.2020.01.000/7, IC-003193.2020.01.000/1, IC-003824.2020.01.000/3, IC-003908.2020.01.000/0, IC-004225.2020.01.000/3, IC-004891.2020.01.000/0, IC-005061.2020.01.000/0, IC-005737.2020.01.000/5, IC-005850.2020.01.000/7, IC-006204.2020.01.000/1, IC-006305.2020.01.000/4, IC-006708.2020.01.000/0, IC-006790.2020.01.000/3, IC-006839.2020.01.000/1, IC-007093.2020.01.000/7, IC-007098.2020.01.000/4, IC-007751.2020.01.000/1, IC-007948.2020.01.000/8, PP-008177.2020.01.000/1, IC-008289.2020.01.000/6, PP-008328.2020.01.000/0, IC-008704.2020.01.000/4, IC-000270.2020.01.002/0, IC-000345.2020.01.004/0, PP-000598.2020.01.005/2, IC-000629.2020.01.006/7, NF-001131.2021.01.000/8, NF-001255.2021.01.000/0, PP-001588.2021.01.000/7, NF-001700.2021.01.000/7, NF-001834.2021.01.000/5, IC-001936.2021.01.000/3, NF-001999.2021.01.000/8, NF-002086.2021.01.000/8, IC-000120.2021.01.001/7, NF-000133.2021.01.001/3, NF-000225.2021.01.001/7, NF-000241.2021.01.001/6, NF-000081.2021.01.003/7, NF-000113.2021.01.003/0, NF-000185.2021.01.003/4, IC-000308.2021.01.004/2, NF-000363.2021.01.004/4, PP-000040.2021.01.006/2, PP-000068.2021.01.007/9, IC-000485.2017.01.000/9, NF-000003.2019.01.004/0, IC-001577.2020.01.000/3, PP-008634.2020.01.000/6, IC-000866.2020.01.004/1, PP-000143.2021.01.000/0, NF-002012.2021.01.000/1, NF-000040.2021.01.003/7 - PRT 2ª Região-SP - IC-003029.2013.02.000/6, IC-000226.2016.02.005/9, IC-003243.2017.02.000/8, IC-003743.2017.02.000/4, IC-004912.2017.02.000/2, IC-007887.2017.02.000/1, IC-000286.2017.02.004/4, IC-000203.2017.02.005/8, IC-006544.2018.02.000/1, IC-006858.2018.02.000/1, IC-003004.2019.02.000/7, IC-004825.2019.02.000/1, IC-006193.2019.02.000/0, IC-006791.2019.02.000/3, IC-006824.2019.02.000/2, IC-007394.2019.02.000/9, IC-007483.2019.02.000/4, IC-007706.2019.02.000/1, IC-000677.2019.02.002/0, IC-000623.2020.02.000/5, IC-001802.2020.02.000/4, IC-002233.2020.02.000/3, IC-002610.2020.02.000/3, IC-006531.2020.02.000/7, IC-006713.2020.02.000/0, IC-006885.2020.02.000/2, NF-007231.2020.02.000/3, PP-007382.2020.02.000/8, IC-000365.2020.02.002/4, IC-000474.2020.02.002/3, PP-000286.2021.02.000/8, IC-000313.2021.02.000/6, IC-000399.2021.02.000/2, PP-000639.2021.02.000/3, PP-000721.2021.02.000/3, PP-000939.2021.02.000/8, NF-001022.2021.02.000/0, NF-001107.2021.02.000/2, NF-001113.2021.02.000/7, NF-001183.2021.02.000/1, NF-001241.2021.02.000/2, PP-001322.2021.02.000/2, NF-001465.2021.02.000/1, PP-001725.2021.02.000/8, PP-001808.2021.02.000/9, NF-001868.2021.02.000/7, NF-001872.2021.02.000/0, PP-001940.2021.02.000/8, NF-001955.2021.02.000/1, NF-002038.2021.02.000/8, NF-002120.2021.02.000/5, NF-002451.2021.02.000/1, NF-002462.2021.02.000/3, NF-002478.2021.02.000/2, NF-002586.2021.02.000/5, NF-002626.2021.02.000/4, NF-002638.2021.02.000/1, PP-002653.2021.02.000/7, NF-002713.2021.02.000/9, NF-002714.2021.02.000/4, NF-002771.2021.02.000/6, NF-002929.2021.02.000/2, NF-002959.2021.02.000/1, NF-003137.2021.02.000/8, NF-003193.2021.02.000/4, NF-003198.2021.02.000/1, NF-003454.2021.02.000/6, NF-003628.2021.02.000/3, NF-003659.2021.02.000/8, NF-003742.2021.02.000/0, NF-003854.2021.02.000/5, NF-003948.2021.02.000/8, NF-004127.2021.02.000/0, NF-000153.2021.02.001/0, NF-000306.2021.02.001/9, NF-000343.2021.02.001/9, PP-000398.2021.02.001/7, NF-000413.2021.02.001/5, NF-000424.2021.02.001/9, NF-000444.2021.02.002/4, NF-000479.2021.02.002/8, IC-000069.2021.02.003/1, NF-000339.2021.02.003/1, NF-000176.2021.02.005/7, NF-000216.2021.02.005/1, IC-005979.2012.02.000/8, IC-007672.2017.02.000/3, IC-005114.2018.02.000/5, IC-004470.2019.02.000/7, IC-004535.2019.02.000/6, IC-005507.2019.02.000/6, IC-006511.2019.02.000/8, IC-000020.2019.02.004/0, IC-000255.2019.02.005/2, IC-001011.2020.02.000/7, IC-001625.2020.02.000/9, IC-003097.2020.02.000/7, IC-003809.2020.02.000/9, PP-006083.2020.02.000/3, IC-006846.2020.02.000/2, PP-007393.2020.02.000/0, IC-000104.2020.02.001/7, IC-000508.2020.02.001/5, IC-000364.2020.02.002/8, IC-000696.2020.02.002/7, IC-000212.2020.02.003/1, PP-000510.2020.02.003/3, IC-000275.2020.02.005/6, IC-000180.2021.02.000/1, NF-000703.2021.02.000/1, PP-001065.2021.02.000/2, PP-001418.2021.02.000/6, PP-001681.2021.02.000/7, NF-001721.2021.02.000/6, PP-001777.2021.02.000/0, IC-001976.2021.02.000/0, IC-002076.2021.02.000/2, NF-002640.2021.02.000/4, NF-002651.2021.02.000/6, PP-002788.2021.02.000/0, NF-002796.2021.02.000/6, NF-002841.2021.02.000/4, NF-003149.2021.02.000/5, NF-003435.2021.02.000/9, NF-003442.2021.02.000/9, NF-003486.2021.02.000/6, NF-003518.2021.02.000/0, NF-003546.2021.02.000/8, NF-003585.2021.02.000/8, NF-000200.2021.02.001/2, NF-000239.2021.02.001/1, PP-000260.2021.02.001/6, NF-000307.2021.02.001/5, NF-000399.2021.02.001/3, NF-000391.2021.02.002/3, NF-000255.2021.02.005/4, NF-000274.2021.02.005/2, IC-000363.2015.02.004/3, IC-000327.2016.02.005/3, IC-005747.2017.02.000/2, IC-000213.2017.02.003/3, IC-000447.2017.02.005/9, IC-003534.2018.02.000/0, IC-004699.2018.02.000/1, IC-000905.2018.02.001/7, IC-001055.2018.02.001/4, IC-000560.2018.02.002/7, IC-000977.2018.02.002/1, IC-005547.2019.02.000/1, IC-006590.2019.02.000/3, IC-006841.2019.02.000/9, IC-007788.2019.02.000/3, IC-008258.2019.02.000/6, IC-000425.2019.02.002/4, IC-001369.2020.02.000/4, IC-001443.2020.02.000/6, IC-001521.2020.02.000/0, IC-001950.2020.02.000/2, IC-002015.2020.02.000/7, IC-002516.2020.02.000/9, IC-002808.2020.02.000/5, IC-002975.2020.02.000/0, IC-003382.2020.02.000/5, PP-003460.2020.02.000/9, IC-004616.2020.02.000/2, IC-005265.2020.02.000/8, IC-005317.2020.02.000/4, IC-005485.2020.02.000/5, IC-005543.2020.02.000/6, PP-005650.2020.02.000/3, IC-005907.2020.02.000/1, PP-006700.2020.02.000/7, IC-006802.2020.02.000/5, IC-006879.2020.02.000/8, NF-006912.2020.02.000/9, PP-006932.2020.02.000/1, PP-006936.2020.02.000/3, PP-006994.2020.02.000/0, PP-007041.2020.02.000/5, PP-007049.2020.02.000/9, PP-007090.2020.02.000/1, IC-007432.2020.02.000/3, IC-000994.2020.02.002/9, IC-001000.2020.02.002/1, IC-000621.2020.02.003/5, IC-000478.2020.02.005/1, PP-000140.2021.02.000/2, PP-000568.2021.02.000/0, PP-000743.2021.02.000/0, PP-000748.2021.02.000/2, PP-000760.2021.02.000/6, NF-000908.2021.02.000/0, NF-000932.2021.02.000/3, NF-000991.2021.02.000/0, PP-001051.2021.02.000/4, NF-001115.2021.02.000/8, NF-001189.2021.02.000/4, PP-001289.2021.02.000/1, NF-001382.2021.02.000/0, NF-001437.2021.02.000/3, PP-001623.2021.02.000/0, NF-001728.2021.02.000/4, NF-001799.2021.02.000/4, PP-002207.2021.02.000/8, NF-002369.2021.02.000/4, NF-002463.2021.02.000/9, NF-002503.2021.02.000/8, NF-002523.2021.02.000/0, PP-002535.2021.02.000/8, NF-002639.2021.02.000/7, NF-002698.2021.02.000/0, NF-002872.2021.02.000/9, NF-002884.2021.02.000/6, PP-002956.2021.02.000/5, NF-003083.2021.02.000/0, NF-003461.2021.02.000/6, NF-003495.2021.02.000/7, NF-003607.2021.02.000/5, NF-003679.2021.02.000/0, NF-003865.2021.02.000/7, NF-000221.2021.02.001/3, NF-000295.2021.02.001/0, NF-000301.2021.02.001/7, NF-000369.2021.02.001/1, NF-000386.2021.02.001/7, NF-000143.2021.02.002/3, NF-000178.2021.02.002/7, NF-000228.2021.02.003/0, NF-000245.2021.02.003/5, NF-000248.2021.02.003/4, NF-000320.2021.02.003/7, NF-000357.2021.02.003/3, PP-000025.2021.02.005/3, PP-000142.2021.02.005/0, IC-000117.2014.02.004/3, IC-007206.2016.02.000/0, IC-008735.2017.02.000/0, IC-001245.2018.02.000/4, IC-004199.2018.02.000/5, IC-004958.2018.02.000/2, IC-001918.2019.02.000/4, IC-002493.2019.02.000/0, IC-004272.2019.02.000/3, IC-006326.2019.02.000/7, IC-006730.2019.02.000/0, IC-007183.2019.02.000/2, IC-008439.2019.02.000/3, IC-000081.2019.02.002/2, IC-000457.2020.02.000/6, IC-000732.2020.02.000/4, IC-001944.2020.02.000/8, IC-003397.2020.02.000/9, IC-003525.2020.02.000/8, IC-004419.2020.02.000/4, IC-

004570.2020.02.000/0, PP-004734.2020.02.000/1, PP-005704.2020.02.000/0, IC-
006056.2020.02.000/0, IC-006464.2020.02.000/5, PP-006704.2020.02.000/9, PP-
006717.2020.02.000/1, PP-007148.2020.02.000/0, PP-007190.2020.02.000/9, PP-
007350.2020.02.000/8, NF-007464.2020.02.000/3, IC-000375.2020.02.002/1, IC-
000491.2020.02.002/9, IC-000298.2020.02.003/8, IC-000650.2020.02.003/0, NF-
000235.2020.02.004/6, IC-000312.2021.02.000/0, NF-000495.2021.02.000/5, PP-
000584.2021.02.000/0, IC-000773.2021.02.000/2, PP-000916.2021.02.000/4, NF-
001137.2021.02.000/1, PP-001254.2021.02.000/5, NF-001342.2021.02.000/5, NF-
001485.2021.02.000/4, PP-001535.2021.02.000/0, NF-001553.2021.02.000/1, IC-
001657.2021.02.000/0, PP-001675.2021.02.000/2, NF-001766.2021.02.000/9, PP-
001802.2021.02.000/6, PP-001836.2021.02.000/7, NF-001837.2021.02.000/2, NF-
001988.2021.02.000/7, NF-002046.2021.02.000/3, NF-002153.2021.02.000/0, PP-
002159.2021.02.000/3, NF-002227.2021.02.000/0, NF-002467.2021.02.000/0, PP-
002543.2021.02.000/3, NF-002630.2021.02.000/8, NF-002676.2021.02.000/6, NF-
002686.2021.02.000/2, NF-002761.2021.02.000/0, NF-002813.2021.02.000/6, NF-
002968.2021.02.000/2, NF-002985.2021.02.000/9, NF-003008.2021.02.000/7, NF-
003046.2021.02.000/1, NF-003192.2021.02.000/9, NF-003197.2021.02.000/6, NF-
003297.2021.02.000/3, NF-003404.2021.02.000/4, NF-003441.2021.02.000/3, NF-
003488.2021.02.000/7, NF-003498.2021.02.000/3, NF-003559.2021.02.000/0, NF-
003693.2021.02.000/0, NF-003888.2021.02.000/6, NF-003929.2021.02.000/0, PP-
000140.2021.02.002/4, NF-000406.2021.02.002/8, IC-000429.2021.02.002/1, NF-
000470.2021.02.002/0, IC-000107.2021.02.003/0, IC-000110.2021.02.003/3, PP-
000158.2021.02.003/3, NF-000274.2021.02.003/0, IC-000288.2021.02.003/3, NF-
000333.2021.02.003/3, IC-000041.2021.02.004/9, PP-000019.2021.02.005/4, PP-
000094.2021.02.005/3, PP-000134.2021.02.005/5, IC-002584.2017.02.000/2, PP-
004246.2020.02.000/2, NF-001438.2021.02.000/9, NF-003171.2021.02.000/0, IC-
000150.2021.02.003/2 - PRT 3ª Região-MG - IC-000258.2016.03.010/9, IC-
001972.2018.03.000/9, IC-004131.2019.03.000/6, IC-000224.2019.03.004/5, IC-
003012.2020.03.000/0, IC-003042.2020.03.000/9, PP-004023.2020.03.000/0, IC-
004220.2020.03.000/8, PP-004595.2020.03.000/1, IC-004835.2020.03.000/5, IC-
000337.2020.03.003/8, IC-000132.2020.03.006/2, NF-000454.2020.03.010/0, PP-
000495.2021.03.000/7, IC-001178.2021.03.000/3, IC-001438.2021.03.000/0, NF-
001446.2021.03.000/5, NF-001794.2021.03.000/8, NF-001801.2021.03.000/1, NF-
001915.2021.03.000/7, NF-002062.2021.03.000/5, NF-000190.2021.03.001/1, NF-
000132.2021.03.002/1, NF-000112.2021.03.003/8, PP-000165.2021.03.006/6, NF-
000084.2021.03.008/3, NF-000072.2021.03.009/2, NF-000120.2021.03.010/0, NF-
000253.2021.03.010/0, IC-002323.2019.03.000/9, IC-002554.2019.03.000/8, IC-
000162.2019.03.010/0, IC-002142.2020.03.000/8, IC-002709.2020.03.000/4, IC-
000199.2020.03.002/7, IC-000248.2020.03.010/1, IC-000355.2020.03.010/8, IC-
001073.2021.03.000/9, NF-001258.2021.03.000/8, NF-001321.2021.03.000/8, IC-
001413.2021.03.000/0, NF-001484.2021.03.000/0, NF-001919.2021.03.000/9, NF-
001962.2021.03.000/2, NF-001963.2021.03.000/8, NF-000329.2021.03.001/4, NF-
000168.2021.03.003/2, NF-000049.2021.03.004/0, IC-001001.2018.03.001/1, IC-
003697.2019.03.000/5, IC-003966.2019.03.000/2, IC-000553.2019.03.002/3, IC-
000022.2019.03.008/4, IC-000352.2020.03.000/8, IC-001091.2020.03.000/9, NF-
003907.2020.03.000/6, IC-004908.2020.03.000/0, IC-004924.2020.03.000/0, IC-
000133.2020.03.003/6, IC-000237.2020.03.005/1, IC-000199.2020.03.010/6, PP-
000371.2021.03.000/9, PP-000425.2021.03.000/6, PP-000869.2021.03.000/3, NF-
001079.2021.03.000/1, PP-001221.2021.03.000/0, NF-001306.2021.03.000/2, NF-
001509.2021.03.000/3, NF-001558.2021.03.000/0, NF-001637.2021.03.000/9, NF-
001807.2021.03.000/4, NF-001844.2021.03.000/3, NF-002159.2021.03.000/4, IC-
000033.2021.03.001/2, IC-000034.2021.03.001/0, NF-000098.2021.03.001/8, NF-
000197.2021.03.001/6, NF-000312.2021.03.001/2, NF-000318.2021.03.001/0, NF-
000409.2021.03.001/8, NF-000201.2021.03.002/1, NF-000113.2021.03.005/6, NF-
000171.2021.03.007/9, IC-000024.2021.03.010/1, NF-000114.2021.03.010/9, NF-
000131.2021.03.010/4, IC-001022.2017.03.001/8, IC-004689.2018.03.000/6, IC-
001399.2019.03.000/8, IC-004021.2019.03.000/2, IC-002570.2020.03.000/5, IC-
003210.2020.03.000/3, PP-003459.2020.03.000/2, PP-003571.2020.03.000/9, IC-
004374.2020.03.000/9, IC-000278.2020.03.001/3, IC-000363.2020.03.001/2, NF-
000824.2020.03.001/0, IC-000188.2020.03.002/3, IC-000159.2020.03.005/0, IC-
000110.2020.03.007/6, PP-000021.2021.03.000/8, PP-000083.2021.03.000/1, PP-
000320.2021.03.000/6, PP-000940.2021.03.000/0, NF-001162.2021.03.000/4, NF-
001335.2021.03.000/6, NF-001422.2021.03.000/0, NF-001709.2021.03.000/8, NF-
001765.2021.03.000/4, NF-001990.2021.03.000/0, NF-002148.2021.03.000/2, IC-
000092.2021.03.001/4, NF-000335.2021.03.001/6, NF-000438.2021.03.001/3, NF-
000023.2021.03.002/6, IC-000194.2021.03.002/8, NF-000059.2021.03.009/7, NF-
000105.2021.03.010/8, IC-000083.2020.03.006/9, NF-001766.2021.03.000/0 - PRT 4ª
Região-RS - IC-002314.2015.04.000/0, IC-000380.2018.04.004/6, IC-
000414.2018.04.004/3, IC-000022.2018.04.007/1, IC-000396.2019.04.004/4, IC-
000036.2019.04.006/1, IC-000515.2019.04.006/2, IC-001186.2020.04.000/8, IC-
002069.2020.04.000/1, IC-002383.2020.04.000/4, PP-002971.2020.04.000/0, IC-
003326.2020.04.000/0, IC-003330.2020.04.000/3, IC-000365.2020.04.001/0, PP-
000419.2020.04.004/7, IC-000463.2020.04.004/0, IC-000051.2020.04.008/5, PP-
000209.2021.04.000/2, PP-000316.2021.04.000/5, PP-000477.2021.04.000/3, NF-
000505.2021.04.000/8, PP-000509.2021.04.000/7, PP-000569.2021.04.000/7, NF-
000912.2021.04.000/2, NF-001324.2021.04.000/4, NF-001374.2021.04.000/7, NF-
001440.2021.04.000/3, NF-000221.2021.04.001/0, PP-000048.2021.04.002/6, NF-
000106.2021.04.004/4, NF-000050.2021.04.005/9, NF-000090.2021.04.008/5, NF-
000105.2021.04.008/0, IC-000747.2018.04.005/5, IC-000183.2018.04.003/0, IC-
002494.2019.04.000/6, IC-003143.2019.04.000/5, IC-001574.2020.04.000/9, IC-
001830.2020.04.000/3, IC-001846.2020.04.000/2, IC-002451.2020.04.000/0, PP-
002786.2020.04.000/9, PP-002876.2020.04.000/0, PP-003246.2020.04.000/5, NF-
003438.2020.04.000/4, PP-003646.2020.04.000/5, PP-003915.2020.04.000/1, IC-
000006.2020.04.001/8, NF-000186.2021.04.000/0, NF-000805.2021.04.000/2, NF-
000933.2021.04.000/0, NF-001049.2021.04.000/2, PP-000040.2021.04.002/8, PP-
000001.2021.04.004/7, NF-000139.2021.04.004/0, NF-000108.2021.04.006/3, IC-
000177.2014.04.005/1, IC-005006.2016.04.000/0, IC-001815.2017.04.000/8, IC-
000208.2018.04.001/6, IC-000071.2018.04.007/5, IC-001510.2019.04.000/3, IC-
002288.2019.04.000/7, IC-000070.2019.04.003/8, IC-000450.2020.04.000/5, IC-
000978.2020.04.000/1, PP-002278.2020.04.000/8, IC-002409.2020.04.000/2, PP-
002974.2020.04.000/6, NF-003555.2020.04.000/8, IC-003842.2020.04.000/8, IC-
000278.2020.04.001/9, PP-000309.2020.04.002/0, PP-000006.2021.04.000/0, NF-
000534.2021.04.000/3, NF-000567.2021.04.000/4, PP-000580.2021.04.000/8, NF-
000635.2021.04.000/1, PP-000650.2021.04.000/4, PP-000721.2021.04.000/7, PP-
000779.2021.04.000/0, NF-000838.2021.04.000/3, PP-000987.2021.04.000/5, NF-
001066.2021.04.000/9, IC-001098.2021.04.000/0, IC-001104.2021.04.000/7, NF-
001200.2021.04.000/2, NF-001249.2021.04.000/7, NF-001346.2021.04.000/8, NF-
001382.2021.04.000/2, NF-001396.2021.04.000/0, NF-001409.2021.04.000/7, NF-
001660.2021.04.000/0, NF-001689.2021.04.000/2, PP-000005.2021.04.002/6, NF-
000148.2021.04.002/0, NF-001124.2010.04.000/6, IC-000194.2013.04.006/5, IC-
000253.2017.04.006/9, IC-001867.2019.04.000/4, IC-002682.2019.04.000/4, IC-
000187.2020.04.000/3, IC-000381.2020.04.000/5, IC-000440.2020.04.000/4, IC-
001114.2020.04.000/1, IC-002352.2020.04.000/9, IC-003020.2020.04.000/6, PP-
003205.2020.04.000/4, IC-000318.2020.04.001/3, IC-000333.2020.04.001/6, IC-
000179.2020.04.008/0, NF-000419.2020.04.008/5, PP-000029.2021.04.000/5, PP-
000176.2021.04.000/2, NF-000603.2021.04.000/3, PP-000613.2021.04.000/0, NF-
000812.2021.04.000/4, NF-000888.2021.04.000/0, NF-000921.2021.04.000/3, NF-
000975.2021.04.000/1, PP-001030.2021.04.000/7, NF-001096.2021.04.000/9, PP-
001097.2021.04.000/3, NF-001410.2021.04.000/3, NF-001506.2021.04.000/7, NF-
001568.2021.04.000/7, NF-001618.2021.04.000/1, NF-001671.2021.04.000/1, NF-
000237.2021.04.001/6, NF-000155.2021.04.002/8, PP-000022.2021.04.006/9, NF-
000098.2021.04.006/0, NF-000106.2021.04.006/0, NF-000124.2021.04.006/2, PP-
000071.2021.04.008/6, PP-000159.2021.04.000/0, PP-000642.2021.04.000/6, NF-
001513.2021.04.000/7 - PRT 5ª Região-BA - IC-000229.2018.05.002/6, IC-
000016.2018.05.003/8, IC-000018.2019.05.001/2, IC-000052.2019.05.005/9, NF-
002698.2020.05.000/0, IC-002717.2020.05.000/1, IC-002784.2020.05.000/0, IC-
000057.2020.05.001/0, PP-000424.2021.05.000/3, NF-000627.2021.05.000/9, IC-
000788.2021.05.000/7, NF-000813.2021.05.000/2, NF-000862.2021.05.000/2, NF-
000933.2021.05.000/5, NF-001077.2021.05.000/2, NF-001174.2021.05.000/3, NF-
001342.2021.05.000/8, NF-000122.2021.05.004/0, NF-000139.2021.05.004/1, NF-
000296.2021.05.006/6, NF-000022.2021.05.007/3, NF-000089.2021.05.007/3, NF-
000093.2021.05.007/8, IC-000076.2018.05.005/0, IC-000977.2019.05.000/8, IC-
001682.2019.05.000/7, IC-001895.2019.05.000/4, IC-000475.2019.05.004/8, IC-
000013.2020.05.000/6, IC-001022.2020.05.000/1, NF-001656.2020.05.000/6, IC-
000232.2020.05.004/2, PP-000075.2020.05.005/9, IC-000158.2020.05.006/9, NF-
000309.2021.05.000/2, IC-000428.2021.05.000/9, NF-000702.2021.05.000/0, NF-
000112.2021.05.001/0, NF-000109.2021.05.006/1, IC-002807.2017.05.000/2, IC-
001593.2018.05.000/0, IC-000173.2018.05.003/7, IC-000465.2018.05.006/0, IC-
000091.2019.05.000/5, IC-000887.2019.05.000/7, IC-001291.2019.05.000/9, IC-
000090.2019.05.003/3, IC-000063.2019.05.004/2, IC-000796.2020.05.000/9, IC-
001888.2020.05.000/0, IC-002309.2020.05.000/7, IC-002688.2020.05.000/4, IC-
000165.2020.05.001/2, IC-000215.2020.05.004/7, PP-000330.2021.05.000/7, NF-
000512.2021.05.000/1, NF-000747.2021.05.000/1, NF-001130.2021.05.000/6, NF-
001253.2021.05.000/2, NF-001280.2021.05.000/5, NF-001290.2021.05.000/1, NF-
001292.2021.05.000/2, PP-000102.2021.05.001/2, NF-000012.2021.05.005/1, IC-
002909.2017.05.000/0, IC-000051.2018.05.000/9, IC-000736.2019.05.000/6, IC-
000308.2019.05.001/5, IC-000933.2020.05.000/2, PP-001984.2020.05.000/6, PP-
002086.2020.05.000/0, PP-002604.2020.05.000/1, IC-000066.2020.05.001/0, IC-
000143.2020.05.001/5, IC-000122.2020.05.003/6, IC-000101.2020.05.004/6, NF-
000395.2021.05.000/2, NF-000623.2021.05.000/3, NF-000928.2021.05.000/0, NF-
001085.2021.05.000/8, NF-001165.2021.05.000/2, NF-001283.2021.05.000/1, NF-
000055.2021.05.001/9, NF-000138.2021.05.001/2, NF-000263.2021.05.006/5, IC-
002267.2018.05.000/9, IC-002135.2019.05.000/3, NF-000087.2021.05.007/9 - PRT 6ª
Região-PE - IC-001709.2016.06.000/7, IC-001999.2018.06.000/2, IC-
000193.2018.06.002/2, IC-001096.2019.06.000/2, IC-001905.2019.06.000/5, IC-
000346.2020.06.000/1, IC-000778.2020.06.000/9, IC-000938.2020.06.000/6, IC-
001181.2020.06.000/2, IC-001741.2020.06.000/0, PP-000082.2021.06.000/2, PP-
000198.2021.06.000/7, PP-000326.2021.06.000/0, PP-000848.2021.06.000/8, NF-
001330.2021.06.000/1, PA-MED-000040.2021.06.001/7, NF-000108.2021.06.002/3, NF-
000188.2021.06.002/1, IC-002744.2016.06.000/3, IC-001095.2018.06.000/5, IC-
000154.2018.06.001/9, IC-000539.2019.06.002/2, IC-000279.2020.06.000/4, IC-
001264.2020.06.000/3, IC-002458.2020.06.000/1, IC-002564.2020.06.000/3, IC-
001368.2021.06.000/4, NF-001475.2021.06.000/1, NF-000099.2021.06.002/5, IC-
000772.2017.06.000/6, IC-000068.2019.06.001/6, IC-000028.2020.06.000/3, IC-
000795.2020.06.000/4, IC-000879.2020.06.000/3, IC-001030.2020.06.000/8, IC-
001303.2020.06.000/7, IC-001402.2020.06.000/9, IC-002003.2020.06.000/3, PP-
002070.2020.06.000/1, IC-002704.2020.06.000/0, IC-003007.2020.06.000/3, IC-
000160.2020.06.002/3, IC-000222.2020.06.002/5, NF-000498.2020.06.002/0, NF-
000512.2020.06.002/2, PP-000057.2021.06.000/4, PP-000087.2021.06.000/9, PP-
000140.2021.06.000/0, PP-000171.2021.06.000/8, IC-000320.2021.06.000/1, NF-
000433.2021.06.000/6, PP-000582.2021.06.000/4, PP-000806.2021.06.000/6, NF-
000975.2021.06.000/9, NF-001130.2021.06.000/7, NF-001206.2021.06.000/8, PP-
001209.2021.06.000/4, NF-001272.2021.06.000/0, NF-001317.2021.06.000/7, NF-
001343.2021.06.000/4, NF-001414.2021.06.000/8, IC-000380.2020.06.000/2, IC-
001021.2020.06.000/7, IC-002048.2020.06.000/6 - PRT 7ª Região-CE - IC-
002407.2017.07.000/6, IC-002542.2017.07.000/1, IC-000025.2017.07.002/0, IC-
000784.2018.07.000/0, IC-001480.2019.07.000/3, IC-002040.2019.07.000/8, IC-
000156.2019.07.002/5, IC-000472.2020.07.000/1, IC-000675.2020.07.000/7, IC-
000717.2020.07.000/4, IC-001024.2020.07.000/4, NF-001920.2020.07.000/8, PP-
001927.2020.07.000/7, PP-001930.2020.07.000/5, PP-002036.2020.07.000/0, PP-
000027.2021.07.000/2, NF-000388.2021.07.000/1, PP-000484.2021.07.000/4, NF-
000638.2021.07.000/0, NF-000640.2021.07.000/6, NF-000678.2021.07.000/5, NF-
000703.2021.07.000/4, NF-000740.2021.07.000/0, NF-000900.2021.07.000/1, NF-
000923.2021.07.000/5, NF-001022.2021.07.000/6, NF-000069.2021.07.002/3, IC-
000050.2015.07.002/1, IC-000934.2017.07.000/1, IC-002295.2018.07.000/0, IC-
001880.2019.07.000/3, IC-000112.2019.07.002/0, IC-001633.2020.07.000/0, NF-
002079.2020.07.000/1, NF-002143.2020.07.000/7, IC-000049.2020.07.002/5, PP-
000033.2021.07.000/5, NF-000886.2021.07.000/0, NF-000910.2021.07.000/9, NF-
001016.2021.07.000/1, IC-000107.2017.07.000/3, IC-000525.2017.07.000/8, IC-
000846.2017.07.000/3, IC-001730.2017.07.000/0, IC-001760.2017.07.000/0, IC-
001909.2017.07.000/4, IC-002096.2017.07.000/9, IC-002372.2017.07.000/6, IC-
000027.2017.07.002/3, IC-001821.2018.07.000/8, IC-000208.2019.07.000/0, IC-
000644.2019.07.000/6, IC-001646.2019.07.000/6, IC-002246.2019.07.000/5, IC-
002330.2019.07.000/3, IC-000057.2019.07.002/7, IC-000374.2020.07.000/6, IC-
000605.2020.07.000/6, IC-001246.2020.07.000/3, IC-001517.2020.07.000/1, PP-
001535.2020.07.000/2, PP-002042.2020.07.000/4, PP-002183.2020.07.000/2, PP-
002188.2020.07.000/0, PP-002199.2020.07.000/2, PP-000113.2021.07.000/2, PP-
000133.2021.07.000/3, PP-000337.2021.07.000/5, NF-000564.2021.07.000/8, NF-
000648.2021.07.000/7, NF-000818.2021.07.000/8, NF-000937.2021.07.000/4, NF-
001142.2021.07.000/6, IC-000193.2015.07.000/8, IC-001626.2015.07.000/5, IC-
000825.2016.07.000/0, IC-001096.2016.07.000/8, IC-000099.2017.07.000/5, IC-
001562.2017.07.000/6, IC-001958.2017.07.000/1, IC-002513.2017.07.000/8, IC-
002707.2017.07.000/8, IC-000175.2017.07.002/8, IC-000231.2017.07.002/3, IC-
000541.2018.07.000/0, IC-000631.2018.07.000/0, IC-001339.2018.07.000/2, IC-
001603.2018.07.000/2, IC-002034.2018.07.000/1, IC-000055.2019.07.000/0, IC-
001708.2019.07.000/8, PP-001886.2019.07.000/6, IC-001915.2019.07.000/3, IC-
002017.2019.07.000/7, IC-002051.2019.07.000/0, IC-002172.2019.07.000/5, IC-
000510.2020.07.000/3, IC-001096.2020.07.000/0, IC-001404.2020.07.000/1, PP-
001424.2020.07.000/3, PP-001687.2020.07.000/3, NF-002164.2020.07.000/5, NF-
000090.2021.07.000/9, NF-000518.2021.07.000/3, PP-000597.2021.07.000/5, NF-
000867.2021.07.000/8, NF-000981.2021.07.000/2, IC-001433.2017.07.000/5, IC-
001182.2019.07.000/3, IC-000363.2020.07.000/2, NF-000832.2021.07.000/8 - PRT 8ª
Região-PA - IC-001352.2015.08.000/1, IC-001923.2018.08.000/7, IC-
000075.2018.08.001/6, IC-000129.2018.08.002/3, IC-000043.2019.08.001/9, IC-
000006.2020.08.000/4, IC-000508.2020.08.000/5, IC-000565.2020.08.000/0, IC-
001026.2020.08.000/6, PP-001426.2020.08.000/5, NF-001740.2020.08.000/7, IC-
001781.2020.08.000/8, IC-001965.2020.08.000/1, PP-001975.2020.08.000/8, IC-
000001.2020.08.001/6, IC-000249.2020.08.003/9, PP-000045.2021.08.000/7, PP-
000145.2021.08.000/5, PP-000415.2021.08.000/8, NF-000639.2021.08.000/4, NF-
000132.2021.08.003/1, IC-000912.2017.08.000/2, IC-000299.2019.08.002/5, IC-
000136.2020.08.000/1, NF-000520.2020.08.000/9, PP-001064.2020.08.000/0, NF-
000697.2021.08.000/5, NF-000801.2021.08.000/8, IC-000032.2021.08.001/9, IC-
000547.2018.08.000/6, IC-000150.2019.08.001/0, IC-000010.2020.08.000/2, IC-
000868.2020.08.000/3, IC-000969.2020.08.000/8, IC-001093.2020.08.000/4, IC-
001226.2020.08.000/0, IC-001289.2020.08.000/5, IC-000111.2020.08.001/6, IC-
000141.2020.08.001/8, IC-000258.2020.08.002/9, IC-000028.2021.08.000/2, PP-
000082.2021.08.000/8, NF-000171.2021.08.000/1, PP-000239.2021.08.000/1, NF-
000312.2021.08.000/0, NF-000760.2021.08.000/7, IC-000395.2013.08.001/0, IC-
000121.2017.08.001/9, IC-000880.2019.08.000/8, IC-001222.2019.08.000/2, IC-
001586.2019.08.000/4, IC-001649.2019.08.000/2, IC-000363.2020.08.000/0, IC-
000592.2020.08.000/2, IC-000814.2020.08.000/1, IC-001085.2020.08.000/9, NF-
001530.2020.08.000/6, NF-001538.2020.08.000/0, PP-001706.2020.08.000/4, IC-
001757.2020.08.000/1, PP-001827.2020.08.000/0, IC-000102.2020.08.002/6, NF-
000211.2021.08.000/6, PP-000235.2021.08.000/6, IC-000353.2021.08.000/6, IC-

000467.2021.08.000/7, NF-000715.2021.08.000/2, IC-000724.2021.08.000/3, NF-
000778.2021.08.000/5, NF-001670.2019.08.000/2, NF-000033.2020.08.000/0, PP-
001990.2020.08.000/3, NF-000170.2021.08.000/5, IC-000450.2021.08.000/5, NF-
000548.2021.08.000/7 - PRT 9ª Região-PR - IC-000264.2018.09.006/4, IC-
001400.2020.09.000/0, PP-001694.2020.09.000/4, IC-001822.2020.09.000/3, PP-
001991.2020.09.000/0, IC-002058.2020.09.000/5, PP-002954.2020.09.000/9, PP-
003193.2020.09.000/9, IC-000196.2020.09.001/8, IC-000061.2020.09.003/9, IC-
000200.2020.09.006/7, PP-000331.2021.09.000/0, PP-000367.2021.09.000/0, PP-
000431.2021.09.000/9, NF-000497.2021.09.000/0, NF-000970.2021.09.000/2, NF-
001023.2021.09.000/2, NF-001151.2021.09.000/8, PP-001224.2021.09.000/2, NF-
001287.2021.09.000/7, NF-000095.2021.09.001/2, NF-000119.2021.09.004/4, PP-
000130.2021.09.006/3, NF-000101.2021.09.007/9, NF-000029.2021.09.010/4, NF-
000045.2021.09.010/1, NF-000082.2021.09.010/2, NF-000084.2021.09.010/7, IC-
000440.2018.09.001/6, IC-000347.2019.09.000/4, PP-000246.2020.09.000/9, IC-
001662.2020.09.000/4, IC-001839.2020.09.000/8, PP-003008.2020.09.000/1, PP-
003141.2020.09.000/6, PP-003226.2020.09.000/8, IC-003227.2020.09.000/3, IC-
000180.2020.09.007/8, IC-000248.2020.09.007/8, PP-000162.2021.09.000/2, NF-
000227.2021.09.000/3, NF-000287.2021.09.000/7, PP-000372.2021.09.000/6, PP-
000423.2021.09.000/4, NF-000936.2021.09.000/1, PP-001159.2021.09.000/1, IC-
000114.2021.09.004/2, NF-000128.2021.09.004/5, NF-000041.2021.09.007/3, IC-
000034.2021.09.008/9, IC-000018.2021.09.009/3, NF-000043.2021.09.010/7, IC-
000582.2018.09.000/5, IC-002819.2018.09.000/5, IC-000090.2018.09.010/7, IC-
001876.2019.09.000/0, IC-000794.2020.09.000/3, IC-001986.2020.09.000/0, PP-
002883.2020.09.000/5, PP-003051.2020.09.000/5, IC-003160.2020.09.000/3, PP-
003170.2020.09.000/0, PP-003230.2020.09.000/1, IC-000255.2020.09.004/3, PP-
000332.2020.09.004/8, IC-000198.2020.09.006/5, IC-000029.2020.09.008/3, NF-
000551.2021.09.000/1, NF-000579.2021.09.000/7, NF-000622.2021.09.000/4, NF-
000653.2021.09.000/2, PP-000733.2021.09.000/6, PP-000736.2021.09.000/5, PP-
000773.2021.09.000/5, NF-000816.2021.09.000/9, NF-000897.2021.09.000/3, NF-
000962.2021.09.000/8, NF-000984.2021.09.000/5, NF-001086.2021.09.000/7, NF-
001136.2021.09.000/2, NF-001236.2021.09.000/0, NF-001246.2021.09.000/6, NF-
000084.2021.09.006/6, NF-000132.2021.09.006/6, NF-000108.2021.09.008/4, NF-
000099.2021.09.009/6, NF-000075.2021.09.010/6, NF-000076.2021.09.010/3, NF-
000077.2021.09.010/0, IC-000231.2016.09.006/8, IC-000717.2018.09.000/2, IC-
001654.2019.09.000/2, IC-002298.2019.09.000/9, IC-002656.2019.09.000/1, IC-
000290.2019.09.001/9, IC-000236.2019.09.006/8, IC-000227.2019.09.007/8, IC-
000272.2019.09.008/3, IC-000324.2019.09.008/8, NF-000120.2020.09.000/8, PP-
000690.2020.09.000/0, PP-001486.2020.09.000/4, IC-001988.2020.09.000/1, PP-
002033.2020.09.000/5, IC-002336.2020.09.000/3, PP-003036.2020.09.000/0, PP-
003318.2020.09.000/0, IC-000114.2020.09.004/0, IC-000115.2020.09.010/3, IC-
000155.2021.09.000/4, PP-000240.2021.09.000/3, PP-000449.2021.09.000/7, PP-
000509.2021.09.000/6, PP-000528.2021.09.000/4, NF-000576.2021.09.000/8, NF-
000734.2021.09.000/2, NF-001041.2021.09.000/4, NF-001106.2021.09.000/3, PP-
001162.2021.09.000/0, NF-001200.2021.09.000/8, NF-001385.2021.09.000/3, NF-
000093.2021.09.006/7, NF-000089.2021.09.007/4, IC-000055.2021.09.008/2, NF-
000140.2021.09.008/2, NF-000120.2021.09.010/1, PP-000069.2008.09.009/1, PP-
002558.2020.09.000/1, IC-000225.2020.09.006/3, PP-000634.2021.09.000/4 - PRT 10ª
Região-DF - IC-000203.2015.10.000/6, IC-000034.2016.10.000/6, IC-
000576.2016.10.000/3, IC-001710.2018.10.000/3, IC-002603.2018.10.000/4, IC-
002900.2018.10.000/0, IC-000946.2019.10.000/2, IC-001024.2019.10.000/2, IC-
002223.2019.10.000/0, IC-002244.2019.10.000/8, IC-002295.2019.10.000/5, IC-
002324.2019.10.000/2, IC-002795.2019.10.000/1, IC-000057.2019.10.001/6, IC-
000493.2020.10.000/8, IC-002715.2020.10.000/7, IC-003124.2020.10.000/2, PP-
000624.2021.10.000/2, NF-000745.2021.10.000/1, NF-000857.2021.10.000/0, NF-
000969.2021.10.000/8, NF-001074.2021.10.000/2, NF-001197.2021.10.000/9, NF-
000031.2021.10.001/1, IC-001832.2016.10.000/0, IC-000165.2018.10.002/9, IC-
000602.2019.10.000/3, IC-001740.2019.10.000/4, IC-002190.2019.10.000/0, IC-
000034.2020.10.000/9, IC-000399.2020.10.000/8, IC-001831.2020.10.000/7, IC-
002212.2020.10.000/4, IC-002898.2020.10.000/1, IC-002959.2020.10.000/9, IC-
000082.2020.10.002/7, NF-000118.2021.10.000/0, PP-000144.2021.10.000/6, NF-
000851.2021.10.000/1, NF-000984.2021.10.000/0, NF-001117.2021.10.000/8, IC-
001077.2015.10.000/3, IC-001702.2015.10.000/2, IC-000768.2016.10.000/5, IC-
000998.2017.10.000/6, IC-001798.2017.10.000/6, IC-001007.2018.10.000/4, IC-
000221.2019.10.000/9, IC-001993.2019.10.000/7, IC-002134.2019.10.000/4, IC-
002332.2019.10.000/8, IC-001260.2020.10.000/7, IC-001382.2020.10.000/8, PP-
001420.2020.10.000/6, PP-001765.2020.10.000/0, IC-001962.2020.10.000/9, IC-
002431.2020.10.000/6, PP-000340.2020.10.001/2, PP-000008.2021.10.000/0, IC-
000084.2021.10.000/3, PP-000139.2021.10.000/0, IC-000169.2021.10.000/2, NF-
000343.2021.10.000/6, PP-000348.2021.10.000/8, PP-000537.2021.10.000/0, PP-
000668.2021.10.000/7, NF-000727.2021.10.000/0, NF-000848.2021.10.000/9, NF-
000919.2021.10.000/1, IC-000991.2021.10.000/9, NF-000089.2021.10.001/0, NF-
000058.2021.10.002/0, IC-002898.2017.10.000/1, IC-000268.2019.10.000/2, IC-
001150.2019.10.000/7, IC-001375.2019.10.000/1, IC-002132.2019.10.000/3, IC-
002303.2019.10.000/4, IC-002393.2019.10.000/1, IC-000065.2020.10.000/0, IC-
000259.2020.10.000/0, IC-000313.2020.10.000/1, IC-001073.2020.10.000/5, IC-
001293.2020.10.000/2, IC-001586.2020.10.000/4, PP-001981.2020.10.000/6, PP-
002017.2020.10.000/7, PP-002152.2020.10.000/2, IC-002284.2020.10.000/0, IC-
002539.2020.10.000/7, IC-002766.2020.10.000/4, IC-002927.2020.10.000/9, IC-
000305.2020.10.001/5, IC-000115.2021.10.000/0, NF-000817.2021.10.000/0, NF-
000099.2021.10.001/9, NF-000034.2021.10.002/4, IC-001082.2020.10.000/6, IC-
003070.2020.10.000/5 - PRT 11ª Região-AM - NF-000511.2021.11.000/9, IC-
000073.2019.11.000/4, IC-000026.2021.11.000/0, IC-000626.2014.11.000/0, IC-
000708.2018.11.000/8, IC-001091.2019.11.000/9, IC-000696.2020.11.000/4, IC-
000107.2020.11.001/2, IC-000016.2021.11.000/2, NF-000442.2021.11.000/9, NF-
000509.2021.11.000/2, NF-000528.2021.11.000/0 - PRT 12ª Região-SC - NF-
000641.2018.12.001/3, IC-000303.2019.12.002/3, PP-000613.2020.12.000/8, IC-
001040.2020.12.000/6, IC-001139.2020.12.000/6, PP-001193.2020.12.000/1, PP-
001394.2020.12.000/1, PP-000234.2020.12.004/9, IC-000022.2021.12.000/3, NF-
000381.2021.12.000/4, NF-000407.2021.12.000/2, NF-000433.2021.12.000/9, PP-
000454.2021.12.000/0, NF-000524.2021.12.000/6, NF-000099.2021.12.004/5, NF-
000003.2021.12.005/3, IC-000348.2018.12.001/3, PP-000548.2020.12.000/3, IC-
001369.2020.12.000/0, PP-001417.2020.12.000/4, IC-000222.2020.12.002/2, IC-
000103.2020.12.004/2, IC-000012.2021.12.001/6, NF-000120.2021.12.001/6, NF-
000131.2021.12.003/6, IC-000200.2012.12.004/3, IC-000128.2017.12.002/8, IC-
001508.2018.12.000/2, IC-000593.2018.12.001/4, IC-000318.2018.12.002/0, IC-
001227.2020.12.000/6, IC-001466.2020.12.000/0, IC-000159.2020.12.001/2, IC-
000035.2020.12.004/3, PP-000056.2020.12.006/9, IC-000037.2021.12.000/8, NF-
000057.2021.12.000/4, NF-000125.2021.12.000/0, PP-000460.2021.12.000/1, PP-
000496.2021.12.000/1, NF-000535.2021.12.000/0, NF-000554.2021.12.000/8, IC-
000058.2021.12.001/2, NF-000188.2021.12.001/0, NF-000242.2021.12.001/1, PP-
000023.2021.12.002/2, NF-000145.2021.12.003/9, IC-000116.2017.12.005/2, IC-
000159.2018.12.002/9, IC-001031.2019.12.000/9, IC-000337.2020.12.000/3, IC-
000837.2020.12.000/4, IC-000899.2020.12.000/0, IC-001201.2020.12.000/0, IC-
001364.2020.12.000/2, PP-000352.2020.12.002/2, IC-000202.2020.12.005/2, NF-
000386.2020.12.005/4, PP-000200.2021.12.000/1, NF-000261.2021.12.000/1, PP-
000412.2021.12.000/8, NF-000479.2021.12.000/6, NF-000495.2021.12.000/5, NF-
000557.2021.12.000/7, NF-000234.2021.12.001/7, NF-000025.2021.12.005/0, IC-
000815.2020.12.000/7, IC-000914.2020.12.000/9, NF-000568.2021.12.000/0, NF-
000656.2021.12.000/9 - PRT 13ª Região-PB - IC-000819.2015.13.000/3, IC-
001812.2015.13.000/0, IC-000360.2019.13.000/2, IC-000589.2020.13.000/0, IC-
000963.2020.13.000/0, IC-000186.2020.13.002/4, IC-000907.2018.13.000/0, IC-
000669.2019.13.000/4, IC-000126.2019.13.001/3, IC-000447.2019.13.001/9, IC-
000061.2019.13.002/7, IC-000438.2020.13.000/9, IC-000609.2020.13.000/0, IC-
000202.2020.13.001/0, IC-000352.2020.13.001/5, IC-000621.2020.13.001/1, IC-
000694.2020.13.001/1, IC-000243.2020.13.002/4, IC-000013.2021.13.000/4, IC-
000119.2021.13.000/9, IC-000308.2021.13.000/1, NF-000311.2021.13.000/4, IC-
000015.2012.13.000/8, IC-001075.2015.13.000/7, IC-000258.2016.13.000/0, IC-
001793.2016.13.000/1, IC-001590.2018.13.000/4, IC-000362.2019.13.000/5, IC-
000369.2020.13.000/9, IC-000433.2020.13.000/7, IC-001027.2020.13.000/0, IC-
000624.2020.13.001/0, IC-000174.2020.13.002/4, NF-000318.2021.13.000/9, IC-
000345.2021.13.000/1, NF-000504.2021.13.000/2, NF-000529.2021.13.000/9, IC-
000008.2021.13.002/1, IC-000206.2016.13.000/0, IC-001249.2016.13.000/6, IC-
001414.2016.13.000/4, IC-001592.2016.13.000/1, IC-000224.2017.13.000/5, IC-
000507.2020.13.000/9, IC-000702.2020.13.000/3, IC-000779.2020.13.000/9, IC-
001062.2020.13.000/8, IC-001370.2020.13.000/5, IC-000181.2020.13.001/4, IC-
000307.2020.13.001/0, IC-000614.2020.13.001/3, IC-000157.2020.13.002/9, NF-
000403.2021.13.000/8, NF-000450.2021.13.000/5, IC-000150.2019.13.001/7, IC-
000535.2019.13.001/7, IC-000454.2020.13.001/6 - PRT 14ª Região-RO - IC-
000898.2016.14.000/9, IC-000036.2021.14.000/4, NF-000097.2021.14.000/0, NF-
000111.2021.14.002/5, NF-000112.2021.14.002/1, IC-000345.2014.14.002/3, NF-
000137.2021.14.000/1, IC-000018.2021.14.002/4, IC-000033.2021.14.002/4, IC-
000559.2019.14.000/0, IC-000300.2020.14.000/9, IC-000261.2020.14.002/7, IC-
000024.2021.14.000/1, NF-000069.2021.14.000/0, NF-000023.2021.14.002/6, IC-
000034.2021.14.002/1, IC-000032.2020.14.000/1, NF-000154.2021.14.002/3 - PRT 15ª
Região-Campinas - IC-004181.2017.15.000/3, IC-000088.2017.15.005/3, IC-
000229.2018.15.006/0, IC-000624.2019.15.000/5, IC-000306.2019.15.002/5, IC-
000417.2019.15.003/5, IC-000132.2019.15.005/0, PP-004386.2020.15.000/5, PP-
004461.2020.15.000/2, PP-004570.2020.15.000/0, PP-000773.2020.15.002/9, IC-
000125.2020.15.003/4, IC-000169.2020.15.003/9, IC-000435.2020.15.007/9, IC-
000578.2020.15.008/3, NF-000304.2021.15.000/8, NF-000355.2021.15.000/0, NF-
000560.2021.15.000/2, NF-000776.2021.15.000/4, NF-000779.2021.15.000/3, NF-
000881.2021.15.000/8, NF-001064.2021.15.000/7, NF-001149.2021.15.000/9, PP-
001263.2021.15.000/6, NF-001287.2021.15.000/0, PP-001306.2021.15.000/1, NF-
001446.2021.15.000/4, NF-001574.2021.15.000/0, NF-001716.2021.15.000/7, NF-
002237.2021.15.000/7, NF-000418.2021.15.002/5, IC-000162.2021.15.003/7, PP-
000177.2021.15.003/6, PP-000204.2021.15.003/4, IC-000209.2021.15.003/6, PP-
000234.2021.15.003/6, NF-000249.2021.15.003/5, PP-000010.2021.15.004/0, IC-
000052.2021.15.005/8, NF-000268.2021.15.006/8, PP-000070.2021.15.007/1, IC-
002619.2019.15.000/6, IC-000648.2019.15.002/1, PP-004229.2020.15.000/6, PP-
000561.2020.15.001/4, IC-000151.2020.15.002/2, IC-000236.2020.15.002/8, IC-
000043.2020.15.004/2, IC-000215.2020.15.004/3, IC-000664.2020.15.006/2, IC-
000070.2020.15.007/8, IC-000615.2020.15.008/9, NF-000705.2020.15.008/0, NF-
000997.2021.15.000/1, NF-001905.2021.15.000/0, NF-002135.2021.15.000/9, NF-
002176.2021.15.000/0, NF-000409.2021.15.002/4, PP-000187.2021.15.003/3, PP-
000205.2021.15.003/0, NF-000218.2021.15.003/7, PP-000265.2021.15.003/4, PP-
000269.2021.15.003/0, PP-000281.2021.15.003/3, NF-000298.2021.15.003/5, NF-
000309.2021.15.003/4, NF-000315.2021.15.003/6, NF-000100.2021.15.005/7, PP-
000091.2021.15.007/5, PP-000180.2021.15.007/1, NF-000291.2021.15.007/3, IC-
000727.2016.15.006/2, IC-001817.2019.15.000/1, IC-003593.2019.15.000/5, IC-
000131.2019.15.005/3, IC-000539.2019.15.007/3, IC-002664.2020.15.000/7, PP-
003577.2020.15.000/0, PP-004455.2020.15.000/8, NF-004545.2020.15.000/9, IC-
000212.2020.15.001/0, PP-000510.2020.15.001/1, PP-000677.2020.15.001/8, IC-
000136.2020.15.002/0, IC-000234.2020.15.002/5, IC-000536.2020.15.002/2, IC-
000253.2020.15.003/1, IC-000351.2020.15.003/7, IC-000046.2020.15.004/4, IC-
000394.2020.15.006/0, IC-000706.2020.15.006/0, IC-000310.2020.15.007/4, IC-
000554.2020.15.008/3, PP-000574.2020.15.008/8, NF-000155.2021.15.000/4, PP-
000866.2021.15.000/5, NF-000992.2021.15.000/0, PP-000996.2021.15.000/5, PP-
001044.2021.15.000/4, NF-001181.2021.15.000/0, NF-001286.2021.15.000/5, PP-
001341.2021.15.000/0, NF-002001.2021.15.000/0, NF-002179.2021.15.000/6, PP-
000103.2021.15.001/3, NF-000344.2021.15.001/5, NF-000428.2021.15.001/4, NF-
000308.2021.15.002/0, NF-000294.2021.15.003/0, NF-000028.2021.15.005/7, NF-
000116.2021.15.006/0, PP-000129.2021.15.007/5, NF-000116.2021.15.008/7, NF-
000144.2021.15.008/6, NF-000346.2021.15.008/5, IC-000014.2011.15.005/5, IC-
000388.2016.15.001/0, IC-002367.2017.15.000/1, IC-002952.2019.15.000/5, IC-
004226.2019.15.000/3, IC-000188.2019.15.006/2, IC-000199.2019.15.006/6, IC-
000096.2020.15.000/1, PP-002499.2020.15.000/9, IC-000118.2020.15.002/8, IC-
000390.2020.15.002/1, PP-000795.2020.15.002/6, IC-000057.2020.15.004/0, IC-
000650.2020.15.006/0, IC-000437.2020.15.007/1, IC-000656.2020.15.008/4, IC-
000133.2021.15.000/7, NF-000135.2021.15.000/0, PP-000209.2021.15.000/1, NF-
000223.2021.15.000/8, NF-001041.2021.15.000/8, NF-001284.2021.15.000/4, NF-
001424.2021.15.000/0, NF-002122.2021.15.000/6, NF-002451.2021.15.000/1, NF-
000277.2021.15.001/8, NF-000383.2021.15.001/8, NF-000389.2021.15.001/6, NF-
000476.2021.15.001/8, PP-000093.2021.15.002/5, PP-000097.2021.15.002/4, NF-
000110.2021.15.002/0, PP-000177.2021.15.002/8, NF-000203.2021.15.002/0, IC-
000124.2021.15.003/0, PP-000232.2021.15.003/3, NF-000258.2021.15.003/6, NF-
000266.2021.15.003/0, NF-000270.2021.15.003/0, IC-000050.2021.15.004/2, NF-
000067.2021.15.004/1, NF-000142.2021.15.005/9, NF-000192.2021.15.005/5, NF-
000251.2021.15.006/6, PP-000096.2021.15.007/1, PP-000097.2021.15.007/9, PP-
000140.2021.15.007/2, PP-000156.2021.15.007/8, PP-000215.2021.15.007/0, NF-
000054.2021.15.008/5, NF-000302.2021.15.008/0, IC-002497.2020.15.000/8, IC-
001055.2021.15.000/6, NF-000292.2021.15.003/7, NF-000281.2021.15.008/4 - PRT 16ª
Região-MA - IC-000335.2019.16.001/3, NF-001053.2020.16.000/1, NF-
001289.2020.16.000/8, NF-000053.2021.16.000/2, PP-000205.2021.16.000/7, NF-
000218.2021.16.000/3, NF-000300.2021.16.000/3, NF-000303.2021.16.000/2, NF-
000332.2021.16.000/8, NF-000419.2021.16.000/6, NF-000497.2021.16.000/1, NF-
000074.2021.16.001/7, IC-000001.2002.16.001/4, NF-000107.2021.16.000/1, NF-
000165.2021.16.000/2, NF-000183.2021.16.000/4, NF-000302.2021.16.000/6, NF-
000366.2021.16.000/5, PP-000076.2021.16.001/1, IC-000090.2018.16.001/5, IC-
000677.2019.16.000/1, IC-000505.2020.16.000/9, NF-000997.2020.16.000/0, IC-
000223.2020.16.001/4, NF-000048.2021.16.000/0, NF-000095.2021.16.000/0, NF-
000162.2021.16.000/3, NF-000194.2021.16.000/8, PP-000329.2021.16.000/5, NF-
000392.2021.16.000/1, NF-000104.2021.16.001/0, NF-000112.2021.16.001/5, IC-
000269.2018.16.001/0, IC-001130.2019.16.000/3, IC-000026.2019.16.001/5, IC-
000341.2020.16.000/6, IC-000426.2020.16.000/1, PP-000949.2020.16.000/6, PP-
001084.2020.16.000/6, NF-001221.2020.16.000/6, IC-001266.2020.16.000/9, IC-
000188.2020.16.001/1, PP-000057.2021.16.000/1, NF-000128.2021.16.000/2, NF-
000129.2021.16.000/9, NF-000147.2021.16.000/0, NF-000168.2021.16.000/1, NF-
000169.2021.16.000/8, NF-000280.2021.16.000/3, NF-000369.2021.16.000/4, NF-
000203.2021.16.001/2, NF-000051.2021.16.002/0, NF-000127.2021.16.000/6, NF-
000167.2021.16.000/5 - PRT 17ª Região-ES - IC-000756.2015.17.000/9, IC-
001291.2016.17.000/7, IC-001494.2018.17.000/1, IC-000694.2019.17.000/8, IC-
000434.2020.17.000/7, IC-000566.2020.17.000/0, IC-001025.2020.17.000/1, PP-
001113.2020.17.000/1, PP-001341.2020.17.000/4, PP-001519.2020.17.000/3, IC-
000007.2020.17.003/1, NF-000335.2021.17.000/8, NF-000408.2021.17.000/3, NF-
000507.2021.17.000/5, NF-000810.2021.17.000/2, PP-000002.2021.17.002/3, PP-
000038.2021.17.003/7, IC-000107.2020.17.000/0, IC-000658.2020.17.000/3, IC-
000876.2020.17.000/1, PP-001259.2020.17.000/7, PP-001366.2020.17.000/4, PP-
001432.2020.17.000/0, PP-001520.2020.17.000/0, NF-000483.2021.17.000/0, NF-
000051.2021.17.001/0, IC-000442.2013.17.000/6, IC-000922.2018.17.000/6, IC-
000927.2018.17.000/8, IC-001430.2018.17.000/1, IC-000110.2019.17.000/3, IC-
000244.2020.17.000/8, IC-000373.2020.17.000/1, PP-001189.2020.17.000/9, IC-
001338.2020.17.000/6, PP-001340.2020.17.000/9, IC-000105.2020.17.003/1, PP-
000118.2021.17.000/6, NF-000457.2021.17.000/3, NF-000462.2021.17.000/9, NF-
000471.2021.17.000/0, NF-000686.2021.17.000/5, NF-000729.2021.17.000/9, NF-
000750.2021.17.000/3, NF-000035.2021.17.002/4, IC-001455.2017.17.000/0, IC-
000242.2020.17.000/5, IC-000347.2020.17.000/5, IC-000653.2020.17.000/1, PP-
001210.2020.17.000/2, PP-001373.2020.17.000/4, PP-001596.2020.17.000/8, PP-
000053.2021.17.000/4, PP-000191.2021.17.000/0, NF-000286.2021.17.000/2, PP-
000347.2021.17.000/8, NF-000472.2021.17.000/6, NF-000590.2021.17.000/6, NF-
000646.2021.17.000/6, NF-000823.2021.17.000/9, PP-000066.2021.17.003/7, NF-
000350.2021.17.000/0 - PRT 18ª Região-GO - IC-000342.2015.18.003/9, IC-
000393.2019.18.002/4, IC-000363.2019.18.003/0, IC-000159.2020.18.003/4, IC-
000165.2020.18.003/6, IC-000222.2020.18.003/6, NF-000100.2021.18.000/9, NF-
000142.2021.18.000/0, PP-000239.2021.18.000/6, IC-000302.2021.18.000/8, NF-

000383.2021.18.000/2, NF-000469.2021.18.000/4, PP-000556.2021.18.000/6, NF-000610.2021.18.000/7, IC-000103.2021.18.000/8, IC-000139.2021.18.000/8, IC-000153.2021.18.000/4, NF-000685.2021.18.000/0, NF-000762.2021.18.000/4, NF-000806.2021.18.000/4, NF-000051.2021.18.001/2, NF-000167.2021.18.002/3, NF-000084.2021.18.003/0, IC-001212.2019.18.000/5, IC-000306.2019.18.003/6, IC-001155.2020.18.000/6, IC-000237.2021.18.000/3, NF-000700.2021.18.000/8, NF-000723.2021.18.000/1, NF-000816.2021.18.000/1, IC-000350.2017.18.003/9, IC-000870.2018.18.000/2, IC-000897.2018.18.000/1, IC-000052.2019.18.000/3, IC-000027.2019.18.002/7, IC-001405.2020.18.000/6, NF-000386.2020.18.002/5, IC-000202.2020.18.003/1, IC-000170.2021.18.000/0, IC-000177.2021.18.000/4, IC-000281.2021.18.000/1, NF-000371.2021.18.000/2, IC-000437.2021.18.000/0, NF-000580.2021.18.000/0, PP-000592.2021.18.000/0, IC-000606.2021.18.000/8, NF-000624.2021.18.000/0, NF-000625.2021.18.000/6, NF-000682.2021.18.000/0, NF-000838.2021.18.000/9, NF-000090.2021.18.002/9, NF-000104.2021.18.002/0, IC-001773.2020.18.000/1, IC-000290.2020.18.003/4 - PRT 19ª Região-AL - IC-001734.2017.19.000/0, IC-001541.2019.19.000/9, IC-001747.2019.19.000/6, IC-001812.2019.19.000/7, IC-000249.2019.19.001/0, IC-000925.2020.19.000/9, IC-002564.2020.19.000/2, IC-000411.2021.19.000/8, NF-000865.2021.19.000/2, NF-000177.2021.19.001/3, IC-000044.2020.19.000/3, IC-000901.2020.19.000/9, IC-001224.2020.19.000/7, IC-001437.2020.19.000/4, PP-002315.2020.19.000/1, IC-000048.2021.19.000/6, IC-000213.2021.19.000/4, NF-000819.2021.19.000/1, PP-000035.2021.19.001/7, NF-000129.2021.19.001/0, IC-000685.2017.19.000/3, IC-001049.2019.19.000/6, IC-001081.2019.19.000/8, IC-000246.2019.19.001/1, IC-000206.2020.19.000/3, IC-000344.2020.19.000/8, IC-001148.2020.19.000/4, IC-001733.2020.19.000/4, PP-001965.2020.19.000/9, PP-002077.2020.19.000/9, IC-002458.2020.19.000/0, NF-000251.2021.19.000/0, IC-000375.2021.19.000/9, PP-000515.2021.19.000/1, NF-000082.2021.19.001/6, PP-000083.2021.19.001/3, NF-000118.2021.19.001/6, IC-001286.2017.19.000/6, IC-001145.2018.19.000/0, IC-000179.2019.19.000/6, IC-000188.2019.19.000/7, IC-001876.2019.19.000/7, IC-000395.2019.19.001/0, IC-000142.2020.19.000/9, IC-000259.2020.19.000/9, IC-000907.2020.19.000/7, IC-001119.2020.19.000/0, IC-001650.2020.19.000/3, IC-001678.2020.19.000/0, IC-001788.2020.19.000/3, IC-001967.2020.19.000/0, PP-000600.2021.19.000/0, NF-000673.2021.19.000/0, NF-000750.2021.19.000/5, NF-000911.2021.19.000/9, IC-001381.2020.19.000/6 - PRT 20ª Região-SE - IC-001769.2018.20.000/5, IC-001304.2019.20.000/2, IC-000368.2020.20.000/1, IC-000863.2020.20.000/0, IC-001020.2020.20.000/8, PA-MED-001159.2020.20.000/3, IC-001312.2020.20.000/4, NF-001578.2020.20.000/0, PP-001579.2020.20.000/5, IC-001641.2020.20.000/0, NF-001749.2020.20.000/0, PP-000170.2021.20.000/4, IC-000356.2021.20.000/4, PP-000470.2021.20.000/9, PP-000503.2021.20.000/5, NF-000507.2021.20.000/0, NF-000549.2021.20.000/2, NF-000634.2021.20.000/1, NF-000696.2021.20.000/8, NF-000703.2021.20.000/1, NF-000759.2021.20.000/6, NF-000786.2021.20.000/9, NF-000044.2021.20.001/4, IC-000778.2015.20.000/1, IC-001788.2018.20.000/2, IC-000780.2019.20.000/9, IC-000211.2020.20.000/2, IC-000409.2020.20.000/2, IC-000415.2020.20.000/4, IC-000462.2020.20.000/1, IC-000540.2020.20.000/2, IC-000887.2020.20.000/0, IC-000924.2020.20.000/6, IC-001277.2020.20.000/2, IC-001301.2020.20.000/2, IC-001359.2020.20.000/8, PP-001383.2020.20.000/4, IC-001468.2020.20.000/6, PP-001583.2020.20.000/9, NF-001764.2020.20.000/6, IC-001769.2020.20.000/3, PP-000126.2021.20.000/6, IC-000169.2021.20.000/4, NF-000173.2021.20.000/3, NF-000347.2021.20.000/3, NF-000377.2021.20.000/5, NF-000526.2021.20.000/9, NF-000587.2021.20.000/9, NF-000593.2021.20.000/0, NF-000608.2021.20.000/5, NF-000628.2021.20.000/0, NF-000070.2021.20.001/0, IC-000645.2016.20.000/5, IC-001019.2017.20.000/0, IC-000021.2019.20.000/0, IC-000603.2019.20.000/1, IC-000885.2019.20.000/9, IC-001184.2019.20.000/9, IC-001354.2019.20.000/4, IC-001612.2019.20.000/0, IC-000098.2020.20.000/0, IC-000433.2020.20.000/6, IC-000738.2020.20.000/2, IC-000889.2020.20.000/3, PP-001130.2020.20.000/1, PP-001248.2020.20.000/9, PP-001327.2020.20.000/8, PP-000111.2021.20.000/7, IC-000358.2021.20.000/7, NF-000403.2021.20.000/7, NF-000497.2021.20.000/8, NF-000498.2021.20.000/4, NF-000513.2021.20.000/2, NF-000588.2021.20.000/5, NF-000767.2021.20.000/0, NF-000858.2021.20.000/8, NF-000047.2021.20.001/6, IC-001239.2017.20.000/8, IC-000946.2019.20.000/4, IC-001139.2019.20.000/4, IC-000398.2020.20.000/3, PP-000511.2020.20.000/7, IC-000579.2020.20.000/1, IC-000583.2020.20.000/0, PP-000586.2020.20.000/0, IC-000604.2020.20.000/7, IC-000694.2020.20.000/2, IC-000701.2020.20.000/6, IC-000789.2020.20.000/5, IC-000808.2020.20.000/9, IC-000926.2020.20.000/9, IC-000969.2020.20.000/7, PP-001102.2020.20.000/3, IC-001119.2020.20.000/8, IC-001132.2020.20.000/2, IC-001140.2020.20.000/8, PP-001229.2020.20.000/1, IC-001254.2020.20.000/3, PP-001418.2020.20.000/4, PP-001554.2020.20.000/5, IC-001742.2020.20.000/2, IC-000054.2020.20.001/9, PP-000010.2021.20.000/0, IC-000047.2021.20.000/5, NF-000069.2021.20.000/6, PP-000081.2021.20.000/4, NF-000156.2021.20.000/8, IC-000265.2021.20.000/7, IC-000303.2021.20.000/9, NF-000320.2021.20.000/4, NF-000001.2021.20.001/8 - PRT 21ª Região-RN - IC-000689.2016.21.000/0, IC-000526.2018.21.000/5, IC-000923.2019.21.000/1, IC-000273.2020.21.000/0, IC-000775.2020.21.000/3, IC-001447.2020.21.000/6, IC-000155.2020.21.001/8, IC-000030.2020.21.002/6, PP-000023.2021.21.000/1, NF-000697.2021.21.000/5, NF-000758.2021.21.000/0, NF-000759.2021.21.000/7, IC-001375.2016.21.000/5, IC-001792.2016.21.000/0, IC-001479.2019.21.000/0, IC-000647.2020.21.000/6, IC-000847.2020.21.000/2, IC-001146.2020.21.000/9, IC-001513.2020.21.000/2, PP-000320.2021.21.000/5, IC-000611.2019.21.000/7, IC-000792.2019.21.000/0, IC-001099.2019.21.000/3, IC-000003.2019.21.002/0, IC-000048.2020.21.000/0, IC-000077.2020.21.000/8, IC-001284.2020.21.000/0, PP-001510.2020.21.000/6, IC-001516.2020.21.000/9, PP-001622.2020.21.000/0, IC-000030.2020.21.001/5, IC-000026.2020.21.002/1, PP-000219.2021.21.000/7, IC-000313.2021.21.000/7, PP-000336.2021.21.000/0, PP-000538.2021.21.000/0, NF-000064.2021.21.001/2, NF-000068.2021.21.001/1, NF-000034.2021.21.002/9, IC-001306.2017.21.000/8, IC-000155.2019.21.000/0, IC-000998.2019.21.000/4, IC-001310.2019.21.000/5, IC-000207.2020.21.000/4, IC-000896.2020.21.000/2, IC-001249.2020.21.000/2, IC-001520.2020.21.000/2, PP-001661.2020.21.000/0, PP-000114.2021.21.000/7, IC-000152.2021.21.000/3, PP-000227.2021.21.000/1, PP-000277.2021.21.000/8, PP-000350.2021.21.000/7, NF-000460.2021.21.000/2, NF-000488.2021.21.000/8, NF-000661.2021.21.000/5, NF-000031.2021.21.002/7 - PRT 22ª Região-PI - IC-000773.2020.22.000/1, IC-000929.2020.22.000/0, IC-001145.2020.22.000/1, IC-000161.2020.22.001/0, IC-000025.2020.22.002/6, NF-000383.2021.22.000/9, NF-000504.2021.22.000/3, IC-000668.2019.22.000/9, IC-001573.2019.22.000/2, IC-000756.2020.22.000/6, NF-000076.2021.22.000/6, IC-000159.2021.22.000/9, NF-000305.2021.22.000/3, NF-000507.2021.22.000/2, NF-000023.2021.22.001/4, IC-000248.2020.22.000/0, IC-000335.2020.22.000/2, IC-000494.2020.22.000/8, IC-000597.2020.22.000/5, IC-000155.2021.22.000/3, NF-000446.2021.22.000/7, NF-000497.2021.22.000/0, PP-000026.2021.22.001/6, IC-001503.2019.22.000/8, IC-000690.2020.22.000/9, IC-001102.2020.22.000/0, NF-000089.2021.22.001/7 - PRT 23ª Região-MT - IC-000028.2012.23.003/3, IC-000550.2017.23.000/8, IC-000499.2018.23.001/7, IC-000207.2020.23.000/6, IC-000453.2020.23.000/3, NF-000251.2021.23.000/7, NF-000314.2021.23.000/5, NF-000368.2021.23.000/7, IC-000004.2021.23.001/0, IC-000574.2020.23.000/2, IC-000220.2020.23.001/4, IC-000063.2020.23.002/6, IC-000168.2020.23.004/0, NF-000346.2021.23.000/0, IC-000067.2021.23.001/8, IC-000679.2017.23.000/8, IC-000401.2020.23.000/4, IC-000500.2020.23.000/6, IC-000803.2020.23.000/0, IC-000006.2021.23.000/5, NF-000240.2021.23.000/3, IC-000284.2021.23.000/8, IC-000091.2021.23.003/0, IC-000070.2019.23.004/2, IC-000180.2020.23.000/1, PP-000591.2020.23.000/8, PP-000069.2021.23.000/1, NF-000075.2021.23.000/0, IC-000126.2021.23.000/9, IC-000179.2021.23.000/4, NF-000187.2021.23.000/9, NF-000223.2021.23.000/8, NF-000234.2021.23.000/1, IC-000272.2021.23.000/8, NF-000311.2021.23.000/6, NF-000374.2021.23.000/9, NF-000030.2021.23.002/3, NF-000035.2021.23.002/0, PP-000046.2021.23.003/6, NF-000065.2021.23.004/6, NF-000265.2021.23.000/0 - PRT 24ª Região-MS - IC-000859.2019.24.000/6, IC-000185.2020.24.000/4, NF-000109.2021.24.002/0, IC-000398.2020.24.000/7, PP-000580.2020.24.000/5, IC-000933.2020.24.000/0, IC-000138.2020.24.002/3, PP-000434.2021.24.000/9, IC-000753.2020.24.000/9, IC-000823.2020.24.000/5, NF-000091.2021.24.001/0, NF-000126.2021.24.001/8, IC-000104.2019.24.002/7, IC-000708.2020.24.000/4, NF-000403.2021.24.000/0.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

SANDRA LIA SIMÓN

Coordenadora da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 535, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Regula a restituição de cota-parte do COFFITO por valores indevidamente cobrados.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, na conformidade com as competências previstas no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e cumprindo o deliberado em sua 345ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 10 de agosto de 2021;

Considerando que compete aos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional promoverem a arrecadação das anuidades, multas, taxas e demais emolumentos dos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, na forma do art. 7º, inciso X, da Lei Federal nº 6.316/1975;

Considerando o interesse tributário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, uma vez que 20% de todo o produto da arrecadação dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional devem ser repassados ao Conselho Federal, na forma do que dispõe o art. 9º da Lei Federal nº 6.316/1975;

Considerando a existência de valores cobrados indevidamente, após regular tramitação de processo judicial e/ou administrativo que constate a cobrança indevida aos profissionais, cabendo, nesses casos, a restituição do COFFITO aos CREFITOs da cota-parte já arrecadada; resolve:

Art. 1º Regular o procedimento para a restituição de valores, referentes à cota-parte do COFFITO, de anuidades, taxas e emolumentos que tenham sido repetidos aos profissionais por ordem judicial ou por meio de processo administrativo no respectivo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Parágrafo único. A repetição do indébito perante o profissional interessado não poderá ser obstada em razão da presente Resolução, cabendo ao CREFITO a devolução do indébito, de forma integral ao profissional, para posterior postulação exclusivamente da cota-parte indevidamente arrecadada ao COFFITO nos termos desta Resolução.

Art. 2º O procedimento para restituição perante o COFFITO deverá ser encaminhado por meio de requerimento, em que conste:

I - o valor repetido ao profissional e a cota-parte do COFFITO a qual pretende ver restituída aos cofres do Conselho Regional;

II - em caso de reconhecimento administrativo do indébito:

a) requerimento do Profissional;

b) parecer da Assessoria Contábil-Financeira do CREFITO, ou órgão delegado pelo Regimento Interno ou pelo Plenário do CREFITO para tal finalidade;

c) parecer jurídico do órgão consultivo regional;

d) decisão da Diretoria do Conselho Regional reconhecendo o indébito; e

e) comprovante de devolução ao profissional.

III - em caso de determinação judicial:

a) cópia da Decisão, Sentença e/ou Acórdão que reconheça a existência do indébito;

b) Certidão de Trânsito em Julgado da decisão judicial que determina a repetição do indébito;

c) decisão da Diretoria ou Presidência do CREFITO determinando o pagamento em cumprimento de ordem judicial;

d) comprovante do depósito judicial.

Art. 3º O COFFITO, ao receber o requerimento, determinará a abertura de procedimento próprio para verificação dos procedimentos adotados pelo CREFITO requerente.

§ 1º A observância dos procedimentos previstos nesta Resolução é obrigatória para o processamento da restituição requerida. Em caso de inobservância, o pedido de restituição não será processado pelo COFFITO.

§ 2º Em qualquer caso de reconhecimento administrativo ou judicial do indébito, a Assessoria Contábil-Financeira deverá apresentar parecer pela correção, ou não, dos valores repetidos ao profissional postulante, assim como avaliará a adequação financeira do valor requerido como cota-parte a ser restituída ao CREFITO.

§ 3º Em caso de dúvida sobre o alcance de decisões judiciais, o órgão contábil-financeiro do COFFITO poderá suscitar dúvidas à Procuradoria do COFFITO, que deverá se pronunciar no procedimento de devolução.

§ 4º Nas restituições realizadas por meio de procedimento administrativo regional, sem que haja ordem judicial, a Assessoria Contábil-Financeira, após a análise dos valores, encaminhará à Procuradoria do COFFITO para manifestação prévia e conclusiva sobre a possibilidade jurídica da repetição do indébito pleiteada pelo profissional.

Art. 4º Após a análise e recomendação das assessorias técnicas, o Diretor-Tesoureiro deverá encaminhar os procedimentos à Presidência para inclusão em reunião de Diretoria, que poderá:

I - negar a restituição ao CREFITO, caso verifique a inexistência de fundamentos para a repetição do valor arrecadado ao Sistema COFFITO/CREFITOs, quando o procedimento de repetição do indébito tenha ocorrido exclusivamente pela via administrativa;

II - conceder a restituição, determinando ao Departamento Financeiro que efetive os procedimentos necessários para o pagamento do valor requerido ao CREFITO.

Parágrafo único. A decisão da Diretoria do COFFITO indeferindo requerimento do CREFITO será a este comunicada com a expressa recomendação para que sejam adotados os procedimentos necessários à recomposição do erário do Conselho Regional.

Art. 5º O valor da cota-parte a ser restituída ao CREFITO será corrigido por meio da Taxa SELIC, mais 1% no mês do pagamento, a ser calculado a partir do requerimento ao COFFITO.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do COFFITO.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO N° 699, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Prorroga mandato no Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto nº 84.444, de 30 de janeiro de 1980 e no Regimento Interno, aprovado pela Resolução CFN nº 621, de 18 de fevereiro de 2019, e tendo em vista o que foi deliberado na 433ª Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 10, 11, 12e 13 de agosto de 2021, , resolve:

Art. 1º Prorrogar o mandato dos atuais Conselheiros Efetivos e Suplentes do Conselho Federal de Nutricionistas, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 19 de agosto de 2021, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até que se conclua o processo eleitoral do CFN (triênio 2021 - 2024).

Parágrafo único. Ficam mantidos os atuais cargos ocupados pelos respectivos Conselheiros.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA FRUMENTO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO N° 700, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) nº 321, de 02 de dezembro de 2003, em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, o Decreto nº 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e o Regimento Interno do CFN, considerando a necessidade de serem reeditadas e modernizadas as normas sobre processos, procedimentos e julgamento de infrações ético-disciplinares que venham a ser atribuídas aos Nutricionistas e aos Técnicos em Nutrição e Dietética, ouvidos os Conselhos Regionais de Nutricionistas, nos termos deliberado nas 408ª e 433ª Reuniões Plenárias do CFN, realizadas por videoconferência, nos dias 11 de fevereiro de 2021 e nos dias 10, 11, 12 e 13 de agosto de 2021, respectivamente,

Considerando:

- o art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências;
- o Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- a Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação;
- a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);
- a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19);
- a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001; e
- as inovações tecnológicas e normativas para a gestão dos documentos digitais produzidos nas instituições, com vistas ao aumento da eficiência administrativa, a transparência e desburocratização dos processos de trabalho, resolve:

Art. 1º A Resolução do CFN nº 321, de 2 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. A representação será feita por meio físico ou eletrônico e deverá indicar:

I - identificação completa do autor da representação, qual seja: nome completo, documento de identificação oficial com foto, CPF, endereço atualizado com CEP, telefone e e-mail;

II - descrição circunstanciada e objetiva dos fatos com informações que caracterizem eventual infração disciplinar;

III - nome, número de inscrição no CRN, qualificação e endereço do representado;

IV - elementos mínimos de provas; e

V - nome das testemunhas e suas qualificações, quando houver, limitando-se à quantidade de 3 (três).

Parágrafo único. A ausência dos elementos e informações indicados nos incisos I, II, III e IV, deste artigo, poderá obstar o conhecimento da representação.

Parágrafo único-A. As representações anônimas ou com solicitação de sigilo, com ausência de identificação do representante, poderão ser analisadas desde que contenham indícios de infrações disciplinares e elementos de prova, e somente, após investigação preliminar, poderá prosseguir na modalidade ex officio.

Parágrafo único-B. Quando da ciência pelo Conselho de fato que caracterize eventual infração disciplinar e indícios de sua autoria, poderá ser realizada representação ex officio". (NR)

"Art. 69-A. Os atos processuais poderão ser realizados por meio de videoconferência ou de outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, por decisão da Comissão de Ética do respectivo conselho, de ofício ou a requerimento das partes, desde que a medida tenha como finalidade viabilizar a realização do ato processual no contexto da pandemia do novo coronavírus.

§ 1º Os atos processuais deverão ser reduzidos a termo e colhida assinatura dos presentes no local onde estiverem sendo realizados ou colhidas assinaturas eletrônicas, por meio válido, nos termos da Lei.

§ 2º Os atos processuais a que se refere o caput poderão ser gravados em áudio ou vídeo, dispensada a redução a termo, mediante ciência prévia das partes e de seus defensores e, ao final, lavrada a ata constando a qualificação das partes e testemunhas, demais informações relevantes a critério da Comissão de Ética e a assinatura dos presentes, colhidas por meios físicos ou através de sistema eletrônico de informação utilizado pelo Conselho.

§ 3º As gravações ficarão armazenadas em ambiente adequado e restrito, sob a responsabilidade da Comissão de Ética ou de empregado da Autarquia que lhe esteja vinculado, e só poderão ser acessadas mediante solicitação formal do interessado ou do seu procurador ao Coordenador da Comissão de Ética, que decidirá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas em dias úteis, certificando nos autos o fornecimento da mídia.

§ 4º Os documentos relativos aos processos disciplinares poderão ser recebidos por meio eletrônico oficial, sem necessidade de protocolo físico.

§ 5º Fica dispensada a expedição de Carta Precatória para prática de atos processuais em outro Regional, prevista no art. 10, quando realizados por meio de videoconferência ou de outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real." (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA FRUMENTO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Regulamenta o Atendimento Médico Veterinário de Cães e Gatos, em domicílio e no âmbito do Estado do Amazonas

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS (CRMV/AM), no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.517 de 23/10/68, 5.550 de 04/12/68, Decreto 64.704 de 17/06/69, Resolução 582 de 11 de dezembro de 1991, Resolução 619 de 14/12/94, Resolução 672 de 16 de setembro de 2000, alínea "r" do art. 4º da Resolução 591 de 26/06/92 e Resolução 1138 de 16 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o padrão dos serviços de medicina-veterinária, em respeito ao regulamento previsto na Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968;

CONSIDERANDO as prerrogativas dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária de regularem complementarmente normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária, sempre que necessário e em face de suas características de regionalidade;

CONSIDERANDO que o CRMV-AM deve zelar pelo norteamento ético das atividades dos profissionais que fiscaliza;

CONSIDERANDO o aumento da realização do atendimento médico-veterinário em domicílio e os riscos iminentes de infringir regras estabelecidas na Lei 5.517/1968 e Resolução CFMV 722/2001;

CONSIDERANDO a deliberação da CDIV (404ª) Sessão Plenária Ordinária do CRMV-AM, realizada em 17 de março de 2021.

resolve:

Art. 1º Aprova as normas para o atendimento Médico-Veterinário de Cães e Gatos em domicílio, no âmbito do Estado do Amazonas, constantes no anexo desta Resolução (o anexo desta Resolução poderá ser acessado no sítio eletrônico http://www.crmv.am.gov.br).

Parágrafo único. Para a finalidade desta Resolução considera-se atendimento médico veterinário domiciliar aquele onde o profissional Médico-Veterinário se desloca até o local do domicílio para realizar o atendimento a seu paciente.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

HARUO TAKATANI
Presidente do Conselho
CRMV-AM nº 0269

TÂNIA MARA SICSÚ DA CRUZ
Secretaria
CRMV-AM nº 0564

